

SABERES DA COOPERAÇÃO



Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

O Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – Instituto INFOCOS, caracterizada como instituição privada e sem fim lucrativos, foi criado por uma necessidade de fortalecer a formação cooperativista a partir da realidade das cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária, sendo parte integrante das ações pelo acesso ao crédito e serviços financeiros qualificados a realidade dos Agricultores Familiares e demais trabalhadores essencialmente presentes em municípios com menos de 50 mil habitantes.

O INFOCOS foi criado em 2005, pela rede Cooperativas do Sistema CRESOL, BASER, com a missão de “organizar os processos educativos de forma diferenciada primando pela participação e cooperação dos atores da Agricultura Familiar”, sendo essa sua base organizativa e mantenedora.

O SISTEMA CRESOL, por meio do INSTITUTO INFOCOS, nestes 20 anos vem desenvolvendo sua FORMAÇÃO que a faz distinta entre as instituições financeiras cooperativistas, por meio dos trabalhos realizados com o CRESOL COMUNIDADE E COOPERATIVA ESCOLA. Estes dois eixos de trabalho atuam na formação para Associações, Dirigentes, Colaboradores e Alunos de Escolas de Escola Municipal e Casas Familiares Rurais ou Escolas Família Agrícolas.

A educação informal que é realizada pela CRESOL e INSTITUTO INFOCOS busca incessantemente “formar, e não apenas informar ou educar”. Isso compreende um “processo integral de conceitos baseados na solidariedade, na vivência e em princípios de cooperação”.

O INFOCOS compreende que a educação para a cooperação e autogerência é necessária para formar as pessoas envolvidas em empreendimentos solidários. Entretanto, ela não se restringe a esses espaços. Ela vai muito além, afinal está intimamente ligada ao meio socioeconômico de todos os sujeitos envolvidos.

Entre as modalidades de Formação, Capacitação e Treinamento disponibilizadas pelo INSTITUTO INFOCOS, a CRESOL, têm se destacado na organização de parte de suas grades de formação por meio de ferramentas

Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

SABERES DA COOPERAÇÃO

Grafisul Gráfica e Editora Ltda

Francisco Beltrão - PR

2015

Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário
1599 Saberes da cooperação / Instituto de Formação do
Cooperativismo Solidário. - Francisco Beltrão: Grafisul,
2015.

462 p.

ISBN: 978-85-98799-90-2

1. Cooperativas de crédito. 2. Agricultura familiar. 3.
Crédito agrícola. I. Título.

CDD - 334.20981

Paulo Rogério de Mendonça - CRB-9/1.335

FICHA TÉCNICA

CRESOLBASER - Cooperativa Central de Crédito Rural com Interação Solidária

Diretoria Executiva

Alzimir Thomé - Presidente

Luiz Ademar Panzer - Vice - Presidente

Edson Vieira - Diretor Financeiro

Luiz Levi Tomacheski - Diretor Secretário

Jairo Lofi - Primeiro Secretário

INSTITUTO INFOCOS - Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário

Diretoria Executiva

Vanderley Ziger - Presidente

Wilmar Salésio Vandresen - Diretor Secretário

Luiz Levi Tomacheski - Diretor Financeiro

Organização do Material

Analice Lourenci

Francieli Pilati Gervasoni

José Carlos Vandresen

Luiza Maria da Silva Rodrigues

Revisão

Francieli Pilati Gervasoni

José Carlos Vandresen

Luiza Maria da Silva Rodrigues

Diagramação e Arte

Grafisul Gráfica e Editora

Capa

Marcos Chiapetti

Impressão

Grafisul Gráfica e Editora

Tiragem

500 impressões

2015

*Os textos são de inteira responsabilidade de seus autores.

SUMÁRIO

Prefácio / 9

Apresentação / 11

Introdução / 17

CAPÍTULO I – COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM DEBATE ESTRATÉGICO

A Economia Solidária e seu Potencial Transformador:
Uma Contribuição para o Debate Vigente / 21

Cooperativismo: Uma Ação Económica e Educacional / 39

O Crédito Rural e a Agricultura Familiar:
Desafios, Estratégias e Perspectivas / 69

Sistema CRESOL: Uma ferramenta para
Inclusão Social e o Desenvolvimento do Cooperativismo
de Crédito Solidário no Brasil / 95

A assessoria de imprensa e seu papel estratégico
no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com
Interação Solidária – CRESOL BASER / 113

Auditoria nas Cooperativas de Crédito: Vantagens e
Desvantagens entre a Tradicional e a Contínua / 135

CAPÍTULO II: CRESOL: ESTUDOS DE CASO SOBRE AS PRÁTICAS COOPERATIVAS

EDUCAÇÃO ABERTA À DISTÂNCIA – EAD:
Um Estudo de Caso sobre o Curso de
Especialização e Aperfeiçoamento em
Cooperativismo Solidário e Crédito Rural / 157

Distribuição das Sobras em Sistemas de
Cooperativismo Financeiro / 193

O Cenário das Cooperativas de Crédito Rural:
Estudo de Caso CRESOL / 217

Indicadores de Avaliação de Desempenho – Estudo de
Caso das Cooperativas de Crédito Rural de Pranchita/PR e Santo
Antônio do Sudoeste/PR / 247

CRESOL Pranchita/PR:
Uma Análise da Satisfação do Cooperado / 271

A Participação das Mulheres no Cooperativismo Solidário: O Caso
da CRESOL no Sudoeste do Paraná / 293

Administração e Lideração da Força de Vendas
em Cooperativas de Crédito / 323

CAPÍTULO III – ESTUDOS DE CASO SOBRE A APLICACÃO DO CRÉDITO RURAL

Estratégias de Recuperação de Crédito e Cooperados: a
Experiência do Revitaliza – CRESOL Honório Serpa/PR / 357

Análise da Aplicação dos Recursos tomados nas Linhas de Crédito
de Investimento Agrícola e Pecuário no Sistema CRESOL na
Região Sudoeste do Paraná / 379

Modernização da Agricultura Familiar na
Produção de Leite em Enéas Marques/PR / 403

Sistemas Agroflorestais (SAFs) na
Agricultura Familiar: Experiências de
Salgado Filho/PR e Manfrinópolis/PR / 419

Sucessão na Agricultura Familiar:
O Olhar de Jovens que vivem no Rural / 439

PREFÁCIO

A Economia Solidária (Ecosol) no Brasil constitui-se fundamentalmente como uma prática de resistência e enfrentamento de trabalhadores e trabalhadoras, organizados economicamente em empreendimentos econômicos solidários e politicamente em movimentos sociais rurais e urbanos, que se engajam na construção de novos paradigmas e práticas de desenvolvimento em bases justas e sustentáveis.

No contexto rural brasileiro, a Ecosol encontra nas lutas e fazeres da agricultura familiar seu maior espaço de existência. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), que traz resultados nacionais do Mapeamento 2010-2013, agricultores familiares são maioria na economia solidária, alcançando percentual de 55% do universo de EES mapeados.

De fato, nos últimos anos tem crescido sobremaneira a organização cooperativa e autogestionária da agricultura familiar, com destaque especial para o setor do Cooperativismo de Crédito, um dos que mais se amplia no Brasil.

Ainda segundo dados do SIES 2010-2013, a questão do crédito e da comercialização, aliados ao tema do assessoramento

técnico, constituem as três principais problemáticas para os empreendimentos econômicos solidários do meio rural e urbano. Daí a indiscutível necessidade de aproximação entre os três ramos do cooperativismo: crédito, produção/comercialização e serviços.

O presente livro, compreendendo essa realidade, disponibiliza diferentes e complementares olhares sobre essas e outras questões, através de uma coletânea de artigos que vão desde a caracterização dos desafios, estratégias e perspectivas do cooperativismo da agricultura familiar – e em particular o ramo crédito – até a disponibilização de reflexões importantes a luz de estudos de caso de valiosas iniciativas ligadas ao Sistema CRESOL.

A presente publicação corrobora, portanto, para um rico e necessário processo de formação de quadros técnicos e dirigentes nesta área; com conteúdos que, embora sejam focados no tema específico do crédito rural – permitem compreender a questão do crédito numa perspectiva mais ampla, situando-o enquanto como elemento importante no processo de promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil rural.

Boa leitura!

Manoel Vital de Carvalho Filho

Diretor do Departamento de Fomento à Economia Solidária
Secretaria Nacional de Economia Solidária
Ministério do Trabalho e Previdência Social

APRESENTAÇÃO

Dois décadas marcam a história do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário, iniciado por idealistas que acreditaram no sonho e construíram o projeto de um novo cooperativismo, pautado pela solidariedade e tantos outros valores e crenças que somente por meio da cooperação são possíveis tornarem-se práticas constantes.

O surgimento do Sistema Cresol de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária há 20 anos, deu origem à construção de um novo cooperativismo. Onde no lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e para o controle social.

A expressão 'interação solidária' significa que, mesmo as cooperativas sendo independentes e possuindo suas próprias regras de conduta, são solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social.

Nos 20 anos de cooperativismo solidário, provou-se que por meio de parcerias e com a força dos agricultores familiares foi

possível construir um Sistema sólido, com os alicerces, valores e princípios pautados na cooperação, que hoje após duas décadas tem muito a contar sobre sua evolução. Evolução essa que é de cada agricultor cooperado, que ajudou a escrever essa história, e cresceu junto com a Cooperativa.

Muitos desafios foram enfrentados para que hoje a Cresol possa ser vista e reconhecida como referência nacional e internacional em cooperativismo de crédito solidário. O Sistema Cresol é o resultado de uma construção coletiva, de lutas de famílias agricultoras, por acesso ao crédito, a terra e por uma vida digna no campo, e que foi, além disso, pois trouxe conhecimento, formação e transformou esses agricultores em atores protagonista da própria realidade.

A Cresol acredita em seus cooperados e desta forma, muito mais que disponibilizar crédito aos agricultores familiares, busca contribuir para o desenvolvimento sustentável de novas áreas e grupos sociais e para a erradicação da pobreza nas comunidades onde atua, sendo um diferencial positivo na vida de cada cooperado.

Essa busca constante trouxe muitas conquistas, dentre elas as parcerias fundamentais para a construção de uma rede de formação completa ao quadro social e aos diretores e colaboradores das Cooperativas Cresol.

Na área de formação, as cooperativas filiadas a Cresol Baser, deram um importante passo, tendo em vista a necessidade de ampliação e melhoria na formação de seu quadro social, colaboradores e dirigentes. Constituindo em 2005 o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário (INFOCOS), que ao longo

da caminhada realiza importantes parcerias com Universidades e outras instituições para aproximar ainda mais o processo de capacitação dos diferentes públicos de atuação da Cresol.

O livro "Saberes da Cooperação" é reflexo de que as parcerias desses anos de caminhada cooperativista estão cada dia mais fortalecidas, onde os avanços com as Universidades e demais instituições é retratado nos artigos apresentados pelos colaboradores e diretores reunidos neste material.

Os artigos apontam relevantes percepções e resultados de estudos realizados nessa caminhada de 20 anos do Cooperativismo da Cresol, escritos por mãos que em muitos casos ajudaram a construir essa história, retratando suas experiências e visões das ações, desafios e avanços do cooperativismo de crédito solidário.

A Cresol caminha para ser uma instituição financeira completa, preocupando-se não apenas com o repasse do crédito, mas ela trabalha para ser o local onde o agricultor encontre todos os serviços financeiros necessário para o seu desenvolvimento e de sua propriedade.

Muitos desafios foram vencidos, porém ainda existem muitos obstáculos a serem superados para o crescimento ainda maior das cooperativas, que hoje abrangem mais de 450 municípios em oito estados brasileiros, com diferentes culturas e produções, retratando realidades distintas de uma agricultura familiar, diversificada e produtiva.

Esses desafios foram apontados no Planejamento Estratégico Participativo – PEP Cresol 2016/2020, realizado nas Cooperativas Singulares do Sistema, reunindo mais de 2300

pessoas, onde se discutiu os rumos para os próximos anos da Cresol, com foco na sustentabilidade institucional, pautados em eixos estratégicos e econômicos de atuação, destacando os desafios para o crescimento, fortalecimento e consolidação do Sistema.

Além dos desafios, o planejamento também reafirmou os compromissos da Cresol apresentados em sua missão: "Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional", e visão: "Crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social".

Os próximos anos o Sistema Cresol tem metas desafiadoras, e por meio da cooperação, acreditamos que é possível continuar crescendo e atendendo cada vez mais e melhor os agricultores familiares e cooperados da Cresol nas mais diferentes áreas de abrangência, expandindo o cooperativismo solidário para cada vez mais famílias que hoje estão a margem do Sistema Financeiro, e ampliando e modernizando seus produtos e serviços, aqueles cooperados que juntamente com a Cooperativa ajudam a desenvolver a economia local.

A Cresol ajudou a escrever a história do cooperativismo de crédito e da agricultura familiar, onde sua história se confunde e se completa com as vitórias desses setores tão importantes e representativos para toda uma nação. Setores que unidos provaram que podem juntos fazer a diferença na vida de milhares

de pessoas, com o crédito de forma solidária gerando renda, inclusão social e SABERES por meio da COOPERAÇÃO.

Alzimiro Thomé

Presidente da Central Cresol Baser
Novembro de 2015

INTRODUÇÃO

Este livro é uma coletânea de artigos produzidos por colaboradores e diretores das Cooperativas do Sistema Cresol em momentos de estudo e reflexão sobre a prática do cooperativismo de crédito solidário e da agricultura familiar. O Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL e Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS, vem ampliando os canais de parcerias com as instituições de ensino objetivando o aperfeiçoamento e apropriação de conhecimentos por parte de todos os envolvidos com este cooperativismo.

Estes artigos são também os resultados obtidos junto à pesquisas e estudos de alunos da terceira turma do Curso de Pós Graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e da MBA em Gestão em Cooperativas de Crédito da Universidade Paranaense – UNIPAR, ambas *campi* de Francisco Beltrão/PR que aconteceram nos anos de 2013 e 2014, e em outras Universidades nas quais colaboradores e diretores finalizaram suas especializações. Dividido em três capítulos, este livro apresenta-se da seguinte forma:

O Capítulo I apresenta 06 artigos, trazendo uma abordagem intitulada: "Cooperativismo da Agricultura Familiar: um debate estratégico".

O Capítulo II apresenta 06 artigos, contemplando temáticas que abordam "Estudos de caso sobre as práticas cooperativas".

O Capítulo III, com 05 artigos traz os "Estudos de caso sobre a aplicação do crédito rural".

Todas estas produções elaboradas pelos alunos e seus professores nos levam a debater e refletir sobre a importância de cada um dos resultados apresentados, bem como as contribuições teóricas demonstradas.

Aliado a isso, está presente num momento muito importante do Sistema CRESOL – seus 20 anos de existência. Todos estes fatores levam a visualizar a importância que a CRESOL apresenta social e economicamente nos mais diferentes contextos onde está inserida. Por isso, diversas pessoas contribuem com seus estudos para engrandecer ainda mais o Sistema CRESOL e o cooperativismo solidário.

CAPÍTULO I

COOPERATIVISMO DA AGRICULTURA FAMILIAR: UM DEBATE ESTRATÉGICO

**A ECONOMIA SOLIDÁRIA E SEU POTENCIAL
TRANSFORMADOR:
UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O DEBATE VIGENTE**

Bruna Tavares Freire¹
Roselaine Navarro Barrinha²

INTRODUÇÃO

Contemporaneamente muito se tem questionado a respeito da prática efetiva da solidariedade e da autogestão em instituições que se autodenominam como de economia solidária. Tal questionamento não apenas coloca em questão a referida prática, como a proposta de transformação que a economia solidária carrega em si, a qual vem sendo defendida no Brasil desde meados da década de 1980 por Paul Singer. Diante de tal contexto, e da importância que instituições que afirmam integrar a chamada economia solidária têm na região sudoeste do Paraná, como é o caso da CRESOL, faz-se necessário tomar parte no referido debate.

¹ Analista CRESOL, Salgado Filho/PR.

² Professora Dra, Pesquisadora Grupo de Pesquisa GEPEAD, Unioeste.

A importância de tal discussão está não apenas em compreender os pontos determinantes para se caracterizar uma instituição como efetivamente integrante da chamada economia solidária, mas para, além disso, apreender como, a partir da observância e prática das categorias anteriormente mencionadas – solidariedade e autogestão – se faz possível pensar numa transformação econômica e social que se inicie dentro do próprio modo de produção vigente.

O método de pesquisa utilizado é o do materialismo histórico e dialético que segundo Alves (2010) é um método capaz de gerar núcleos de sentido através de noções de contradição e que prevê desvendar as medidas constitutivas do tema empregado. As fontes consultadas a fim de melhor entender a relação da Economia Solidária com a transformação do modo de produção capitalista foram basicamente secundárias. Nesse sentido vale destacar que a pesquisa bibliográfica se ateve a duas categorias centrais que qualificam a chamada Economia solidária sendo elas; solidariedade e autogestão.

O objetivo foi ressaltar a importância das categorias no que diz respeito à sua caracterização nos empreendimentos da economia solidária. O objetivo em tal discussão foi o de evidenciar que a efetiva prática das mesmas no âmbito da Economia Solidária é condição essencial para que essa de fato tenha um potencial transformador. Para além do mencionado, o artigo descreve a Economia solidária como fruto do processo excludente e da sociedade desigual que se apresenta a partir do desenvolvimento do modo de produção capitalista. Em outros termos, o artigo

discute que as crises do capitalismo acabam contribuindo com a expansão da chamada Economia Solidária.

Revisão de Literatura

A economia que se observa hoje está pautada na competição. Nesse sentido, as mercadorias – incluindo a própria força de trabalho – vivem no mercado submetidas a um intensivo e constante processo concorrencial.

Essa lógica individualista e concorrencial que marca historicamente a sociedade contemporânea não é a-histórica. Ao contrário, essa sociedade e o acirramento concorrencial nela vigente é fruto do desenvolvimento de séculos, remontando tempos do século XIV, quando a forma da sociedade capitalista começou a se evidenciar mais claramente – ainda que não em sua forma madura.

Tendo em vista a longevidade do processo histórico que produziu e continua a produzir a sociedade presente, o modo de produção capitalista e a concorrência a ele imanente aparecem às pessoas como algo natural. Em outros termos, cada indivíduo vivencia esse processo como algo extremamente normal. Sendo assim, a lógica natural que rege cada um em suas ações é de adequação ao mercado e não de questionamento à razão de ser de tal lógica e/ou por que é preciso ser de tal forma – se é que tem que ser. Em outros termos, a possibilidade de enfrentamento e/ou mudança se extingue mesmo antes de ser considerada.

Paul Singer (2002) sugere que esta forma de competição pode ser comparada à ditadura, ditadura do capital, onde cada

funcionário deve obediência irrestrita à pessoa que comprou seu trabalho. Essa pessoa, na lógica vigente é apenas o capital personificado. Nesse sentido, a condição para que uma mercadoria, incluindo aqui a força de trabalho, seja útil ao capital, é que ela possa ser realizada no mercado de forma tal que garanta a ele a ampliação do seu valor, tal como menciona Marx.

Portanto, para que isso ocorra, para que a mercadoria seja útil ao capital, ela tem que viver um processo de adequação constante – essa é a lógica que rege o mercado. As mercadorias que não enfrentarem satisfatoriamente tal lógica receberão, mais cedo ou mais tarde, uma negativa do mercado. Daí que o capital em sua lógica de acumulação esteja sempre criando meios para inovar, aumentar produtividade, conquistar mercados, etc. Daí que o capital exija da mercadoria força de trabalho as condições para manter-se competitivo.

Ainda de acordo com o mesmo autor, outra característica que marca a sociedade capitalista é a crescente desigualdade entre as classes sociais. Por um lado o trabalhador com seus ganhos consegue exclusivamente aquilo que é necessário para a sobrevivência. Por outro lado, a classe detentora das condições de produção, mais especificamente os grandes capitalistas, via processo competitivo, vêm aumentando o seu capital e intensificando a exploração da força de trabalho. Em outros termos, ao mesmo tempo em que se amplia a massa dos atingidos pela pobreza, por outro, se expande de forma concentrada a riqueza.

[...] o capitalismo produz desigualdade crescente, verdadeira polarização entre ganhadores e perdedores. Enquanto os primeiros acumulam capital, galgam posições e avançam nas carreiras, os últimos acumulam dívidas pelas quais devem pagar juros cada vez maiores, são despedidos ou ficam desempregados até que se tornam *inempregáveis*, o que significa que as derrotas os marcaram tanto que ninguém mais quer empregá-los (SINGER, 2002, p. 08).

O autor acredita que para ocorrer uma sociedade igualitária seria necessário que a economia se desenvolvesse de forma cooperativa, solidária e não da forma como se encontra atualmente, onde o que se valoriza é a competitividade. A competitividade, tal como aparece no capitalismo, incita os indivíduos a vivenciarem uma lógica essencialmente individualista. Nesta não há espaço para enxergar o outro, a não ser, que isso se coloque como uma exigência para a manutenção da competitividade. É o caso, por exemplo, dos rótulos tão amplamente utilizados por inúmeras empresas, "empresa socialmente responsável", "empresa amiga da criança", "empresa amiga do meio ambiente", etc.

Assim, para que a sociedade possa de fato desenvolver uma lógica de reprodução material diversa da atual, que tenha em conta o outro, que enxergue de fato o conjunto social, ela necessita antes de tudo entender que a lógica que rege a produção material contemporaneamente, portanto, o capitalismo, é fruto de um processo histórico e, como tal, pode ser não apenas modificado, mas superado.

Em outros termos, a sociedade precisa compreender que a economia que existe não é a-histórica, natural - no sentido de que imutável. Ela é produto da falência da forma de reprodução material que a antecedeu, e foi gestada por séculos, a partir das deficiências do modo de produção feudal, donde se pode igualmente inferir que também o capitalismo não é eterno. No mesmo sentido, talvez sem que se tenha conta, a nova forma de reprodução material já esteja sendo gestada. Quem sabe o crescimento da economia solidária seja um indicativo nesse sentido.

É, portanto, nesse viés que surge a chamada economia solidária, cuja lógica se contrapõe à lógica que orienta o modo de produção capitalista. As diversas formas de reprodução material que integram e/ou se classificam como de economia solidária vem ganhando força ao longo do desenvolvimento do processo histórico. Segundo Singer (2003) a economia solidária é assim criada e recriada pelos que se encontram à margem da sociedade, do mercado de trabalho. Ela surge como um modo de produção e distribuição alternativo ao modo capitalista existente.

Singer salienta que a economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição, com o princípio da socialização destes meios. Esses meios só podem ser socializados quando há uma organização igualitária pelos que se associam para comerciar, consumir, poupar ou produzir.

Nessa lógica os trabalhadores seriam os donos dos meios de produção e conseqüentemente fariam a gestão do empreendimento, caracterizando assim uma gestão

autogestivária, ou seja, os cooperados seriam seus próprios patrões ajudando a pensar e a administrar o seu empreendimento.

O senso comum leva a pensar que não há diferença quanto a trabalhar em uma empresa capitalista ou em uma empresa solidária. Singer (2002) salienta que esta impressão é falsa, pois há diferenciação e que ela é gritante, tanto no ponto de vista da participação/envolvimento, quanto do ponto de vista da distribuição do resultado do trabalho.

Na empresa capitalista, os salários são escalonados tendo em vista maximizar o lucro, pois as decisões a respeito são tomadas por dirigentes que participam nos lucros e cuja posição estará ameaçada se a empresa que dirige obtiver taxa de lucro menor que a média das empresas capitalistas. Na empresa solidária, o escalonamento das retiradas é decidido pelos sócios, que têm por objetivo assegurar retiradas boas para todos e principalmente para a maioria que recebe as menores retiradas (SINGER, 2002, p 13-14).

Na empresa solidária prevalece o interesse em manter a solidariedade entre os cooperados. O maior objetivo na verdade seria o de promover a economia solidária e dar trabalho e renda para quem está à margem da sociedade e conseqüentemente precisa, bem como, difundir um modo igualitário e democrático de organizar a reprodução material, o que na empresa capitalista é algo impensado haja vista que é justamente o processo de exploração com relação à força de trabalho que a sustenta,

As relações capitalistas de produção são, como é conhecido, de exploração: o trabalhador não se apropria do produto do

seu trabalho e o salário que recebe é de valor menor que o produzido pelo seu trabalho(SINGER, 1982, p. 43).

A Economia Solidária carrega em si os ideais do cooperativismo e como este, surge impulsionado pelo crescimento das desigualdades sociais incitadas pelo capitalismo. Ela carrega em si uma forma diferente de pensar o modo como produzir, caracterizando-o por maior participação na tomada de decisão por parte do trabalhador, pela solidariedade incutida nesse novo modo de produção. Ela carrega em si a necessidade de devolver ao trabalhador a posse das condições materiais de produção e a capacidade de efetivamente organizar e gerir a produção, a partir de uma visão que enxergue necessariamente o coletivo.

Pode-se dizer, portanto que é o próprio desenvolvimento do capitalismo que acaba gerando e ampliando a chamada economia solidária, já que é nos momentos de crise deste que ela vai ganhando força e se expandindo, tanto do ponto de vista prático, quanto teórico.

Desde o início está o capitalismo sujeito a crises e, a partir do momento em que ele passou a dominar a economia de várias nações, estas crises adquiriram caráter cíclico e passaram a desempenhar um papel decisivo no que se refere à compreensão crítica do funcionamento do sistema (SINGER, 1977, p. 145).

São nesses momentos de crise que o mercado subitamente perde a capacidade de absorver a integralidade da produção. A consequência é um desajuste entre oferta e demanda que resulta

em crescimento de mão de obra disponível, ou seja, a força de trabalho pode muito rapidamente passar da condição de necessária para a de insignificante.

2. Solidariedade e Autogestão como Categorias Essenciais da Economia Solidária

De acordo com Pinto (2004), contemporaneamente se vê claramente o avanço da precarização dos que vendem sua força de trabalho. Esse avanço, de acordo com o referido autor se manifesta segundo duas ordens, mutuamente implicadas. De um lado o avanço do mercado retraindo a capacidade reguladora do Estado, onde o sinal mais evidente é a perda do emprego assalariado estável como horizonte para a satisfação das necessidades básicas de vida. De outro lado, a crise dos enquadramentos coletivos que forneciam as referências ao posicionamento do indivíduo no mundo, embaralhando as narrativas pessoais e confrontando os indivíduos e suas próprias identidades.

Ainda segundo tal autor, este contexto implica grandes riscos, mas também grandes possibilidades, pois o agravamento da condição social, a instabilidade econômica, as crises que surgem, ressurgem e se intensificam no capitalismo reforça a Economia Solidária como a maior de todas as possibilidades. Assim, ela ganha força neste contexto de crise e pode ser desenvolvida como algo novo e significativamente forte na construção de uma nova significação do modo de produção.

No entanto, para vir à tona em sua totalidade, ela deve construir-se e reforçar-se a partir das fraquezas do modo de

produção vigente. Assim, ela tem que promover um processo de ressignificação da lógica produtiva, do verdadeiro fim da produção, do como produzir e do para quê produzir. Para tanto ela tem que necessariamente, dentro das instituições que se classificam como de Economia Solidária conceituar, esclarecer e praticar efetivamente as duas categorias que são essenciais a ela, quais sejam: Solidariedade e Autogestão. É o entendimento e a prática concreta de tais categorias que orientam de fato a construção de uma forma de produção/reprodução material alternativa à atual.

Mas que tipo de solidariedade é esta que qualifica a Economia Solidária? A palavra solidariedade em si pode conduzir a várias significações. Ela pode ser entendida como filantropia, ou seja, a ajuda dada ao próximo. Tal ajuda, que pode se realizar por via financeira, por exemplo, evidencia a ato benemérito de quem é "solidário" – e ou de compaixão perante o necessitado –, em face das necessidades da sociedade. Tal solidariedade não raramente se volta para o atendimento de necessidades de primeira ordem, como alimentação, vestuário, moradia entre outros. Na maioria das vezes, este tipo de solidariedade carrega em si a geração de um sentimento de dívida do que recebeu ajuda frente ao que foi solidário. Em outros termos, a pessoa que passa por necessidade se sente em débito com a pessoa que lhe deu apoio ou lhe ajudou no momento em que precisou, dessa forma há a manutenção da desigualdade social e, por conseguinte do modo de produção econômico e político vigente.

Entretanto a categoria Solidariedade que de fato caracteriza a Economia Solidária não carrega em si tal

significação. Segundo Amorim (2010), o termo Solidariedade que é objeto de discussões no século XIX, é um termo amplo e de várias interpretações, que em sua maioria destacam a incapacidade do mercado de manter a paz social prometida diante da pobreza por ele desencadeada. É um termo indissociável dos ideais socialistas e seu princípio está na democratização da sociedade. O caráter da Solidariedade se coloca como manifestação da democracia e enfrentamento do *status quo*, ou seja, a possibilidade de ocorrer mudanças sociais através das lutas daqueles que estão fora do sistemas, ou seja, estão à margem da sociedade (Demo apud Amorim, 2010). Assim, reconhecem a potencialidade de transformação social de uma Economia Solidária que carrega em si de fato a Solidariedade.

Poder-se ia dizer, que a solidariedade de fato pode ser considerada como uma forma de consciência voltada para o todo, para o coletivo e não individual. A partir dessa interpretação, poder-se ia dizer que a economia de fato solidária – portanto as organizações que a conforma – devem ter por fim libertar o homem da forma de pensar individual. Esse é o meio necessário para que se possa de fato superar a forma de produção da vida que está dada hoje. Essa superação envolve uma práxis que emerge das experimentações dos homens produtores diretos tecendo-se em homens humanizados nesse processo, e é através dela que se torna possível a reprodução material de forma planejada e consciente, pensando no coletivo que compõe a sociedade. Nesse sentido, a solidariedade aparece como fator produtivo, e como uma relação entre pessoas, como enfatiza o próprio Singer (2002).

Ainda segundo Singer (2002), a categoria Solidariedade vem de encontro ao predomínio da igualdade entre todos os membros de uma economia, onde a economia seria solidária e não competitiva; isso significa que os membros deveriam cooperar entre si.

Nas cooperativas de Economia Solidária todos os sócios deveriam cooperar entre si e cada um teria uma mesma parcela de capital e por decorrência o mesmo direito de voto em todas as decisões, ou seja, a relação de propriedade estaria esgotada, e o capitalismo superado uma vez que a relação capital trabalho adquire diferenciação explícita.

Não deveria haver competição entre os sócios, pois todos lutam por um mesmo ideal, o crescimento de sua cooperativa. Ela crescendo todos os sócios ganhariam da mesma forma, pois a divisão seria de forma igual para cada sócio. O que importa para Singer é entender que a desigualdade não é algo normal nem muito menos natural, segundo ele:

Se toda economia fosse solidária, a sociedade seria muito menos desigual. Mas, mesmo que as cooperativas cooperassem entre si, inevitavelmente algumas iriam melhor e outras pior, em função do acaso e das diferenças de habilidade e inclinação das pessoas que as compõem. Haveria portanto empresas ganhadoras e perdedoras. Suas vantagens e desvantagens teriam de ser periodicamente igualadas para não se tornarem cumulativas, o que exige um poder estatal que redistribua dinheiro dos ganhadores aos perdedores, usando para isso impostos e subsídios e/ou crédito (SINGER, 2002, p. 10).

Neste trecho o autor exemplifica bem o que para ele é a solidariedade na perspectiva da Economia Solidária. A solidariedade aparece como uma relação entre os associados e o fator produtivo.

A outra categoria da Economia Solidária seria a Autogestão que nada mais é do que a democratização e socialização na tomada de decisões dentro da cooperativa, onde todo cooperado pode dar sua contribuição. Geralmente quando as cooperativas e/ou associações tem número menor de cooperados as decisões são tomadas em assembleias com a presença e participação de todos os sócios. No entanto, quando o número de cooperados é maior torna-se mais difícil a organização de assembleias gerais, pois é mais complicado conseguir realizar uma discussão significativa com grande número de pessoas. Em tal contexto geralmente são eleitos delegados por seção ou departamentos que se reúnem para deliberar em nome da grande maioria, munidos é claro por ideais já discutidos anteriormente com seu departamento/seção.

Nota-se que na Economia Solidária o esforço exigido dos trabalhadores é adicional ao da empresa capitalista, tendo em vista que eles precisam inteirar-se de tudo que acontece. Os problemas gerais da empresa devem ser apreendidos e estudados por todos os associados para que todos tenham poder na hora de dar contribuições significativas para o bom funcionamento do empreendimento. No entanto, a participação efetiva dos associados neste processo nem sempre acontece, o que vem a ser o maior inimigo da autogestão. Diversas são as razões que justificam a não participação efetiva dos associados na gestão direta, no

entanto, não raras vezes estas partem da avaliação autodepreciatória que os associados fazem de si mesmo e de sua formação, como destaca Amorim (2010, p. 112).

[...] a baixa escolarização e qualificação profissional dos associados se apresenta como ponto de tensão na vivência da autogestão nos empreendimentos de economia solidária. Esse cenário resulta em maiores dificuldades dos associados em desenvolver qualificações necessárias ao processo produtivo e à gestão, o que dificulta o processo coletivo. Por consequência, ocorre frequentemente a abstenção de parte dos sócios na condução do negócio por não se sentirem preparados para a tarefa. Isso resulta no estabelecimento de relações hierarquizadas no interior dos grupos já que apenas alguns se posicionam a frente do negócio (AMORIM, 2010, p. 112).

Portanto, em geral não é a direção desses empreendimentos que sonega informações são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em seu lugar, o que ela aceita sem reclamar tendo em vista que alguns assuntos podem gerar conflitos entre os sócios. Quando isto acontece a Economia Solidária sente dificuldades em exercer seu verdadeiro papel de transformação na sociedade capitalista e é desta forma que se redesenham novas formas de empreendimentos solidários.

É corroborando tal afirmativa que Gaiger (2003) salienta que contrariando a ideia de que o espaço econômico esteja tomado completamente pelo capitalismo global, as empresas solidárias têm tendência de ocupar nichos específicos de mercado,

principalmente protegidos dos grandes concorrentes. Exemplos desses nichos de mercado são os empreendimentos que valorizam o trabalho de pessoas que geralmente não tem oportunidades de trabalho em outras frentes, entre eles os trabalhadores que se unem em cooperativas; cooperativas de reciclagem, de trabalhadores rurais, de mulheres entre outros.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após o estudo empreendido sobre a raiz histórica da Economia Solidária verificou-se que ela carrega em si os ideais do cooperativismo e que seu surgimento foi – e é – impulsionado pelo crescimento das desigualdades sociais imanentes ao capitalismo, ela carrega em si uma nova forma de pensar a sociedade, caracterizando-se por uma maior participação na tomada de decisão por parte do produtor direto, bem como pela solidariedade que lhe qualifica.

Não se pode afirmar que sua prática por si só suscite uma mudança a ponto de elencar o socialismo como modo de produção, mas seria ela, a semente que germina em meio ao processo de produção capitalista, rumo a um novo modo de produção? É certo que seus princípios podem ser suplantados não apenas por estar a economia solidária imersa em uma realidade social onde predomina a competição tipicamente capitalista, mas também pela dificuldade de vivenciar de fato entre os seus associados as categorias essenciais à uma forma de empreendimento que seja de fato solidário. Tal dificuldade, no entanto, não deve obscurecer que há de fato desafios a serem

trilhados e o desafio essencial de empreendimentos que se afirmam solidários, da economia solidária, portanto, deve ser o de promover junto aos seus associados a verdadeira compreensão das categorias solidariedade e autogestão. Tal enfrentamento é importante na medida em que é tal compreensão que conjugará e confiará a cada associado um papel de sujeito no processo de mudança.

Assim, dado o exposto poder-se ia dizer, concordando com Paul Singer que a economia solidária poderia de fato assumir um papel transformador a partir de dentro do próprio capitalismo, ou seja, gestar a partir da sua inserção nele uma forma de produção e de distribuição que o superasse. No entanto, vale ressaltar, esse papel somente pode se mostrar viável – ao que tudo indica – se de fato os indivíduos que compõem a economia solidária forem formados num ideal de solidariedade e de autogestão.

Vale ressaltar que a pretensão desse artigo não foi o de negar ou afirmar o potencial transformador da economia solidária, mas pensar sobre ele e fazer algumas indicações no referido sentido. Tais indicações, no entanto, não poderiam ser elencadas sem a compreensão dos dois pilares essenciais da economia solidária – solidariedade e autogestão e do papel central que elas exercem não apenas no sentido de caracterizar o empreendimento como de economia solidária ou não, mas especialmente no sentido de assegurar que ele possa envolver os indivíduos que o integram em um processo autoformativo e transformador da realidade econômica e social.

REFERÊNCIAS

- ALVES, A. M. (2010). **O Método materialismo histórico (Marxismo) alguns apontamentos sobre a subjetividade.** *Revista de Psicologia da UNESP*, 10 (1).
- BARBIM, A. N. (2010). **ECONOMIA SOLIDÁRIA – princípios e contradições.** Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Mestrado em Políticas Sociais.
- BARBER, L. I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, n.39, p. 181-211, Jul/Ago.2003.
- PINTO, J. R. L. **Economia Solidária: um elogio à associação em tempos de crise.** Tese IUPERJ. Rio de Janeiro, 2004.
- SINGER, P. **O que é Socialismo, hoje.** Petrópolis, RJ: Vozes, 4ª edição, 1982.
- SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo, 1ª edição, 2002.
- SINGER, P. **Economia Solidária: um modo de produção e distribuição.** Em <http://www.oblatas.com.br/artigos> acesso em 10 de maio de 2013.
- _____, P. **Desenvolvimento e crise.** Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 2ª edição, 1977.
- _____, P. **A economia Solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo, SP: Contexto, 2003.

**COOPERATIVISMO:
UMA AÇÃO ECONÔMICA E EDUCACIONAL**

Luiza Maria da Silva Rodrigues¹
Roselaine Navarro Barrinha²

INTRODUÇÃO

A cooperação faz parte do processo de desenvolvimento histórico da humanidade que transforma as condições da reprodução material dos indivíduos, sendo assim parte do desenvolvimento da história humana. A cooperação já era visível nos tempos primitivos, quando os homens agiam em grupo para ampliar as chances de sobrevivência, especialmente em função da sua fragilidade física. Seja no referido período ou no atual, pode-se dizer que a razão de ser dos grupos associativos está na junção de forças com vistas a realizar atividades e/ou enfrentar situações que de forma isolada seriam impossíveis ou difíceis de serem desempenhadas ou resolvidas.

Contudo, apesar da associação entre os indivíduos remontar aos tempos mais primitivos da humanidade, o

¹ Analista de Formação Infocos, luizamaria@gmail.com.

² Professora Dra., Pesquisadora Grupo de Pesquisa GEPEAD, Unioeste.

cooperativismo enquanto forma organizativa e jurídica surgiu somente na era moderna, por meio do movimento originado em Rochdale na Inglaterra. Tal movimento caracterizou-se como um movimento de resistência e luta dos operários, artesãos e intelectuais, frente aos processos de desemprego, fome, miséria e exploração a que estavam submetidos pelo avanço do industrialismo urbano e pela infiltração do capitalismo no campo. O modelo de organização cooperativo foi julgado naquele momento inovador, porque além de utilizar-se da cooperação e mutualismo, foi capaz de elaborar uma série de orientações que foram seguidos como um roteiro para as ações dos grupos cooperativos desde então.

Retomar o pressuposto organizativo da proposta cooperativa faz parte do escopo deste artigo, que está dividido em 03 partes, além desta introdução e da conclusão.

Na segunda parte buscou-se relatar o contexto histórico e social do berço do cooperativismo, apresentando-o como uma proposta de resistência dos trabalhadores, frente ao capitalismo que se fortalecia na Europa. Ao mesmo tempo, a discussão foi conduzida até o Brasil contemporâneo, quando o cooperativismo passou a ser instrumento dos projetos desenvolvimentistas. Para dar conta de tal ponto foram revisitados escritos que trazem um pouco do ideário dos pioneiros de Rochdale, buscando identificar as razões e os objetivos da proposição deste modelo.

Na terceira parte discutiu-se a respeito da retomada da proposta do cooperativismo de fato – pautado na autogestão e na solidariedade –, como instrumento social para a construção de modelos alternativos ao sistema hegemônico.

Na quarta parte, buscou-se enfatizar que o princípio da educação cooperativa, pode contribuir com a retomada da função do cooperativismo, enquanto valor social, e enquanto formador de sujeitos que participem e atuem numa relação direta com a construção de novos projetos de sociedade.

Na última parte apresentou-se as considerações a respeito da utilização do espaço cooperativo enquanto espaço privilegiado para construção de propostas de educação que contemple a retomada pelos valores da coletividade, sociedade e cooperação, numa constante busca por uma educação que forme sujeitos críticos, capazes de modificar sua realidade e construir novos modelos sociais.

1. O Cooperativismo: dos Pioneiros de Rochdale à Contemporaneidade

A cooperação humana sempre foi compreendida como um valor presente e inerente à sociabilidade humana e que caracterizou fortemente os modos de vida e produção. Porém, a ruptura do feudalismo e a emergência do capitalismo trouxeram a presença do modelo de produção social pautado na separação do trabalho e do trabalhador, na concentração de riquezas, e na exploração demasiada dos recursos naturais. Esse novo modelo a partir do qual se passou a reger a produção social trouxe com ele não apenas um aumento espetacular da produtividade do trabalho, mas também a criação do desemprego, da miséria, da fome, a expulsão dos camponeses e a concentração populacional nas cidades.

Foi o surgimento do referido cenário que incitou a formação de grupos de resistência, que ora com maior ou menor intensidade e sustentação, apresentavam possibilidades alternativas de produção e de convivência humana, contrárias ao modelo econômico hegemônico. O movimento cooperativo pode ser encontrado entre esses movimentos. Foi dessa forma que o cooperativismo se constituiu sob forma jurídica e como modelo de resistência e proposição além capitalista. Os seus protagonistas, os idealistas e utópicos-artesãos urbanos e camponeses, em meio a debates políticos, utilizavam o modelo de sociedade cooperativa como forma de resistência, ao mesmo tempo em que proporcionavam ganhos sociais e econômicos aos envolvidos. A pretensão era que o movimento cooperativo, pelo resultado e exemplo desencadeasse modelos semelhantes de relacionamento socioeconômico a toda a humanidade, mostrando-se, portanto, mais desejável para a sociedade.

De uma forma geral, poder-se-ia dizer que o cooperativismo deveria ser reconhecido como uma organização social de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, constituída para que os associados possam ter suas necessidades comuns supridas e vivam num ambiente gerador de solidariedade, cooperação e confiança entre os membros.

Contudo, ao revisitar o processo histórico de formação desse movimento, pode-se observar que a luta social sempre esteve presente e que houveram modificações em sua função. Adequando-se a diferentes modelos de desenvolvimento. Na Inglaterra de 1844, o contexto era de concentração dos meios de

produção industriais e de exclusão da população em geral, o qual, por sua vez estimulou o surgimento do modelo cooperativo.

[...] o balanço negativo de tal sistema não foi menos espetacular, ao destruir a antiga estrutura econômica e social artesanal e da pequena produção e desapropriar os artesãos e trabalhadores de seus instrumentos de produção, mergulhando-os numa terrível miséria, exploração e dominação. (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

De acordo com o mesmo autor, o movimento cooperativista teve seu surgimento entre as organizações de massa da classe trabalhadora. Os movimentos operários conjugados aos princípios idealistas que resistiam aos processos excludentes sociais e econômicos criaram o modelo cooperativo. Esse se caracterizava como um ambiente de ação de baixo para cima, como uma proposta emancipacionista e construtiva. Em outros termos, a organização da produção estaria pautada não na centralização, mas na cooperação entre os indivíduos. A distribuição, por sua vez, seguiria os princípios da igualdade entre os indivíduos que integravam o grupo, portanto, as cooperativas

[...] surgem num momento em que o espírito de solidariedade havia desaparecido quase por completo na fase mais voraz e selvagem do começo do capitalismo industrial. As cooperativas surgem como uma reação emancipadora e uma resistência do mundo operário e camponês à grave situação de exploração durante a primeira fase da Revolução Industrial, quando o liberalismo de então era contrário a qualquer forma de associação profissional, que visasse à defesa

dos interesses de classe (SCHNEIDER, 2012, p. 254).

O avanço do industrialismo havia imprimido uma ótica social pautada no individualismo e ao retirar da grande massa da população as condições materiais da produção, as condições de enfrentamento e de negação ao modelo foram relativamente dificultadas. No entanto, o contexto social excludente não apenas dificultou a reação, mas também, num processo contraditório, acabou estimulando-a, na medida em que os trabalhadores, e os excluídos pelos processos de desenvolvimento em curso, se uniram para pensar uma mudança na ordem social. Esta possibilidade, no entanto, só poderia existir, se os que se opunham à ordem social vigente negassem o individualismo e em conjunto e como iguais, reagissem produzindo e distribuindo de forma cooperativa.

Portanto, a força dos operários estava na associação. Inicialmente, porém, as associações eram, ao mesmo tempo, partido, sindicato e cooperativa. Progressivamente, o movimento operário se diferenciou em três ramos principais: o sindicato, no campo trabalhista; o socialismo, no plano político e; o cooperativismo, como uma estrutura socioeconômica (SCHNEIDER, 2012, p. 255).

Em toda a Europa, ocorria uma série de outras iniciativas de resistência, como movimento sindical, partidos políticos e até mesmo lavouras e moinhos cooperativos. O objetivo era reduzir o custo de produção de farinhas para os camponeses (SCHOLTZ, 2009, p. 16). Tais iniciativas como enfatiza o mesmo autor, geraram uma série de represálias dos governos locais, que visavam eliminar a organização dos trabalhadores.

A bem da verdade, desde o século XIX, registram-se tentativas em instituir formas comunitárias e democráticas de organização da produção e o consumo, em resposta as aspirações de igualdade econômica e a necessidades de garantir meios de subsistência para a massa de trabalhadores (GAIGER, 2003, p. 102).

Os idealistas da proposta cooperativa entendiam que o cooperativismo seria o modelo de organização social capaz de gerar ações emancipatórias, pela construção de um ambiente em que as necessidades fossem satisfeitas tendo em vista o valor de uso, ou seja, o princípio efetivo da necessidade e não com o fim de acumulação. Em outros termos, o homem passaria a ser o centro, e não o mercado. Era essa a proposta de resistência pensada e criada como forma de superar o individualismo e a exploração capitalista. Por tal proposta viria à tona um ambiente de cooperação e mutualismo entre as pessoas.

1.2 A Necessidade de Definir Princípios

Assim que fundada, a proposta cooperativista avançou por toda a Europa, revelando a necessidade de propor a criação e a organização dos princípios cooperativos, como fruto de um processo de construção interna da história da iniciativa de Rochdale. Vale ressaltar que ainda que pensado por seus fundadores, eles foram sendo formulados durante a vida da cooperativa.

Esse modelo inicial evidentemente sofreu mudanças ao longo do processo histórico, sendo influenciado por correntes que

caminhavam entre os socialistas utópicos, anarquistas, cooperativistas, cristãos e socialistas, conduzindo o cooperativismo para o século XX, com uma infinidade de abordagens, que carregam controvérsias tanto no meio político, quanto acadêmico (GAIGER, 2013, p. 217).

A preocupação do movimento cooperativista no sentido de se elaborar princípios doutrinários internacionais ocorreu ainda em 1869, por meio de um encontro promovido pelos cooperativistas ingleses e franceses, mas foi somente em 1886, que a União Cooperativista Francesa propôs a criação de uma organização internacional que dentre outros aspectos, organizaria o debate acerca do tema referido. Apesar de todo o debate que teve início a partir de tal proposição, foi somente em 1895 que aconteceu, de fato, a criação da Aliança Internacional Cooperativa. Esta passaria a ser reconhecida mundialmente e se encarregaria da fixação e constante discussão dos princípios doutrinários mundiais, como ocorreu, por exemplo, em Paris, em 1937, depois em Viena, em 1966 e em Manchester em 1995, onde foram reafirmados e oficializados os princípios orientadores das práticas e ações das cooperativas (MACPHERSON, 2008, p. 40).

Desde então os princípios que regem o movimento cooperativista internacional são tratados como universais e distribuem-se em sete eixos: Associação voluntária e aberta; Controle democrático dos membros; Participação econômica dos membros; Autonomia e independência cooperativa; Educação, treinamento e informação dos associados, dos representantes eleitos e aos líderes da comunidade; Cooperação entre cooperativas a nível local, regional e internacional; Preocupação

com a comunidade contribuindo com o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades (MLADENATZ, 2003 p.141).

As ideias de cooperação e do mutualismo dos pioneiros de *Bastidade* foram sendo recriadas ao longo da história. Nesse processo de transformação e recriação muitas cooperativas têm, no entanto, se descolado da sua função social de se colocar como um movimento de resistência e ao mesmo tempo, como uma forma alternativa ao modelo de reprodução material em vigência.

Quando desconectado do processo histórico ao qual foi criado, os cooperativismos bem como seus princípios podem tornar-se meros roteiros, desprendidos de seu propósito social e de luta, servindo a todos os projetos de desenvolvimento. De outra forma, vale ressaltar que o espaço de luta social não é visível e/ou necessário a todos os modelos de desenvolvimento, tal como nos casos dos modelos hegemônicos e desenvolvimentistas em curso. Nestes casos, houve a recriação de princípios descaracterizados dos ideários aos que seus fundadores se propunham (KEIL; MONTEIRO, 1982). as referidas transformações não raras vezes, colocaram o cooperativismo numa condição de mero arranjo jurídico. Não raras vezes, tal prática tem colocado o cooperativismo como um instrumento empregado para minimizar algumas das mazelas trazidas à tona pelo modelo capitalista.

No caso brasileiro, o movimento cooperativista moderno foi trazido por imigrantes europeus, por volta de 1920, e se expandiu entre os grupos de camponeses na região Sul e Sudeste. Era um momento de interiorização do desenvolvimento nos campos via formação de comunidades (INFOCOS, 2006).

Grande parte dos imigrantes eram trabalhadores e agricultores europeus que fugiam do cenário de guerras e das consequências do avanço do capitalismo no campo, e vinham para o Brasil para reconstruir suas vidas. Ao chegarem enfrentaram a falta de recursos financeiros, dificuldade de registros das terras, impossibilidade de aquisição de maquinários e se utilizaram da cooperação comunitária e dos caixas comunitários rurais – fundos rotativos de crédito, administrado por padres locais, já que tais mecanismos se tornaram as alternativas possíveis de superação das dificuldades enfrentadas por eles. Estas formas coletivas acabaram se expandindo país a fora, como forma de mutualismo e de ajuda coletiva.

O governo brasileiro, com vistas ao crescimento nacional, apostou em projetos desenvolvimentistas, que se utilizavam da mão de obra dos imigrantes que chegavam ao país (DELGADO, 1985).

Dessa forma, o cooperativismo passou a servir de ambiente para a expansão e a fixação das tecnologias da modernização conservadora - Revolução Verde. Por sua vez, o cooperativismo genuíno, como o articulado por seus idealizadores, foi sofrendo distorções, e em muitas destas iniciativas, foram gradativamente se rendendo e tornando-se grandes empresas exportadoras, contribuindo para a expansão do chamado agronegócio. Algumas cooperativas trilharam tal caminho por autonomia de decisão, outras porque se deixaram emparelhar pelas políticas de Estado, nos anos 1960 e 1970, quando estimuladas pela Lei cooperativista 5.764/71, que intensificou as

fusões e as incorporações, reproduzindo a matriz concentradora dos meios de produção.

Os trabalhadores que faziam parte das cooperativas e as associações como espaço democrático, de mutualismo e cooperação foram isolados, pois a medida da reciprocidade e os procedimentos de gerenciamento de modo empresarial geravam desfortes e exclusão, desestimulando os trabalhadores e agricultores familiares a permanecerem agindo cooperativamente. Dessa forma as cooperativas agropecuárias foram se tornando apenas executoras de projetos desenvolvimentistas aos quais estava submetido o Brasil nos anos 60 e 70, obtendo privilégios de investimentos econômicos e em infraestrutura. As cooperativas foram os grandes parceiros na difusão e comercialização dos produtos para a Revolução Verde.

Sua razão de ser no mecanismo sistêmico produtivo é dúbia e multifacetada. Subvenciona a produção distribui os conhecimentos e os produtos do campo para o mercado. Nesta trama o agricultor fica efetivamente preso por um emaranhado de condições no sentido de "receber" tecnologia, atualizar seus conhecimentos e produtos tecnológicos. Ao mesmo tempo esta cooperativa age como representante dos grandes centros tecnológicos, parceiros produtivos [...] de grandes centros empresariais que produzem e vendem seus produtos [...] onde a cooperativa funciona no sentido educativo e distributivo (SANTOS, 2011, p. 56).

O processo de exclusão dos agricultores familiares e de sócios com menores condições econômicas de interagir e integrar-se ao modelo da Revolução Verde foi sendo fortalecido pelas

práticas de perpetuação de grupos diretivos que conduziam a cooperativa com falta de transparência, gerando ambiente de desconfiança, incerteza, e desilusão entre muitos agricultores, acrescido em muitos casos de alto endividamento.

Esta desconstrução do ambiente do processo histórico da luta tornando o cooperativismo, num instrumento multifacetado, ocasionou principalmente na América latina, em especial no Brasil, uma ruptura, permitindo espaço para a criação do cooperativismo autodenominado de solidário.

2. A Emergência do "Cooperativismo de Fato"

O cooperativismo de fato estava desfalecido, adequado aos modelos de desenvolvimento econômico vigente. É neste contexto que o cooperativismo se encontrava quando o país iniciou os anos 1980, imerso em uma crise econômica. Em tal quadro havia uma significativa diminuição na oferta de recursos em circulação, elevando as taxas de juros e ocasionando índices altos de desemprego. Em resposta, o movimento operário em São Paulo se uniu em cooperativas para realizar os processos autogestionários das indústrias têxteis falidas.

Alguns anos após a superação da ditadura têm início um novo contexto social com a nova constituição - a de 1988. O texto da constituição brasileira trouxe por sua vez possibilidades de articulação social, inclusive no campo das organizações. Dessa forma, muitos sindicatos e associações retomaram o debate sobre a existência de organizações econômicas alternativas e coletivas, dispostas a serem articuladas ao debate político organizativo. Essa sociedade em conjunto com o debate político organizativo. Essa sociedade em processo de emancipação tem em sua matriz, a ruptura com a

autonomia nas mãos do Estado e passa então a requerer novos paradigmas organizativos. É dessa forma que são recriadas cooperativas, sindicatos e tantas outras organizações conduzidas por trabalhadores e trabalhadoras.

Das iniciativas nascidas no meio urbano, aos movimentos sociais de resistências surgidos no campo, surgiu um quadro favorável e portanto, promissor para o desenvolvimento da economia solidária, que suscitou o apoio de amplos grupos, movimentos sociais, ativistas, órgãos públicos, intelectuais, etc. (HAIGER, 2003, p. 183). Os movimentos sociais em especial, visam no modelo autogestionário, a possibilidade de uma mudança social, que trouxesse respostas satisfatórias à problemática social em que se evidenciava a exclusão. É portanto, nesse contexto que a Constituição Federal de 1988 em seu art. 5º, inciso XVIII, determina que: "a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independe de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento (BRASIL, 2013)". Dessa forma, a autonomia assegurada às cooperativas estabeleceu que o Estado não poderia intervir nas atividades cooperativas.

Desde então, as iniciativas baseadas pela experiência autogestionária, somadas ao processo de cooperação preconizado pelo cooperativismo, vem determinando

[...] uma racionalidade em que a proteção àqueles que detêm a capacidade de trabalho se torna vital. Ao propiciar uma experiência efetiva de dignidade e equidade, o labor produtivo e enriquecido do ponto de vista cognitivo e humano. [...] A autogestão e a cooperação são acompanhadas por uma reconciliação entre o trabalhador e as forças

produtivas que ele detém e utiliza (GAIGER, 2003, p. 193).

Este modelo de cooperativismo autogestionário, passou a denominar-se de economia solidária, passou a se utilizar e a propor que a ação de cooperar fosse também uma forma de substituir as relações de exploração, o individualismo e a coerção por outras, que pudessem promover as pessoas e as coletividades, na produção e distribuição de riquezas, difundindo os valores da solidariedade humana (GAIGER, 2003). Na leitura desse movimento cooperativista, o cooperativismo solidário precisa necessariamente, agir para uma ação emancipatória, além das relações puramente econômicas, tão unicamente presentes em experiências cooperativas que foram corrompidas no Brasil, nos anos 1960 e 1970.

A economia solidária é uma forma de compreender o cooperativismo, num espaço de resistência e luta, como afirma SINGER (2012), "é uma criação em processo contínuo de trabalhadores em luta contra modelos hegemônicos. Como tal, ela não poderia preceder o capitalismo industrial, mas o acompanha como uma sombra, em toda sua evolução". Entre tantos princípios, diretrizes e conceitos que perpassam o ambiente do cooperativismo, no caso em questão do cooperativismo solidário, há dois conceitos que embasam toda a sua articulação enquanto movimento emancipatório, como uma ação alternativa ao sistema vigente na sociedade capitalista. São os conceitos de solidariedade e autogestão.

3.1 A autogestão

A reconversão das estruturas sociais cooperativas pressupõe a construção de outras formas sociais de organização, se referindo às "práticas de autogestão e cooperação".

Primeiro, porque o capital só pode ser eliminado quando os trabalhadores estiverem aptos a praticar a autogestão, o que exige um aprendizado que só a prática proporciona". De outro modo, o que colocar no lugar da gestão capitalista? Certamente não um planejamento geral que centraliza todas decisões econômicas nas mãos dum pequeno número de "especialistas" Segundo, porque a economia solidária melhora para o cooperador as condições de trabalho, mesmo quando estas continuam deixando muito a desejar, afinal de contas, assumir o poder de participar das decisões e portanto de estar informado a respeito do que acontece e que opções existem é um passo importante para a redenção humana do trabalhador. Terceiro: o surgimento e o fortalecimento da economia solidária reforça o poder de luta de todos os trabalhadores assalariados contra a exploração capitalista, no mínimo porque diminui o exército de reserva. (SINGER, 2012, p. 06).

Conforme complementa Gaiger as práticas de autogestão e cooperação dão a esses empreendimentos uma natureza singular, pois modificam o princípio e a finalidade da extração do trabalho excedente. Assim, naquelas práticas: a) predomina a propriedade social dos meios de produção, vedada sua apropriação individual ou sua alienação particular; b) o controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem a sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; c) a gestão do empreendimento

está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (GAIGER, 2003, p. 191).

O empreendimento cooperativo solidário pode tornar-se gerador de novas posturas não somente econômicas, se forem acompanhadas de inovações que não reproduzam o modo puramente econômico em suas relações. Estas outras relações podem se materializar nas relações internas, dos vínculos mútuos, numa constante intencionalidade de agir de modo a superar a racionalidade economicista, sendo abrangente e profundo nos termos de solidariedade e cooperação.

O termo da autogestão enfrenta o modo contraditório, ao que se induz sobre a gestão e administração de empreendimentos de forma geral. Há uma "descrença generalizada na capacidade de "meros trabalhadores" de as gerirem com eficiência (SINGER, 2012, p. 07)". Esta racionalidade se desenvolveu junto com o cientificismo da modernidade, onde há os especialistas com capacidades de gerir empreendimentos complexos. Singer afirma ainda que na realidade, a administração de empresas não é uma ciência. Do mesmo modo que a medicina e a engenharia, ela é uma arte, o que significa que ela enfrenta uma problemática tão variada que suas soluções desafiam qualquer generalização. A prática da administração de empresas, no capitalismo, é um exercício de liderança, legitimado pela delegação de poderes dada pelo proprietário (SINGER, 2012, p. 08).

Há que se ressaltar que não se quer aqui afirmar que o saber institucionalizado, nas escolas formais, seja desprezado. O que se pretende destacar é que pela prática vigente, o trabalhador

é desestimulado a utilizar-se de sua experiência de vida e de sua capacidade de apreender, sendo assim, a sua capacidade prática, pode ficar limitada aos processos rudimentares na gestão de empreendimentos.

A autogestão com base no desenvolvimento de novas capacidades acaba se tornando um processo pedagógico de aprendizado. A autogestão compreendida nas organizações cooperativas com base solidária acredita que a gestão coletiva é uma das condições para estabelecer com os seus membros o ambiente de identidade coletiva e por este ambiente, construir a mutualidade e reciprocidade de interesses.

Esta categoria mais abrangente de gestão – a autogestão – que constrói redes de confiança entre os membros, ou um conjunto de relações sociais resgatando novas formas e esferas da vida social das pessoas devem ter por meta impulsionar – "no sentido de seu crescimento, autonomia, melhora gradual e progressiva de suas vidas - material e como seres humanos dotados de uma visão crítica da realidade social (GOHN, 2006, p.23)" vai muito além da busca de meros instrumentos gerenciais para a tomada de decisões.

Nesse sentido, a sociedade autogestionária é uma sociedade de experimentação social, que se institui e se constrói por si mesma. A autogestão é um método e uma perspectiva de transformação social. É um movimento, produto da experiência de vitórias e de derrotas; é um amplo processo de experiências em todo o conjunto da vida social. (NASCIMENTO, 2004, p. 05).

Deste modo, não se pode dizer que apenas o saber escolar será suficiente para a gestão dos empreendimentos coletivos, que

se embasam pela autogestão. A autogestão pressupõe a construção da participação social organizada, no plano local, gerando um processo de mudanças para a transformação da sociedade (GOHN, 2006, p. 24), onde cada sujeito, não pela individualidade, mas pela coletividade é capaz de propor referências organizativas para si e para os semelhantes. É nesse sentido que a prática efetiva das categorias solidariedade e autogestão dentro da iniciativa de economia solidária – seja qual for ela, bem como a sua real compreensão por parte do conjunto que integra tal iniciativa é essencial.

2.2 A Solidariedade

Entre os debates sobre a economia solidária, Paul Singer afirma que “não é verdade que a pobreza e a exclusão tornam suas vítimas imanentemente solidárias (2012, p. 04)” o que se observa é que a ajuda mútua e a solidariedade entre estes pobres, possibilita inserção de formas de sobrevivência.

A solidariedade é tratada como o diferencial deste novo modelo de cooperativismo. Ela assim se caracteriza porque nele não se reproduz as relações capitalistas, ao contrário, as substitui por outras. A manutenção e a reinvenção constante das formas associativas como possibilidades de resistência tem despertado nos últimos 20 anos um interesse especial sobre a viabilidade dos empreendimentos de economia solidária.

No entanto, para que haja de fato mudanças a partir das iniciativas gestadas via empreendimentos de Economia Solidária, os princípios que a norteiam precisam modificar o ser humano. Os princípios e valores que norteiam tais empreendimentos- dentre

os quais a solidariedade – deve se colocar como um apelo à subjetividade e, portanto, à ressignificação da lógica racional econômica.

A novidade, a força e o diferencial da economia solidária gravita em torno da idéia de “solidariedade”. Na economia solidária, solidariedade não é um mero adjetivo, é central e dá nova forma à lógica e ao metabolismo econômico. Como a economia solidária incorpora a solidariedade, fazendo dela o centro da atividade econômica, a denominação socioeconomia solidária é mais adequada, pois explicita tanto o amálgama da economia na sociedade quanto sua subordinação a ela. (LISBOA, 2005, p. 03).

A solidariedade é a principal categoria e, portanto, o princípio norteador dos empreendimentos de economia solidária. No entanto, há que se ter em conta que diversos são os conceitos e significados de solidariedade desde o âmbito da filosofia, política e sociologia. Contudo, é necessário identificar qual a concepção de solidariedade é a que deve de fato nortear os empreendimentos de economia solidária que ganham expressão a partir dos anos 1990.

La Ville (2008) destaca duas concepções de solidariedade, uma de origem inglesa e outra de origem francesa. Ambas surgem a partir da incapacidade da economia de mercado manter a paz social prometida diante da pobreza por ela desencadeada. Essa pobreza imprevista acentuou a contradição entre a liberdade política e a dependência econômica. A instabilidade social resultante do crescimento da pobreza e do surgimento da questão social levou à necessidade de instauração de algo que amenizasse tal instabilidade: a solidariedade.

A concepção inglesa de solidariedade é marcada pela noção de filantropia e ancorada na consciência benemérita dos cidadãos, a partir da necessidade de uma sociedade ética e altruísta. Essa concepção se baseia na superação das necessidades imediatas e urgentes, a fim de amenizar as mazelas sociais momentâneas, não de forma a superá-las, mas da manutenção das desigualdades, "numa geração de dependência pessoal que a solidariedade favorece, no aprisionamento do pobre na condição de inferioridade" (LA VILLE, 2008, p. 23).

Já a concepção de solidariedade francesa, segundo o mesmo autor, está inspirada em valores que a fazem indissociável da herança revolucionária e do ideal republicano, cujo princípio está na democratização da sociedade. Ao abandonar a concepção caritativa, a noção francesa reconhece todos os indivíduos como livres e iguais, dentro do mesmo espaço político, no ideal de cidadania. Nessa perspectiva, ela impõe a necessidade de construção de uma ordem econômica social na qual os indivíduos possam de fato desfrutar dessa igualdade de condições. Ainda por tal perspectiva, tal condição não poderia se efetivar dentro da ótica individualista característica do modelo social então vigente, no entanto, ela poderia ser construída paulatinamente a partir dos empreendimentos de economia solidária, sedimentando a partir deles uma nova racionalidade, cooperativa de fato, que trouxesse para o homem a visão do conjunto social que ele integra e, enquanto tal, co-responsável por ele junto com todos os demais.

4. A Interrelação entre Cooperação e Educação

Para compreender que o cooperativismo é um movimento que vai para além do econômico é preciso discutir como a experiência coletiva e cooperativa pode gerar sujeitos capazes de pensar e de organizar a reprodução material e imaterial, que supere o individualismo caracterizado pelo modo capitalista de produção. Ou seja, a cooperação entre os indivíduos no movimento cooperativo deve pensar para além da produção de bens mensuravelmente econômicos.

O cooperativismo de fato necessita se mostrar enquanto espaço de reprodução também imaterial como, a cultura, os sonhos, as relações sociais, as formas de vida, e de educação, no qual as pessoas possam entender o sentido da cooperação que está pautado na sua relação com o outro, não em uma racionalidade apenas econômica e concentradora, uniforme, mas em uma racionalidade coletiva, que inclua o outro, portanto, uma estrutura social diferente da que conhecemos.

Os princípios cooperativos são uma forma de orientar para isto, mas só possíveis se forem instrumentalizados por meio do princípio da Educação. Este princípio é mantido pela Aliança Internacional, onde se afirma o seguinte:

As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, representantes eleitos, administradores e funcionários para que eles possam contribuir efetivamente para o desenvolvimento de suas cooperativas. Eles deverão informar o público em geral - particularmente os jovens e os líderes de

opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ICA, 2013).

A educação é compreendida aqui com fim para a formação de sujeitos, de tal forma que ela contribua com o desenvolvimento da cooperativa, e esta com a comunidade onde está inserida (sétimo princípio). Mas há que se ter claro que a educação formalizada nos bancos escolares de hoje não dá conta de efetivar tal relação de comprometimento. Para tanto, há que se ter claro que a educação deve estar voltada para a formação humana, consciente e na relação consigo, com a natureza e com o outro.

O conhecimento não é apenas instrucional, é conhecimento que exige uma relação do sujeito e de modificação com o conhecimento. Esta modificação, só é possível a partir de uma educação com abordagem crítica da realidade, a partir da capacitação para a análise e para a constante releitura do mundo, pois "o mundo não está para nós, mas nós é que estamos neste mundo" (DEMO, 2000, p. 17), e precisamos nos compreender como parte dele, agir, participar, atuar, modificar.

Esta educação implica em romper com o conformismo e colocar-se com postura de responsabilidade e ética diante do mundo. Os sujeitos se reconhecem solidariamente no outro, [...] é mais do que um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um "não-eu", se reconhece a "si própria". Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas que também do que sonha, do que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. É é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a

necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. (FREIRE, 1996, p. 18)

Para construir posturas de ética e responsabilidade, é preciso compreender que a educação não é um desafio somente da escola, mas da educação do ser humano, no seu cotidiano; tão inapreensível, pelo que faz como com o que deixa de fazer. A educação é um processo que se faz no agir social, no processo de consciência humana, se problematizando, discutindo, se contrapondo e propondo mudanças diante do mundo (FREIRE, 1996). É preciso compreender que não somos determinados a agir sem ética e responsabilidade.

Com esta compreensão sobre o papel da educação é que o cooperativismo se torna um ambiente propício para a iniciação de novas posturas, mas desde que motivadas e alicerçadas para que aconteçam. Porque o espaço cooperativo se caracteriza como um "espaço de atuação pedagógica".

Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais (FRANTZ, 2001, p. 243).

De outra forma, como todo processo social, a educação não é neutra, ela carrega uma forte intencionalidade de projeto de interesses. No caso "politizam-se as práticas educativas e cooperativas no sentido da construção de novos espaços e oportunidades sociais, de novos conhecimentos e saberes", num constante questionamento do que pode ser modificado, desprezando o modelo dominante de fazer "relações sociais".

opinião - sobre a natureza e os benefícios da cooperação (ICA, 2013).

A educação é compreendida aqui com fim para a formação de sujeitos, de tal forma que ela contribua com o desenvolvimento da cooperativa, e esta com a comunidade onde está inserida (sétimo princípio). Mas há que se ter claro que a educação formalizada nos bancos escolares de hoje não dá conta de efetivar tal relação de comprometimento. Para tanto, há que se ter claro que a educação deve estar voltada para a formação humana, consciente e na relação consigo, com a natureza e com o outro.

O conhecimento não é apenas instrucional, é conhecimento que exige uma relação do sujeito e de modificação com o conhecimento. Esta modificação, só é possível a partir de uma educação com abordagem crítica da realidade, a partir da capacitação para a análise e para a constante releitura do mundo, pois "o mundo não está para nós, mas nós é que estamos neste mundo" (DEMO, 2000, p. 17), e precisamos nos compreender como parte dele, agir, participar, atuar, modificar.

Esta educação implica em romper com o conformismo e colocar-se com postura de responsabilidade e ética diante do mundo. Os sujeitos se reconhecem solidariamente no outro. [...] é mais do que um ser no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como um "não-eu", se reconhece a "si própria". Presença que se pensa a si mesma, que se sabe presença, que intervém, que transforma, que fala do que faz, mas que também do que sonha, do que constata, compara, avalia, valora, que decide, que rompe. E é no domínio da decisão, da avaliação, da liberdade, da ruptura, da opção, que se instaura a

necessidade da ética e se impõe a responsabilidade. (FREIRE, 1996, p. 18)

Para construir posturas de ética e responsabilidade, é preciso compreender que a educação não é um desafio somente da escola, mas da educação do ser humano, no seu cotidiano; tão responsável, pelo que faz como com o que deixa de fazer. A educação é um processo que se faz no agir social, no processo de consciência humana, se problematizando, discutindo, se contrapondo e propondo mudanças diante do mundo (FREIRE, 1996). É preciso compreender que não somos determinados a agir sem ética e responsabilidade.

Com esta compreensão sobre o papel da educação é que o cooperativismo se torna um ambiente propício para a iniciação de novas posturas, mas desde que motivadas e alicerçadas para que aconteçam. Porque o espaço cooperativo se caracteriza como um "espaço de atuação pedagógica".

Na cooperação como processo social, produz-se educação, sendo assim, a organização cooperativa, além de seus outros significados, também lugar social de educação. Entrelaçam-se e potencializam-se a educação e a cooperação como processos sociais (FRANTZ, 2001, p. 243).

De outra forma, como todo processo social, a educação não é neutra, ela carrega uma forte intencionalidade de projeto de interesses. No caso "politizam-se as práticas educativas e cooperativas no sentido da construção de novos espaços e oportunidades sociais, de novos conhecimentos e saberes", num constante questionamento do que pode ser modificado, desprezando o modelo dominante de fazer "relações sociais".

As cooperativas surgem, evidentemente a partir de necessidades postas por um grupo comum de indivíduos, mas nem sempre conseguem estabelecer a subjetividade da educação e cooperação entre os envolvidos. Isto é resultado de um processo educacional, não presente em todas as formas de cooperativa.

As cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, que se encontram neste espaço de debate do cooperativismo solidário, e reafirmam estes conceitos de solidariedade e autogestão, tem se utilizado cada vez mais, com maior intencionalidade dos processos educacionais no meio da prática cooperativista.

A constituição de processos educacionais que ofereçam aos associados, diretores e funcionários o instrumento de construção de um novo saber, uma nova concepção, e a compreensão da autogestão e da solidariedade encontram-se estruturados em dois grandes blocos de interesse, quais sejam: o programa CRESOL Comunidade, que reúne atividades que envolvem e promovem a formação do quadro social, discutindo metodologias e concepções de desenvolvimento em disputa para a agricultura familiar e as organizações da sociedade; o programa Cooperativa Escola, que envolve diretores e colaboradores, e que busca discutir possibilidades de aperfeiçoar o trabalho cooperativo pautado na autogestão. Ambos afirmam que a proposta é o "estabelecimento de dinâmicas de educação-formação e informação fortalecendo a capacidade de intervenção de nossos diretores, colaboradores e sócios para promoção das práticas de economia solidária no âmbito do desenvolvimento local e regional" (INFOCOS, 2013, p. 07).

Assim as apropriações dos processos educacionais se conformam como instrumentos a partir da pesquisa e vivência técnica-política nos níveis formal e informal, tomando o trabalho como princípio educativo e criador a partir da concepção e dos conteúdos adequados à nova abordagem da agricultura familiar e do rural brasileiro, rompendo com a alienação da educação e trabalho a que estão submetidos os processos educacionais utilizados por muitas cooperativas.

As cooperativas que se tornam protagonistas de um projeto histórico e com uma função social essencial para a humanidade, assim se configuram por pensar, articular e organizar seus processos de educação que, por sua vez, brotam do interesse dos seus protagonistas imediatos e beneficiários diretos, e encontram-se em construção cotidiana, entre os agricultores familiares, no caso da CRESOL.

A opção por articular, estruturar e desenvolver programas de educação pautados pela proposta emancipatória é uma forma de aproximar o espaço do cooperativismo com o intuito de superar a visão de instrumento apenas econômico e trazer à tona a educação de novos sujeitos. A direção apontada com a opção educacional que nasce das cooperativas, carrega uma direção política ideológica de construção de um ambiente de luta e resistência, frente a projetos de desenvolvimento que visam perpetuar o então em vigor. Frantz (2001, p. 249) afirma: "educação para a cooperação, não é uma prática teórica, que se faça realidade, é uma prática social que se constrói na intencionalidade dos seus atores" e a CRESOL tem buscado demonstrar sua intenção ao afirmar a promoção das práticas da

economia solidária, buscando qualificar a atuação dos sujeitos para a responsabilidade dos projetos para o desenvolvimento local, como uma ação pedagógica, educacional de formação de novos sujeitos, e também de estimular práticas de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concepções de cooperativismo em disputa têm provocado uma série de debates quanto às formas subjetivas de organização social que podem ser instaladas nas organizações cooperativas pelo seu modo de agir cotidiano. Quando além das relações sociais, escolhe-se a forma de cooperação, se está assumindo uma postura frente à solidariedade coletiva.

No entanto, além dessas necessidades, o ambiente cooperativo deve vivenciar de fato o cumprimento de suas categorias essenciais, quais sejam: solidariedade e autogestão, pois é somente a prática efetiva delas que pode sustentar os ideais cooperativos e, ao mesmo tempo torná-lo reconhecidamente uma alternativa ao modelo de produção e de desenvolvimento capitalista. Essas são de fato as duas categorias essenciais que devem nortear o modelo cooperativo.

A opção da solidariedade que não seja apenas um adjetivo, solidariedade para que não seja mero efeito de poder, reconhece que a potencialidade de transformação social da solidariedade por meio dos empreendimentos coletivos só ocorre através de elementos fundamentais estruturantes que mantenham as formas de educação sempre em debate; pois a autogestão, formação

política, busca de educação e do conhecimento, é que podem gerar rompimento com as formas sociais excludentes; e proporcionando a busca pela ampliação das formas de vida.

Entre os debates sobre uma educação que rompa com a lógica estreita do economicismo do capitalismo, precisamos resgatar o sentido estruturante da educação, permanente, com práticas de liberdade emancipatória e transformadora. O agir em cooperativa também é isto, uma ação educativa em que o sujeito, insuado de conhecimentos e posturas pensa e age, transforma o mundo coletivamente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 5.764/71. **Institui a Política Nacional das Cooperativas.**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm Acessado em 10 de outubro de 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.**

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm, acessado em 10 de out de 2013.

DEMO, P. **Educação e conhecimento. Relação necessária, insuficiente e controversa.** Editora Vozes, Petrópolis, RJ. 3 Edição, 2002.

FRANTZ, W. **Educação e cooperação: práticas que se relacionam.** In.: Revista Sociologias, ano 03, n. 06, , Porto Alegre, jul/dez 2001.

GAIGER, L. I. G. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista.** Caderno CRH, Salvador, nº 39, 2003.

- GAIGER, L. I. G. **A economia solidária e a revitalização do paradigma cooperativo**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, Vol. 28, 2013.
- GOHN, M. G. **Empoderamento e participação da comunidade em políticas sociais**. Saúde e Sociedade, v. 13, n. 2, mai-ago/2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v13n2/03.pdf>.
- ICA. Aliança Internacional Cooperativa. **Princípios Cooperativos**. <http://ica.coop/en/what-co-op/co-operative-identity-values-principles> acessado em 10 de out de 2013.
- INFOCOS. CRESOL. **História e concepção do cooperativismo**. In.: Livro I, Série: Gestão em Desenvolvimento com Ênfase em Cooperativismo. Francisco Beltrão: Grafit, 2006.
- INFOCOS. **Plano de Formação para o Sistema CRESOL**. Documento interno. 2013.
- KEIL, I; MONTEIRO, S. **Os pioneiros de Rochdale e as distorções do cooperativismo na América latina**. São Leopoldo, RS, 1982. P. 98-112.
- LISBOA, A. M. **Economia solidária e autogestão: imprecisão e limites**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 45, n. 3, p. 109-115, 2005.
- LAVILLE, J-L. **Do século 19 ao século 21: permanência e transformações da solidariedade em economia**. Rev. *Katálysis*, vol.11, n.1. 2008.
- MACPHERSON, I. **Princípios do Cooperativismo para o Século XX**. ACI- 2008.
- MLADENATZ, G. - **Cooperativismo como Instrumento de Emancipação Social: História das Doutrinas Cooperativistas**. Brasília. Editora Confabras, 2003.
- NASCIMENTO, C.A. **A autogestão e o "novo cooperativismo"**. Texto para discussão. Brasília: MTE/SENAES, 2004. Disponível em: <http://www.mte.gov.br>
- www.economiasolidaria/prog_autogestaocooperativismo.pdf. Acesso em 20 de out. 2010.
- ONU. Organização das Nações Unidas. **2012 - Ano Internacional do Cooperativismo**. <http://www.un.org.br/agencias-da-onu-lancam-ano-internacional-das-cooperativas-2012/>. Acessado em 30 de setembro de 2013.
- SANTOS, J. C. **Jecas pós-modernos: saberes, tecnologia e suicídio**. In: Wanderline, Tarcísio. **Fronteira: os impactos socioambientais na terra prometida**. Porto Alegre. Evangraf, 2011.
- SCHNEIDER, J. O. **A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais**. in.: Revista do Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social - CIAGS & Rede de Pesquisadores em Gestão Social - RGS v.3, n.2, jul./ dez. 2012.
- SINGER, P. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. <http://financassolidarias.files.wordpress.com/2012/10/economia-solidarista-paul-singer.pdf>, acessado em 15 julho de 2013.
- SCHOLZ, R. H. **Uma Andorinha sozinha não faz verão: relações de solidariedade promotora de lideranças solidária e compartilhada**. Dissertação de mestrado. Unisinos, São Leopoldo, 2009.

O CRÉDITO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR: DESAFIOS, ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

Vanderley Ziger¹

INTRODUÇÃO

O desafio do crédito rural para a agricultura familiar é, antes de tudo, o desafio da produção de alimentos para toda uma nação. Em um cenário onde o agricultor familiar é o responsável por mais de 70% ² da produção dos alimentos que estão na mesa dos brasileiros, o crédito para investir, crescer e desenvolver essa agricultura é um fator fundamental.

Outro desafio ainda maior é apresentar a agricultura familiar e o meio rural brasileiro para além da sua importância na produção de alimentos, visualizando o campo como um lugar de

Agricultor Familiar, Presidente do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS. Email: vanderley.infocos@cresol.com.br. Texto originalmente publicado no livro: SANTOS, Carlos Alberto. Pequenos negócios: desafios e perspectivas. Brasília, SEBRAE, 2013.

(1) Censo da Agricultura familiar no Brasil está disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf

oportunidades e crescimento, retratando o rural como uma opção de vida, sustentável, com desenvolvimento e modernização em um novo projeto.

No Brasil, os agricultores familiares e o meio rural historicamente são vistos de forma pejorativa. O campo é na visão de muitos, um lugar de atrasos. Despropositadamente isso fez com que ao longo dos anos o campo sofresse um esvaziamento.

Diante desse contexto, o crédito aliado a outras políticas de inclusão desempenha um importante papel na geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, pois são inúmeros os projetos viáveis, que agregados à terra e o capital social podem desenvolver as micro finanças dos mais de 84% dos municípios brasileiros que tem uma população de no máximo 50 mil habitantes.

O papel do crédito rural é o de gerar oportunidades, aproximando o beneficiário das políticas que estimulam investimentos em avanços tecnológicos e melhorias nas estruturas das propriedades. Além disso, esse crédito que traz a modernização do campo também auxilia e estimula sua permanência na agricultura e fortalece o processo de sucessão na agricultura familiar.

A inclusão social também é uma das grandes bandeiras do crédito rural. É através de ações de incentivo e busca de benefícios para os agricultores familiares que se fortalecem os projetos de permanência dos agricultores no campo.

Busca-se, portanto, maior acesso à população de menor renda, colocando à disposição da agricultura familiar programas,

produtos e serviços, que possam gerar desenvolvimento e qualidade de vida no campo.

Portanto, a agricultura familiar reconhecida como multifuncional, produtora de alimentos, é também uma opção de vida para muitas pessoas que acreditam na importância do trabalho no campo e que buscam produzir e preservar o meio em que vivem, de forma sustentável e inclusiva.

4. PRONAF - A Primeira Política Pública de Incentivo e Fortalecimento da Agricultura familiar

Criado em 1995 através da Resolução n. 2.191 do Banco Central do Brasil, e instituído em 1996, pelo Decreto n. 1.946, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF resultou, especialmente, da mobilização nacional de várias organizações representativas da agricultura familiar que pretendiam estabelecer condições para a reestruturação socioeconômica desse público, reafirmando a importância do acesso ao crédito para ampliar o número de unidades de produção familiar em condições de gerar renda e ocupação no meio rural com qualidade de vida.

Até meados da década 1990, o financiamento da agricultura familiar restringia-se quase exclusivamente aos recursos administrados pelo Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária - PROCERA, cujo alcance era específico e limitado, em função de atender somente aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA.

Segundo as normas do Manual do Crédito Rural - MCR, do Ministério da Agricultura - MAPA, os pequenos agricultores eram enquadrados como mini-produtores, o que os colocava em situação de desvantagem, visto que tinham que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais tomadores de crédito agrícola.

Numa iniciativa pioneira, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e a Alimentação - FAO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, celebraram em janeiro de 1994, o Convênio FAO/INCRA para a realização do Projeto UTF/BRA/036/BRA, cujo objetivo principal apresentado foi o de "contribuir na elaboração de uma nova estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil" (FAO/INCRA, 1994, p. 01).

Para isso, utilizaram os dados do Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE de 1985, para traçar o perfil socioeconômico da agricultura familiar brasileira.

A partir de então, os agricultores familiares passaram a ser caracterizados segundo as relações sociais de produção que desenvolvem, ou seja, buscou-se "superar a propensão frequente nas análises sobre o tema - de atribuir um limite máximo de área ou de valor de produção à unidade familiar, associando-a sempre, equivocadamente, à pequena produção" (GUANZIROLI et al., 2001, p. 46).

Assim, a agricultura familiar foi definida com base em três características centrais: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços consanguíneos ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da

família; c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (FAO/INCRA, 1996, p. 04).

Aliado aos estudos elaborados e também ao anseio de inúmeras organizações sindicais e de classe por valorização estatal da agricultura de mão de obra familiar, o Governo Federal cria em 1999, o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, reconhecendo a necessidade de um tratamento diferenciado às ações de desenvolvimento rural, ao qual vincula as políticas de promoção e valorização da agricultura familiar e também dos programas de Reforma Agrária e Regularização Fundiária.

Ainda antes, o surgimento em 1995 do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF marca indiscutivelmente, um divisor de águas no processo de intervenção estatal na agricultura e no mundo rural brasileiro, hoje vinculado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA.

O PRONAF representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da Agricultura familiar, sendo que a partir da efetivação dessas políticas públicas os agricultores descobrem-se como atores estratégicos para o crescimento de um País, tendo o poder e capacidade de reivindicar e influenciar as ações públicas a partir de então.

A inclusão feita através do acesso ao crédito apoiou-se muito nessas políticas públicas de fomento aos agricultores.

O PRONAF passou a ser a principal política pública do governo federal de apoio ao desenvolvimento rural, por meio do

seu fortalecimento, em função de sua importância para a produção de alimentos para o mercado interno, para as agroindústrias e para as exportações brasileiras e, principalmente como geradores de postos de trabalho e renda.

O PRONAF busca construir um padrão de desenvolvimento sustentável para os agricultores familiares e suas famílias, através do incremento e da diversificação da capacidade produtiva, com o conseqüente crescimento dos níveis de emprego e renda, proporcionando bem-estar social e qualidade de vida.

Outro fator destaque no Programa é o gerenciamento das ações através da gestão social, cujo objetivo é a promoção de uma melhor gestão do orçamento público, da democratização do crédito, dos serviços de apoio e da infraestrutura necessária à consolidação e à estabilização socioeconômica dos agricultores familiares.

1.1. Linhas de Crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF é a principal política pública de crédito oferecida pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA.

O PRONAF ao longo de dez safras teve aumento de recursos de mais de 400%. O programa porém, é mais do que um instrumento de garantia de crédito aos produtores rurais. É também uma oportunidade para que os agricultores familiares coloquem em prática o seu projeto de desenvolvimento, suas expectativas de renda e de mudança de vida.

Atualmente, o PRONAF conta com mais de 3,5 milhões de contratos de custeio e de investimento. São eles:

PRONAF Custeio: Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros.

PRONAF Mais Alimentos - Investimento: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.

PRONAF Agroindústria: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.

PRONAF Agroecologia: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.

PRONAF Eco: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.

PRONAF Floresta: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal,

recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

PRONAF Semiárido: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semi-árido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

PRONAF Mulher: Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.

PRONAF Jovem: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.

PRONAF Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.

Microcrédito Rural: Destinado aos agricultores de mais baixa renda. Permite o financiamento das atividades agropecuárias e não-agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos também para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C, grupos esses caracterizados segundo a faixa de renda registrada na Declaração de Aptidão – DAP.

8. Plano Safra da Agricultura Familiar

Na história de conquistas da agricultura familiar, as políticas públicas são referências de crescimento e desenvolvimento, tanto pela ampliação dos incentivos como por uma nova compreensão do meio rural. Desencadeados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, muitos outros programas e ações começam a ser instituídos.

A partir de 2003, o Ministério do Desenvolvimento Agrário lança o Plano Safra da Agricultura Familiar, com vigência de julho a junho do ano seguinte, conforme o calendário agrícola.

Os conjuntos de políticas públicas envolvida nos Planos Safra qualificam e articulam os instrumentos construídos e conquistados pelo setor que produz a maior parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros. As medidas foram elaboradas com grandes objetivos: aumento de renda, inovação e tecnologia e estímulo à produção de alimentos, com proteção da renda.

O lançamento para a safra 2013/2014 marca os dez anos com avanços significativos nos recursos liberados e nas facilidades de financiamento. É dessa forma que o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, fortalece a agricultura familiar.

Nesses dez anos, a renda da agricultura familiar cresceu 52%, o que permitiu que mais de 3,7 milhões de pessoas ascendessem para a classe média. O segmento é responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas, que representa 84% dos

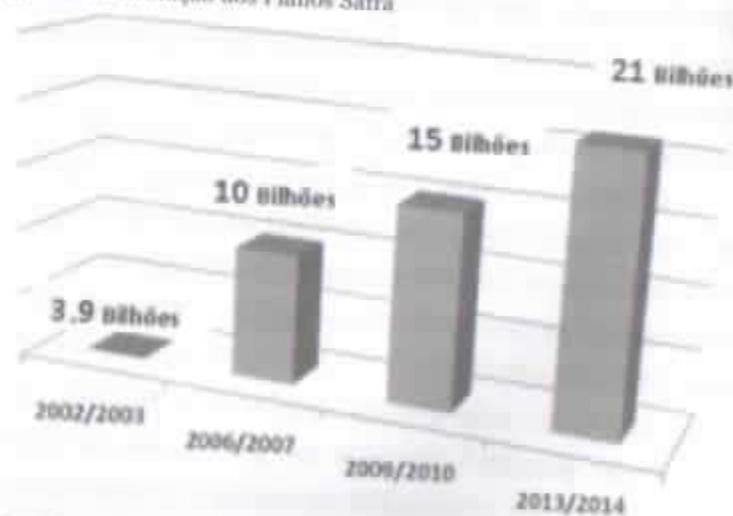
estabelecimentos rurais do país, 33% do Produto Interno Bruto - PIB Agropecuário empregando 74% da mão de obra do campo.

A agricultura familiar é um setor estratégico para o País e um dos pilares do projeto nacional de desenvolvimento, observando sua presença ativa na economia local dos municípios brasileiros, principalmente aqueles com menos de 50 mil habitantes.

Por isso, esse conjunto de políticas fortalece o setor, aumenta a produção de alimentos e contribui para o crescimento com estabilidade econômica e social.

Acompanhe na figura 01 a evolução dos valores para financiamentos nesses dez anos de Plano Safra da Agricultura Familiar.

Figura 01: Evolução dos Planos Safra



Fonte: Portal do MDA - <http://portal.mda.gov.br/portal>

2.1 Políticas Públicas Complementares para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar

A partir do PRONAF as ações para o favorecimento e fortalecimento da agricultura familiar começam ter um novo olhar, onde as políticas públicas ajudam a escrever uma história de conquistas para a agricultura familiar. Elas são referências de crescimento e desenvolvimento, dando incentivo e uma nova visibilidade ao meio rural.

Podemos destacar a amplitude dos programas, abrangendo diferentes áreas da agricultura familiar brasileira, como ações voltadas à **Habitação Rural**, programas que facilitam e dão novos caminhos à **Assistência Técnica**, com incentivos e novos direcionamentos.

Os produtos da agricultura familiar também foram grandes beneficiados com as políticas públicas, com o surgimento do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, e iniciativas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, o Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF e o Programa de Garantia da Atividade Agropecuária - PROAGRO.

Através destas e de outras ações que fortalecem a agricultura familiar, o crédito tem um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do agricultor e da economia local.

3. O Retrato da Agricultura familiar Brasileira

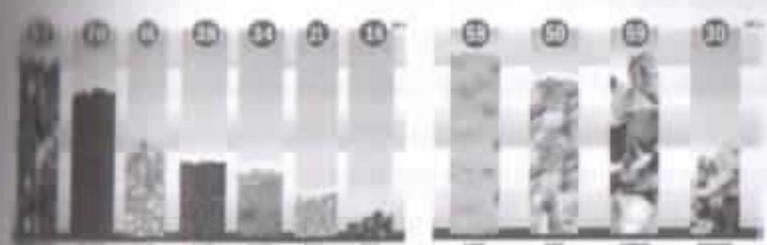
Reconhecida como uma categoria social, conforme Lei nº 11.326/2006 de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar brasileira, vem a cada ano mostrando seu valor e importância para o desenvolvimento do País.

O Censo Agropecuário 2006 publicado tardiamente em 2010, traz pela primeira vez, a agricultura familiar brasileira, retratada nas pesquisas feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Composta por 4,3 milhões de estabelecimentos, ela é responsável por mais de 33% do valor bruto da produção agropecuária e suas cadeias produtivas correspondem a 10% de todo o Produto Interno Bruto - PIB do País. Representa 84% dos estabelecimentos rurais e emprega 74% da mão de obra do campo. Porém, ocupa apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

Além disso, é responsável pela maioria dos alimentos na mesa dos brasileiros: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% da bovinocultura do leite, 50% das aves e ovos, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 30% bovinocultura de corte, 21% do trigo, 16% da soja, entre outros, conforme a figura 02.

Figura 02: Diversidade e porcentagem de produção na Agricultura Familiar



Fonte:
http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/download_orig_file?pageId=3697318

Apesar de ocupar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões). Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança nutricional alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. O valor bruto da produção na agricultura familiar é de R\$ 677 por hectare/ano segundo o Censo Agropecuário 2006.

Isso mostra a representatividade, o peso deste setor para a formação da nossa economia e da produção primária no País. Com isso, a agricultura familiar demonstra capacidade em gerar renda, em aproveitar bem o espaço físico e contribuir para a produção agrícola brasileira.

Outro resultado positivo apontado pelo Censo é o número de pessoas ocupadas na agricultura: 12,3 milhões de trabalhadores no campo estão em estabelecimentos da agricultura familiar (74,4% do total de ocupados no campo). Ou seja, de cada dez

ocupados no campo, sete estão na agricultura familiar, que emprega 15,3 pessoas por 100 hectares.

Dois terços do total de ocupados no campo são homens. Mas o número de mulheres é bastante expressivo: 4,1 milhões de trabalhadoras no campo estão na agricultura familiar. As mulheres também são responsáveis pela direção de cerca de 600 mil estabelecimentos.

3.1 Agricultura Familiar no Combate à Pobreza nos Territórios

A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano e a agricultura familiar é uma importante ferramenta de inclusão social sendo responsável por grande parte dos alimentos consumidos pelos brasileiros.

O enfrentamento da miséria passa pelo fortalecimento da diversidade da agricultura familiar. Este setor vem sendo reconhecido pela sociedade como uma das principais fontes alimentares, sociais e econômicas presentes no cenário brasileiro.

A riqueza étnica, racial e cultural da agricultura familiar e suas potencialidades podem ser observadas sob diversas formas de análise, mas verifica-se necessidade de aprofundamento de suas especialidades sejam elas produtivas, econômicas, ambientais ou sociais, para que aconteça a erradicação da miséria a partir de ações complementares entre os cenários existentes.

A agricultura familiar é uma grande geradora de riquezas, pois além de produzir os alimentos, é hoje um ator social

importante. São milhares de famílias que dependem e vivem da agricultura familiar.

Ao mesmo tempo em que é estratégica no combate à fome no Brasil, tem muito a ganhar no processo de melhoria da segurança alimentar e nutricional do País, mantendo-se no papel de produção de alimentos, aliando o aumento na produção, organização produtiva e industrialização.

Além disso, sabe-se da importância em se trabalhar para ampliar ainda mais a inclusão produtiva dos agricultores e a industrialização de seus produtos visando à melhoria das condições de vida da população do campo.

Esses diversos aspectos verificam-se presentes de maneira transversal em todos os setores da agricultura familiar.

Neste contexto é importante estruturar mecanismos que gerem maior autonomia e desenvolvimento nas unidades familiares, defendendo a diversidade produtiva, subsistência alimentar, agregação de valor, garantia da sucessão familiar e valorização do campo como espaço complementar e importante para a vida urbana.

Assim, reconhecer a unidades familiares de produção como atores centrais do desenvolvimento local é fator estratégico de fortalecimento as políticas de superação da "extrema miséria" brasileira, compreendendo o crédito o papel de oportunizar condições de viabilidade dos projetos territoriais que articulam a realidade rural e urbana.

4. O Crédito Rural como Ferramenta de Desenvolvimento e Inclusão Social

O crédito no meio rural tem desencadeado diversas formas de desenvolvimento, fatos verificados na organização social e econômica com autonomia e sustentabilidade. O acesso ao crédito de forma qualificada promove o crescimento da produção e diversificação das unidades familiares, nos processos de agregação de valor, industrialização e comercialização, na inclusão social de milhares de habitantes do meio rural e urbano.

O Brasil que queremos encontra no crédito rural uma forma de inclusão socioeconômica, superando práticas de políticas meramente compensatórias, articulando estratégias de desenvolvimento territorial e fomentando a prática do controle social como mecanismo de sustentabilidade, gerando maior autonomia e desenvolvimento às diversas realidades da agricultura familiar brasileira.

O crédito tem sido um instrumento essencial na execução qualificada das políticas públicas, gerando mais desenvolvimento e inclusão social no campo.

A expressiva redução na taxa de juros, o aumento da renda para fins de enquadramento dos agricultores no PRONAF e a criação de linhas de crédito específicas para diferentes segmentos e atividades, permitiram que um maior número de agricultores fosse incluídos como público beneficiário.

Um dos principais fatores de crescimento da economia está no incentivo do consumo interno, por meio da ampliação de linhas de crédito. Entre as várias oportunidades disponíveis no

passado, o crédito rural se diferencia, cresce e se consolida a cada dia como indispensável para o desenvolvimento das comunidades.

O crédito rural para agricultura familiar é um dos grandes responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes eram esquecidos pelo sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por necessitarem pequenas quantias de dinheiro.

Portanto, a garantia de acesso ao crédito por essas famílias gera um impacto que tem resultados para o desenvolvimento material e social das comunidades em que se inserem, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de um conjunto maior de pessoas local e regionalmente. As economias rurais locais se movimentam mais aceleradamente quando os agricultores possuem renda, já que toda uma gama de agentes se beneficia dessa situação.

5. Perspectivas e Desafios para a Construção de um Novo Rural

Estamos vivendo um momento positivo para a agricultura familiar, e essas conquistas são frutos de uma combinação de esforços, de um governo sensível e que constrói condições para que a política pública possa emergir, e das organizações da agricultura familiar onde deixaram de ser apenas movimentos reivindicatórios, para ser propositivos e ao mesmo tempo assumindo o papel de executores de muitas das políticas públicas, tendo assim outra conotação e uma nova dimensão.

As políticas públicas PRONAF, seguro, comercialização, segurança alimentar e nutricional. Ater, entre outras, vem complementar e coroar este momento em que os agricultores passam a serem os atores, responsáveis por tais políticas.

Contudo, diante de todos esses avanços nas políticas públicas e programas de governo em prol dos agricultores e agricultoras familiares e com o desenho de um cenário promissor para agricultura familiar, existem questões desafiadoras que devem estar presentes nas discussões da construção não só de um novo rural, mas sim no desenvolvimento de todo um País.

Assim, descrevo cinco questões que considero essenciais para a discussão do contexto em que se insere a agricultura familiar.

5.1. Meio Rural - Um Espaço de Produção e Opção de Vida

Um dos principais obstáculos é o de consolidar o campo como uma opção de vida, gerador de renda e oportunidades. O próprio artigo retratou através do Censo, que é inegável a importância da agricultura familiar para a soberania alimentar e nutricional do País.

A agricultura familiar através das muitas conquistas por meio das políticas públicas hoje se transformou em um ator fundamental na produção dos alimentos que estão diariamente na mesa de milhões de brasileiros.

Os produtos oriundos da agricultura familiar ganharam destaque e políticas de fomento à comercialização.

Porém, o desafio está além. É preciso enxergar o campo não apenas como um local de produção, mas sim como uma opção de vida, um lugar de desenvolvimento, crescimento e modernização, e essa mudança de consciência e atitude começam a forma com que observamos quem vive no campo.

É necessário desmistificar a figura caipira e atrasada do agricultor. Este é o primeiro passo de um grande desafio para consolidar o campo como um lugar com qualidade de vida, que produz não apenas alimentos, mas também oportunidades.

5.2. Uma Agricultura que Produz e Preserva o Meio Ambiente

Nas últimas décadas, a discussão sobre o desenvolvimento tem pautado a questão da sustentabilidade como necessidade de preservação do meio ambiente, sem desconsiderar as dimensões sociais, econômicas, culturais, entre outras.

Para tratar do desenvolvimento rural torna-se necessário dialogar com a perspectiva da sustentabilidade, onde as estratégias, as políticas públicas para o incentivo a produção e a comercialização possam subsidiar uma forma de desenvolvimento para os espaços rurais, pautada na equidade, na valorização dos agricultores e dos seus saberes, na diversidade da sua produção, de forma comprometida com o ambiente e a sociedade.

Um dos grandes destaques quando se trata de produzir e preservar está na agricultura familiar, afinal são dentro da categoria de "agricultura familiar" que está a possibilidade de unir

estas duas frentes, produzindo alimentos, diversificando a propriedade e preservando a vida.

A preservação dos recursos naturais depende das atitudes de cada um. Na realidade da agricultura familiar o impacto ambiental de exploração dos recursos naturais tem uma característica diferenciada, primeiro pela intensidade e diversificação das culturas e segundo pela consciência dos agricultores que a mesma unidade de produção será utilizada pelas gerações futuras.

Portanto, a preservação é uma prática no trabalho dos agricultores familiares com a terra, da qual se produz a maior riqueza do País, os alimentos.

5.3. Crescimento, Desenvolvimento e Modernização da Agricultura Familiar

O desenvolvimento dos espaços rurais deve estar pautado em políticas públicas que considerem em igual grau de importância, os diferentes aspectos de ordem social, econômica, cultural, política e ambiental, sem desconsiderar as tecnologias envolvidas, principalmente no processo de produção.

Muitos avanços podem ser destacados para a modernização e desenvolvimento do meio rural, sendo que o crédito contribuiu significativamente para a consolidação de uma nova fase do desenvolvimento agrícola brasileiro através da aproximação dos agricultores das políticas de incentivo a estruturação e modernização da propriedade, aumentando conseqüentemente a produção.

O meio rural hoje também é um lugar de informação e assistência, programas de assistência técnica, educação no campo e outros avanços, aproximando a agricultura familiar o acesso às tecnologias e inovações necessárias para a própria inserção dos produtos no mercado.

Entretanto o padrão de desenvolvimento bem sucedido é aquele que valoriza a agricultura e o espaço rural, privilegiando a diversificação da produção, o que ainda desafia nossas organizações e a própria política pública.

Portanto, o rural, sem dúvidas apresenta-se como um lugar de oportunidades e crescimento, e o grande desafio é o de construir a cada dia uma agricultura com um projeto de vida sustentável e moderno.

5.4. A Sucessão na Agricultura Familiar

A urbanização, o modelo educacional, as promessas e possibilidades de emprego nas cidades, a falta de estímulo dos próprios pais, que não consideram as opiniões dos filhos, a busca pela independência financeira pelos jovens, o modelo produtivo baseado na monocultura e a insegurança dos pais em transferir a terra para os filhos são fatores que claramente desafiam a continuidade no campo.

A agricultura familiar, responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil, está ficando sem sucessão e essa diminuição da população rural não é só local, mas um fenômeno global.

Este é claramente um dos principais obstáculos à agricultura familiar, transversal aos demais desafios já expostos. Construir políticas públicas que fomentem e estimulem o jovem é fator determinante para a construção de um modelo de vida no campo, uma opção pela agricultura que queremos.

5.5. O Cooperativismo como Ferramenta do Crédito na Agricultura Familiar

A sustentabilidade da agricultura familiar depende de processos organizativos que valorizem a articulação local, a interação produtiva e a cooperação entre pessoas. Também de oferta de um conjunto de serviços financeiros que tenham uma inserção local capaz de criar relações de proximidade e de oferecer os serviços adequados a cada contexto econômico, social, político, cultural e ambiental articulada com as realidades locais e territoriais.

Estas características são comuns a quase toda a agricultura familiar brasileira, mas cada contexto social e econômico produz demandas financeiras específicas e por este motivo, exige levantamentos e análises locais para o planejamento de instituições e de produtos financeiros.

O fortalecimento de uma organização cooperativa especializada na gestão de serviços para a agricultura familiar, baseada em relações de proximidade, que atenda ao conjunto de demandas financeiras, integradas às políticas de capacitação, produção, assistência técnica e mercado, além de fortalecer a poupança local e reduzir os custos de intermediação financeira são

as principais diretrizes para a definição de uma nova estratégia organizacional para as microfinanças na área rural, para os quais as cooperativas de crédito solidário assumem a atribuição de implementar.

A ação das cooperativas de crédito trouxe avanços como a maior disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais oportunas. O estímulo às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas garante também a consolidação de um modelo de gestão, em que fortalece o controle social.

As cooperativas de crédito podem ser apontadas como uma das alternativas mais promissoras para se alterar o padrão do Sistema Financeiro Nacional - SFN. Contudo existe uma distância a ser vencida para que essas intenções e projetos se traduzam em mais resultados concretos em termos de participação no mercado.

É provável que uma multiplicação da participação atual, significaria um importante incremento da concorrência no setor bancário brasileiro. Isso poderia melhorar o acesso e a qualidade dos serviços financeiros e levar a uma redução de seus custos para os consumidores em geral.

O cooperativismo é uma ferramenta que transforma e trabalha o crédito rural além do foco financeiro, estimulando e fomentando o setor como um todo, destacando a atuação na formação, modernizando o campo com educação, informação e estrutura, fortalecendo as ações para a sucessão na propriedade, e como consequência a diminuição do êxodo rural.

As cooperativas destacadamente atuam com o papel de transformar o espaço rural em multifuncional, desmistificando o atraso e apresentando o campo como um grande gerador de oportunidade trabalho, renda e qualidade de vida.

Existe uma evolução constante no cooperativismo de crédito solidário, alcançando resultados significativos em seus indicadores, que refletem o enorme e constante investimento em capacitação, profissionalização, gestão e governança. As cooperativas de crédito perseguem a largos e firmes passos a sua caminhada no sentido de avançar e solidificar ainda mais sua presença no mercado financeiro nacional, beneficiando mais e mais brasileiros.

Muitos são os desafios e avanços que ainda temos que enfrentar para consolidar o crédito rural como uma ferramenta de inclusão da agricultura familiar nas diferentes regiões do País, mas são desafios possíveis, com princípios sólidos onde temos a certeza que o caminho está em um cooperativismo feito com inclusão social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: 41 Editora da UFRGS, 2003.
- BASSO, D. **As cooperativas da agricultura familiar e economia solidária e o processo de inclusão social dos agricultores do Território da Cidadania Vale do Ribeira/PR**. Relatório do Convênio SISCLAF – MDA, Contrato nº 0244872-95/2007.SISCLAF - Francisco Beltrão, 2011.

BASSO, D. **Política de formação do quadro social das cooperativas da Agricultura familiar e Economia Solidária: os agentes de desenvolvimento**. Relatório do Convênio Cáritas Brasileira e Ministério do Desenvolvimento Agrário nº 0222.862-11/2007. Cáritas - Brasília, 2009.

BITTENCOURT, G. A. **Cooperativas de Crédito Solidário: Constituição e Funcionamento**. Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). 2ª Edição, 2001.

BURIGO, F. L. **Cooperativa de crédito rural: Agente de desenvolvimento local ou banco comercial de pequeno porte?** Dissertação apresentada ao Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina. Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas. Florianópolis: 1999.

FAO/INCRA. **Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável**. Versão resumida do Relatório Final do Projeto UTF/BRA/036. Novembro de 1994.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil: dossiê estatístico**. Projeto UTF/BRA/036/BRA. Agosto de 1996.

GHILLEN, L. & RIELLA, A. **Dinâmicas territoriais e desenvolvimento sustentável**. In: Cadernos de Sociologias – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós graduação em Sociologia. – ano 6, nº 11, jan/jun 2004.

GUANZIROLI, C. E. **PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural**. In: RER, Rio de Janeiro, vol.45, nº02, p.301-328, abr/jun 2007.

GUANZIROLI, C. E.; ROMEIRO, A. ; BUAINAIN, A. M.; DI SABBATO, A.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censo Agropecuário 2006**. Disponível:http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Cartilha do Plano Safra da Agricultura familiar 2013/2014**. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br/plano-safra-2013/>. Acesso em: 12 agosto de 2013.

MDA. Ministério do Desenvolvimento Agrário – **Censo da Agricultura familiar**. Disponível: http://portal.mda.gov.br/portal/publicacoes/download_orig_file?pageflip_id=3697318. Acesso em: 12 agosto de 2013.

PRETTO, M. J. **Cooperativismo de Crédito e Microcrédito Rural**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

RECH, D. **Os Desafios atuais para a construção de um novo modelo de desenvolvimento**. Brasília, outubro 2009.

SCHNEIDER, S. **Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil**. Artigo apresentado no XXII Congresso of the European Society for Rural Sociology (Wageningen, The Netherlands, 2007).

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. G. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Editora UNICAMP, 1996.

UNIÃO NACIONAL DAS COOPERATIVAS DA AGRICULTURAFAMILIAR E ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Cooperativismo Solidário: promovendo inclusão e desenvolvimento**. Brasília, 2008. (Documento não publicado).

VEIGA, J. E. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**. Brasília – DF. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Texto para discussão n° 01, 2001.

SISTEMA CRESOL: UMA FERRAMENTA PARA A INCLUSÃO SOCIAL E O DESENVOLVIMENTO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO NO BRASIL

Vanderley Ziger⁵

INTRODUÇÃO

No Brasil, os agricultores familiares sempre tiveram acesso restrito ao crédito rural, seja em função da concentração fundiária, que ao longo dos anos contribuiu para gerar a desigualdade social, ou mesmo limitado o acesso aos serviços financeiros da população rural, a qual sofre pela própria inexistência de instituições financeiras em muitos municípios, e ainda em muitos casos pelo pouco interesse dos bancos em operar com populações de baixa renda, especialmente os agricultores, pois eles normalmente possuem um fluxo de renda irregular ao

⁵ Agricultor Familiar, Diretor - Presidente do Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS; E-mail: vanderley.infocos@cresol.com.br. Ressalte-se que este artigo é resultado de uma elaboração coletiva do Sistema CRESOL Base. Para maiores informações, sugere-se consulta ao site: www.CRESOL.com.br.

longo do ano, em função da safra e das condições climáticas adversas. Diante desse contexto, o crédito desempenha um importante papel na geração de trabalho e renda para a agricultura familiar, pois são inúmeros os projetos que podem ser desenvolvidos a partir da terra e do capital social.

Para atender a essa demanda dos agricultores familiares surgiram as cooperativas, e mais especificamente as cooperativas de crédito com interação solidária, que através de uma visão de inclusão social e desenvolvimento local sustentável acreditou e investiu em um crédito bem orientado.

Atualmente, as cooperativas de crédito são regidas pela Lei Complementar Nº 130 (de 17 de abril de 2009), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971, da época da ditadura militar.

As Cooperativas de Crédito com Interação Solidária apresentam um diferencial, uma vez que são instituições financeiras voltadas ao microcrédito com o foco na agricultura familiar e nos pequenos municípios.

Desse modo, muitas políticas públicas foram instituídas, alargando o leque de programas, linhas de crédito e financiamentos do microcrédito. Esses programas visam prover crédito para os agricultores familiares descapitalizados e dispersos nas regiões mais pobres, ampliando, assim, o acesso ao crédito e incluindo-os como atores do Sistema Financeiro Nacional.

* A Lei está disponível no site http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp130.htm.

A importância das cooperativas vinculadas à Economia Solidária e a história do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL são destacadas no decorrer desse artigo, apresentando suas potencialidades e os benefícios de cada ação, com foco na metodologia de orientação e acompanhamento dos projetos apoiados pelo Sistema CRESOL.

A eficiência e eficácia nas operações de linhas de microcrédito específicas são resultados, portanto, da trajetória ascendente da Agricultura familiar e das cooperativas de crédito criadas com a finalidade de apoiar e fomentar tais iniciativas.

Os resultados alcançados através das Cooperativas, ampliando ações em benefício dos agricultores familiares e consolidando as cooperativas junto aos agentes financeiros, trouxe melhorias às unidades produtivas e qualidade de vida aos agricultores familiares em diferentes regiões do País. Números, desafios e perspectivas. O Sistema CRESOL trabalha em função da busca contínua do desenvolvimento e fomento do Crédito Solidário para a Agricultura Familiar, ações transformadoras como incentivo a formação, crescimento e fortalecimento da economia local, recursos para melhoria da habitação rural, assistência técnica, auxílio, ajuda e orientações a um crédito bem aplicado, também serão visualizadas.

A inclusão social é uma das grandes bandeiras do cooperativismo de crédito solidário. É através de ações de incentivo e busca de benefícios para os agricultores familiares, que se solidificam os projetos do cooperativismo. O crédito é uma ferramenta essencial para essa inclusão. Busca-se, portanto, maior acesso à população de menor renda, colocando à disposição da

agricultura familiar programas, produtos e serviços, que possam gerar desenvolvimento sustentável e qualidade de vida.

1. História do Sistema CRESOL

O surgimento do Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária deu origem à construção de um novo cooperativismo, diferente do cooperativismo chamado empresarial.

No lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e para o efetivo controle social.

Muitas foram as mãos que ajudaram a construir o Sistema CRESOL. A luta dos agricultores familiares por acesso ao crédito e por uma vida digna e sustentável no campo fez nascer uma forma diferenciada de se trabalhar com o crédito pautado em ações solidárias e focados na inclusão social.

Práticas como transparência, democracia nas decisões e ética na aplicação e no repasse de crédito são premissas para um cooperativismo forte e com responsabilidade social, que através da interação solidária, transforma o crédito e o trabalho na propriedade rural em meios para inserção dos agricultores no processo de democratização econômica.

A expressão "interação solidária" significa que, mesmo as cooperativas sendo independentes e possuindo suas próprias

regras de conduta, são solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social.

Este conceito expressa a ideia de responsabilidade compartilhada entre cooperados e dirigentes, que devem acompanhar e ter controle sobre seu funcionamento. O Sistema descentralizado de decisões proporciona aos agricultores familiares uma participação ativa na direção das cooperativas.

O crescimento do Sistema CRESOL desde a sua fundação demonstra a existência de uma demanda real de crédito pelos agricultores familiares.

Em 1996, a CRESOL contava apenas com cinco cooperativas singulares, perfazendo 1.639 sócios. Em 2012, são mais de 100 mil famílias cooperadas nos estados do Paraná, Santa Catarina, Minas Gerais e Espírito Santo. Ou seja, ocorreu também uma expansão em termos de área de abrangência territorial, para outros estados do Brasil – antes, o Sistema se restringia somente aos estados do Paraná e Santa Catarina.

Os números expressivos de crescimento do Sistema CRESOL refletem o desenvolvimento da agricultura familiar no país ao longo dos anos, apoiados nos princípios cooperativistas e pautados na inclusão social.

Na história de conquistas da agricultura familiar, as políticas públicas são referências de crescimento e desenvolvimento, tanto pela ampliação dos incentivos como por uma nova visibilidade ao meio rural.

Desencadeados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF em 1996, muitos outros programas e ações começam a ser instituídos. O

PRONAF representa um marco importante da luta pelo reconhecimento da agricultura familiar, sendo que a partir da efetivação dessas políticas públicas os agricultores descobrem-se como atores políticos, tendo o poder e capacidade de reivindicar e influenciar as ações públicas a partir de então.

A inclusão feita através do acesso ao crédito apoiou-se muito nessas políticas públicas de fomento ao homem do campo.

Contudo, o Sistema CRESOL foi além do repasse do crédito, trabalhando o desenvolvimento e a qualidade de vida do agricultor familiar. Exemplos dessa prática são os Programas de Formação, como os Agentes de Desenvolvimento e Crédito, transformando os cooperados em atores do Sistema. O Programa de Habitação Rural trouxe uma melhor qualidade nas moradias e auxiliando na diminuição do êxodo rural.

O Programa de Assistência Técnica, orientando a melhor forma da aplicação do crédito na propriedade e outras ações que transformam dia a dia a vida dos cooperados. Através destas e de outras ações que permeiam a agricultura familiar, o crédito tem um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do agricultor e da economia local.

As cooperativas de crédito do Sistema CRESOL acreditam e fomentam a utilização de um crédito bem orientado para os seus cooperados, gerando crescimento e renda às propriedades com sustentabilidade.

No decorrer dos anos, com o objetivo de atender novas demandas do quadro social e das unidades CRESOL com finalidades de prestação de serviços bem como de gerar rentabilidade e inclusão dos agricultores familiares no sistema

financeiro, muitos produtos e serviços foram desenvolvidos e conquistados, sendo a Central CRESOL Baser a primeira Central de Crédito Cooperativo do Brasil credenciada pelo BNDES, tornando-se um agente financeiro apto a operar os produtos e serviços do referido Banco.

Para atender a necessidade do quadro social é oferecido um rol de produtos e serviços diferenciados e específicos ao público da CRESOL Baser, como o financiamentos com Recursos Próprios, (Crédito Investimento, Crédito Custeio Agropecuário, Crédito Pessoal), Créditos Pessoais ou Conveniados, Financiamentos com Recursos Oficiais, PRONAF, Conta Corrente, Cheque, Poupança, Cartão de Crédito, Pagamento de Aposentados, Resgates de Títulos, Seguros, Recargas de Celulares, dentre outras facilidades para o agricultor familiar.

A criação, implementação e adequação constante de produtos e serviços é meta estratégica, para um maior acesso dos agricultores familiares as inovações do cenário financeiro.

Portanto, baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, as cooperativas CRESOL Baser buscam o fortalecimento dos seus associados através da aplicação de um crédito justo, fortalecendo os agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento local através do aumento na produção de alimentos e a descentralização das riquezas produzidas, combatendo o êxodo rural e promovendo a erradicação da pobreza no País com a responsabilidade de preservação do planeta para as futuras gerações.

2. A Importância das Cooperativas de Crédito na Inclusão Social

A agricultura familiar apresenta em sua história importante papel no desenvolvimento econômico e social. São muitos os desafios enfrentados para consolidar o cooperativismo de crédito como uma alternativa real e viável para os brasileiros. Hoje o cooperativismo se destaca como uma organização solidária, multiplicadora de oportunidades, colaborando para uma sociedade mais justa, gerando inclusão social e qualidade de vida.

O cooperativismo é um movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social. Seus referenciais fundamentais são: participação democrática, solidariedade, independência e autonomia.

É um sistema fundamentado na reunião de pessoas e não no capital. Busca prosperidade conjunta e não individual. Estas diferenças fazem do cooperativismo a alternativa que leva ao sucesso com equilíbrio e justiça entre os participantes. Associado a valores universais, o cooperativismo se desenvolve independentemente de território, língua, credo ou nacionalidade.

Hoje existem milhares de cooperativas em todo o País com mais de nove milhões de cooperados, abrangendo os 13 ramos do Cooperativismo, a saber: agropecuário, o de consumo, crédito, educacional, habitacional, transporte, mineral, trabalho, turismo e lazer, produção, saúde, especiais e infraestrutura (energia, telecomunicação e serviços). Estas cooperativas atuam de forma

positiva nas comunidades de sua abrangência, gerando trabalho, renda e promoção social.

Um dos principais fatores de crescimento da economia está no incentivo do consumo interno, por meio da ampliação de linhas de crédito. Entre as várias oportunidades disponíveis no mercado, o cooperativismo de crédito se diferencia, cresce e se consolida a cada dia.

A maior importância percebida através das cooperativas de crédito é em função da interação solidária, destacando a influência para as comunidades nas quais as cooperativas estão inseridas, tornando-as cada vez mais representativas, fomentando o desenvolvimento social do Agricultor Familiar.

As cooperativas de crédito da agricultura familiar são responsáveis pela inclusão social de muitos agricultores, que antes estavam à margem do sistema financeiro tradicional, às vezes por residirem no interior de pequenos municípios e muitas por movimentarem pequenas quantias de dinheiro.

Contudo, por meio dos repasses de crédito agrícola para custeio e investimento, as cooperativas de crédito da agricultura familiar injetam de forma direta muitos recursos nas cidades onde atuam. O dinheiro entregue para o agricultor acaba nas agropecuárias e lojas de máquinas e implementos agrícolas, movimentando, assim, a economia local. Com isso, as Cooperativas além de beneficiar diretamente os seus associados, indiretamente contribuem para o desenvolvimento local, onde estão instaladas.

Outro fator que auxilia no desenvolvimento local e regional é o estímulo à poupança local: associados poupam em

suas cooperativas singulares e este dinheiro fica no município diferente de outras instituições financeiras, onde ocorre exatamente o contrário. Desse modo, os recursos retornam para outros agricultores que necessitam de crédito, na forma de empréstimo. Este dinheiro vai para o comércio, movimentado novamente a economia local.

Outro projeto das cooperativas de crédito da agricultura familiar, responsável pelo aumento da autoestima e inclusão social de muitas famílias é o Programa de Habitação. Através deste programa, consegue-se elevar a qualidade de vida das famílias e despertar o desejo de seguir no campo trabalhando e produzindo alimento, contribuindo para a redução do êxodo rural.

Além de apoiar financeiramente seus associados, as cooperativas de crédito da agricultura familiar contribuem para a melhoria de vida das famílias proporcionando conhecimento e capacitação. Uma das premissas do cooperativismo é a formação ampla do quadro social e dos dirigentes das cooperativas. Através da formação dos cooperados têm-se uma visão ampla de todo sistema financeiro e da sua economia local, compreendendo seu verdadeiro papel na sociedade.

As cooperativas de crédito da agricultura familiar são geridas pelos próprios agricultores associados. Essa autogestão proporciona um maior envolvimento dos cooperados no negócio, ampliando seu horizonte de conhecimento.

Outra fórmula que contribui e muito para o desenvolvimento local é a descentralização das decisões. Primamos pela independência local e apoiamos a formação de cooperativas singulares para que ela realmente faça a diferença no

município onde esta inserida. Com a horizontalização, envolvemos mais pessoas na gestão do sistema como um todo e a decisão é tomada para mais perto do cooperado.

4. Resultados Alcançados pelas Cooperativas de Crédito

Inseridas no meio econômico financeiro do país desde 1964, as cooperativas de crédito apresentam-se com singular importância para a sociedade brasileira, na medida em que promovem a aplicação de recursos privados e públicos, assumindo os correspondentes riscos em favor da própria comunidade onde se desenvolvem.

As cooperativas de crédito funcionam como qualquer instituição financeira, no entanto, possui características próprias, sendo a principal delas a participação direta dos cooperados na gestão da cooperativa definindo suas diretrizes e linhas de atuação.

Desta forma, as cooperativas de crédito distinguem-se das demais instituições financeiras, por terem adesão voluntária, com número ilimitado de associados, singularidade de votos, viabilidade do capital social representado por quotas-partes, retorno das sobras apuradas no exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral.

4- A Criação de Novas Institucionalidades

No início dessa história, apesar das dificuldades, as cooperativas tiveram grande expansão e importância dentro da realidade de muitas comunidades no país, entretanto, com o advento da regulamentação, bastante restritiva, imposta na época pelo Governo Federal o desenvolvimento do cooperativismo de crédito teve sua ascensão comprometida.

Dentro do cenário nacional, destaca-se a crescente participação das Cooperativas de Crédito de Economia Solidária, com a criação de entidades com o objetivo de articular, integrar e representar as organizações do cooperativismo de crédito de economia familiar e solidária do Brasil identificadas com processos de desenvolvimento local sustentável. Estava se criando, portanto, novas institucionalidades.

Os objetivos das entidades estão relacionados ao desenvolvimento de ações de interesse das entidades associadas, visando ampliar a troca de informações e intercâmbios entre as integrantes das organizações com movimentos afins.

As ações estão pautadas no fortalecimento político e técnico das organizações integrantes; a criação e difusão de programas de expansão e consolidação das cooperativas de crédito no País; o apoio à educação e a capacitação cooperativista; uma aproximação com outras experiências cooperativistas no âmbito da economia familiar e solidária; o estabelecimento de parcerias e convênios com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, visando atender as demandas das organizações associadas e o fortalecimento do cooperativismo no País.

A disponibilidade de crédito, a criação e o fortalecimento de organizações para o repasse dos recursos são de fundamental importância para garantir a inserção econômica e a organização dos agricultores familiares.

O acesso ao crédito por essas famílias gera um impacto que tem resultados para o desenvolvimento material e social das comunidades em que se inserem, contribuindo para melhorar a qualidade de vida de um conjunto maior de pessoas. As economias rurais locais se movimentam mais aceleradamente quando os agricultores possuem renda, já que toda uma gama de agentes se beneficia dessa situação, a começar pelos pequenos comerciantes.

Com forte cunho social, as cooperativas de crédito tendem a buscar o equilíbrio entre a situação econômica e a social. Elas são estruturas constituídas de forma democrática, com base nas necessidades de serviços e produtos financeiros das pessoas, sendo que os benefícios gerados deverão, necessariamente, retornar para seus sócios. Para as cooperativas de crédito o objetivo está no atendimento às demandas de serviços e produtos financeiros, que supram as necessidades de crédito de seus associados.

Em expansão, as cooperativas de crédito vêm a cada ano conquistando mais espaço no mercado financeiro. O Brasil é hoje o 19º país do mundo com maior expressão no cooperativismo de crédito. A rede de atendimento das cooperativas representa atualmente 13% das agências bancárias do País. Tais números demonstram o grande desafio a ser superado pelas cooperativas brasileiras que, apesar de darem ao Brasil o uma posição de destaque com o maior volume de ativos de instituições financeiras

cooperativas no mundo, ainda possuem um mercado potencial muito grande para crescimento.

5- **Desafios e Perspectivas para o Cooperativismo de Crédito**

Um dos principais obstáculos para a sustentabilidade da agricultura familiar está relacionado à gestão financeira das unidades de produção.

A sustentabilidade da agricultura familiar depende da oferta de um conjunto de serviços financeiros por instituições que tenham uma inserção local capaz de criar relações de proximidade e de oferecer os serviços adequados a cada contexto econômico, ambiental e social local.

Estas características são comuns a quase todas as organizações da agricultura familiar, mas cada contexto social e econômico local produz demandas financeiras específicas e por este motivo, exige levantamentos e análises locais para o planejamento de instituições e de produtos financeiros.

O fortalecimento de uma organização financeira especializada na gestão de serviços para a agricultura familiar, baseada em relações de proximidade, que atenda ao conjunto de demandas financeiras, integradas às políticas de capacitação, assistência técnica e mercado, além de fortalecer as poupanças locais e reduzir os custos de intermediação financeira são as principais diretrizes para a definição de uma nova estratégia organizacional para as microfinanças na área rural, para os quais as cooperativas assume a atribuição de viabilizar.

A importância do contexto local, que em grande parte determina as condições de funcionamento dos mercados financeiros, mostra a importância que as organizações de microfinanças se orientem também por estratégias territoriais.

A integração entre serviços financeiros, estratégias produtivas e comerciais ampliam sistematicamente as condições de crescimento e sustentabilidade das economias locais. A articulação de várias organizações locais em torno de objetivos estratégicos comuns vem sendo institucionalizada através da formulação de contratos territoriais de desenvolvimento, promovendo principalmente a maior articulação entre negócios financiados e programas de capacitação e assistência técnica.

Algumas ações já estão sendo pensadas e realizadas com o objetivo de projetos de implantação e fomento a um programa de microfinanças solidárias no meio rural brasileiro, tendo como agentes operadores as cooperativas de crédito, na perspectiva de gerar um modelo referencial de desenvolvimento sustentável territorial focado na agricultura familiar, tendo como finalidade promover e ampliar o acesso da população rural de baixa renda aos serviços financeiros.

As ações das cooperativas de crédito trouxeram várias vantagens, como a maior disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares; a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação e facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais oportunas. O estímulo às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas garantiu

também a consolidação de um modelo gerencial, em que se fortalece o controle social das cooperativas de crédito.

As cooperativas de crédito podem ser apontadas como uma das alternativas mais promissoras para se alterar o padrão do Sistema Financeiro Nacional. Contudo existe uma distância a ser vencida para que essas intenções e projetos se traduzam em mais resultados concretos em termos de participação no mercado.

É provável que uma multiplicação da participação atual significaria um importante incremento da concorrência no setor bancário brasileiro. Isso poderia melhorar o acesso e a qualidade dos serviços financeiros e levar a uma redução de seus custos para os consumidores em geral.

Ao gerar maior justiça nos esquemas de intermediação financeira dos processos produtivos e de distribuição dos recursos obtidos via políticas públicas, as cooperativas podem colaborar decisivamente na criação de novas sinergias e no fortalecimento da confiança entre os agentes econômicos, reduzindo os custos de transação, e criando novas formas de reter e circular a riqueza gerada nos territórios.

Verificou-se que, quando as cooperativas conseguiram apoiar a formação ou a consolidação do capital social já existente, o crédito se revelou como peça fundamental em termos de desenvolvimento. Existe, portanto, uma evolução constante no cooperativismo de crédito no Brasil, alcançando resultados significativos em seus indicadores, que refletem o considerável e constante investimento em capacitação, profissionalização, gestão e governança nos quais as cooperativas, seus dirigentes e associados vêm se dedicando.

As cooperativas de crédito perseguem a largos e firmes passos a sua caminhada no sentido de avançar e solidificar ainda mais sua presença no mercado financeiro nacional, beneficiando milhares brasileiros.

Muitos são os desafios e avanços que ainda temos que enfrentar para consolidar um cooperativismo de crédito que favoreça o desenvolvimento da Agricultura Familiar e Economia Solidária nas diferentes regiões do País, mas são desafios possíveis, com princípios sólidos de um cooperativismo baseado nos princípios da economia solidária e do desenvolvimento sustentável.

**A ASSESSORIA DE IMPRENSA E SEU PAPEL
ESTRATÉGICO NO SISTEMA DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA –
CRESOL BASER**

Analice Thais Lourenci¹
Alda Silva²

INTRODUÇÃO

Como um profissional de assessoria de imprensa pode ajudar na construção e no fortalecimento de uma imagem? Essa e muitas outras questões estão cotidianamente presente no trabalho do profissional de comunicação social. O desafio que se apresenta é muito além de utilizar as ferramentas da assessoria de imprensa, mas sim, fazer com que elas tenham a eficácia necessária para apresentar a marca e a comunicar de maneira clara, colocando o profissional de assessoria com um papel estratégico as organizações.

A partir do tema proposto busca-se apresentar o trabalho da Assessoria de Imprensa como ferramenta eficaz de fortalecimento de marca e da imagem através das ações e do trabalho no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com

¹ Assessora de Imprensa da Central Cresol Baser; E.mail: Analice@cresol.com.br.
² Orientadora MBA Facinter.

Interação Solidária – Central CRESOL Baser, onde o objetivo é contemplar e harmonizar os discursos mercadológicos e institucionais da Cooperativa junto aos seus públicos.

Além desses outros objetivos estão inseridos nesse artigo como o de resgatar a importância do trabalho da assessoria de imprensa; Contextualizar ações de comunicação integradas. Aproximar, através de produtos e serviços de uma assessoria as relações da Cooperativa com seus diversos públicos e ainda promover e despertar a valorização do profissional de comunicação.

A história do Sistema de Crédito Rural com Interação Solidária está iniciando o artigo para que o leitor possa identificar com maior propriedade a instituição cooperativa que se propõem no estudo.

A pesquisa bibliográfica, metodologia utilizada para caracterizar o histórico das assessorias e sua evolução como departamento estratégico, inicia o artigo. Na sequência, tem-se o papel do assessor de imprensa, quando este deixa de ser um simples jornalista e passa a ser um elemento fundamental dentro do plano de estratégias das cooperativas. Trata-se da evolução do profissional de assessoria como elemento estratégico no conjunto de ações comunicacionais. Sendo assim é neste ponto do estudo que se cria a ponte entre o sucesso da organização e um bom assessor de imprensa à frente de qualquer instituição bem relacionada com seus públicos.

1. Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - Central Cresol Baser

O surgimento do Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária deu origem à construção de um outro cooperativismo, diferente do cooperativismo chamado empresarial. No lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e para o efetivo controle social.

Práticas como transparência, democracia nas decisões e ética na aplicação e no repasse de crédito são premissas para um cooperativismo forte e com responsabilidade social, que através da interação solidária transforma o crédito e o trabalho na propriedade rural em meios para inserção dos agricultores no processo de democratização econômica.

A expressão 'interação solidária' significa que, mesmo as cooperativas sendo independentes e possuindo suas próprias regras de conduta, são solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social. O conceito de 'interação solidária' expressa a ideia de responsabilidade compartilhada entre cooperados e dirigentes, que devem acompanhar e ter controle sobre seu funcionamento. O Sistema descentralizado de decisões proporciona aos Agricultores Familiares uma participação ativa na direção das cooperativas.

O crescimento do Sistema CRESOL desde a sua fundação demonstra a existência de uma demanda real de crédito pelos agricultores familiares. Em 1996, eram cinco cooperativas

singulares e contavam com 1.539 sócios. Em 2011 foram mais de 100 mil famílias cooperadas no Paraná e Santa Catarina, e o desafio continua com a expansão para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo e Rondônia.

Na história de conquistas da Agricultura Familiar, as políticas públicas são referências de crescimento e desenvolvimento, dando incentivo e uma nova visibilidade ao meio rural. Desencadeados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) em 1996, muitos outros programas e ações começam a ser instituídos.

A inclusão feita através do acesso ao crédito apoiou-se muito nessas políticas públicas de fomento ao homem do campo. Contudo, o Sistema CRESOL foi além do repasse do crédito, trabalhando o desenvolvimento e a qualidade de vida do agricultor familiar.

Através destas e de outras ações que permeiam a Agricultura Familiar, o crédito tem um papel fundamental para o crescimento e desenvolvimento do agricultor e da economia local. As Cooperativas de Crédito do Sistema CRESOL acreditam e fomentam a utilização de um crédito bem orientado para os seus cooperados, gerando crescimento e renda as propriedades com sustentabilidade.

Para atender a necessidade do quadro social é oferecido um rol de produtos e serviços diferenciado e específico ao público da Cresol Baser como o Financiamentos, Conta Corrente, Cheque, Poupança, Cartão de Crédito, Pagamento de Aposentados, Recebimentos de Títulos, Seguros, Recargas de Celulares, dentre outras facilidades para o agricultor familiar.

A criação, implementação e adequação constante de produtos e serviços é meta estratégica, para um maior acesso dos agricultores familiares as inovações do cenário financeiro.

Baseados nos princípios do desenvolvimento sustentável e da responsabilidade social, as cooperativas Cresol Baser buscam o fortalecimento dos seus associados através da aplicação de um crédito justo, fortalecendo os agricultores familiares e contribuindo para o desenvolvimento local através do aumento na produção de alimentos e a descentralização das riquezas produzidas, combatendo o êxodo rural e promovendo a erradicação da pobreza no País com a responsabilidade de preservação do planeta para as futuras gerações.

2. Assessoria de Imprensa no Brasil

Tem-se como o marco da chegada da atividade de Assessoria de Imprensa no Brasil o período compreendido de 1910 a 1920, sendo esse trabalho desenvolvido em conjunto com a atividade de Relações Públicas, modelo este influenciado pelas multinacionais vindas da Europa e dos Estados Unidos, onde a atividade já andava a passos largos, conforme Kopplin e Ferraretto (1996).

Inicialmente, ainda segundo os autores citados anteriormente, os serviços Inicialmente, ainda segundo os autores citados anteriormente, os serviços eram prestados de maneira diferente do perfil atual, apresentando-se como um Serviço de Informação e Divulgação instituído pelo Ministério da Agricultura, e misturava divulgação com comunicação institucional, e a outra forma como se apresentou o serviço de Relações Públicas, foi

dentro do Departamento da Light, empresa de energia elétrica paulista.

Esse marco pode ser pontuado segundo LIMA (1995) com o aparecimento oficial do Departamento de Relações Públicas da Light em 29 de janeiro de 1914.

A época coincide com a implantação de energia elétrica no país, que permitiu a entrada do Brasil na era industrial. Para os planos da Light, de expansão de seus serviços no Brasil, tornava-se necessário um bom relacionamento com as autoridades, tanto federais como estaduais (LIMA, 1995, p. 31).

Seguindo a análise de Kopplin e Ferraretto (1996), outro fator sociopolítico importante era a publicação feita pelos trabalhadores brasileiros, quando divulgavam através de jornais próprios de cada categoria, em forma de resposta diante da opressão da época e da pouca abertura que tinham para propagar suas idéias, seus pensamentos, opiniões e manifestações diante da estrutura de poder existente.

No início do século 20, circulavam periódicos como *O Trabalhador*, da União dos Trabalhadores Gráficos (São Paulo, 1904); *O Cosmopolita*, dos empregados em hotéis, restaurantes e bares (Rio de Janeiro, 1916); *Tribuna do Povo*, da Federação de Resistência dos Trabalhadores de Pernambuco (Recife, 1912); *O Graphico*, da Associação Gráfica do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 1924); *A vida*, do Centro Operário das Pedreiras (Rio de Janeiro, 1924); e *o Syndicalista*, da Federação Operária do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, 1919) (KOPPLIN e FERRARETTO, 1996, p. 26).

Com a promulgação do Decreto nº 3.371, de 1º de dezembro, que atribuía a função de assessor de imprensa ao secretário da Presidência da República, o governo brasileiro passou a preocupar-se oficialmente com o atendimento à imprensa, isso então em 1938.

Em 1937, o então presidente do Brasil, Getúlio Vargas, instituiu o Estado Novo, que se tratava de um regime político que defendia o pensamento fascista, surgindo então, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), que compreendia atividades de divulgação, comunicação institucional e cuidava da censura, o maior mecanismo do autoritarismo e da ditadura que reinava no período. Esse departamento só foi abolido em 1945, a partir de um movimento de redemocratização do estado brasileiro, conforme preceitua Kopplin e Ferraretto (1996, p. 26).

De acordo com Chaparro, posterior a II Guerra Mundial e com a subida de Juscelino Kubitschek à Presidência da República, a partir do padrão que os departamentos de relações públicas de multinacionais já possuíam, passaram a profissionalizar as práticas de Assessoria de Imprensa, disseminado a prática para empresas do mercado interno e para a administração pública.

Diante dessa perspectiva de elaboração e construção de uma imagem ideal do que representava o governo brasileiro, os jornalistas passaram a perceber uma nova oportunidade no mercado de trabalho, reservado às Assessorias de Imprensa, que antes era protegido de maneira formal e/ou cultural pelo profissional de Relações Públicas.

Conforme Chaparro (1987) percebe-se no governo de Médici, essas mudanças de pensamento e atitudes, trazendo a um governo propício a propagandas que divulgassem a euforia e o otimismo da administração que estava sendo praticada. O autor salienta que: A divulgação intensiva da propaganda política, mesmo que muitas vezes de forma frustrada, agia como um impulso ao regime militar, ou seja, o profissional de Relações Públicas precisava dar a esse regime, uma forma atrativa e que mostrasse a satisfação do povo.

Neste momento, os Jornalistas e os profissionais de Relações Públicas misturavam-se no cumprimento da tarefa de Assessoria de Imprensa, período em que os profissionais exerciam a atividade de maneira conjunta e passaram a conviver com um "apelido" de 'chapa branca', designando aqueles que assessoravam o governo, de múltiplas maneiras.

2.1 Uma Nova Realidade

São muitos os estudos e as análises em relação ao papel efetivo realizados pelas Assessorias de Imprensa. Uma das abordagens está presente no artigo desenvolvido por Nilson Lage. Nele o autor lembra que com o fim da Segunda Guerra Mundial e posterior difusão da atividade de Assessoria de Imprensa, os contatos com instituições, empresas e mesmo pessoas notáveis passaram a ser feitos por via profissional, ou seja, com a intermediação de um profissional. Afirma Lage:

Essa transformação foi recebida com desconfiança: dizia-se que a existência de assessorias limitava o movimento dos jornalistas e os submetia a uma espécie de

censura da informação na fonte. Até hoje, em muitos países, nega-se a condição de jornalista aos profissionais que passam a trabalhar em assessorias e é comum repórteres considerarem os assessores de imprensa em geral mais como antagonistas do que como colaboradores no processo de produção de informação (LAGE, 2006).

Para Lage, a experiência brasileira de repórteres e assessores não é compatível com essa contradição. Muito pelo contrário. Antes de existirem as assessorias, as repartições e empresas de serviços públicos costumavam selecionar os repórteres a quem iriam fornecer informações.

Os jornalistas acabavam sendo cooptados ou setorizados nessas instituições, seja pela exclusividade do assessor, seja por favores e privilégios que, de forma um tanto explícita, complementavam seus salários. O resultado era uma situação em que salas de imprensa e repórteres amigos funcionavam como filtros políticos de informação, sem deixar margem para que profissionais 'não creditados' penetrassem em suas áreas de atuação. Por isso, Lage defende que a criação das assessorias teve uma vertente moralizadora e ética:

O surgimento das assessorias contribuiu decisivamente para a profissionalização do setor de informação pública, com delimitação clara de posições, tanto do lado de quem fornece a informação quanto de quem a coleta. Ficou mais nítida a posição do repórter como agente do público, sujeito, embora, ao contexto das relações econômicas e de poder que nada escapa na sociedade — certamente não às empresas jornalísticas (LAGE, 2006).

Hoje, é possível perceber no dia a dia, que para melhorar o fluxo de informações com seu público interno e externo, as instituições utilizam serviços de uma Assessoria de Imprensa ou Assessoria de Comunicação Social. Verifica-se que a Assessoria de Imprensa passa a ser uma atividade intensamente praticada no Brasil, com um vasto mercado de trabalho distribuído por todas as atividades econômicas, o que inclui os órgãos da administração pública, a iniciativa privada e até mesmo organizações não governamentais, em todos os níveis.

Atualmente caiu o preconceito em torno da atividade, e a falta de técnicas específicas para a execução, foi suprida. De acordo com Chaparro (1987), a concretização profissional desse trabalho e dessa área de atuação, é resultado em grande parte pela metamorfose do Assessor de Imprensa, quando este passou a ter uma preocupação maior com o público e a notícia que deveria ser repassada.

Desde a década de 70, muitos segmentos da administração pública e empresas privadas passaram a adotar um comportamento diferenciado. Com isso aqueles que trabalhavam na área de Relações Públicas ou Assessoria de Imprensa, trataram de reunir-se em categorias, formando associações e passando a promover eventos, e a partir dessa discussão das atividades, foram então direcionados a organizar, em 1985, do primeiro Manual de Assessoria de Imprensa, que foi oficialmente editado e adotado pela Federação Nacional de Jornalistas Profissionais.

Buscando um melhor entendimento sobre a Assessoria de Imprensa, o autor destaca o 'dever de informar' das instituições que trabalham no sentido de produzir informações que acarretam nas decisões, e ainda, quando se refere ao saber e aos atos desses órgãos que venham a interferir no interesse público. A partir desse elemento fundamental, Chaparro (1987) define o objetivo e o sentido em que deve atuar o Assessor de Imprensa, salientando que o requisito elementar é o de lidar, com a informação de interesse público, assegurando a essas instituições que os fluxos e a qualidade da notícia devem chegar de maneira plena, atual e verdadeira aos meios de comunicação.

4. O Papel Estratégico do Assessor de Imprensa no Sistema Cresol

Seja no momento em que organize coletivas, ou no momento de enviar *releases* aos meios de comunicação, ou ainda quando vai pensar na necessidade de organizar os *check list* - relação completa e detalhada de providências a serem tomadas periodicamente para acompanhamento das atividades do cliente, o assessor de imprensa trabalha com estrategista.

Esse novo conceito profissional é o novo modelo de assessor de imprensa que se exige. É aquele profissional que não faça apenas jornalismo, mas que estando informado sobre novas tecnologias de comunicação, busque novos caminhos para fazer um trabalho inovador e mais eficaz.

É possível estabelecer um conceito normativo de assessoria de imprensa com a administração dos fluxos de informação e

relacionamento entre fontes e jornalistas. Nas condições em que se estabeleceram no mercado brasileiro, entretanto, um profissional ligado a determinada assessoria de imprensa pode editar publicações, Internet, atuar com planejamento, gestão de equipes, política, comunicação interna, relações públicas, marketing, divulgação e em uma série de outras tarefas (DUARTE, 2003, p.96).

É preciso estar atento para o que faz o momento e qual a forma de atingir o público alvo naquela circunstância, para aquele produto, para aquele setor que visa atuar, tendo em vista que o Cooperativismo de Crédito realizado pela Cresol atua com diferentes atores e o *marketing* da Instituição deve conversar com seus diferentes públicos, como órgãos governamentais nacionais e internacionais, parceiros cooperativistas, e até mesmo agricultores familiares cooperados do Sistema.

Bueno (1996) percebe que há uma preocupação com esta questão, e desde então o autor já chamava a atenção para a necessidade de um novo jornalismo para um novo tempo. E essa é uma tese ainda atual e discutível:

A imprensa transformou-se num grande negócio e a informação numa mercadoria valiosa (...) e este novo quadro não define apenas novas propostas editoriais. O perfil que se desenha para o jornalismo hoje é bastante completo porque o novo paradigma exige agilidade, visão multidisciplinar, compromisso ético e uma identidade com a filosofia negocial do veículo (...) O trabalho nas verdadeiras usinas da informação em que estão se transformando os grandes grupos editoriais requer um perfil afinado com este novo cenário, sobretudo atento às mudanças repentinas no mundo da tecnologia e, em

consequência, ao surgimento de novos nichos de mercado. Novos produtos editoriais vão, gradativamente, sendo introduzidos graças ao irreversível processo de internetização e, com isso, surge um novo profissional. (BUENO, 1996, p 137 a 154).

E segue o autor, no momento que salienta que há mais de 40 anos, mesmo diante de algumas exceções, era a indústria automobilística quem tinha presente em seu quadro, um profissional de Assessoria de Imprensa, que nem sempre agia de maneira correta diante da forma precária com que trabalhava e mesmo prevalecendo à amizade ou mesmo a pressão comercial direta, entre a mensagem publicitária e a matéria jornalística.

Porém esse profissional de Assessoria de Imprensa não possuía as características de assessor de imprensa, nem sequer era tido como tal, em virtude de sua total dependência dos planos da empresa. Não podia sequer administrar a área de publicidade, visto que para tal, haveria uma pessoa que trabalhava nesta atividade dentro da empresa, e seria essa pessoa quem iria decidir o que iria prevalecer (TORQUATO, 1986).

Dentro disso, ao assessor de imprensa recaía apenas a função de explorar a imprensa fora da instituição e divulgar aquilo que esse outro profissional orientasse. Sendo que este último era contratado sem critérios técnicos, ou seja, interessando apenas sua relação com a empresa e sua capacidade de estrategista administrativo.

Bueno (1996, p 137-154) sintetiza essa ideia ao colocar que a partir das novas demandas, o assessor de imprensa deixou de ser apenas um emissor de release, despontando como um

produtor executivo de informações e um intérprete do ambiente. Na verdade, sua visão extrapolou os limites do jornalismo propriamente dito, caminhando para a comunicação no sentido mais amplo. Isso era inevitável, porque seu colega da redação, num outro ponto da linha, também havia enriquecido o seu perfil. Nos dias atuais, a relação consolidou-se numa parceria e a evidência neste fato pode ser observada, com facilidade, no espaço significativo que as empresas, seus executivos e seus dirigentes ocupam.

Desde então tem sido feito um alerta sobre a importância de cada organização dispor de condições para atender a demanda dos profissionais de redação. E para atender essa nova exigência, percebia-se a necessidade das Assessorias de Imprensa ou de Comunicação estarem apoiadas num banco de dados e em informações atualizadas, permitindo assim o acesso às informações de maneira rápida e eficiente.

Para o autor, antevia que nessa infraestrutura de suporte estaria localizado o "pulo do gato" das Assessorias de Imprensa, onde quem dispusesse de mais e melhores informações e capacidade de transmiti-las, imediatamente, quando solicitadas, teria maiores chances de ocupar o espaço e o tempo, cada vez mais disputados, dos veículos de comunicação.

É também uma função estratégica dentro das organizações que essas mantenham profissionais que pensem como elas, e que saiam em busca de veículos que possam alcançar as metas estipuladas e esperadas pelos administradores.

Ter na organização da empresa um setor responsável pela assessoria de comunicação e um profissional que seja

capacitado de produzir trabalhos jornalísticos, cria um clima de marketing organizacional e desenvolve-se ainda um papel estratégico e específico, que ao interagir com demais atividades como relações públicas, publicidade e propaganda, editoração, comunicação mercadológica, vai chegar num composto de comunicação para fins de marketing (TORQUATO, 1986).

Tudo isso foi apresentado com o intuito de salientar um ponto muito importante para o estudo, visualizar uma assessoria de comunicação com caráter estratégico e que vise à promoção da instituição. Para Torquato (1986, p.68):

A comunicação empresarial sistêmica dá unidade a um conceito de empresa, harmonizando interesses, evitando a fragmentação do sistema, promovendo, internamente, sinergia negocial e, externamente, comportamentos e atividades favoráveis à organização.

O autor indica uma preocupação das organizações em desenvolver um aparelhamento de comunicação, que junte conceitos mercadológicos e institucionais. Percebe-se a partir dessa análise a necessidade de um profissional com características próprias e inovadoras, com visão ampla da empresa, do público que se pretende atingir e dos objetivos que se precisam alcançar.

Torquato (1986) reforça essa ideia ao mencionar que um profissional de comunicação, que atua em uma empresa, não pode ser apenas um executor de políticas da empresa, mas precisa se transformar num elemento formulador de estratégias.

As organizações com visão pró ativa, tem avaliado a comunicação empresarial como uma ferramenta muito valiosa,

que busque expandir o conceito ideal da organização, aquela imagem que é preciso ser vislumbrado pelos agentes a ser atingidos, e ainda, cabe ao profissional de comunicação estar atento ao desenvolvimento e cumprimento dos objetivos mercadológicos. Para Piva (1999, p. 82-83), algumas características são fundamentais ao jornalista que vai trabalhar a Assessoria de Comunicação de uma instituição. É preciso que ele seja estrategista político, articulador, consultor e conselheiro, que tenha capacidade de relacionamento, seja um bom administrador de conflitos, possua capacidade para ler e interpretar o meio ambiente domine os meios clássicos de comunicação e descentralize as operações.

Isso tudo é necessário porque ele vai precisar trabalhar todo o setor de comunicação, precisando de formação específica, mas habilidades diversificadas, com noções de marketing e administração, além de visão empresarial, e muita afinidade com a instituição que trabalha, tendo domínio sobre seu funcionamento e seus projetos de obtenção de lucro.

O campo de atuação de um profissional com esse perfil tem crescido e se projetado a cada dia, visto que as empresas têm direcionado seu foco para pessoas dinâmicas e com capacidade de adaptação aos projetos e as ferramentas da empresa (DUARTE, 2003, p. 98).

É preciso estar consciente do papel do jornalista que não trabalha apenas a assessoria de imprensa ou, mais especificamente no Sistema de Crédito Rural com Interação Solidária, não busca apenas a produção e publicação científica, mas daquele profissional que desenvolve atividades correlacionadas como, por

exemplo, trabalhar a comunicação estratégica. Mesmo que isso não seja considerado a missão do jornalista dentro de sua formação universitária, essa é uma tendência de mercado e uma exigência dos empregadores.

Essa necessidade do profissional se especializar em estratégia mercadológica, é uma ampliação da área de atuação, atuando no processo como um profissional maleável e adaptado ao desenvolvimento e globalização profissional, e que passa a ser particularizada de acordo com a propensão do indivíduo em querer ter e conhecer essa experiência inovadora dentro de uma organização.

Para Bueno (1996, p. 05) é muito clara a identificação dessa alteração da profissão de jornalista, sendo observado pelas novas demandas, afirmando que o assessor de imprensa deixou de ser apenas um emissor de releases, despontando, hoje, como um produtor ou mesmo um executivo de informações e um intérprete do macroambiente.

Para o autor, essa nova área de atuação do jornalista, no momento em que ele passa a atuar como um gerenciador no processo de comunicação é uma atividade oferecida em especial pelo Sistema Cresol, em função da exigência do mercado ser mais complexa.

Mantém-se a função de produzir de releases, jornais institucionais, matérias para imprensa e editar conteúdo de propaganda, no entanto, esse trabalho passa a ser mais estratégico e melhor administrado dentro dos objetivos mercadológicos da cooperativa.

Os repórteres, redatores, diagramadores e coordenadores de eventos continuam sendo imprescindíveis (...) mas certamente a cabeça do negócio da comunicação estará, cada vez mais, no profissional que possui competência técnica com uma visão gerencial moderna e que sabe vislumbrar, com lucidez, a íntima relação entre comunicação e negócios. A esse profissional está reservado o comando. Pensando bem, ele merece o cargo (BUENO, 1996, p 25).

Percebe-se a partir das reflexões do autor a necessidade de ajustar a função do profissional de comunicação para que esse possa estar preparado para identificar e trabalhar todos os ambientes da instituição, com domínio de todas as áreas envolvidas na comunicação. Passando assim, a ter-se um profissional estratégico na função de assessor de imprensa, e também muito importante como agente operacional.

Para atuar nessa atividade, é preciso além de aptidões pessoais, uma visão mais crítica, uma atitude que apresente bom relacionamento com a imprensa, assumir posições de destaque na organização da empresa, saber coordenar, ser corporativo e ter um bom relacionamento com a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Comunicar, tornar público, por em comum. Temos na assessoria de imprensa a missão de não apenas tornar comum, mas sim de comunicar de forma clara, objetiva, visando o social. Sabendo-se que a comunicação é uma das principais ferramentas utilizadas no desenvolvimento do indivíduo, percebemos que são

os meios de comunicação os maiores propagadores desse desenvolvimento.

É por meio dos meios de comunicação que as atitudes e as opiniões sociais são formadas e são eles, as maiores ferramentas de mobilização de pessoas em torno de determinado movimento ou em prol de determinada consciência que se queira formar.

O artigo permitiu evidenciar a importância do trabalho de assessoria em uma instituição, mas especificamente destacamos a atuação desse profissional no Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária que é o responsável por esse processo, que por meio de seus mais variados veículos de comunicação atinge a sociedade em busca de seus objetivos. Constatou-se ainda que é vital para as instituições a presença do assessor de imprensa e a sua atuação tem papel estratégico como ferramenta na construção de uma marca de sucesso e de uma imagem que comunique a sua verdadeira missão aos seus diferentes públicos de atuação.

A valorização é constante e evolutiva desse profissional, tendo em vista a harmonização do assessor com todo o marketing da Cooperativa. O profissional que atua na assessoria tem características próprias, sempre buscando uma versatilidade e um bom relacionamento com a imprensa, trabalhando conjuntamente, visando atividades e habilidades como relações públicas, e ainda focalizando seus conhecimentos em marketing, afirma-se então um jornalista/assessor multifuncional.

REFERÊNCIAS

- BUENO, W. **Assessoria de Imprensa no Brasil: caminhos e descaminhos da relação empresa e imprensa na era do ciberespaço.** In: *Comunicação e Sociedade - Comunicação e Política*, n.º 26, 1996.
- CAHEN, R. **Tudo que seus gurus não lhe contaram sobre comunicação empresarial: a imagem como patrimônio da empresa e ferramenta de marketing.** São Paulo: Best Seller, 1990.
- CHAPARRO, M. C. **A notícia bem tratada na fonte.** São Paulo: ECA-USP, 1987.
- CHAPARRO, M. C. **Cem Anos de Assessoria de Imprensa, Assessoria de Imprensa e Relacionamento com a Mídia.** São Paulo: Atlas, 2002.
- CHAPARRO, M. C. **A comunicação organizacional e a imprensa: como melhorar o seu relacionamento.** In: *Revista de Comunicação Empresarial*, São Paulo, n. 41, p.42-45, 4.º trim. 2001.
- CHAVES, A. J. **Ciência para não cientistas: a experiência universitária das agências de notícias e assessorias de imprensa.** Rio de Janeiro: IBICT/UFRJ, 2000.
- DUARTE, J. **Assessoria de imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- FENAJ. **Manual Nacional de Assessoria de Imprensa.** Rio de Janeiro: FENAJ, 1999.
- KOPPLIN, E. FERRARETTO, L. A. **Assessoria de imprensa: teoria e prática.** 2ª ed. Porto Alegre: Sagra, 1996.
- KOFLER, P. **Administração de marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** Tradução Ailton Loufim Brandão. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- LACIE, N. **Fundamentos da Comunicação Mediática. Texto A - Fontes & Fontes.** Disponível em <<http://www.jornalismo.ufsc.br/bancodedados/mdfundamentos1.html>> Acesso em: 29 Março 2012.
- LIMA, G. M. **Releasmania: uma contribuição para o estudo do "press release" no Brasil.** 3ª ed. São Paulo: Summus, 1995.
- LIMA, L. de. **Jornalismo Científico e Jornalismo de Precisão: estudo e aplicabilidade.** Florianópolis: EPS/UFSC, 2000.
- PIVA, M. **Perfil do jornalista em funções empresariais.** In: *Anuário de Jornalismo*, São Paulo: Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero, Ano 1, n.º 1, 1999.
- SCHWENKE, C & HIAM, A. **MBA - Curso prático em Marketing.** Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- TORQUATO DO REGO, F. G. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991.
- TORQUATO DO REGO, F. G. **Comunicação empresarial, comunicação institucional.** São Paulo: Summus, 1986.
- WEY, H. **O processo de Relações Públicas.** São Paulo: Summus, 1993. ZOBARAN, Sérgio; CAMARA, Leopoldo. **A segunda imprensa. Guia para divulgadores e divulgados.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

**AUDITORIA NAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO:
VANTAGENS E DESVANTAGENS ENTRE A
TRADICIONAL E A CONTÍNUA**

Aline Benedetti³
Andrea Josenara Christmann⁴

INTRODUÇÃO

O processo da auditoria surge em virtude do desenvolvimento econômico dos países, do crescimento das empresas e expansão das atividades produtoras, gerando crescente complexidade na administração dos negócios e de práticas financeiras, necessitando de uma ferramenta que ajudasse melhor no controle das organizações contemplando setores como financeiro, operacional, contábil, diretivo e de recursos humanos.

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promoverem a eficiência

³ Auditora - Central Cresol Base. Pós-graduada - Unipar. E-mail: alinebene88@gmail.com;
⁴ " Professora, Pedagoga. Pós-graduada Unipar - E-mail: andrajosenara@gmail.com

operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração (AICPA apud ATTIE, 1998, p.110).

Nesse contexto, a supervisão e controle entram em ação, atuando no monitoramento das empresas, cooperativas, por fim, o trabalho das firmas de auditoria. A atual agitação do mercado e demanda por aumento de transparência sugere uma informação financeira mais clara e confiável suportada por auditores de qualidade, que são elementos-chave para uma relação de mercado seguro (SILVA, 2011).

Este artigo abordará os aspectos relevantes a respeito da auditoria interna, monitoramento, auditoria contínua, levantando seus aspectos comparando-os à metodologia contínua com a auditoria tradicional, ao qual se pode obter uma eficácia maior e controle dos objetivos traçados para uma auditoria. Ao analisar a sistemática da auditoria contínua percebe-se a agilidade, especificação, objetividade na regularização dos fatos elencados.

O controle mais eficaz e contínuo pode diminuir as inconsistências e inconformidades relevantes para o bom funcionamento da cooperativa afetando no desenvolvimento dela como um todo. A realização deste estudo acontece pelo fato de queremos analisar e comparar o desempenho das duas sistemáticas de auditoria como forma organização, controle e desenvolvimento as cooperativas.

1 Fundamentação Teórica

1.1 Cooperativismo

Na busca de melhores salários, e condições dignas de trabalhos um grupo de operários se reuniu com o intuito de realizar compra de matéria-prima, insumos e outros artigos necessário em conjunto, assim a barganhando melhores preços, e estão fundando a primeira cooperativa.

A constituição em 28 de outubro de 1844 da "*Rochdale Society of Equitable Pioneers*", idealizada por 28 tecelões de Rochdale, no distrito de Lancashire, Inglaterra, com objetivo de comprar em comum os bens de consumo doméstico, comprar ou construir casas, iniciar a fabricação de artigos e adquirir ou arrendar campo, dava início a um novo modelo de organização econômica da sociedade. Nele, as pessoas constituem uma entidade (pessoas jurídicas de natureza cooperativa) com objetivo de atender as necessidades comuns de bens e serviços, preterindo obtê-los através das empresas convencionais. Do pioneirismo dos "28 tecelões de Rochdale" à presença hoje em mais de 100 países com aproximadamente 700 mil cooperativas (Segundo dados da Aliança Cooperativa Internacional – ACI), foi uma longa caminhada em culturas e economias diversificadas. Certamente muitas histórias de sucesso e insucesso podem ser contadas.

Num extremo, as que não souberam compreender que o mercado está em constante transformação e evolução – perderam seu espaço e finalidade. De outro extremo, as visionárias, que sem se afastar dos valores básicos do cooperativismo, promoveram de

forma constante as adaptações aos novos ambientes globais e escreveram uma admirável história de excelentes e diferenciados serviços aos seus associados. (PAGNUSSATT 2004, pág 20).

Segundo a Organização das Cooperativas no Brasil - OCB e Frente Parlamentar do Cooperativismo - FRENGOOP, nasceu a Sociedade dos Probos de Rochdale, conhecida como a primeira cooperativa moderna do mundo. Ela criou os princípios morais e a conduta que são considerados, até hoje, a base do cooperativismo autêntico. Em 1848, já eram 140 membros e, doze anos depois, chegou a 3.450 sócios com um capital de 152 mil libras. (2010, Agenda Legislativa do Cooperativismo)

1.1 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, a cultura da cooperação é observada desde a época da colonização portuguesa, esse processo emergiu no Movimento Cooperativista Brasileiro surgido no final do século 19, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades (OCB e FRENGOOP 2010, Agenda Legislativa do Cooperativismo).

O movimento iniciou-se na área urbana e, a partir de 1906, nasceram e se desenvolveram as cooperativas no meio rural, idealizadas por produtores agropecuários, muitos deles de origem alemã e italiana. Os imigrantes trouxeram de seus países a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que motivaram a organizar-se em cooperativas. Com a propagação da doutrina cooperativista, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo,

criado para suprir as necessidades dos próprios membros. Em 2 de dezembro de 1969, foi criada a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) e, no ano seguinte, a entidade foi registrada em cartório. Nascia formalmente aquela que é a única representante e defensora dos interesses do cooperativismo nacional e uma sociedade civil e sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.

Segundo informações da OCB hoje o Brasil conta com aproximadamente 6.600 cooperativas, que possuem cerca de 9 milhões de associados, essas cooperativas atuam de forma positiva nas comunidades próximas gerando trabalho, renda e promoção social.

1.2 Cooperativismos de Crédito Brasileiro

Sendo o Rio Grande do Sul o pioneiro na criação da primeira cooperativa de crédito do Brasil, a mesma foi criada por produtores rurais da região da Serra Gaúcha.

O cooperativismo de crédito brasileiro teve início em 28 de dezembro de 1902, na localidade de Linha Imperial, município gaúcho de Nova Petrópolis, por iniciativa de um grupo de pessoas da comunidade formado, em sua maioria, por produtores rurais, liderados pelo padre suíço Theodor Amstad. A cooperativa existe ainda hoje, como o nome de SICREDI Pioneira, atuando em 19 municípios da Serra Gaúcha, sendo que figura entre as maiores do país. Os benefícios aos associados e à comunidade foram tão expressivos que logo motivaram a criação de novas cooperativas

de crédito, especialmente nas regiões Sul e Sudeste do país (PAGNUSSATT 2004, pág.24)

Segundo Crúzio (2009, p.35) entende-se como cooperativa de crédito uma instituição de natureza jurídica própria, sem fins lucrativos, não sujeita a falência, constituída por profissionais liberais ou autônomos, funcionários públicos ou privados, microempresários ou micro empreendedores, pequenos, médios ou grandes empresários, que se associam por iniciativa própria, sendo livre o ingresso de pessoas desde que os interesses individuais relativos aos serviços de crédito ou poupança não sejam conflitantes com os objetivos sociais, políticos e econômicos da cooperativa.

O avanço mais significativo nos normativos para a amplitude societária das cooperativas de crédito ocorreu em 2003 com a edição da Resolução 3.106, que permitiu livre associação e consolidou a organização sistêmica. Nela foram acolhidas as sugestões do grupo técnico formado pelo Conselho Especializado de Crédito da OCB, sob a nossa coordenação, e pela Diretoria de Normas do Banco Central do Brasil, liderada pelo Diretor Sérgio Darcy da Silva Alves. No novo cenário normativo finalmente as pequenas comunidades puderam ter seu próprio instrumento financeiro.

Até a constituição dos bancos cooperativos, os serviços eram prestados pelas centrais estaduais, portanto, com escala estadual, os benefícios da centralização da administração financeira em escala nacional através dos bancos cooperativos motivaram as centrais a constituir confederações para a prestação dos serviços comuns no âmbito nacional.

Assim, o modelo brasileiro de estruturação do cooperativismo de crédito se configurava com a participação das cooperativas singulares, centrais estaduais, confederação e do banco cooperativo – hoje padrão de funcionamento de vários sistemas de crédito cooperativo nacional, ainda que ostentem peculiaridades (PAGNUSSATT 2004, pág.25)

As cooperativas de crédito no Brasil estão regulamentadas pelo novo Código Civil, bem como pela Lei 1.130 de 17 de abril de 2009, além das resoluções do Banco Central do Brasil. No que diz respeito à auditoria de cooperativas de crédito o Conselho Monetário Nacional institui as resoluções.

4. Auditoria Interna

Aproximando-se do século XX, surgiu a "necessidade de separar a atividade de verificações internas sobre as informações utilizadas pelos gerentes para tomada de decisão" dando origem à auditoria interna. Os gerentes precisavam de instrumentos para avaliar a eficiência das atividades e a honestidade dos subordinados e segundo (BARROS, 2007).

Outro motivo para o surgimento da auditoria foi a necessidade de confirmação dos valores que representavam o patrimônio das empresas, por parte dos seus proprietários, como também dos investidores que pretendiam realizar seus investimentos. Deste modo, o objetivo principal da auditoria independente é expressar uma opinião acerca da fidedignidade das demonstrações contábeis de uma organização, em face aos Princípios Fundamentais de Contabilidade.

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração (AICPA apud ATTIE, 1998, pág.110)

Um sistema de controle interno bem desenvolvido abrange controles em diversas áreas, sobretudo de natureza contábil e de natureza administrativa (MARLUZ GNATA VIER 2009).

Esta forma de auditoria, denominada auditoria independente, surgiu, portanto, como parte da evolução do sistema capitalista e conforme Almeida M.C (2003) evoluiu para o que atualmente é, em função da relevância da divulgação de suas informações econômica financeiras, consubstanciada nas demonstrações contábeis. Isto porque, a expansão culminou na abertura do capital de muitas empresas e os novos sócios ou acionistas, diante da necessidade de conhecer a solidez, liquidez e rentabilidade do seu investimento, passaram a exigir que as demonstrações contábeis fossem avaliadas por profissional independente à organização, ou seja, pelo auditor independente.

Segundo Attie, (pág. 52,2007),

A auditoria interna compreende os exames, análises, avaliações, levantamentos e comprovações metodologicamente estruturados para a avaliação da integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos processos, dos processos, dos sistemas de informações e de controles internos integrados ao ambiente e de gerenciamento de riscos, com vistas a assistir

à administração da entidade no cumprimento de seus objetivos.

O entendimento de que a auditoria está estabelecida para ser a mais importante ferramenta de avaliação dos procedimentos e aplicação dos controles está confirmado por Attie (2007).

Para Almeida, B.J.M. (2004) "as forças econômicas que acompanham a profissão de auditoria desde os seus primórdios, bem como a sua adaptabilidade à realidade econômica e às exigências da sociedade, têm originado o seu desenvolvimento".

3.1 Monitoramento

O desenvolvimento e a complexidade das organizações resultaram na separação entre propriedade e gestão, e consequentemente na descentralização do poder de decisão. Nas estruturas descentralizadas o poder de decidir não se concentra nos níveis mais altos da organização, mas é distribuído por toda a empresa. Este movimento de descentralização é reflexo das falhas de comunicação e de coordenação, além da limitação física ou racionalidade limitada dos indivíduos que restringe o conhecimento dos possuidores do poder de decisão ao um subconjunto do conhecimento (BOYA, 2007).

A fim de minimizar os efeitos decorrentes de interesses conflitantes, a organização procura adotar mecanismos de monitoramento e incentivo para orientar o comportamento dos indivíduos e alinhar os objetivos pessoais aos objetivos da organização. Esses instrumentos incluem sistemas formais de controle interno, sistemas de orçamento e contabilidade, sistemas

de remuneração, conselho de administração, auditoria externa e interna (BARROS, 2007; LÉLIS E BARROS, 2009).

A Auditoria Interna é um mecanismo de monitoramento que pode reduzir o conflito de agência, tanto por limitar as ações do agente, que ao se sentir monitorado terá reduzida a tendência de agir de acordo com os próprios interesses em detrimento dos interesses da firma, quanto por verificar se os subordinados estão cumprindo as determinações da alta administração (LÉLIS E MARIO, 2009).

Deste modo, a Auditoria Interna é um instrumento de monitoramento utilizado pelo proprietário (ou acionistas e/ou cooperados) para controlar as ações dos administradores (diretores) e também utilizado por estes últimos para controlar as ações dos empregados.

Segundo Mendonça (2010) sob o mote de ser 'os olhos e ouvidos' da administração, as empresas criaram departamentos de auditoria interna, tendo como principais preocupações prevenir fraudes na folha de pagamento, perdas financeiras e perdas de outros ativos, mas rapidamente as suas atividades se estenderam a praticamente verificar todas as transações financeiras.

Conforme Costa (2012) há cinco instrumentos por meio dos quais se realiza a fiscalização (Arts. 238 a 243 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, pág. 51):

a) **levantamento**: utilizado para conhecer a organização e funcionamento de órgão ou entidade pública, de sistema, programa, projeto ou atividade governamental, identificar objetos e instrumentos de

fiscalização e avaliar a viabilidade da sua realização;

b) **auditoria**: utilizado para examinar a legalidade e a legitimidade dos atos de gestão, quanto aos aspectos contábil, financeiro, orçamentário e patrimonial, avaliar o desempenho operacional e os resultados alcançados de órgãos, entidades, programas e projetos governamentais, e subsidiar a apreciação de atos de pessoal sujeitos a registro;

c) **inspeção**: utilizado para obter informações não disponíveis no Tribunal, esclarecer dúvidas ou apurar fatos trazidos ao conhecimento do Tribunal por meio de denúncias ou representações;

d) **acompanhamento**: utilizado para avaliar a gestão de órgão, entidade ou programa governamental por período de tempo predeterminado, tanto com relação aos aspectos de legalidade e legitimidade quanto à economicidade, à eficiência e à eficácia dos atos praticados; e

e) **monitoramento**: utilizado para aferir o cumprimento das deliberações do Tribunal e os resultados delas advindos.

Estes cinco instrumentos levantados pelo Regimento Interno do TCU demonstram efetivamente as etapas primordiais para a organização, seja ela uma LTDA, S/A ou uma Cooperativa, todos os procedimentos de controle são indispensáveis.

2.2 Auditoria Contínua

Auditoria contínua pode ser definida como "qualquer método utilizado por auditores para executar atividades relacionadas com auditoria de uma forma mais contínua ou de

forma contínua" (CODERRE, 2005); ou, ainda, como "um tipo de auditoria que produz resultados simultaneamente ou em um pequeno período de tempo após a ocorrência de um evento relevante" (VASARHELYI; HALPER, 1991) apud COSTA, 2012).

Algumas perguntas devem ser feitas pela organização para uma possível a implantação da Auditoria Contínua, tais como: Permitirá que a organização corrija alguma falha operacional? A Automação da Auditoria permitirá que fatores críticos de sucesso sejam alcançados pela organização? Permitirá que futuros problemas possam ser evitados? Reduzirá custos? Aumentará a produtividade?

Cabe destacar que, embora o uso de ferramentas de tecnologia da informação (TI) seja essencial para viabilizar a auditoria contínua, o que define essa prática é o caráter continuado da atividade, e não a tecnologia empregada. No IIA (Instituto dos Auditores Internos do Brasil) "qualquer método utilizado por auditores para executar atividades relacionadas com auditoria de uma forma mais contínua ou de forma contínua" (CODERRE, 2005).

Segundo Wenming (2007), é possível identificar pelo menos dois aspectos críticos: a capacidade de extrair informações de diversas origens, tais como bases de dados, arquivos em meio eletrônico e trilhas de auditoria (*logs*) de sistemas situados em diferentes ambientes computacionais; e a capacidade de analisar os dados extraídos e detectar desvios de acordo com regras previamente definidas.

Controlar é, antes, orientar, avaliar, recomendar melhorias, agir preventivamente (BRASIL, 2011).

Para melhor compreensão das formas pelas quais se pode buscar tal visão proativa e evitar a consumação de irregularidades faz-se necessário analisar os principais meios colocados à disposição. Existem vários aspectos a serem analisados tais como aspectos regimentais, aspectos culturais e aspectos tecnológicos para se obter um melhor resultado.

Segundo Siqueira e Miranda (pág. 96, 2013) a terminologia da auditoria contínua é baseada em:

- Utiliza-se tecnologia da informação, para automatizar o trabalho convencional de auditoria tornando mais abrangente e tempestivo.
- Efetuamos testes de controles automaticamente em bases de dados contínuas, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos. Auditoria contínua é uma das ferramentas da auditoria interna.
- Tipo de auditoria que produz resultados simultaneamente ou em um pequeno período de tempo após a ocorrência de um evento relevante
- A capacidade de realizar avaliações de controle e risco em tempo real, ou o mais próximo do tempo real quanto possível.

O elevado nível de integração desse modo oferece, ao mesmo tempo, vantagens e desvantagens significativas. Se, por um lado, torna-se possível monitorar detalhes das transações e até mesmo impedir ou corrigir automaticamente erros ou eventuais fraudes, por outro lado essa capacidade depende da codificação de rotinas embutidas no software, o que requer definição precisa de requisitos técnicos por parte dos auditores, bem como capacidade

dos programadores em traduzir isso corretamente em testes automatizados (COSTA, 2012).

Outra desvantagem relevante quanto à utilização de módulos integrados de auditoria diz respeito à flexibilidade do modelo. Como os testes de auditoria são embutidos no próprio código das aplicações, ainda que em componentes ou módulos distintos, eventuais alterações nesses testes tipicamente exigem a intervenção de programadores e outros profissionais especializados. Com isso, a capacidade de aprimoramento dos controles empregados pode ser prejudicada, causando obsolescência precoce do módulo de auditoria contínua (COSTA, 2012).

O segundo modelo baseia-se na utilização de agentes ou programas especializados que realizam testes e tarefas de forma simultânea, porém independente dos sistemas monitorados. Wenming (2007) descreve seis tipos de papéis que podem ser desempenhados por esses agentes: a coordenação e gerenciamento das atividades de auditoria contínua, a definição e aplicação das regras, a recuperação de informações e o envio de comunicações.

A principal vantagem dessa abordagem reside na flexibilidade propiciada pela separação entre aplicações de negócios e agentes de auditoria. Isso permite que os agentes possam se comunicar com várias aplicações ao mesmo tempo e realizar testes mais complexos, em tempo real, sem que isso implique riscos ao funcionamento das aplicações monitoradas. Além disso, por se tratar de programas independentes, seu desenvolvimento e evolução podem ser conduzidos por equipes especializadas,

responsáveis pela produção e manutenção das aplicações de negócios (BALANIUK, 2012).

Segundo Costa (2012), a principal vantagem dessa abordagem reside na flexibilidade propiciada pela separação entre aplicações de negócios e agentes de auditoria. Isso permite que os agentes se comuniquem com várias aplicações ao mesmo tempo e realizem testes mais complexos, em tempo real, sem que isso implique riscos ao funcionamento das aplicações monitoradas. Além disso, por se tratar de programas independentes, seu desenvolvimento e evolução podem ser conduzidos por equipes especializadas, distintas das responsáveis pela produção e manutenção das aplicações de negócio.

A questão que se apresenta, entretanto, é que toda essa abordagem tem sido adotada com foco na visão tradicional da auditoria baseada em amostragem. A cada ente ou programa de negócios amostrado na amostra, corresponde uma fiscalização. O art. 1º da Resolução 106/2005 deixa isso claro, ao determinar que os critérios de materialidade, risco, relevância e importância são utilizados na seleção das fiscalizações a serem realizadas.

No entanto, a essência da auditoria contínua consiste na monitorização de 100% das transações, em contraponto à amostragem. Ainda que em alguns casos possa ser necessário delimitar o escopo de atuação, por razões estratégicas ou operacionais, isso em geral implica a seleção de alguns tipos de transações, a não de algumas unidades jurisdicionadas em determinado momento. O desafio, entretanto, reside na forma de enquadrar essa abordagem nas regras atualmente definidas pela Resolução 106/2005.

dos programadores em traduzir isso corretamente em rotinas automatizadas (COSTA, 2012).

Outra desvantagem relevante quanto à utilização de módulos integrados de auditoria diz respeito à flexibilidade desse modelo. Como os testes de auditoria são embutidos no próprio código das aplicações, ainda que em componentes ou módulos distintos, eventuais alterações nesses testes tipicamente requerem a intervenção de programadores e outros profissionais especializados. Com isso, a capacidade de aprimoramento dos controles empregados pode ser prejudicada, causando obsolescência precoce do módulo de auditoria contínua. (COSTA, 2012)

O segundo modelo baseia-se na utilização de agentes - programas especializados que realizam testes e tarefas de forma simultânea, porém independente dos sistemas monitorados. Wenming (2007) descreve seis tipos de papéis que podem ser desempenhados por esses agentes: a coordenação e gerenciamento das atividades de auditoria contínua, a definição e aplicação de regras, a recuperação de informações e o envio de comunicações.

A principal vantagem dessa abordagem consiste na flexibilidade propiciada pela separação entre aplicações de negócios e agentes de auditoria. Isso permite que os agentes se comuniquem com várias aplicações ao mesmo tempo e realizem testes mais complexos, em tempo real, sem que isso implique riscos ao funcionamento das aplicações monitoradas. Ademais, por se tratar de programas independentes, seu desenvolvimento e evolução podem ser conduzidos por equipes especializadas,

distintas das responsáveis pela produção e manutenção das aplicações de negócio (BALANIUK, 2012).

Conforme Costa (2012), a principal vantagem dessa abordagem consiste na flexibilidade propiciada pela separação entre aplicações de negócios e agentes de auditoria. Isso permite que os agentes se comuniquem com várias aplicações ao mesmo tempo e realizem testes mais complexos, em tempo real, sem que isso implique riscos ao funcionamento das aplicações monitoradas. Ademais, por se tratar de programas independentes, seu desenvolvimento e evolução podem ser conduzidos por equipes especializadas, distintas das responsáveis pela produção e manutenção das aplicações de negócio.

A questão que se apresenta, entretanto, é que toda essa sistemática foi elaborada com foco na visão tradicional da auditoria, baseada em amostragem. A cada ente ou programa de governo incluído na amostra, corresponde uma fiscalização. O art. 5º da Resolução 185/2005 deixa isso claro, ao determinar que sejam utilizados critérios de materialidade, risco, relevância e oportunidade na seleção das fiscalizações a serem realizadas.

Por outro lado, a essência da auditoria contínua consiste na análise automatizada de 100% das transações, em contraponto à análise amostral. Ainda que em alguns casos possa ser conveniente delimitar o escopo de atuação, por razões estratégicas ou tecnológicas, isso em geral implica a seleção de alguns tipos de transação, e não de algumas unidades jurisdicionadas em particular. O desafio, entretanto, reside na forma de enquadrar esse tipo de abordagem nas regras atualmente definidas pela Resolução 185/2005.

3. Metodologia

3.1 Método Científico

A pesquisa foi determinada em relação aos métodos bibliográficos do problema, ou seja, ao plano geral do trabalho, seus fundamentos lógicos, o processo de raciocínio adotado foi o indutivo.

"Método indutivo: parte de dados particulares, suficientemente constatados, inferindo uma verdade universal, não contida nas partes examinadas. Seu objetivo é levar as conclusões cujo conteúdo é muito mais amplo do que o das premissas nas quais se baseavam". (FAMPER, Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos, 2007, pág. 12).

Segundo Carvalho e Sartorato (2004), pesquisa bibliográfica é o documento ou documentação é toda base de conhecimento fixada materialmente e suscetível de ser utilizado para consulta, estudo ou prova. Por vezes, denomina-se também referência, em sentido genérico. Bibliografia é a relação de documentos. É o conjunto de impressos bibliográficos reunidos com a finalidade de servirem de fonte de informação. Apontamento é qualquer anotação colhida em documentos. Ex.: citações, resumos, esboços, sinopses, é o conjunto de indicações precisas e minuciosas que permitem a identificação de publicações, no todo ou em partes. Consta, entre outros, do nome do autor, título da obra, notas tipográficas e bibliográficas.

3.2 Quanto o Objetivo da Pesquisa

Para que os objetivos propostos possam ser desenvolvidos, torna-se necessário o conhecimento da base teórica, para entender e diferenciar a maneira de se executar e resultados em uma auditoria. Com isso, pode-se verificar a importância da auditoria dentro da organização. A metodologia usada é de forma descritiva, exploratória e levantamento bibliográfico.

A bibliográfica abrange a leitura, análise e interpretação de livros, periódicos, textos legais, documentos fotocopiados, etc. Todo material recolhido deve ser submetido a uma triagem, a partir da qual é possível estabelecer um plano de leitura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria Interna tem por finalidade desenvolver um plano de ação que auxilie a organização a alcançar seus objetivos adotando uma abordagem sistêmica e disciplinada para a avaliação e melhora da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos com o objetivo de adicionar valor e melhorar as operações e resultados de uma organização (ROCHA, 2008).

A Auditoria Contínua utiliza-se tecnologia da informação, para automatizar o trabalho convencional de auditoria tornando mais abrangente e tempestivo. Efetuamos testes de controles automaticamente em bases de dados contínuas, de forma a identificar exceções e anomalias, tendências e indicadores de riscos (SIQUEIRA e MIRANDA, 2013).

Em análise aos textos relacionados à Auditoria Interna e Auditoria contínua existem vantagens e desvantagens significativas.

Entre as vantagens está a capacidade de realizar avaliações de controle e risco em tempo real, ou o mais próximo do tempo real quanto possível. Outro ponto é demonstrativo que os controles economizam recursos e podem ser utilizados como indicadores do negócio. Igualmente importante é a análise de dados definida com o processo de inspeção, limpeza, transformação, e modelagem de dados com o objetivo de encontrar a informação útil, sugerindo conclusões, e apoiando a tomada de decisão, principalmente da auditoria contínua, podem ser maximizados à medida que mais pessoas tenham a oportunidade de conhecer e interagir com as informações disponíveis e as ferramentas para cruzamento e análise dessas informações. Tendo em vista também que a auditoria contínua consiste na análise automatizada de 100% das transações, em contraponto à análise amostral de auditoria tradicional proporcionando um retorno tangível e rápido.

Se, por um lado, torna-se possível monitorar detalhes das transações e até mesmo impedir ou corrigir automaticamente erros ou eventuais fraudes, por outro lado essa capacidade depende da codificação de rotinas embutidas em um software, o que requer definição precisa de requisitos técnicos por parte dos auditores, bem como capacidade dos programadores em traduzir isso corretamente em rotinas automatizadas, dificultando em porcentagem deste processo. Outra questão é que podem

possessar dados incompletos ou apenas parcialmente corretos dos parâmetros para análise.

Constata-se que nas cooperativas de crédito a implantação e aprimoramento de seus controles internos já é uma realidade, não somente para uma correta e adequada gestão de risco, que implicará positivamente no risco da cooperativa, mas também na busca por maior excelência nos seus programas de controles internos. Constituído-se assim um dos seus grandes desafios no setor nesta década, pois a Auditoria Contínua é uma das ferramentas da Auditoria Interna, onde recomendar providências quanto a identificação de oportunidades de melhoria, será o diferencial.

REFERÊNCIAS

SILVA, W. L. **6 Passos para implantar uma auditoria contínua eficiente em sua organização.**

http://www.iiabrazil.org.br/new/home/5_2012/SeminarioIIA_Washington.pdf
acessado em 15/02/2014.

LÉLIS, D. L. M. e P., Laura Edith Taboada. **Percepção de Auditores e Auditados sobre as Práticas de Auditoria Interna em uma Empresa do Setor Energético.**

<http://www.scielo.br/pdf/rcf/v23n60/a06v23n60.pdf>
acessado em 10/02/2014.

COSTA, G. P. C. **Especialização em Auditoria e controle Governamental, contribuições da Auditoria contínua para a efetividade do controle externo.**

portal2.tcu.gov.br/portal/pls/portal/docs/2491041.PDF
acessado em 19/01/2014.

VIER, M. G. **Auditoria Interna e o gerenciamento de riscos em cooperativas de crédito**.
<http://www.unifin.edu.br/Content/arquivos/20111006173450.pdf>
acessado em 24/02/2014.

SIQUEIRA, M. MIRANDA, R. - **Monitoramento Contínuo e Auditoria Contínua: Uma Perspectiva Prática** - Congresso 2013 - Congresso Brasileiro de Auditoria Interna. (IIA Brasil).

O TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Resolução TCU Nº246, de 30 de Novembro de 2011. Arts. 238 e 243 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO II

ESTUDOS DE CASO SOBRE AS PRÁTICAS COOPERATIVAS

**EDUCAÇÃO ABERTA À DISTÂNCIA – EAD:
Um Estudo de Caso sobre o Curso de Especialização e
Aperfeiçoamento em Cooperativismo
Solidário e Crédito Rural**

Simão Ternoski¹
Zoraide Da Fonseca Costa²
Maria Aparecida Crissi Knuppel³
Rosiane Dalacosta⁴

INTRODUÇÃO

A necessidade constante de aprimoramento pessoal, aliada a escassez de tempo para o deslocamento ou até mesmo a difícil mobilidade nos grandes centros ou nas regiões mais afastadas tornou crescente o número de pessoas que buscam na modalidade de ensino a distância uma maneira de formação profissional. As facilidades tanto em relação a deslocamento, a tempos e espaços diversos, além de diferentes formas de estudo, são fatores, não únicos, que impulsionam a Educação a Distância – EaD no cenário brasileiro.

¹ Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste, e-Mail: simaoternoski@yahoo.com.br;

² Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste, e-Mail: costa.zo@hotmail.com;

³ Professor da Universidade Estadual do Centro Oeste, e-Mail: knuppelc@gmail.com;

⁴ Analista de Formação Infococ, rodalacosta@hotmail.com.

A EaD vem crescendo como uma das mais importantes ferramentas de produção do conhecimento de forma interativa e compartilhada, bem como de democratização dos saberes. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2014) em 2003 existiam 300 cursos e 50 mil alunos matriculados, já em 2013 esses cursos deram um salto para 1,2 mil cursos e 1,1 milhão de alunos matriculados. O crescimento da Educação a Distância no Brasil é três vezes maior que o crescimento das matrículas nos cursos presenciais.

As matrículas nos cursos superiores no Brasil, ofertados nessa modalidade, segundo o Censo da Educação Superior divulgado pelo Ministério da Educação (2014), cresceram 12,2% entre os anos de 2011 e 2012, enquanto o percentual de crescimento na educação presencial no mesmo período foi de 4,3%. O Censo também concluiu que com esse crescimento a modalidade a distância já representa mais de 15% do total de matrículas em graduação.

Inserido nesse contexto do universo do ensino a distância, aliado a necessidade emergente de aprimoramento profissional, por meio de processos de formação continuada e, ainda ao distanciamento geográfico das unidades da Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, a EaD tornou-se uma alternativa de educação capaz de contribuir para a formação além dos limites de uma sala ou espaço físico.

O Sistema CRESOL é um Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária criado em 1995, a partir da

luta dos agricultores familiares pelo acesso ao crédito e por uma vida digna e sustentável no campo (DALACOSTA, 2011).

A construção desse novo cooperativismo, diferente dos modelos tradicionais existentes até o momento, deu origem ao Cooperativismo Solidário, o qual opta por estruturas descentralizadas, em formato de rede articulada entre si e com a comunidade local, construindo assim uma gestão fundamentada nos princípios democráticos, entre todos os membros (CRESOL, 2015).

As cooperativas de crédito, segundo o Banco Central do Brasil - BACEN (2015), são instituições financeiras formadas por meio de associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, com forma e natureza jurídica própria. Constituem-se como instituições de natureza civil, sem fins lucrativos, com a finalidade de prestar serviços a seus associados.

O objetivo da constituição de uma cooperativa de crédito é colocar aos cooperados serviços financeiros de modo mais simples e vantajoso. Possibilita o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros (aplicações, empréstimos, financiamentos, recebimento de contas, seguros, etc.), assim, é possível, afirmar que uma das principais funções de uma cooperativa de crédito, dentre estas a CRESOL, é a de "comprar e vender dinheiro" (BACEN, 2015).

Ao longo desta trajetória, o crédito, a cooperação e a formação sempre foram desafios permanentes para a Cresol. Com o objetivo de fomentar a organização dos processos de formação, em 2005 o Sistema CRESOL cria o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS, a fim de garantir a

profissionalização e formação do seu quadro social, colaboradores e diretores (DALACOSTA, 2011).

Próximo de completar 10 anos de atividades, o Infocos mantém vários programas de formação em atividades presenciais. Em 2013, o Instituto assume como meta a responsabilidade de modernizar seus processos de formação, e assim, opta pela EaD como alternativa para minimizar as distâncias entre as áreas de abrangência das cooperativas que compõe o Sistema Cresol, e é neste contexto que surge o PROSOL – Programa de Formação do Sistema Cresol (INFOCOS, 2015).

O PROSOL é um projeto de formação continuada, desenvolvido por meio de parceria entre a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, com o sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL e com o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário – INFOCOS. Uma de suas ações específicas é o desenvolvimento do Curso de Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, e do projeto de extensão formação continuada para cooperados, diretores e colaboradores do sistema CRESOL – Prosol.

Criar a consciência de uma rotina de estudos, disciplina e organização do tempo são necessidades básicas para alunos de cursos na modalidade EaD, uma vez que nesta modalidade de ensino os alunos são os sujeitos na sua própria aprendizagem, permeada pelo diálogo com outros atores educacionais e pela interação com outras alternativas de estudos.

Contudo, para alguns teóricos como Para Vergara (2007) e Veríssimo (2008) a lentidão do acesso da internet, a falta de

flexibilidade do programa, a inabilidade das pessoas para lidarem com a informática ou com o computador e com a metodologia do EaD, são fatores que podem prejudicar o estudo e desestimular o aluno. Essas dificuldades foram consideradas na elaboração da proposta, pensando formas de auxiliar o aluno a vencer essas barreiras.

Moore (1990) afirma que educação a distância é uma relação de diálogo, estrutura e autonomia que requer meios técnicos para mediatizar esta comunicação. A educação a distância seria um subconjunto de todos os programas educacionais caracterizados por: grande estrutura, baixo diálogo e grande distância transacional.

A partir do exposto por Moore (1990) é possível estabelecer uma relação com as experiências de alguns cursos na modalidade de ensino a distância, ao passo que criam barreiras que levam a falta de motivação dos alunos para explorar os recursos. O fato de não existir a figura do professor presencial orientando cada passo, leva os alunos a desenvolverem uma sensação física de estar só, afastando-se do curso.

Diante deste exposto a problemática do estudo questiona: O ensino na modalidade de educação a distância se constitui de fato uma alternativa eficaz de aprimoramento profissional? As hipóteses estabelecem que: (1) A metodologia de ensino na modalidade de educação a distância é uma ferramenta eficaz de conhecimento, permitindo que alunos de diferentes regiões tenham acesso à formação; (2) O distanciamento aluno/curso/professor poderá ao longo do processo de formação

levar alunos ao desestímulo e abandono do curso, exigindo uma campanha constante de incentivo.

Buscando verificar ou refutar as hipóteses levantadas, é objeto da investigação analisar os resultados parciais do Curso de Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, e do projeto de extensão Formação Continuada para cooperados, diretores e colaboradores do Sistema CRESOL - PROSOL. Especificamente: (1) Verificar o percentual de aprovados e de alunos com conceito insuficiente no curso de aperfeiçoamento; (2) Levantar os índices de aproveitamento do curso de especialização; e (3) Estabelecer um paralelo entre os cursos, verificando pontos contrastantes e comuns em ambos os cursos.

O Sistema CRESOL possui apenas 20 anos de existência, este fator influenciou ao aparecimento de uma lacuna em sua organização, como uma perfeita política de gestão de pessoas, construída e referendada. A lacuna principal é a ausência da ligação do plano de cargos e salários à política de incentivo à educação, que se encontra em fase de construção, e que não cria ainda o estímulo ao colaborador para buscar o conhecimento.

Diante desse quadro, o primeiro grande desafio de um curso dentro do Sistema é estimular a permanência dos alunos, principalmente pela representação de "não estar ganhando nada", de modo que ao se deparar com os primeiros desafios o aluno é levado a se evadir do curso.

2. Procedimentos Metodológicos

A descrição das etapas deste estudo se fundamenta em levantamentos bibliográficos e na pesquisa qualitativa, em especial

em estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é definida por Minayo (1994, pg.23) como um processo no qual o pesquisador tem "uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente", pois realiza uma atividade de aproximações sucessivas da realidade, sendo que esta apresenta "uma carga histórica" e reflete posições frente à realidade dos fatos. Marconi e Lakatos (2003) também destacam a importância da pesquisa bibliográfica, como sendo:

um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema. O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificação do trabalho, evitar publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações (MARCONI e LAKATOS, 2003, pg. 158).

Os levantamentos bibliográficos foram aplicados por este estudo no sentido de esclarecer conceitos relevantes da investigação, um passo seguinte foi o exame de um caso específico. O estudo de caso consistiu na análise dos cursos de Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, e do projeto de extensão formação continuada para cooperados, diretores e colaboradores do Sistema CRESOL - PROSOL. Ambos cursos desenvolvidos por meio da parceria entre a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná - UNICENTRO, com o sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL e com o Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS.

O método do estudo de caso, de acordo com Gil (2009), é bastante utilizado em diversas pesquisas da área das ciências sociais, pois apresenta um estudo detalhado de determinado grupo. Esse tipo de estudo é muito relevante para investigar alguns fenômenos dentro de seu contexto real, e até mesmo amparar na formulação de hipóteses, teorias, e elucidar variáveis causais de certo fenômeno que se encontra em um contexto que impossibilita levantamentos ou experimentos.

O método de estudo de caso consiste na investigação de casos isolados ou de pequenos grupos, com o propósito básico de entender fatos, fenômenos sociais. Trata-se de uma técnica utilizada em pesquisas de campo que se caracteriza por ser o estudo de uma unidade, ou seja, de um grupo social, uma família, uma instituição, uma situação de crise, entre outros, com o objetivo de compreendê-los em seus próprios termos, ou seja, no seu próprio contexto (MICHEL, 2009, pg. 53).

Ainda para Michel (2009), o método de estudo de caso permite um aprofundamento na realidade social, incapaz de ser alcançado por um estudo apenas quantitativo, oferece competências teóricas para analisar qualitativamente o objeto e desenvolve um modelo de pesquisa e atuação que pode ser utilizado em estudos posteriores nos quais estejam presentes os mesmos elementos de análise.

O presente estudo ainda é classificado como descritivo o que segundo Kauark *et al.* (2010 pg. 28) "*visa descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis.*" Envolve a utilização

de certos padrões de coleta de dados, os quais podem ser: questionário e observação ordenada sistemática de determinado grupo. Adota, em geral, a forma de estudo de levantamento. Assim, como todas as pesquisas os fatos são observados e interpretados sem a interferência do pesquisador.

Outra característica da pesquisa é a análise estatística dos dados, que segundo Bocchi (2004, pg. 75) "implica em refinamento bastante grande com relação à coleta bruta de dados". Dessa forma a partir da estatística descritiva, os resultados em relação aos cursos são apresentados, permitindo desde uma visualização mais clara, bem como a sua análise.

3. Estrutura do curso e trâmites legais

O cooperativismo solidário busca no trabalho mútuo a promoção de cidadãos. Inserido nesse aspecto em 2013 a cooperativa procurou a Unicentro no intuito de auxiliar na formação de seus colaboradores, dirigentes e associados, a proposta visava oferecer cursos em nível de aperfeiçoamento, em áreas ligadas ao cotidiano da cooperativa.

Nesse formato o Núcleo de Educação a Distância - NEAD da UNICENTRO mobilizou os diferentes setores do conhecimento para que elaborassem propostas de cursos de aperfeiçoamento, submetidas em forma de projeto de extensão, ligados ao cooperativismo solidário e ao crédito rural, que abarcassem conhecimentos teóricos e conhecimentos específicos relacionados ao dia a dia das cooperativas.

Após a intensificação das negociações na data de 23 de dezembro de 2013 iniciou-se a parceria entre a UNICENTRO, o

Infocos e a Cresol. Nascia aí o primeiro passo para a consolidação de um curso moldado exclusivamente a partir da necessidade de um público específico.

O primeiro grande desafio a ser pensado era construir um curso com todas as especificidades de conteúdo, conforme a necessidade de formação da CRESOL, que atendesse às necessidades de formação de associados, diretores e colaboradores em seus diversos níveis de escolaridade, sem reduzir a carga horária necessária para cada temática. De igual forma, deveria conciliar os estudos com a disponibilidade de horas semana para que o aluno além de sua rotina cotidiana de trabalho se dedicasse a pesquisas e estudos.

A partir desta chamada do NEAD aos diferentes departamentos e setores do conhecimento da universidade, alguns professores do Departamento de Ciências Econômicas juntamente a professores do Departamento de Pedagogia responderam ao chamado, submetendo em conjunto a primeira proposta em formato de um curso de extensão. A mesma seguiu os trâmites legais para a aprovação institucional sendo aprovada pela RESOLUÇÃO Nº. 110-PROEC/UNICENTRO, de 30 de Maio de 2014. O passo a passo da negociação está representado na Figura 01.

O Organograma apresentado na Figura 01 demonstra os passos da negociação até a proposta final do curso de Cooperativismo Solidário e Crédito Rural. O Projeto de extensão para formação em nível de aperfeiçoamento foi aprovado sob o título de "Projeto de extensão formação continuada para cooperados, diretores e colaboradores do Sistema Cresol -

PROECOL", com carga horária total de 570 horas divididas em 10 disciplinas, numa metodologia flexível, na qual os alunos escolhem as disciplinas a cursar. O período de vigência do projeto vai de 05 de julho de 2014 a 05 de outubro de 2015.

Figura 01 – Organograma das negociações que conduziram aos cursos de aperfeiçoamento e especialização.



Fonte: Elaborado pelos autores.

O objetivo do curso de aperfeiçoamento descrito acima foi o de oferecer oportunidades de estudos em nível de aperfeiçoamento ofertado na modalidade de educação a distância, para agricultores e agricultoras familiares, dirigentes e colaboradores do Sistema Cresol.

Especificamente os objetivos buscam: (1) Preparar o aluno para cálculos financeiros básicos e complexos e apresentar o sistema financeiro nacional e sua operação e opções de investimento; (2) Proporcionar aos alunos novas habilidades de análise de propostas de crédito verificando sua viabilidade econômica; (3) Conhecer e compreender as bases doutrinárias e

históricas do cooperativismo mundial brasileiro; e (4) Identificar aspectos-chaves a serem considerados para a criação e consolidação de experiências cooperativas e associativas.

Precedida às etapas legais de aprovação do curso, as matrículas foram efetivadas, com a participação de 737 alunos em 10 disciplinas diferentes. A quantidade de alunos por disciplina foi atrelada diretamente às opções dos alunos, conforme segue na Tabela 01.

Os dados contidos na Tabela 01 demonstram as opções dos alunos por áreas específicas do conhecimento, vale destacar que dentre os alunos o público é bastante heterogêneo: agricultores e filhos de agricultores cooperados do Sistema CRESOL, colaboradores de diferentes áreas, diretores da cooperativa, com diferentes níveis de formação (do ensino fundamental até o ensino superior).

Tabela 01 – Número de alunos do aperfeiçoamento matriculados de acordo com as disciplinas

DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA	NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS	PERCENTUAL INSCRITOS
Introdução a EAD	30	502	68,11%
Matemática financeira aplicada ao cooperativismo de crédito	60	507	68,79%
Regulamentação e normatização para cooperativas de crédito	40	486	65,94%
Análise de negócios (técnicas de análise de investimentos)	50	487	66,08%
Introdução ao mercado financeiro	80	458	62,14%

Matemática financeira aplicada ao cooperativismo de crédito	60	461	62,55%
Regulamentação e normatização para cooperativas de crédito	60	488	66,21%
Análise de negócios (técnicas de análise de investimentos)	60	456	61,87%
Introdução ao mercado financeiro	80	458	62,14%

Fonte: Dados do Projeto

Mesmo o curso sendo ofertado na modalidade de educação a distância, nem todos os alunos optaram por cursar a disciplina de Introdução a EaD, disciplina esta que é a ferramenta que auxiliaria os alunos para um bom desempenho nas demais disciplinas, ao ter acesso a recursos interativos, bem como ao Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA Moodle.

Observa-se que dos (737) alunos inscritos somente 68,11% optou por cursar a disciplina de Introdução a EaD, conforme apresenta a Tabela 01, este fator pode estar relacionado a dificuldades e a alta taxa de evasão dos alunos, que será discutida posteriormente quando da análise dos resultados. Verificando a quantidade de inscritos é possível perceber que o percentual de inscritos por disciplina está em torno de 60% em relação ao total, o que denota a diversidade de áreas de atuação dos colaboradores dentro do sistema, e exige formações específicas, e opções de estudos diferenciadas de acordo com as áreas de atuação.

Firmado e aprovado o curso de aperfeiçoamento as negociações com os representantes do sistema Cresol se intensificaram e o desejo de um curso de especialização se tornou evidente com o passar do tempo. Assim, após uma diversidade de

sugestões feitas pela equipe de professores do departamento de Ciências Econômicas, bem como análise do corpo docente da Universidade, foi proposto um curso de especialização.

Após uma série de ajustes nas disciplinas e nas ementas do curso de aperfeiçoamento, nasce a proposta do curso de especialização, com as mesmas disciplinas do aperfeiçoamento, somente com alterações nas ementas, bem como a inserção da disciplina de Metodologia de Pesquisa e do Trabalho de Conclusão de Curso.

O curso de especialização foi aprovado pela RESOLUÇÃO Nº 18-CEPE/UNICENTRO, DE 7 DE JULHO DE 2014, com o título de "Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, modalidade de educação à distância" atualmente está vinculado ao departamento de Ciências Econômicas, no setor de Ciências Sociais Aplicadas do Campus Santa Cruz, da UNICENTRO.

De acordo com a Resolução Nº 18-CEPE/UNICENTRO, a carga horária é de 680 horas, sendo destas 80 horas destinadas à elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Tem como objetivo principal Promover o acesso à capacitação dos colaboradores, cooperados e gestores do Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária, oferecendo oportunidades de estudos em nível de especialização, na modalidade de Educação a Distância, para Agricultores e Agricultoras Familiares, Dirigentes e Colaboradores do Sistema Cresol. As ementas das disciplinas podem ser verificadas na Tabela 02.

Tabela 02 – Disciplinas e ementas do curso de especialização em Cooperativismo Solidário e crédito rural

DISCIPLINAS	EMENTA
Introdução à EAD (80h)	Fundamentação de Educação a Distância; Ambientes Virtuais de Aprendizagem-AVAs; Tutoria; Avaliação da EAD; Plataforma Moodle; Objetos Virtuais de Aprendizagem.
Instrumentos financeiros aplicados ao Cooperativismo de crédito (50h)	Capitalizações Simples e Compostas; Desconto Simples e Compostos; Equivalência de Taxas; Depreciação; Amortização de Empréstimos.
Regulamentação e introdução para cooperativas de crédito (40h)	Lei do Cooperativismo – Lei nº 5.764; Lei Complementar do Cooperativismo – Lei Complementar nº 130; Lei do Sigilo Bancário – Lei Complementar nº 105; Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito.
Análise de negócios (técnicas de análise de investimentos) (50h)	Taxa Média de Retorno; Período de Recuperação de Capital; Índice Benefício/Custo; Valor Presente Líquido; Taxa Interna de Retorno; VPL Anualizado; Efeitos da Fonte de Financiamento.
Introdução ao mercado financeiro (80h)	Sistema Financeiro Nacional; Noções de Economia e Finanças; Ética, Regulamentação e Perfil do Investidor; Fundos de Investimento; Introdução à Prevenção do Crime de Lavagem de Dinheiro.
Análise e contratação de crédito rural (50h)	Projetos mutuamente exclusivos; Projetos Independentes; Projetos Dependentes; Custo do Capital; Cálculo da Vida Econômica; Cobrança de Crédito Inadimplente (Guia Cresol).
Tecnia cooperativista (60h)	Bases Doutrinárias da Cooperação e do Cooperativismo; Fundamentos Filosóficos da Cooperação; As Formas Primitivas e Tradicionais de Ajuda Mútua; Surgimento do Cooperativismo Moderno; Cooperação e Desenvolvimento; Experiências Históricas e Contemporâneas; Economia Solidária, Cooperação e Autogestão; Experiências Cooperativas no Brasil e no Mundo.
Psicologia aplicada às organizações ou relações interpessoais (60h)	A Comunicação na Organização; Cultura Organizacional; O Indivíduo e o Grupo; O Poder nas Organizações; As Relações de Gênero; Assédio moral; Stress e Sofrimento Emocional; Qualidade de Vida no Trabalho; Liderança; Administração do Tempo; Excelência no Atendimento.
Economia da cooperação (60h)	Fundamentos Econômicos da Cooperação; O Cooperativismo Visto Pelos Clássicos da Economia; Capital Social, Instituições e Cooperação; Economia Social e Solidária: aspectos econômicos da construção da economia solidária no Brasil; Sustentabilidade e Viabilidade dos Empreendimentos Solidários: principais questões; As Redes Solidárias e os Complexos Cooperativos; A Comercialização Solidária: comércio justo, certificação social e ambiental, consumo responsável e a construção dos mercados alternativos;

	Redes de Colaboração Solidária como Forma Organizacional e Sustentação da Economia Solidária
Introdução ao crédito rural (80h)	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf); Constituição de Garantias; Renegociação de Dívidas Originárias de Operações de Crédito Rural; Operações (Custeio, Investimento, Comercialização); Créditos a Cooperativas.
Metodologia de Pesquisa (30h)	Orientação para Estudo, Leitura, Análise e Interpretação de Texto; Ciência, Metodologia e Pesquisa; Projeto de Pesquisa; Tipos de Pesquisa; O Processo de Pesquisa; Instrumentos e Técnicas de Coleta e Análise de Dados; Estrutura e Organização de Trabalhos Científicos; Métodos e Técnicas de Pesquisa.

Fonte: Resolução N^o 18-CEPE/UNICENTRO

O curso de especialização iniciou-se com 315 alunos. Vale destacar que os alunos inscritos nesse curso não são os mesmos do curso de aperfeiçoamento. Dessa forma o curso como um todo, tanto em nível de aperfeiçoamento, como de especialização totaliza 1.052 alunos inscritos.

O universo de abrangência do projeto são 5 (cinco) Estados brasileiros, nos quais a Cresol possui cooperativas. Cada estado, segundo a Central CRESOL Baser (2013), conta com bases regionais de serviços, ao todo o sistema possui 6 (seis) bases regionais no Paraná, 2 (duas) em Santa Catarina, 1 (uma) em Rondônia, em Minas Gerais e no Espírito Santo. Além das cooperativas já constituídas existem negociações avançadas para expansão do sistema em São Paulo, Rio de Janeiro e Goiás.

Neste Universo em 2013, segundo a Central Cresol Baser (2013), o Sistema contava com 200 unidades de atendimento espalhadas por 172 municípios brasileiros. Esse complexo de cooperativas engloba 121.352 cooperados, em sua grande maioria agricultores familiares. O cooperativismo de crédito tem um papel relevante, sobretudo quando direcionado a agricultura familiar,

uma vez que está enfrenta restrições e privações de acesso ao crédito, à renda, dentre outras dificuldades.

Com a finalização das inscrições e ajustes de matrículas em 13 de Julho de 2015 ocorreu na Universidade Estadual do Centro-Oeste a aula inaugural do curso de aperfeiçoamento e especialização. A aula contou com a participação do Reitor da Universidade, do Presidente do sistema Cresol, do Presidente do Instituto, da Coordenação geral do NEAD/UNICENTRO e da coordenação dos cursos de aperfeiçoamento e especialização. Também se fizeram presentes professores das disciplinas, pró-rectores da universidade, diretores de setores e de departamentos, bem como diretores de cooperativas do sistema, e uma grande quantidade de alunos e colaboradores do sistema Cresol.

O corpo docente do curso é formado por professores mestres e doutores, tanto da UNICENTRO como de outras universidades, possui uma especificidade multidisciplinar, dado que as disciplinas são ministradas por professores do Departamento de Ciências Econômicas, Administração, Matemática, Comunicação Social e Psicologia.

A proposta pedagógica emprega aspectos que busca oportunizar e criar entre os alunos o desenvolvimento da autonomia e criatividade para a autogestão do aprendizado. As ações metodológicas de ensino acontecem em uma plataforma de ensino, o Ambiente Moodle, o qual se constitui como o sistema de aprendizagem interativa, como se constituísse um campo de prática, visando a interação aluno-professor-tutor.

Tal plataforma apresenta uma série de ferramentas de ensino-aprendizagem como, diários, fóruns, questionários, tarefas,

chats e webconferência, podendo ser acessados pelos alunos, de acordo com sua disponibilidade de tempo, por meio de login e senha. Além de apresentar ferramentas de gestão e acompanhamento da aprendizagem como postagem de materiais, calendários para o curso, relatório de atividades, notas, etc.

Além da plataforma Moodle os alunos contam com o material de apoio didático, na forma de *e-book*, com links de materiais complementares e vídeos relacionados às disciplinas. Em cada disciplina são gravadas webconferências, permitindo sanar as dúvidas dos alunos quanto ao material trabalhado, as webs são transmitidas por meio do sistema RNP e também ficam gravadas para posterior consulta do aluno.

Os alunos contam ainda com videoaulas gravadas pelos professores a respeito dos tópicos discutidos em cada disciplina, recebendo ainda um guia do estudante com todo passo a passo do curso, com o objetivo de esclarecer dúvidas eventuais, como: mapeamento iconográfico a respeito do Ambiente Moodle, das webconferências, formas de avaliações, entre outros.

Todo o suporte aos alunos, além daquele oferecido pelo professor, é reforçado ainda por uma equipe de tutores responsável por acompanhar um grupo de alunos durante as disciplinas. Os tutores são selecionados por meio de editais de acordo com as áreas do conhecimento e acompanham os alunos ao longo da disciplina, solucionando as dúvidas e auxiliando professor na correção das atividades propostas.

4. Resultados Preliminares

O curso iniciou suas atividades pedagógicas com a aula

inaugural em 13 de junho de 2014, no ano de 2014 foram ofertadas seis disciplinas entre junho a dezembro de 2014: Introdução a Estatística; Matemática Financeira Aplicada ao Cooperativismo; Regulamentação e Normatização de Cooperativas de Crédito; Gestão de Negócios; e Introdução ao Mercado Financeiro. Encerrado este período dos seis meses iniciais o curso entrou em recesso acadêmico, nos meses de Janeiro e Fevereiro de 2015, sendo as atividades retomadas na última semana de Fevereiro de 2015.

Durante a oferta das disciplinas foram realizadas avaliações periódicas por parte da coordenação de forma a acompanhar o aproveitamento dos alunos. O curso inicialmente foi projetado com uma mesma estrutura pedagógica, tanto para o nível de aperfeiçoamento como para o nível de especialização, embora se tratando de alunos com níveis de escolaridade diferente, por entendimento da Cooperativa CRESOL, que necessitava que seus colaboradores tivessem formação equivalentes, embora em situações de escolaridade distintas. Tal fato gerou preocupação da coordenação do curso e dos professores em relação ao aproveitamento discente.

Os conteúdos trabalhados com a especialização e com o aperfeiçoamento são os mesmos, bem como a adoção de técnicas avaliativas idênticas para níveis diversos de escolaridade, tal fator conduziu a uma alta taxa de alunos com conceito insuficiente para a aprovação na modalidade do aperfeiçoamento, taxa esta diagnosticada já nas disciplinas iniciais. Esse fator levou a coordenação do curso a elaborar relatórios e apresentar a demandante, no intuito de repensar a metodologia de trabalho e as

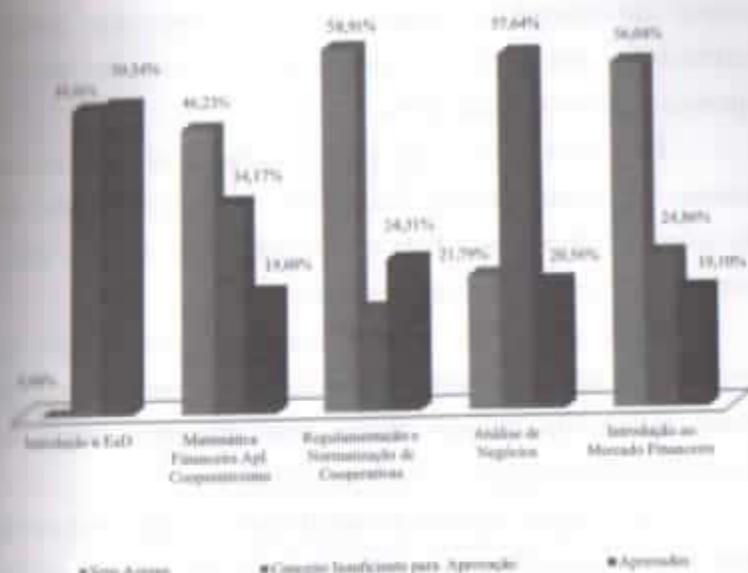
formas de avaliação.

Embasado nesses relatórios e a partir de um novo planejamento da equipe pedagógica do Núcleo de Educação a Distância da Universidade, juntamente com a equipe pedagógica da Cresol, foram apresentadas novas ferramentas avaliativas para os alunos do aperfeiçoamento, de modo que estes alunos não necessitassem realizar a avaliação *online* aplicada ao final de cada disciplina, visto que são alunos ligados a um projeto de extensão que de alguma forma enquadram-se em cursos livres.

A medida foi tomada no sentido de reduzir os níveis de evasão do curso. Tal medida foi adotada de forma retroativa para as disciplinas que já haviam sido cursadas. Com esse novo método de composição de notas, a nota final para os alunos do aperfeiçoamento deriva exclusivamente das atividades realizadas nas atividades da plataforma Moodle e visam especificamente um processo de formação mais aberto e flexível, mesmo os conceitos obtidos serem traduzidos em notas. Com a alteração na metodologia, o percentual de aprovados ainda foi considerado muito baixo, conforme demonstra o Gráfico 01.

O coeficiente de aproveitamento no aperfeiçoamento, exceto para a disciplina de Introdução a EaD, gira em torno de 20%, conforme demonstra o Gráfico 01. Já em relação a disciplina de Introdução a EaD o percentual de aproveitamento é maior dado que a disciplina é a ferramenta base para a interação dos alunos com a plataforma.

Gráfico 01 – Percentuais de aproveitamento dos alunos do aperfeiçoamento do curso de cooperativismo solidário e crédito rural.



FONTE: Elaborado pelos autores com base nos dados do curso.

Uma especificidade da disciplina de introdução a EaD está relacionada ao fato de que todos os inscritos pelo menos em algum momento acessou a disciplina, este fator pode estar ligado a grande motivação inicial do curso. Verifica-se que para as demais disciplinas o percentual de não acessos é elevado, bem como o percentual de alunos com conceito insuficiente para a aprovação.

Vale destacar que os alunos do aperfeiçoamento são alunos com diferentes níveis de escolaridade, que vão desde alunos com ensino fundamental até o ensino superior. Os alunos do aperfeiçoamento escolhiam disciplinas que desejavam cursar, portanto nem sempre eram os mesmos alunos de uma disciplina para outra. Uma possível falha do curso, como dito anteriormente, esta baixa adesão a disciplina de Introdução a EaD, visto que se

tratava de disciplina optativa, sendo assim, dos alunos matriculados em nível de aperfeiçoamento somente 68,11% optaram por fazer esta disciplina.

Este fator leva a um ponto fundamental para cursos futuros, os quais deverão estabelecer a obrigatoriedade da disciplina de Introdução a EaD, como uma ferramenta para que o aluno possa cursar as disciplinas subsequentes.

Outro ponto que merece destaque é em relação ao conteúdo, dado que o aproveitamento poderá não ocorrer de forma satisfatória quando alunos com diferentes níveis de escolaridade são colocados em um mesmo nível.

Uma terceira hipótese levantada para o baixo rendimento pode estar relacionada à gratuidade do curso, que em uma análise simplificada, mas válida, se coaduna a uma não valorização do curso, bem como da valorização profissional.

No que se refere ao Curso de Especialização as hipóteses levantadas no aperfeiçoamento são aplicadas, neste caso os alunos eram obrigados a cursar a disciplina de Introdução a EaD, as disciplinas estão adequadas ao nível de escolaridade e os alunos tem custos mensais com o curso a partir de um contrato específico entre o aluno e a cooperativa, de modo que em caso de desistência do aluno o mesmo terá um ônus financeiro com o qual deverá arcar.

A composição das notas do curso de especialização envolve tanto atividades e avaliações na plataforma Moodle, bem como avaliação presencial. A nota final é mensurada com base no somatório das atividades *on line* com peso de 80% e da atividade presencial com peso de 20%, conforme demonstra a equação 01.

$$N_{Efinal} = \left[\left[\left(\frac{N_{at} + N_{av}}{2} \right) \times 0,8 \right] + (N_p \times 0,2) \right] \quad 01$$

Inclui:

N_{Efinal} = Nota final da disciplina na especialização;

N_{at} = Nota atividades semanais da disciplina;

N_{av} = Nota avaliação *on line* ao final da disciplina;

N_p = Nota presencial.

Para os alunos que cursam a especialização a composição da nota considera os seguintes pesos: (1) 40% deriva das atividades realizadas na plataforma Moodle, ou seja, do somatório das notas de cada unidade; (2) 40% provém da nota obtida com a Avaliação *on line*; e 20% da nota com a avaliação presencial.

A composição da nota final das disciplinas para a especialização segue o método de cálculo detalhado na equação 01, sendo que as atividades semanais realizadas no Moodle são pontuadas em 10,0 (dez) pontos, a avaliação *on line* em 10,0 (dez) pontos e a avaliação presencial em 10,0 (dez) pontos. A partir da mensuração destas notas os respectivos pesos são aplicados.

Encerradas as cinco disciplinas já descritas, um relatório

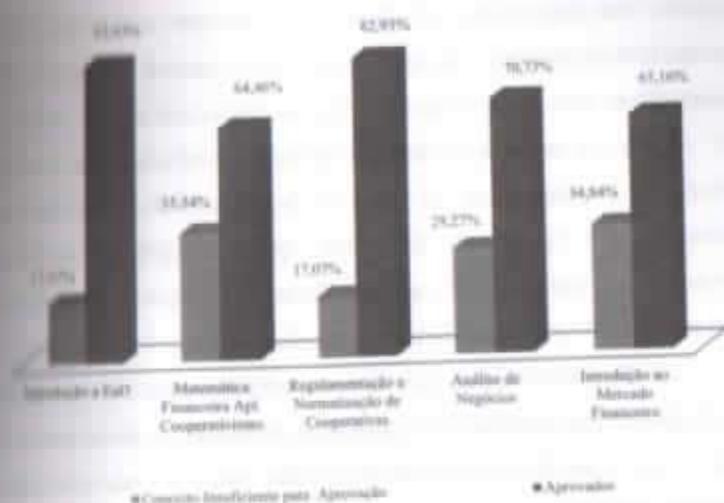
preliminar foi gerado. Contudo, importante destacar que foram realizadas análises no decorrer das disciplinas, o que permitiu a criação de metodologias para recuperar alunos com conceitos insuficientes. Na especialização o percentual de alunos com conceito insuficiente para a aprovação variou de acordo com a disciplina, foram verificados percentuais entre 17% a 35% conforme demonstra o Gráfico 02.

Os percentuais de alunos com conceito insuficiente no Curso de Especialização, comparados com os mesmos percentuais do aperfeiçoamento são bem menores, conforme paralelo entre os Gráficos 01 e 02. No curso em tela não foram verificados alunos sem acesso, uma vez que os desistentes solicitaram já no início do curso o seu desligamento, o curso de especialização iniciou com 315 alunos, transcorridas as cinco primeiras disciplinas o número atual de alunos no mês de Março de 2015 foi de 285.

Observando o desempenho em cada disciplina é possível constatar, conforme Gráfico 02, que as disciplinas com maior peso teórico e com menor grau de complexidade ou de matematização, apresentam percentual de aprovação mais elevado (Introdução a EaD e Regulamentação e Normatização de Cooperativas).

Já, nas disciplinas que envolvem cálculos matemáticos (Matemática Financeira e Análise de Negócios), o percentual de aprovados se reduz consideravelmente, bem como na disciplina de Introdução ao Mercado Financeiro que embora teórica exige um grau elevado de análises por parte dos alunos.

Gráfico 02 – Percentuais de aproveitamento dos alunos da especialização do curso de cooperativismo solidário e crédito rural anterior a reoferta.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do curso

O fator aprovação está de certa maneira ligado à complexidade dos conteúdos e a matematização das análises. Os dados do Gráfico 02 levantaram discussões envolvendo a equipe pedagógica do curso, a coordenação e a demandante, no intuito de criar possibilidades de recuperar o conceito destes alunos que apresentavam notas insuficientes para a aprovação. Nesse sentido, propôs-se a criação de avaliações substitutivas em cada disciplina, as quais foram aplicadas de forma *online*, após um período no qual os alunos voltaram a acessar as mesmas e tirar dúvidas, que ora se apresentasse.

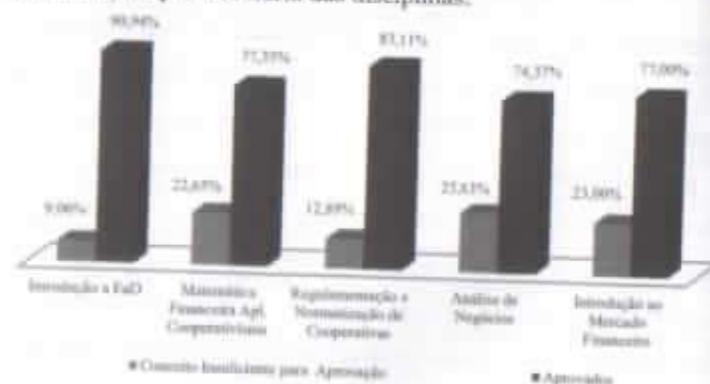
Foi criado dentro de todas as disciplinas já cursadas um fórum tira dúvidas, permitindo ao aluno estudar novamente todos os conteúdos e postar suas dúvidas aos professores neste fórum, e ao final de cada disciplina reofertada o aluno realizava uma avaliação *online* sobre o conteúdo. A nota obtida com a reoferta

consistiu em uma nota substitutiva a nota até então atingida, finalizada esta reoferta das cinco disciplinas iniciais os índices de aprovação se elevaram, conforme demonstra o Gráfico 03.

Com a realização das reofertas o percentual de alunos aprovados variou entre 74 a 90% dependendo da disciplina. Novamente é possível constatar que disciplinas teóricas apresentaram percentual de aprovados maior do que as disciplinas com uma maior complexidade na área de exatas.

A disciplina com maior percentual de alunos com conceito insuficiente foi Análise de Negócios, conforme demonstra o Gráfico 03. Esse fator gerou preocupação, por ser uma disciplina fundamental para uma posterior.

Gráfico 03 – Percentuais de aproveitamento dos alunos da especialização após a reoferta das disciplinas.



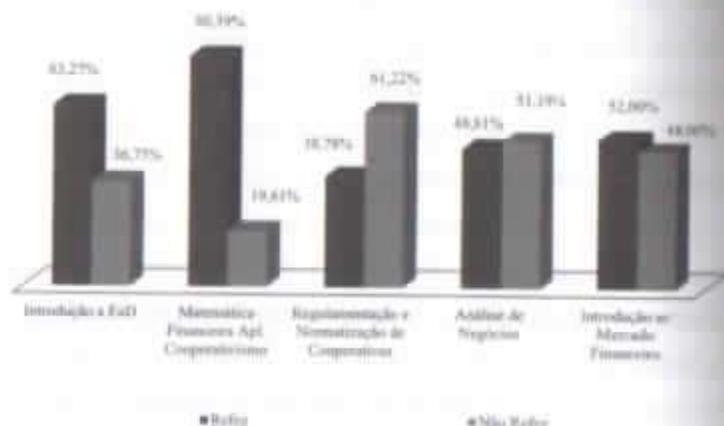
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do curso

Os Gráficos 02 e 03 apresentam o percentual de alunos com conceito insuficiente. Importante destacar que alunos não aprovados na respectiva disciplina apresentados no Gráfico 02 e

que contribuíram para índices elevados de alunos com conceito insuficiente, demonstrados no Gráfico 03, estão alunos que mesmo aptos a realizar a reoferta acabaram não refazendo a disciplina. Esse fator eleva os índices de alunos retidos em uma determinada disciplina. O Gráfico 04 é ilustrativo e permite verificar a partir do número total de alunos aptos a reoferta, o percentual de alunos que efetivamente a realizaram.

Os dados do curso no que diz respeito à reoferta levantam outra preocupação a da desistência dos alunos no Curso. É possível verificar que dentre os alunos aptos a cursar a reoferta, ou seja, aqueles alunos com conceito insuficiente, muitos não aproveitaram a oportunidade de recuperar o conceito perdido. Sabe-se que o número de alunos desistentes na modalidade a distância está em torno de 40%, que é um número próximo ao dos cursos presenciais. No caso em tela, ainda não é possível efetivamente descrever o número de desistentes, tendo em vista que o curso está em andamento e haverá, por força dos regulamentos institucionais nova oportunidade de realização das disciplinas em que o aluno encontra-se retido.

Gráfico 04 – Percentual de alunos aptos a reoferta que efetivamente refizeram.



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do curso

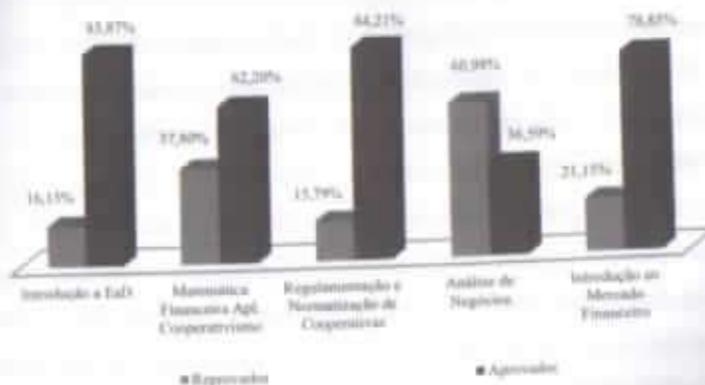
Contudo, em uma primeira análise observa-se que esse o percentual de alunos que não fez a reoferta independe da disciplina ser teórica ou prática, sendo verificado em todas as disciplinas. Na disciplina de Regulamentação e Normatização de Cooperativas, por exemplo, que havia apresentado percentual baixo de alunos retidos na oferta normal apresentou um dos maiores percentuais de alunos que não refizeram. Já em relação a disciplina de matemática, disciplina esta com alto percentual de alunos com conceito insuficiente, os percentuais de alunos que fizeram tentativas a prova também foi baixo.

Neste sentido, três análises para essa situação são possíveis de serem feitas: 1) As disciplinas de Regulamentação, Análise de negócios e Introdução ao Mercado Financeiro, que apresentaram um percentual de mais de 50% de alunos que não

refizeram a reoferta, são disciplinas que ocorreram após a reoferta de Matemática e da Introdução a EaD, portanto, uma possível explicação poder estar relacionada ao insucesso nas duas primeiras disciplinas, o que serviria como desestímulo para o abandono do curso; 2) Os alunos não perceberam a necessidade desses conhecimentos e certificação para a sua carreira profissional no âmbito da Cooperativa; 3) Os alunos não se adaptaram a esta modalidade de ensino, que exige estudos sistemáticos e progressivos.

Esta hipótese poderá ser testada em futuros estudos a partir do cruzamento destes dados, não sendo objeto deste estudo. Sendo assim e buscando verificar o percentual de aproveitamento e dos alunos que efetivamente refizeram as disciplinas, conforme Gráfico 05 se realiza o paralelo entre alunos com conceito insuficiente e alunos aprovados na reoferta.

Gráfico 05 – Percentual de aproveitamento alunos reoferta



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do curso

Dentre os alunos que refizeram as disciplinas o percentual de aproveitamento variou entre 60% a 84% com exceção da disciplina de Análise de Negócios, na qual a o número de alunos retidos, por apresentarem conceito insuficiente se aproximou de 70%. De certa maneira percentuais elevados de reprovação na disciplina de Análise de Negócios podem ser explicados em decorrência dessa ser uma disciplina subsequente a disciplina de Matemática, incorporando conceitos econômicos as análises matemáticas.

No entanto, preocupa o alto nível de retenção na disciplina de Análise de Negócios, por ser esta uma disciplina intermediária, para um caminho que segue para uma disciplina mais avançada Análise e Contratação de Crédito Rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação a distância se apresenta como uma alternativa de ensino em ambientes onde o acesso ao aprendizado é difícil por fatores como tempo ou a logística de deslocamento do aluno, entre outros aspectos. No contexto da Cresol, esta forma de ensino se tornou importante como um modo de aproximação do aluno ao conhecimento científico.

As etapas iniciais do curso levaram a percepção da necessidade de alinhar o conceito científico da universidade, com a prática diária das Cooperativas. Desta forma, houve a necessidade da participação de profissionais do Sistema Cresol na discussão para a elaboração e construção das disciplinas, ou seja, uma forma

de construção conjunta que possibilita a interação teoria e prática, saberes científicos e saberes pragmáticos.

Outro alinhamento inicial, que demandou adequação foi em relação ao nível de exigência dos cursos, inicialmente por demanda do sistema Cresol as formas de avaliação foram padronizadas, na qual alunos do curso de aperfeiçoamento, em nível de extensão e de especialização foram trabalhados conjuntamente, em um mesmo nível de exigência, embora com diferentes níveis de escolaridade.

Parte deste problema, depois de constatado o baixo rendimento do aluno do Curso de aperfeiçoamento foi solucionada, mediante alteração dos parâmetros de exigência e exposição dos conteúdos, bem como de avaliação.

Superadas estas adequações metodológicas iniciais, foi possível verificar os desafios falhas e os pontos positivos deste curso piloto, que nasceu com 1.052 alunos já na sua primeira oferta. Um dos pontos negativos já destacados esta também a falta de interesse do aluno, principalmente do aperfeiçoamento, acredita-se que este foi o elemento principal para a evasão imediata logo no primeiro trimestre do curso.

Nem todos os alunos realizam os estudos em horário de trabalho, assim, muitas vezes a conexão de internet encontrada em casa ou em *lan house* não é adequada, com constantes quedas, inviabilizando o carregamento das páginas, vídeos e elaboração de avaliações *online*. Esta situação interfere diretamente no desempenho do aluno, uma vez que o período destinado aos estudos se torna reduzido. Esta característica do público alvo levou

a alteração da metodologia quanto às avaliações *online*, permitindo ao aluno outras oportunidades de acesso à avaliação.

Nessa forma de ensino foi possível verificar aproximações com hipótese 01, que afirmava ser a educação a distância uma forma eficaz de conhecimento, permitindo que alunos de diferentes regiões tenham acesso a processos de formação continuada, visando aprofundamento profissional. Os dados do curso demonstram o envolvimento de alunos dos mais diferentes municípios brasileiros, espalhados por diversos Estados, evidenciando de maneira clara que a educação a distância ultrapassa limites geográficos, permitindo que o conhecimento chegue às mais remotas distâncias.

No que se refere à hipótese 02, os dados permitem afirmar que a grande totalidade dos alunos inscritos acessou o sistema e realizou atividades. No entanto, a medida em que o curso foi acontecendo as taxas de alunos com não acessos foi se elevando, sobretudo no curso de aperfeiçoamento. Muitos elementos concorrem para este fator, dentre eles: a falta de incentivos em relação ao plano de cargos que pode ser uma das variáveis, demandando futuros estudos para sua comprovação, outra variável se refere a não aceitação da modalidade de ensino, bem como a necessidade de mais momentos presenciais, ou seja, uma forma híbrida de educação que se assemelha ao conceito de *blended learning*.

Em síntese, o Curso de Especialização em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural, bem como o Projeto de Extensão Formação Continuada para Cooperados, Diretores e Colaboradores do Sistema CRESOL - Prosol, buscaram atender a

uma demanda específica do sistema Cresol e, atendiam as demandas dos envolvidos em termos de conhecimento, ou seja, foi pensando para atender a um interesse profissional. Adequações foram feitas durante o processo e mostram a necessidade de processos de monitoramento e avaliação no decorrer das ações.

Esse processo de monitoramento permite afirmar que: 1) há a necessidade de efetivação de cursos pilotos com um número menor de alunos para avaliar de forma mais efetiva os resultados, para posterior incremento de alunos; 2) cursos dessa natureza precisam vir acompanhados da necessária valorização profissional; 3) ação de construção coletiva de conhecimentos por parte de professores do ensino superior e profissionais da empresa ou instituição é uma grande estratégia na consecução de práticas inovadoras e eficientes; 4) há dificuldades por parte dos alunos em realizarem avaliações sistemáticas em cursos de aperfeiçoamento e mesmo de especialização de forma autônoma; e 5) há ainda uma cultura no imaginário de muitas pessoas, de que cursos ofertados na modalidade a distância são de menor complexidade.

REFERÊNCIAS

BACEN – Banco Central do Brasil. **FAQ – COOPERATIVAS DE CRÉDITO.** Disponível em http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/coop.asp#1. Acesso em 28 de março de 2015.

BOCCHI, J. L. (org.) **Monografia para Economia.** Editora Saraiva: São Paulo. 2004.

CAPELETTI, A. M. **Ensino a Distância Desafios Encontrados por Alunos do Ensino Superior**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – Volume 5 – nº 1 – 2014.

CENTRAL CRESOL BASER – Sistema de Cooperativas de Crédito com Interação Solidária. **Relatório de Atividades e Balanço Social 2013**. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/upload/downloads/189.pdf>. Acesso em 16 de julho de 2014.

CRESOL. Institucional – **Quem somos 2015**. Disponível em: www.cresol.com.br. Acesso em 28 de Março de 2015.

DALACOSTA, R.; COLTRE, S.M.; **Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. Cooperativismo solidário: análise das experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão social** / Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. – Francisco Beltrão: Grafisul, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2009.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/>. Acesso em 28 de Março de 2015.

INFOCOS – Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário. **Sobre o Infocos**. Disponível em: <http://www.infocos.org.br/>. Acesso em 29 de Março de 2015.

KAUARK, F. MANHÃES, F. C. e MEDEIROS, C. H. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MICHEL, M. H. **Metodologia da Pesquisa Científica em Ciências Sociais**. Atlas. 2ª ed. 2009.

MINAYO, M. C. S.; SANCHES, O. **Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?** Cad. Saúde Pública, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1994.

MUORE, M.G. **Recent contributions to the theory of distance education**. Open Learning, v.5, p.10-15, 1990.

VERGARA, S. C. **Estreitando relacionamentos na educação à distância**. Cadernos EBAPE.BR v.V. ed.especial, p. 1-8 jul. 2007.

VERÍSSIMO, L.C.C.A. **A visão dos alunos sobre o processo de ensino-aprendizagem à distância** – Instituto de Ensino Superior COC (Pesquisa de Avaliação) Setor educacional 2.3.2 Educação Universitária, p 1-10 maio 2008.

DISTRIBUIÇÃO DAS SOBRES EM SISTEMA DE COOPERATIVISMO FINANCEIRO –

Edaiana Casagrande Santin¹
Gilmar Ribeiro de Mello²

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo vêm se consolidando e se destacando frente ao cenário financeiro nacional, diversificando seus serviços buscando atender de forma completa os anseios de seus cooperados. Tal fato remete as cooperativas a planejarem melhor seus resultados e rentabilidade. Se salienta que as cooperativas de crédito são instituições financeiras em prol do benefício econômico de seus membros e com função de guardar suas economias, atendendo as necessidades de crédito e como forma de estender suas economias (CROTEAU, 1968; TAYLOR, 1974).

Na visão de Phillips (1953), corroborada por Pinho (1977), as cooperativas de crédito realizam o mesmo tipo de intermediação financeira que as outras instituições de crédito, mas

¹ Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário. Edaiana.metropolitana@eresol.com.br;

² Professor Orientador. Doutor em Ciências Contábeis, Professor Adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, Campus de Francisco Beltrão.

não visam à maximização do lucro operacional destas. Nestas, as operações de captação e de aplicação de recursos são realizadas com os próprios sócios, ou com outras instituições, mas em nome deles. Ponderando-se que se as cooperativas prestam serviços aos sócios, elas devem oferecer-lhes os serviços de forma vantajosa.

Quanto à geração e à distribuição dos resultados líquidos operacionais, as especificadas como sobras no caso das cooperativas, destaca-se como meio de se dispor de recursos passíveis de capitalização do patrimônio líquido e de possível utilização para aumento de capital de giro, para aumento de ativos permanentes ou ainda passíveis de serem devolvidos aos cooperados. "Ou seja, tendo-se sobras ao final de cada exercício, têm-se recursos para fortalecimento da organização cooperativa e para distribuição aos sócios cooperados". (BARROSO, 2009, p. 28).

Quanto aos juros, ressalta-se que há um limite legal para seu pagamento sobre o capital próprio, instituído no artigo 24 da lei cooperativista, que a fixa em até 12% ao ano, sobre a parte integralizada, (BRASIL, 1971).

Neste contexto, o presente estudo teve como tema de pesquisa a remuneração de juros sobre capital social, na Cooperativa de Crédito com Interação Solidária de Marmeleiro - CRESOL Marmeleiro, no ano de 2012. A hipótese norteadora foi a de que no sistema de cooperativas, os cooperados beneficiam-se por meio da remuneração do seu capital agregado na cooperativa, através de juros sobre o capital.

Embora ainda seja pouco utilizada, a possibilidade de remuneração de juros sobre o capital dos cooperados, evidenciada

na Lei Complementar Nº 130/2009, vem ganhando força entre os institucionais defendidos pelas cooperativas de crédito frente às demais instituições financeiras (BRASIL, 2009).

Entretanto, para que seja possível esta prática a cooperativa precisa ter um resultado positivo no final do exercício. A remuneração do capital do cooperado deve ser paga no final do exercício, e o valor destinado para esta finalidade é deduzido das sobras do período.

A Lei Complementar 130 define que "a cooperativa poderá remunerar o capital dos seus cooperados em até 100% da SELIC³, paga sobre o valor médio de saldo de capital do período"; para fins contábeis, esta remuneração é considerada despesa financeira e deve ser absorvida no período, ou seja, diminui as sobras, sendo uma opção para rentabilizar o capital do cooperado (BRASIL, 2009).

Em vista disso, o Conselho de Administração de uma cooperativa fica diante da responsabilidade de apresentar uma forma para que o capital investido pelo cooperado na instituição não seja corroído pelo tempo, sendo ainda, que a cooperativa necessita de constante crescimento de capital determinante para sua manutenção e perpetuamento (BRASIL, 2009).

Considerando que, no seu ingresso e ao longo do tempo, o cooperado reintera capital na cooperativa e não recebe remuneração alguma sobre este valor, passando a ter interesse em resgata-lo, fato que contraria a necessidade de maior aporte de capital para uma cooperativa. Diante destes fatos é reconhecida a

³ Taxa Selic, expressa diariamente a taxa de juro aplicada nas operações de financiamento por um dia, feitas pelo Banco Central, com títulos públicos.

não visam à maximização do lucro operacional destas. Nestas, as operações de captação e de aplicação de recursos são realizadas com os próprios sócios, ou com outras instituições, mas em nome deles. Ponderando-se que se as cooperativas prestam serviços aos sócios, elas devem oferecer-lhes os serviços de forma vantajosa.

Quanto à geração e à distribuição dos resultados líquidos operacionais, as especificadas como sobras no caso das cooperativas, destaca-se como meio de se dispor de recursos passíveis de capitalização do patrimônio líquido e de possível utilização para aumento de capital de giro, para aumento de ativos permanentes ou ainda passíveis de serem devolvidos aos cooperados. "Ou seja, tendo-se sobras ao final de cada exercício, têm-se recursos para fortalecimento da organização cooperativa e para distribuição aos sócios cooperados". (BARROSO, 2009, p. 28).

Quanto aos juros, ressalta-se que há um limite legal para seu pagamento sobre o capital próprio, instituído no artigo 24 da lei cooperativista, que a fixa em até 12% ao ano, sobre a parte integralizada, (BRASIL, 1971).

Neste contexto, o presente estudo teve como tema de pesquisa a remuneração de juros sobre capital social, na Cooperativa de Crédito com Interação Solidária de Marmeleiro - CRESOL Marmeleiro, no ano de 2012. A hipótese norteadora foi a de que no sistema de cooperativas, os cooperados beneficiam-se por meio da remuneração do seu capital agregado na cooperativa, através de juros sobre o capital.

Embora ainda seja pouco utilizada, a possibilidade de remuneração de juros sobre o capital dos cooperados, evidenciada

na Lei Complementar Nº 130/2009, vem ganhando força entre os diferenciais defendidos pelas cooperativas de crédito frente às demais instituições financeiras (BRASIL, 2009).

Entretanto, para que seja possível esta prática a cooperativa precisa ter um resultado positivo no final do exercício. A remuneração do capital do cooperado deve ser paga no final do exercício, e o valor destinado para esta finalidade é deduzido das sobras do período.

A Lei Complementar 130 define que "a cooperativa poderá remunerar o capital dos seus cooperados em até 100% da SELIC³, paga sobre o valor médio de saldo de capital do período"; para fins contábeis, esta remuneração é considerada despesa financeira e deve ser absorvida no período, ou seja, diminuir as sobras, sendo uma opção para rentabilizar o capital do cooperado (BRASIL, 2009).

Em vista disso, o Conselho de Administração de uma cooperativa fica diante da responsabilidade de apresentar uma forma para que o capital investido pelo cooperado na instituição não seja corroído pelo tempo, sendo ainda, que a cooperativa necessita de constante crescimento de capital determinante para sua manutenção e perpetuamento (BRASIL, 2009).

Considerando que, no seu ingresso e ao longo do tempo, o cooperado reintera capital na cooperativa e não recebe remuneração alguma sobre este valor, passando a ter interesse em resgata-lo, fato que contraria a necessidade de maior aporte de capital para uma cooperativa. Diante destes fatos é reconhecida a

³ Taxa Selic, expressa diariamente a taxa de juro aplicada nas operações de financiamento por um dia, feitas pelo Banco Central, com títulos públicos.

necessidade de se estudar a gestão do capital social com boas práticas de governança pelo conselho administrativo de uma cooperativa.

Habitualmente as cooperativas não costumam rentabilizar o capital dos cooperados através do pagamento de juros, a alternativa mais utilizada é ratear parte das sobras no final do exercício pela movimentação de conta corrente, movimentação de aplicações financeiras e juros pagos (SILVA, 2005).

Quando se opta por, apenas ratear as sobras da forma exposta acima, o cooperado não é beneficiado pelo seu saldo de capital, pois a Lei Complementar 130 não permite que o saldo de capital seja parâmetro na distribuição de sobras (BRASIL, 2009).

Ao se analisar este cenário, observa-se que quando um cooperado, que investiu no capital da cooperativa, mas não o movimentou durante o período, não receberá na distribuição das sobras, embora seu capital tenha feito parte do patrimônio da singular e utilizado para alavancar recursos, o que não é atrativo financeiramente para o cooperado.

Justifica-se tal pesquisa sobre a avaliação das vantagens financeiras para cooperados de sistema de crédito, pois cada vez mais os associados têm interesse nos resultados econômicos das cooperativas, principalmente quando se tratam de cooperados que possuem um saldo elevado de capital social integralizado na instituição onde estão vinculados.

Contudo, de acordo com a Lei Complementar Nº 130 que estabelece em seu artigo 7º que são vedados os benefícios, exceto nos casos de remuneração anual baseada na taxa SELIC; e no artigo 8º que fala ser tal distribuição responsabilidade da

Assembleia geral das cooperativas, baseada sempre nas operações de cada associado (BRASIL, 2009).

Assim sendo, o objetivo deste estudo foi a identificação das formas de distribuição das sobras na cooperativa CRESOL Bismarcelo-Pr, no ano de 2012. Para tal, foi realizado um estudo qualitativo, utilizando a pesquisa bibliográfica e análise documental.

8. Referencial Teórico

8.1 Cooperativas

As cooperativas de crédito são criadas com a finalidade de prestar serviços financeiros a seus cooperados, neste sentido, similar às demais instituições financeiras. Um das diferenças é que na cooperativa, os usuários também são proprietários, sujeitos à distribuição de sobras geradas pela organização durante o período (SINGER, 2002, 2003).

Paul Singer (1998) também exemplifica no livro "Uma utopia militante" uma das vertentes originárias do cooperativismo no século XVIII. Num contexto passado na Grã-Bretanha, relata que o movimento começou por meio de Robert Owen, que tinha por ideal formar comunidades, aldeias, onde se exerceriam atividades comuns, produzindo o possível e dividindo igualmente o ganho.

Neste contexto, Singer, 1998 apud Veiga e Fonseca, 2001, p. 39), descrevem uma definição de cooperativa como sendo:

Uma associação voluntária de no mínimo 20 pessoas, sem fins lucrativos, porém com fins econômicos, que exercem uma mesma

atividade para realizar objetivos comuns, que para tanto, contribuem equitativamente na formação do capital necessário por meio da aquisição de quotas-partes e aceitem assumir de forma igualitária os riscos e benefícios do empreendimento.

Assim sendo, destaca-se que a economia solidária tem nos princípios do cooperativismo sua principal ferramenta de aplicação prática de conceitos e ideologias. Ou seja, cooperativistas de autogestão, autônomos, prestando ajuda mútua, objetivando otimizar os esforços comuns para uma divisão equitativa e justa do produto deste esforço coletivo (SINGER, 2002; 2003).

Conforme o artigo 3º da Lei 5.764/71, as cooperativas se caracterizam como organizações sem fins lucrativos: "As sobras do exercício de uma cooperativa de crédito são geradas através do superávit originado das operações com seus cooperados, e devem ser devolvidas proporcionalmente às operações que deram origem", conforme artigo 4º, Inciso VII. A devolução pode ser feita na forma de depósito à vista em conta corrente ou em forma de integralização de cotas, parte desta sobra também pode ser destinada a Fundo de Reserva, sendo que esta decisão cabe a Assembleia Geral definir (BRASIL, 1971).

Segundo Veiga e Fonseca (2001, p.18), "o cooperativismo procura proteger a economia dos trabalhadores e se caracteriza por garantir a participação mais ampla possível da população nos frutos da atividade econômica".

Muitas vezes as cooperativas são vistas como organizações sem fins lucrativos, não levando em conta que o resultado financeiro positivo é necessário para a sustentabilidade da

organização e, conseqüentemente, para seu cooperado que pode usufruir do retorno do seu investimento.

As principais características e diferenças entre cooperativas e empresas são: a primeira é uma sociedade de pessoas com número limitado de sócios, que tem como objetivo prestar serviços aos cooperados buscando oportunidades de trabalho e renda. As sobras são distribuídas aos cooperados, proporcionalmente a produção. As decisões são democráticas, onde cada associado tem direito a um voto.

A relação é civil entre cooperado e cooperativa e contratante e os sócios são autônomos. Já a segunda caracteriza-se por ser uma sociedade de capital que objetiva lucro aos sócios (número ilimitado de sócios). A distribuição dos dividendos é proporcional aos recursos aplicados. O sócio majoritário detém o poder e quanto mais cotas mais direito a voto. Os empregados realizam as tarefas e são assalariados, sendo subordinados e tendo relação trabalhista com os sócios (COOPERATIVISMO, 2013).

Quanto às cooperativas de crédito, recorda-se que no Brasil a primeira cooperativa de crédito foi criada no Rio Grande do Sul no início do século XX, mais precisamente no ano de 1902. Sendo na época referencial da atividade cooperativista no país, na forma de cooperativas de consumo, localizada na área urbana, nos moldes dos imigrantes estrangeiros (sindicalistas e, até mesmo, anarquistas) e de alguns idealistas visionários brasileiros. Em seguida, em 1907, surgiram as primeiras cooperativas agropecuárias, em Minas Gerais, fundadas com o objetivo de eliminar os intermediários da comercialização agrícola (SILVA, 2005).

Com a resolução 2.193/95 as cooperativas de crédito, passaram a constituir seus próprios bancos cooperativos e com isso constitui uma alternativa de prestar serviços bancários às comunidades onde estão inseridas. "Hoje temos no Brasil dois bancos cooperativos: o BANSICREDI (Banco Cooperativo Sicredi S.A), fundado em 1995, em Porto Alegre-RS e o BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil S.A), fundado em 1997, com sede em Brasília - DF, integrando assim as cooperativas de crédito ao sistema financeiro nacional" (SCHARDONG, 2003, p. 49).

Observou-se a realização de alguns trabalhos que tratam do tema, como o de Barroso (2009), que pesquisou a distribuição de resultados e o desempenho de cooperativas de crédito no estado de São Paulo.

Para isso o autor elaborou um modelo para tipificação de cooperativas de crédito, de acordo com os padrões de distribuição de resultados aos cooperados, isto é, sobras líquidas ajustadas. Ele concluiu que as maiores cooperativas da amostra foram as que devolveram parte considerável das sobras em conta corrente; as duas intermediárias devolveram a maior parte no capital social; e as duas menores destinaram a maior parte das sobras a reservas e provisões indivisíveis.

Estes sugeriram a utilização da margem decisória em relação à geração e distribuição de sobras em cooperativas de crédito, à disposição de seus dirigentes e gestores, como um mecanismo de aprisionamento dos cooperados para com suas cooperativas. Ou seja, essas decisões comporiam um sistema de controle gerencial destinado a incentivar a atuação de cooperação dos cooperados (BARROSO, 2009).

Outro trabalho importante foi o de Marciene de Oliveira (2009) sobre a distribuição de sobras da cooperativa de crédito SIBREDI, objetivando evidenciar a formação das sobras e o método utilizado na distribuição entre os associados.

Para isso ela utilizou dados dos exercícios 2006, 2007 e 2008, onde verificou que as sobras eram formadas pelas receitas, menos as despesas e os impostos. Concluindo que no final do exercício as sobras eram distribuídas de forma proporcional a movimentação que o associado tinha, junto à cooperativa.

3.2 Distribuição de Sobras em Sistema de Cooperativismo Financeiro

As formas mais comuns de incentivo aos esforços de cooperados são: primeiramente, por meio de preços atrativos nas transações econômicas, em comparativo a alternativas encontradas no mercado. O segundo advém da possibilidade de devolução aos próprios cooperados de parte das sobras operacionais geradas a partir das transações (BIALOSKORSKI NETO, 1998; 2000).

Onde se ressalta que esses resíduos operacionais são chamados de sobras e não lucros, visto que derivam das negociações entre a cooperativa e os cooperados, como impulsos contratuais à cooperação.

No caso de cooperativas de crédito, são três as formas de alocar benefícios aos membros, de forma a incentivar a cooperação: maior taxa de retorno aos depósitos, menor taxa de juros pelos empréstimos e sobras (EMMONS; SCHMID, 2000).

Barroso e Bialoskorski Neto (2011) relembram tal questão ao citar que as sobras em uma cooperativa de crédito são como os lucros em instituições financeiras particulares. Estes valores derivam do superávit gerado nas operações com os usuários. Já Schardong (2003, p. 97), destaca em sua obra que as sobras, "tecnicamente, não são lucros, mas saldos de valores obtidos dos associados para cobertura de despesas, e que pela racionalização trabalhada pela cooperativa, não foram gastos, isto é, sobraram, merecendo por isso, a denominação de sobras".

No caso das cooperativas, as sobras são geradas em operações com os próprios sócios, devolvidas posteriormente e proporcionalmente às operações que as deram origem. A restituição destes valores se dá por meio de depósito à vista nas respectivas contas correntes, ou como integralização de quota-parte nas contas de capital social; ou ainda, partes maiores ou menores dessas sobras podem ser alocadas em reservas e provisões indivisíveis aos cooperados, uma característica desse tipo de organização (BARROSO; BIALOSKORSKI NETO, 2012).

A Lei 5.764/71 determina legalmente que cada cooperativa tenha um estatuto e defina o padrão de distribuição das sobras líquidas de cada exercício. Sendo que essa distribuição se dá através de três critérios, três decisões demandadas aos gestores da organização: destinação das sobras para reservas e fundos indivisíveis, rateio das sobras a serem devolvidas aos cooperados, (integralizado no capital do cooperado) e forma efetiva de devolução delas em forma de rateio (crédito em conta corrente do cooperado) (BRASIL, 1971).

Assim sendo, primeiramente, decide-se quanto das sobras são para as reservas indivisíveis, de propriedade da sociedade cooperativa, e quanto se devolve aos cooperados, respeitando-se as destinações mínimas obrigatórias definidas na legislação cooperativista brasileira e as definidas nos estatutos das cooperativas.

Posteriormente, caso não se tenha colocado a totalidade das sobras a destinos coletivos indivisíveis, define-se uma regra para divisão do *spread*⁴ da intermediação financeira entre os cooperados poupadores e tomadores. (BARROSO, 2009).

Ressalta-se também que a lei cooperativista brasileira, (BRASIL, 1971) determina que sobras líquidas sejam rateadas entre os cooperados proporcionalmente às operações realizadas; assim deve ser também em cooperativas de crédito.

Entretanto, a diferença entre os valores pagos pelos depósitos e os recebidos pelos empréstimos, o chamado *spread* da intermediação financeira, se dá pela agregação de duas operações financeiras, não sendo possível associá-la a um único cooperado para servir de base ao rateio das respectivas sobras. Trata-se de um conflito natural existente em cooperativas de crédito, não existindo em outros tipos de sociedades cooperativistas (SPENCER, 1996).

Rateadas as sobras divisíveis aos cooperados de cooperativas de crédito, define-se quanto à forma de restituição, que pode ser por depósito em conta corrente, de disponibilização imediata, ou por integração de capital, o que se torna indisponível

⁴ Spread refere-se à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) da mesma ação, título ou transação monetária.

imediatamente aos sócios, embora seja reconhecido como investimento pessoal (BARROSO, 2009).

Segundo Krueger (2003, p.137) a forma de devolução das sobras poderá ser direta ou indireta. "A primeira prevê a devolução em espécie e a segunda na forma de um crédito para nova prestação de serviços ou na retenção e simultânea transformação das sobras em novas quotas-partes"

2.3 Sistemas de Juros

O conceito de juros segundo Moreira *et al.*, (2010) é algo bastante antigo, sendo largamente usado e divulgado ao longo da história. O autor comenta que ele surgiu naturalmente por meio da percepção do homem à estreita relação entre tempo e dinheiro. Onde a causa central foi a observação de desvalorização da moeda com o passar do tempo, situação relacionada ao acúmulo de capital.

De acordo Giovanni e Giovanni Junior (2005, p-45):

Existem diversas teorias que tentam explicar porque os juros existem. Uma delas é a teoria da escola austríaca, primeiramente desenvolvida por Eugen Von Boehm-Bawerk. Ela afirma que os juros existem por causa da manifestação das preferências temporais dos consumidores, já que as pessoas preferem consumir no presente do que no futuro. A origem de empréstimos com juro é remota. Na Idade Média, os juros cobrados eram de até 43% ao ano para empréstimos pessoais, e variavam de 12% a 24% ao ano nas transações comerciais. Quando o primeiro banco – a Casa di San Giorgio – foi fundado

em 1586, em Gênova, na Itália, os juros cobrados giravam em torno de 10% ao ano.

Destaca-se que, para D'ambrosio (1972), os juros e os impostos são instituídos e descritos já nos primeiros registros de civilizações existentes na Terra. Nas citações mais remotas, eles eram pagos pelo uso de sementes ou de outras conveniências emprestadas; ou seja, sob a forma de sementes, prata ou de outros bens.

Muitas das práticas atuais remontam dos antigos costumes de empréstimo e devolução de sementes e de outros produtos agrícolas. Ressalta-se ainda, que o juro é a remuneração do capital empregado.

Assim, quando se aplica determinado capital por um período de tempo, ao final se obtêm um valor (montante) igual ao capital investido, mais o valor da remuneração obtida durante o tempo em que ficou na aplicação.

2.3.1 Juros sobre o capital

Ressalta-se que tal forma de juros, os Juros sobre o Capital Próprio (JSCP) constituem-se em um tipo de remuneração, do capital do sócio e/ou acionista, por aquilo investido no empreendimento, sem que isso derive em prejuízo na distribuição dos lucros aos quais tem direito. Sendo que este seria uma espécie de garantia dado ao investidor pelo capital emprestado (CRC-RN, 2013).

A pessoa jurídica poderá deduzir na determinação do lucro real e da base de cálculo da contribuição social sobre o lucro

líquido, observado o regime de competência, os juros pagos ou creditados individualizadamente a titular, sócios ou acionistas, a título de remuneração do capital próprio, calculados sobre as costas do patrimônio líquido e limitados à variação *pro rata* dia da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (Lei nº 9.249, de 1995, art. 9º; RIR/1999, art. 347; e IN SRF nº 93, de 1997, art. 29) (CRC-RN, 2013, p.1).

2.4 O Sistema CRESOL

Sistema de Cooperativas de Crédito Rural, com Interação Solidária que atua nos Estados do Paraná e de Santa Catarina, com expansão para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rondônia, Goiás e São Paulo, tem seu formato institucional de cooperativas singulares, bases regionais e a cooperativa central (CRESOL, 2013).

O quadro institucional é formado por agricultores familiares, que também são os responsáveis por sua administração, que ocorre de forma horizontal, fortalecendo assim o controle social e mantendo sua gestão nas mãos dos agricultores (CRESOL, 2013).

Este sistema de interação solidária preconiza estruturas descentralizadas, em forma de rede e com unidades pequenas, embora articuladas entre si, democratizando assim o crédito rural e propiciando o controle social. O sistema determina que mesmo as cooperativas sendo independentes, com regras próprias, elas são solidárias entre si e se auxiliam técnica e financeiramente.

Destaca-se que as cooperativas nasceram das experiências do Fundo de Crédito Rotativo (FCR). Esse fundo, financiado pela cooperação internacional (MISEREOR), foi criado na década de 80 e início dos anos 90, no Sudoeste do Paraná, por um conselho de entidades populares da região. Na mesma época, na região Centro-Oeste, pequenos investimentos também eram financiados pela ACT, hoje TRIAS, para grupos de agricultores familiares. Dessa experiência com o crédito rotativo e com o propósito de ampliar o raio de ação do crédito surgem em 1996 as primeiras Cooperativas do sistema CRESOL, sendo três no Sudoeste do estado do Paraná (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul). Na mesma época do nascimento do Sistema CRESOL, foi criado pelo Governo Federal o PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar, importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras. A criação das primeiras cooperativas CRESOL e o crescimento registrado logo nos primeiros anos de funcionamento até os dias de hoje, evidenciam a força da Agricultura familiar, até então excluída do sistema financeiro tradicional (CRESOL, 2013, p.1).

Tal sistema objetiva a inclusão social da Agricultura familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional.

2.5 Informações CRESOL Marmeleiro/PR

A CRESOL Marmeleiro é uma cooperativa de Crédito Rural criada, dirigida e destinada aos agricultores familiares, faz parte de um sistema financeiro que diferencia-se dos demais

sistemas financeiros pelo seu objetivo maior - o desenvolvimento da agricultura familiar. Foi fundada na data de 09 de agosto de 1995 e iniciou o atendimento no dia 05 de fevereiro de 1998 (CRESOL, 2013).

No encerramento do ano de 2012 contava com 1.301 cooperados, com um Patrimônio Líquido de R\$ 4.212.496,00. No ano de 2012, após 17 anos de abertura da cooperativa, o Conselho de Administração definiu por remunerar o capital de seus cooperados em 4% a.a. (este percentual é aplicado sobre o saldo médio de capital do cooperado durante o ano que se encerra).

Assim, o valor da remuneração passa a somar no montante de capital, por exemplo, Saldo Médio de capital no ano de 2012 = $1.500,00 \times 4\% = 60,00$. Saldo de capital ajustado = 1.560,00. Desta forma, o valor destinado à remuneração de capital passa a somar no patrimônio da cooperativa que, conseqüentemente, passa a disponibilizar mais recursos para seus cooperados (CRESOL, 2013).

Quanto ao levantamento de dados sobre as sobras e perdas da CRESOL Marmeleiro, relativo ao exercício 2012, obteve-se as seguintes informações:

- Sobra Bruta do Exercício - R\$ 571.807,39;
- Juros pagos ao Capital Social - R\$ 123.512,07;
- Sobra Bruta Antes das Destinações Estatutárias - R\$ 448.295,32;
- Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social 10% - R\$ 44.829,53;
- Fundo de Reserva (30%) - R\$ 134.488,60;

4 Sobras à Disposição da Assembleia Geral Ordinária - R\$ 268.977,19.

Neste contexto, a distribuição das sobras, conforme indicativo da Assembleia foi dividido em:

- 1) Das sobras líquidas que foram de R\$ 268.977,19
 - 70% foram acrescentados ao Patrimônio da Cooperativa através do fundo de Reservas.
 - 30% distribuído entre os cooperados através dos seguintes critérios:
 - 1) Pagamento de sobras com base em 3 critérios: Conta Corrente, Aplicações Financeiras e Juros Pagos.
 - 2) Conta Corrente
 - Pago ao cooperado 30% do que rendeu a poupança durante o ano, pelo recurso deixado em conta corrente (representa uma taxa anual de 1,94%), lembrando que a poupança oficial rendeu durante 2012 a taxa de 6,47% ao ano.
 - 3) Aplicações Financeiras
 - Pago ao cooperado 10% do que rendeu a poupança durante o ano, pelo recurso deixado em Aplicações Financeiras (representa uma taxa anual de 0,65%).
 - 4) Juros Pagos
 - Devolvido parte dos juros pagos em empréstimos de Recursos Próprios durante o período.
- 5) Distribuição das Sobras

Quadro 01 – Distribuição de Sobras

Taxas de Retorno desejados	Taxa Paga	Valor do Rateio
----------------------------	-----------	-----------------

Conta Corrente	30% (do rendimento da poupança oficial)	1,94%	31.318,46
Aplicações	10% (do rendimento da poupança oficial)	0,65%	27.924,38
Juros Pagos	5% (dos juros pagos durante o período)		75.755,18
		Total	134.997,79

Fonte: CRESOL, 2013.

Destacando-se que:

- Pagamento de Juros ao Capital.....R\$123.512,07
- Distribuição.....R\$134.997,70
- Soma.....R\$258.509,77

Quanto ao capital da total cooperativa:

- Capital Social Cooperativa.....R\$ 3.500.147,77
- Pagamento de Juros e Distribuição.....R\$ 258.509,77
- Saldo de Capital.....R\$ 3.758.657,54

Cabe observar que o perfil do cooperado pode definir o grau de importância da remuneração de juros sobre o capital frente ao modelo tradicional de rateio de sobras. A forma acima exposta atinge quatro perfis de cooperados, quais sejam:

- Cooperado com movimentação de conta corrente: Este cooperado, devido ao seu saldo médio de conta corrente, tem a sua movimentação (depósito a vista) remunerada através do rateio de sobras do final do exercício.

- Cooperado com aplicações: Um cooperado com perfil conservador, conservando suas economias na cooperativa, além dos juros pagos sobre seus valores aplicados, consegue obter uma remuneração extra por meio do rateio de sobras do final do exercício.

- Cooperado que busca empréstimos de Recursos Próprios: O cooperado que faz empréstimos durante o exercício, mantendo suas movimentações junto a sua cooperativa, no final do exercício é beneficiado pela devolução de parte dos juros pagos, recebendo um percentual sobre sua movimentação.

- Cooperado sem movimentações, com saldo de capital: Um cooperado que, por motivo de sazonalidade de suas culturas ou por inatividade, não teve nenhuma das movimentações acima, com o pagamento de juros ao capital, tem seu saldo médio de capital remunerado, fato que torna atrativa sua permanência no quadro social da cooperativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O pagamento de juros ao capital social é vantajoso ao cooperado porque garante ao mesmo uma remuneração direta ao valor que investiu em seu negócio, podendo em algumas situações ter um acréscimo superior ao que a poupança oficial remunera seus poupadores ou ao que a inflação depreciou os recursos financeiros no período.

Isso se evidencia de forma mais clara nas cooperativas de crédito onde os cooperados tem renda sazonal, a exemplo das cooperativas de crédito rural, onde os cooperados não costumam

manter saldo médio de depósitos a vista, o índice de aplicações é pequeno e o volume de operações de crédito com recursos livres é quase inexistente, pois nos casos de operações com recursos livres a taxa de juros é maior do que os créditos de repasse comumente tomados pelos agricultores familiares.

No caso em que o cooperado é tomador de crédito de repasse, via de regra, a alavancagem de capital social por parte do cooperado é feita de forma relevante, justificando desta forma, o benefício com o recebimento de juros sobre seu capital.

Inicialmente, o presente trabalho tinha o intuito de analisar de uma forma ampla quais as vantagens/ desvantagens que o cooperado poderia ter entre receber juros sobre o seu capital ou o rateio das sobras do exercício. Entretanto, tal análise não estabelece um parâmetro de comparação adequado, devido aos cooperados possuírem diferentes saldos de capital e diferentes movimentações de conta corrente, empréstimos e aplicações.

Conclui-se então, que a partir da análise dos produtos oferecidos pela cooperativa, do perfil de negócios alavancados e do perfil do seu grupo de cooperados, as cooperativas poderão estabelecer um critério adequado entre o pagamento de juros ao capital e a forma tradicional de rateio de sobras, de forma que consigam ser cada vez mais justas, beneficiando um maior número de cooperados e tornando-se cada vez mais atrativa ao seu público.

O desenvolvimento deste trabalho baseou-se apenas no banco de dados da CRESOL Marmeleiro, considerando que a metodologia de pagamento de juros ao capital é uma política recente, há oportunidade de desenvolvimento de futuros trabalhos. Como sugestão: Uma pesquisa com os cooperados que

estão recebendo remuneração sobre seus capitais integralizados na cooperativa, identificando quais os benefícios que os mesmos estão tendo com essa nova possibilidade de investimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências.** Brasília, D.O.U.: 16.12.1971.

BRASIL. **LEI COMPLEMENTAR Nº 130, DE 17 DE ABRIL DE 2009:** Dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e revoga dispositivos das Leis nos 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e 5.764, de 16 de dezembro de 1971. Brasília, D.O.U.: 17.04.2009.

BARROSO, M. F. G. **Distribuição de resultados e desempenho de cooperativas de crédito: estudo comparativo no Estado de São Paulo.** Ribeirão Preto, 2009. Dissertação (Mestrado em Controladoria e contabilidade). USP.

BARROSO, M. F. G., BIALOSKORSKI NETO, S. **Distribuição de resultados em cooperativas de crédito rural no Estado de São Paulo.** Organizações Rurais & Agroindustriais [online], 2011, vol. 12, n. 2, p. 290-307. Disponível em: <<http://revista.dae.ufla.br/index.php/ora/article/viewArticle/28>>. Acesso 2013-04-08.

BEUREN, I. M. (org.) **Como elaborar projetos monográficos em contabilidade: teoria e prática.** 3ª Ed. – 2ª reimpr. – São Paulo: Atlas, 2008.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Cooperativas: economia, crescimento e estrutura de capital.** 1998, 254f. Tese (Doutorado em Ciências, Área de Concentração: Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz", Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

BIALOSKORSKI NETO, S. **Contractual incentives and efficiency: the case of the New Generation Cooperatives.**

Revista de Economia e Sociologia Rural, v. 38, n. 4, p. 109-120, 2000.

CERVO, A. L.; BERVIAN P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Makron Books, 2002.

COOPERATIVISMO. Disponível em: <<http://www2.cpti.com.br/cooperativismo.asp>>. Acesso em: 20.06.2013.

CRESOL. Disponível em: <<http://www.CRESOL.com.br/site/conteudo.php?id=1>>. Acesso em: 20.06.2013.

CRC-RN. **Juros sobre o capital próprio**. Disponível em: <www.crcrn.org.br/downloads/JurossobreoCapitalPróprio>. Acesso em: 20.06.2013.

CROTEAU, J. T. **A Economia das Cooperativas de Crédito**. São Paulo: Atlas, 1968.

D'AMBROSIO, N. D'AMBROSIO, U. **Matemática Comercial e Financeira e Complementos de Matemática para os cursos do 2º grau**. 20.ª ed. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1972.

EMMONS, W. R.; SCHMID, F. A. **Pricing and dividend policies in open credit cooperatives**. Working Paper 2000-008A, St. Louis: Federal Reserve Bank of St. Louis, 2000.

GIOVANNI, J. R. JÚNIOR, J. R. G. **Matemática: pensar & descobrir**. Nova edição. São Paulo, FTD, 2005.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002.

KRUEGER, G. **Cooperativismo e o novo código civil**. Belo Horizonte, 2003.

MOREIRA, F. R., et al. **Juros: Conceitos E Aplicações**. Enciclopédia Biosfera, Centro Científico Conhecer - Goiânia, vol.6, n.9, 2010.

NETEIRA, M. P. de. **Formação e distribuição das sobras das Cooperativas de crédito: um estudo de caso na Cooperativa de crédito de livre admissão de associados do Vale do Juruena - SICREDI Univales**. Vale do Juruena, 2009. 62p. Monografia (graduação em ciências contábeis). Faculdade de Ciências Contábeis e Administração do Vale do Juruena.

PHILLIPS, R. **Economic Nature of the Cooperative Association**. Journal of Farm Economics, v. 35, n. 1, p. 74-87, 1953.

PIRHO, D. B. **Economia e Cooperativismo**. São Paulo: Persiva, 1977.

SILVA, M. S. da. **Práticas cooperativistas em cooperativas de trabalho: um estudo de caso em Salvador**. Salvador, 2005. 78p. Monografia apresentada ao Curso de Administração, UFET-BA.

SINGER, P. **Uma Utopia Militante: repensando o socialismo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Apud: VEIGA, S. M.; FONSECA, I. **Cooperativismo: uma revolução pacífica em ação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Economia solidária: um modo de produção e distribuição**. In: SINGER, P.

SOUZA, A. R. de (org.) **A Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego**. São Paulo: Contexto, 2003.

TAYLOR, R. A. **Credit Unions And Cooperative Banking In Developed And Developing Countries**. Annals of Public and Cooperative Economics, v. 45, n. 2, p. 105-118, 1974.

SANTOS, R. C. Dos. **O cooperativismo como forma de Desenvolvimento humano e de inclusão social: um estudo de caso.** Salvador, 2009.131p. Dissertação (Mestrado Profissional Multidisciplinar em Desenvolvimento Humano e Responsabilidade Social). Fundação Visconde de Cairu.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de crédito: Instrumento de organização econômica da sociedade.** Porto Alegre: RBS, 2003.

SPENCER, J. E. **An Extension to Taylor's Model of Credit Unions.** *Review of Social Economy*, v. 54, n. 1, p. 89-98, 1996.

CEENÁRIO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL ESTUDO DE CASO CRESOL

Luiz Cezar Wesselovicz¹
Claudio Antonio Rojo²

INTRODUÇÃO

Com a competitividade no mercado financeiro nacional, a diminuição dos *spreads* e a entrada de novos concorrentes, o mercado de crédito está cada vez mais acirrado. As cooperativas de crédito aparecem neste cenário como uma opção para os consumidores que procuram diferenciação no atendimento, serviços, produtos e juros cobrados, já que elas geralmente têm uma metodologia própria, trabalhando com margens menores e produtos diferenciados ao seu público alvo.

O objeto de estudo deste artigo é a Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, que prima em atender

¹ Colaborador da Central Cresol Baser. E-mail: luiz@cresol.com.br

² Professor Dr. Orientador da Pós-Graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário.

um nicho de mercado excluído pelas demais instituições financeiras, os agricultores familiares. Inicialmente repassados de recursos do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF e atualmente ofertam produtos e serviços como as demais instituições.

Devido ao processo do êxodo rural dos jovens, há uma grande preocupação sobre o futuro das cooperativas de crédito rural, pois a incerteza da existência e da permanência das pequenas propriedades e dos tomadores de crédito paira, já que existe a tendência de que poucos descendentes perpetuam o trabalho no campo.

Diante da situação, chegamos ao problema central deste artigo: Qual é o cenário das cooperativas de crédito rural no Brasil? Já que se corre o risco de que em um pequeno espaço de tempo existam poucos tomadores de crédito rural e o que restar sejam os grandes latifundiários, hoje não atendidos por essas cooperativas.

Esta pesquisa elegeu como objetivo geral estudar o cenário das Cooperativas de Crédito Rural com foco na CRESOL e como objetivos específicos: descrever o ambiente atual, descrever o perfil dos atuais associados, projetar a tendência de perfil dos futuros associados e formular estratégias para contornar os desafios.

2. Referencial Teórico

2.1 O Cooperativismo de Crédito

Os registros históricos começam a marcar o trabalho das cooperativas no Brasil em 1902, desde então apresentam uma singular importância no mercado financeiro, pois promovem a aplicação de recursos públicos e privados em prol da comunidade em que está inserida, assumindo os riscos correspondentes (SCHRÖEDER, 1998).

A primeira cooperativa brasileira foi fundada na serra gaúcha, mas especificamente na cidade de Nova Petrópolis, a qual está em funcionamento até hoje. A partir desta iniciativa, outras organizações de crédito foram criadas no Rio Grande do Sul e posteriormente foram sendo difundidas para os demais estados brasileiros, principalmente na região sul e sudeste (SCHRÖEDER, 1998).

As cooperativas de crédito tiveram, desde a sua origem até os anos sessenta, um grande desenvolvimento, tornando-se a principal sustentação financeira em muitos municípios onde esse tipo de cooperativismo esteve mais fortalecido (SCHRÖEDER, 1998).

Com forte cunho social, as cooperativas tendem a buscar um equilíbrio entre o social e o econômico, com estruturas constituídas de forma espontânea e democrática, por meio de votações em assembleias, baseadas nas necessidades de serviços e produtos financeiros para seus fundadores, com intuito de gerar benefícios para retornar aos seus sócios, por meio de uma boa

gestão e de um equilíbrio financeiro a cooperativa poderá atuar também no social.

As cooperativas de crédito têm um papel fundamental nas comunidades em que atuam, por estar próximo dos associados e por conhecer a realidade regional, atendendo as suas necessidades reais.

Segundo Abramovay (2000) a cooperativa de crédito representa a fusão do associativismo com o mutualismo e o empreendedorismo. O associativismo traz os mecanismos de mobilização social das pessoas em torno da atividade cooperativa.

O mutualismo a noção de que a participação econômica dos associados demanda contrapartidas positivas e negativas. Já o empreendedorismo traz a ideia de que as cooperativas são empresas que surgem da mobilização social e da ajuda mútua, visando o desenvolvimento de uma coletividade.

2.2 O Sistema CRESOL Baser

O Sistema CRESOL é composto por cooperativas de crédito rural, denominadas cooperativas singulares, as quais se integram por meio da Cooperativa Central de Crédito Rural denominada CRESOL Baser, todas autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil, sendo caracterizadas além de cooperativas também como instituições financeiras submetendo-se a esta regulamentação.

Este sistema é uma rede de cooperativas de crédito rural com interação solidária que busca promover a inclusão social de

agricultoras e agricultores familiares, ao facilitar o acesso a produtos e serviços financeiros.

Foi criado com a missão de atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre estes agricultores e suas organizações, por meio do crédito e da apropriação de conhecimento, visando o desenvolvimento local com sustentabilidade.

Como princípios, têm-se a interação solidária dos agricultores, a democratização e profissionalização do crédito, a direção e gestão pelos próprios agricultores, a transparência, a descentralização das decisões e o crescimento horizontal da rede de cooperativas. Princípios estes que buscam a ampliação do acesso a serviços financeiros, a transparência e honestidade na gestão, além de buscar contribuir para o desenvolvimento socialmente justo e não degradante (CRESOL BASER, 2008.)

O quadro social é composto exclusivamente por agricultores e agricultoras familiares, que são responsáveis pela administração das cooperativas. Na maioria dos casos, os diretores e conselheiros conciliam o trabalho na propriedade e na cooperativa, ou seja, ao mesmo tempo em que mantém o vínculo com a atividade rural, estão fazendo a gestão de uma instituição de crédito.

Entre 1995 e 1996 foram criadas as primeiras cinco cooperativas do sistema na região sudoeste do Paraná, que logo em seguida constituíram a Cooperativa Central Base de Serviços (CRESOL Baser).

Nos anos seguintes o Sistema CRESOL avançou nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, constituindo novas

cooperativas. Mais tarde, a Cooperativa Central de Serviços foi transformada em Cooperativa Central de Crédito e para cada grupo de 5 a 15 cooperativas de crédito foram formadas Bases Regionais de Serviço, visando dar um atendimento mais qualitativo e próximo das cooperativas singulares (CRESOL BASER, 2008).

Um importante marco histórico foi à formação do Planejamento Estratégico Participativo – PEP que aconteceu em 2010, onde surgiu uma orientação importante no sentido de que as cooperativas filiadas à CRESOL Baser permaneçam utilizando o princípio das cooperativas segmentadas e não adotem o princípio da “livre admissão”.

São considerados associáveis das cooperativas singulares aqueles que possuem vínculo direto com agricultura familiar (atividades agropecuárias) ou indireto (filho ou filha dos agricultores familiares) e aposentados, todos devem atender critérios estatutários. Outro critério são as empresas jurídicas filiadas que devem exercer exclusivamente atividades agropecuárias, que prestem serviços às cooperativas e entidades sem fins lucrativos.

Por opção da cooperativa, admite-se que no máximo 10% do total do número de sócios seja pessoa jurídica ou outro público que atenda aos critérios estatutários de associação.

No final de dezembro de 2012 existiam 177 unidades, entre cooperativas e postos de atendimento, 101.527 cooperados ativos, R\$ 302.500.000,00 em carteira de recursos próprios e R\$ 792.700.000,00 em carteira de repasse (CRESOL BASER, 2013).

Modelo de Simulação de Cenários

Para que as metas propostas possam ser alcançadas, toda empresa precisa realizar seu planejamento e suas estratégias, para isso, Hunger (2002) afirma que a “formulação de estratégia é o desenvolvimento de planos de longo prazo para a gestão eficaz de oportunidades e ameaças ambientais”, incluindo ainda a formulação da missão corporativa, visão empresarial e linhas políticas.

O termo cenário possui muitos significados, para Schwartz (1991), os cenários são instrumentos para a ordenação das percepções das pessoas sobre ambientes futuros alternativos. As análises e as estratégias devem ser cuidadosamente construídas para auxiliar os tomadores de decisão a enfrentar os desafios que o mercado e a concorrências possam trazer no futuro.

Ainda segundo Schwartz (1995) cenários são ferramentas para nos ajudar a fazer previsões em um mundo de grandes incertezas. A palavra vem do termo teatral *scenario* – o roteiro para um filme ou peça.

São histórias sobre a maneira como o mundo poderá se transformar no futuro, histórias que podem nos ajudar a reconhecer e adaptar aos aspectos mutantes do nosso meio atual.

Portanto, cenários são previsões históricas que podem acontecer, sua construção deve tomar a direção de prever situações para manipular esse futuro de maneira a superar os desafios encontrados.

Na tentativa de criar alternativas para contornar os problemas futuros, as empresas realizam regularmente os

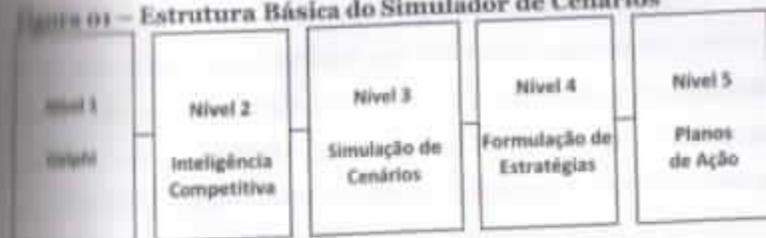
planejamentos, sendo que "ajudam a transformar as estratégias pretendidas em estratégias realizadas, tomando o primeiro passo que leva a implementação" (MINTZBERG, 2001).

As atividades de planejamento nas empresas resultam em decisões presentes a partir do exame do impacto destas no futuro, proporcionando dimensão temporal de importantes significados. O planejamento não se refere às decisões futuras, mas suas implicações futuras referem-se às decisões presentes, este processo sistemático e constante de tomada de decisões cujos efeitos e consequências ocorrerão em futuros períodos de tempo (OLIVEIRA, 2001).

Para a construção de cenários utilizaremos como ferramenta de apoio o Planejamento Estratégico Participativo - PEP realizado pelos colaboradores do sistema CRESOL em 2010, com isso seguir-se-á as direções já pré-estabelecidas pela cooperativa. Além de analisar o histórico da organização e o planejamento estratégico existente.

Para visualizar o modelo de simulação de cenários de Rojo (2006), a Figura 01 descreve os 5 níveis que compõe sua estrutura básica, sendo o primeiro nível a técnica Delphi, que reunirá os diretores e assessores (especialistas) para gerar informações e compor o segundo nível, a inteligência competitiva da organização, que alimentará os dirigentes para o terceiro nível, a simulação de cenários, abrindo perspectivas para formulação de estratégias no quarto nível e então no quinto nível a aplicação do plano de ação com suas metas.

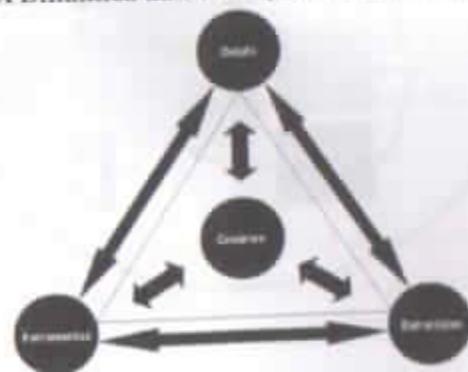
Figura 01 – Estrutura Básica do Simulador de Cenários



Fonte: Rojo (2006, p. 101)

Como base para a formação do modelo de simulação de cenários para as cooperativas de crédito rural, devemos levar em consideração que o mercado possui uma dinâmica acelerada, com alterações constantes que podem influenciar na tomada de decisão pelos gestores, por isso devemos fazer com que os elementos interajam de maneira simultânea, conforme sugere Rojo (2006), Figura 02.

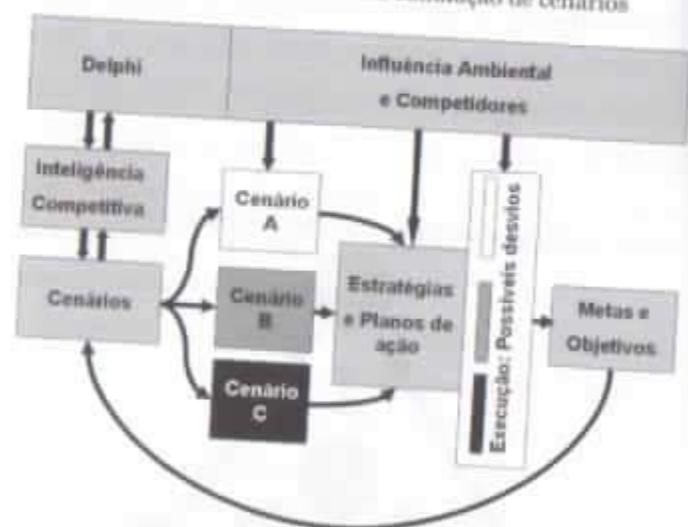
Figura 02 – A Dinâmica da Formação de Cenários.



Fonte: Rojo (2006, p. 100)

A influência ambiental, bem como seus concorrentes são fatores que causam alterações nos cenários, auxiliando para que a dinâmica da formação de cada nível de aplicação do modelo proposto sejam alteradas por mudanças nas políticas governamentais, legislação, contexto econômico, alterações na concorrência e por consequência, na formulação ou aplicação das alternativas estratégicas para o alcance das metas e objetivos, conforme sugere Rojo (2006) Figura 03.

Figura 03 – A influência ambiental na simulação de cenários

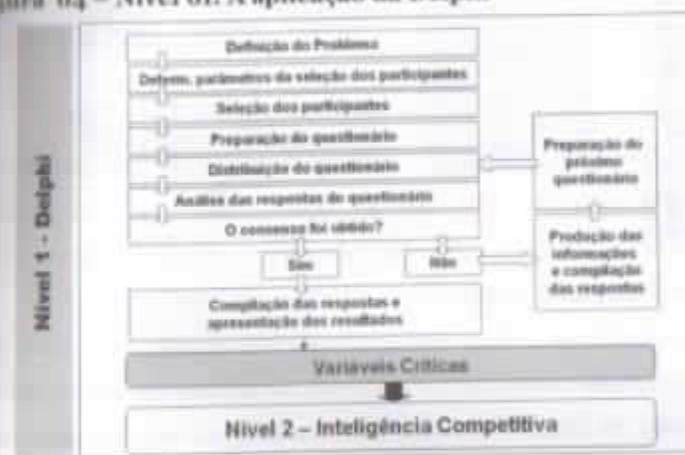


Fonte: Rojo (2006, p. 101)

3.1 Os Cinco Níveis de Simulação de Cenários

No nível 01 (figura 04) é iniciado o processo para obter as variáveis que auxiliem no processo de formatação de cenários da organização. Neste passo, devem-se fornecer elementos que contêm as variáveis críticas que influenciam no diagnóstico estratégico.

Figura 04 – Nível 01: A aplicação da Delphi



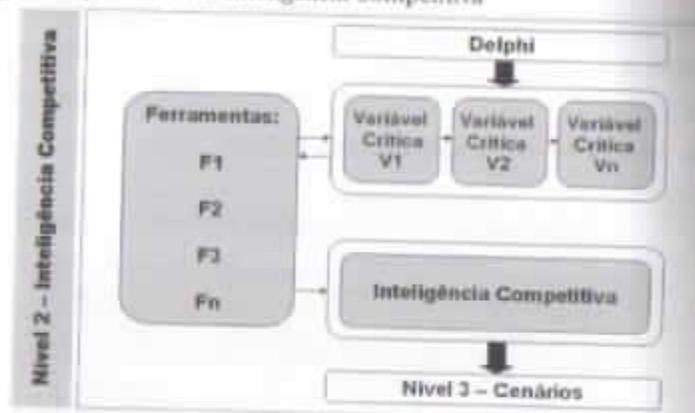
Fonte: Rojo (2006, p. 104)

De acordo com o autor, o nível 02 (figura 05) recebe o nome de inteligência competitiva por ser o ponto de escolha das ferramentas de diagnóstico que compila as variáveis críticas (nível 01) para então gerar cenários (nível 03).

As ferramentas utilizadas no segundo nível devem ser definidas pelos diretores da cooperativa por condições de aplicabilidade, familiaridade com a ferramenta e outros aspectos

que considerem necessários para obter o melhor diagnóstico possível, além destas, o modelo é aberto à utilização de outras ferramentas que os dirigentes julguem necessárias. A ferramenta Fn citada no modelo demonstra que pode-se incluir novos itens.

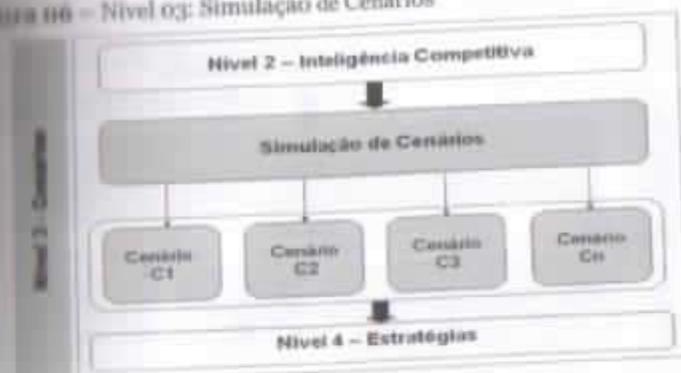
Figura 05 – Nível 02: Inteligência Competitiva



Fonte: Rojo (2006, p.105)

Quando concluído o nível 02, os dirigentes devem aplicar sua visão de futuro e simular cenários (Figura 06), considerando sua experiência e conhecimento de mercado, podem projetar possíveis situações ou movimentos da concorrência em um futuro próximo.

Figura 06 – Nível 03: Simulação de Cenários



Fonte: Rojo (2006, p.105)

Após simular os cenários, os dirigentes podem passar para o nível 04 (Figura 07) onde serão formuladas as estratégias, que buscam reduzir ou minimizar os possíveis impactos causados pelas variáveis críticas ou risco definidos nos cenários.

A formulação de estratégias depende de alguns fatores. Um deles é em relação aos objetivos, que podem ser divididos em metas, para facilitar que se chegue a um conjunto de resultados que perfazem esses objetivos.

Quando chegar o momento dos cenários simulados serem definidos como acontecimentos, a opção pela estratégia configura-se com mais acertiva da simulação antes efetuada.

Figura 07 – Nível 04: Formulação das Estratégias



Fonte: Rojo (2006, p. 106)

No nível 05 (Figura 08) é onde os dirigentes da cooperativa, após definidas as estratégias para os cenários simulados, deverão ajustar a formulação de cada estratégia com a sua capacidade e forma de execução visando um alinhamento com as metas a serem alcançadas para aproximá-la de seus objetivos.

Segundo Rojo, (2006) "No momento em que o cenário se define, a organização não será tão comumente pega de súbito, tendo que configurar seus movimentos de forma apressada para se ajustar às mudanças. Significa não esperar as mudanças para definir o rumo e sim definir possibilidades de rumos para esperar as mudanças".

Qualquer situação estudada pelos dirigentes, que possa vir a acontecer, será assimilada com maior tranquilidade, pois no plano de ação assim proposto, terão possíveis soluções e trajetórias para contornar os percalços, já que de antemão foram pensadas,

identificadas e assimiladas. Significa que a estratégia pensada como a mais apropriada se encontrava traçada e a organização poderá executá-la conforme o plano de ação.

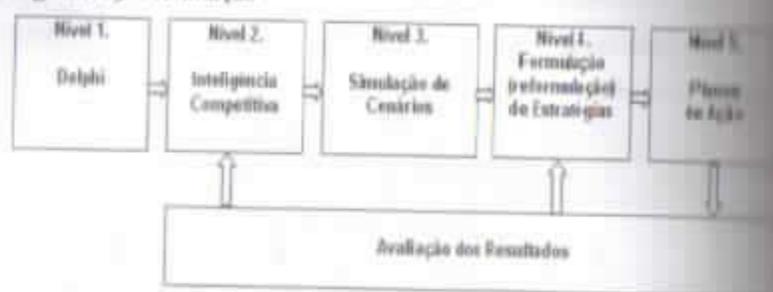
Figura 08 – Nível 5: Plano de Ação



Fonte: Rojo (2006, p. 109)

Periodicamente, os dirigentes deverão acompanhar e avaliar o processo estratégico, para realimentar com novas variáveis críticas e/ou situações de ameaça que possam causar impactos na organização, formando com isso um processo de avaliação de resultados, aplicando novamente as ferramentas, conforme sugere Rojo, 2006 (Figura 09).

Figura 09 – Avaliação



Fonte: Rojo (2006, p. 110)

4. Pesquisa Aplicada

Trata-se de um estudo de caráter exploratório com base no levantamento de dados de primários e secundários. A coleta de dados primários foi realizada por questionários de avaliação qualitativa com os 05 diretores executivos da CRESOL Baser e seus 3 assessores executivos. Justifica-se a escolha de apenas uma cooperativa, pois na região sul do país é o maior sistema de crédito rural destinado aos agricultores familiares.

Optou-se pelos métodos de Simulação de Cenários de Rojo, pois segundo Rojo (2006, p. 08) esse método busca identificar as variáveis críticas que moldam tais cenários, utilizando-se uma técnica investigativa. Como técnica auxiliar, serão utilizadas a análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats*) e matriz BCG (*Boston Consulting Group*).

A pesquisa foi aplicada no período de junho à novembro de 2013 com o grupo de especialistas, conforme resultados seguintes.

4.1 Aplicação do Nível 01 – Delphi

Para a aplicação desta fase, foram selecionados todos os dirigentes da direção executiva da CRESOL Baser e aplicados os questionários de acordo com o modelo proposto por Rojo (2006), com o problema descrito da seguinte forma: **Quais as variáveis críticas que os senhores consideram necessárias que sejam conhecidas para que uma cooperativa de crédito rural faça projeções de cenários?**

Após duas rodadas, os dirigentes concordaram com o resultado do quadro 01, ficando ajustada as variáveis críticas para simular cenários, encerrando a participação dos especialistas, pois as aplicações da Delphi atingiu seu objetivo.

Quadro 01: Resultado da terceira rodada da Delphi

Variáveis Críticas	Somatória de notas atribuídas para a VC
Preval	22
Taxa de Juros	20
Concorrência com Bancos e Cooperativas de Crédito Mútuo	19
Repasso de recursos oficiais do governo	15
Visão Social	12

Fonte: Pesquisa aplicada (2013).

4.2 Aplicação do Nível 02: Inteligência Competitiva

Para iniciar o processo de inteligência competitiva, foram levantadas informações utilizando-se das ferramentas: análise

A vaca leiteira está representada pelos repasses do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar PRONAF onde elencam-se os produtos: PRONAF Agroindústria, PRONAF Agroecologia, PRONAF Eco, PRONAF Mulher, PRONAF Jovem e PRONAF Mais Alimentos, com esses produtos verificam-se uma alta relativa na demanda de mercado.

O enquadramento dos produtos e serviços como ponto de interrogação, deu-se, pois possuem uma alta taxa de crescimento e rentabilidade. Como animal de estimação enquadrou-se a poupança, responsável pela captação de recursos.

No Quadro 02, encontram-se descritos as forças e fraquezas, ameaças e oportunidades da CRESOL.

Quadro 02: Análise SWOT na CRESOL.

Forças	Credibilidade com cooperados
	Forte parceria com entidades de classe
	Baixo custo para os cooperados manter as contas
Fraquezas	Sistema de informatização em desenvolvimento
	Ausência de legislação específica
Ameaças	Concorrência de outros sistemas cooperativos e de outros agentes
	Êxodo rural
	Envelhecimento da agricultura familiar
Oportunidades	Maior acesso ao crédito
	Entrada em novas regiões (sudeste e norte do país)
	Acesso à linhas de crédito subsidiadas (Pronaf, Habitação Rural)
	Aumento da busca pelo crédito

Fonte: Pesquisa aplicada (2013)

Em relação às forças identificadas na cooperativa, pode-se ressaltar a credibilidade perante os associados, a forte parceria com entidades de classe (ONGs, Sindicatos, Associações, Órgãos Públicos e Governamentais) e o baixo custo de manutenção de conta para os associados.

Como fraquezas identificaram-se a demora na finalização do sistema de gerenciamento de dados e a ausência de legislações específicas para as cooperativas de crédito rural.

Dentre as ameaças identificadas estão a concorrência com outros sistemas cooperativos de crédito e demais instituições financeiras, o êxodo rural e o envelhecimento dos agricultores familiares, pois conforme estudo realizado pela CRESOL em 2010, metade dos associados estarão aposentados dentro de 15 anos.

Como oportunidades, a melhoria do acesso e o aumento da busca pelo crédito, a expansão da área de atuação para a região centro oeste (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Goiás) e região norte (Rondônia e Amazonas) com isso oxigenando a base de cooperados e o acesso à linhas de crédito subsidiadas pelo Governo Federal como PRONAF e Habitação Rural.

Rodrigues et al. (2012) afirmam que as ferramentas aplicadas são amplamente conhecidas, porém possuem suas limitações, dentre as quais a obtenção de resultados que não levam em conta a dinâmica dos cenários e sim o diagnóstico estático. Como o modelo de simulação busca integrar e manter atualizados os dados obtidos pela aplicação de tais ferramentas, ou mesmo de outras que o pesquisador pode, por conveniência amostral e situacional, escolher para alimentar a inteligência competitiva.

Após concluídas as análises BCG e SWOT, passou-se para o nível 3, onde iniciou-se a fase de simulação de cenários.

4.3 Aplicação do Nível 03: Simulação de cenários

Para o módulo de formulação de cenários, novamente reuniram-se o grupo de especialistas, bem como o autor, para nova discussão e chegou-se ao consenso de projetar cenários baseados em um dos objetivos do artigo: O perfil dos futuros sócios da CRESOL.

O quadro 03 demonstra os cenários formulados sobre três perspectivas, a primeira é pessimista (C1), a segunda é intermediária (C2) e a terceira é otimista (C3).

Quadro 03: Simulação de cenários para a CRESOL.

	C1	C2	C3
O perfil dos futuros sócios da cooperativa	O quadro social envelhece, os sócios remanescentes não adquirem novos empréstimos e a entrada de sócios novos é baixa.	O quadro social envelhece, os sócios continuam fazendo empréstimos e a entrada de novos sócios se mantém estáveis.	O quadro social atual é mantido, com aumento significativo de mulheres e jovens, aumentando a demanda por novas linhas de créditos, produtos e serviços modernos.

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Pode-se supor que um eventual envelhecimento do quadro social (C1), aliado à baixa adesão por novos sócios, acarretaria em um processo de baixa na procura por linhas de crédito, já que a partir da aposentadoria é comum diminuir os investimentos e a redução das dívidas é consequência.

Em um cenário intermediário (C2), considera-se que o quadro social continua envelhecendo, mas os sócios mantêm a procura pelas linhas de crédito, aliados à entrada de novos associados como jovens e mulheres.

Para um cenário otimista (C3), projeta-se o quadro social atual, com um aumento significativo de associados jovens e mulheres, que buscam continuamente linhas de crédito e investimentos, produtos financeiros e serviços modernos e informatizados.

Depois de analisados tais cenários, propõem-se estratégias para contornar os desafios, conforme Quadros 04, 05 e 06.

Quadro 04: Formulação de estratégias em função do cenário simulado no C1.

Cenários Simulados	Estratégias Formuladas
C1 O quadro social envelhece, os sócios remanescentes não adquirem novos empréstimos e a entrada de sócios novos é baixa.	<ul style="list-style-type: none"> a) Tornar eficiente o controle de custos; b) Buscar novos sócios e expandir a rede de agências; c) Focar nos clientes atuais; d) Valorizar os clientes potenciais; e) Focar no programa Gênero e Geração, ATER e Agentes Comunitários;

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Quadro 05: Formulação de estratégias em função do cenário simulado no C2.

Cenários Simulados	Estratégias Formuladas
C2 O quadro social envelhece, os sócios continuam fazendo empréstimos e a entrada de novos sócios se mantém estáveis.	a) Fortalecer os clientes atuais e buscar novos sócios; b) Fortalecer os programas de Gênero e Geração, Agentes Comunitários e ATER; c) Investir na venda de mais produtos para o mesmo sócio; d) Renovar o portfólio de produtos e serviços;

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

Quadro 06: Formulação de estratégias em função do cenário simulado no C3.

Cenários Simulados	Estratégias Formuladas
C3 O quadro social atual é mantido, com aumento significativo de mulheres e jovens, aumentando a demanda por novas linhas de créditos, produtos e serviços modernos.	a) Manter as parcerias com os projetos de ATER, Agentes Comunitários e Gênero e Geração; b) Modernizar os sistemas de acesso (Internet Banking); c) Criar novos produtos para atender as demandas; d) Buscar fidelização e valorização dos sócios;

Fonte: Elaborado pelo autor (2013)

4.4 Aplicação do Nível 04: Formulação de Estratégias

Seguindo o modelo de simulação de cenários de Rojo (2006), o nível 4 aborda a formulação de estratégias para cada cenário.

O cenário (C1), representado pelo envelhecimento do quadro social, sem sua devida substituição, conclui-se que acarretará em grandes problemas para a cooperativa, já que o público aposentado possui um perfil mais conservador, poupando mais, assumindo e investindo menos e por consequência precisando pouco de linhas de crédito.

Neste cenário a cooperativa deverá estar preparada para trabalhar com capacidade ociosa, tomando cuidado com os gastos desnecessários, reduzindo custos operacionais e folha de pagamento.

Deve-se investir em linhas de crédito essenciais, com a intenção de garantir a sustentabilidade financeira, disponibilizando produtos e serviços rentáveis, com fácil absorção pelo quadro social, pois o retorno financeiro gerado pode garantir parte dos custos operacionais.

A busca contínua por novos sócios e a expansão para outras regiões torna-se imprescindível, pois com o aumento do quadro social os custos individuais tendem a reduzir.

O foco nos Programas de Assistência Técnica Rural - ATER, Gênero e Geração e Agentes Comunitários devem ser intensificados, oferecendo um modelo de negócio que agregue valor à propriedade e ao fruto do trabalho, bem como a educação voltada ao ideal do cooperativismo solidário, interagindo e inserindo-o neste contexto.

O cenário (C2) é representado pela situação intermediária onde o quadro social continua envelhecendo e a renovação é lenta e estável, no qual as preocupações se manterão, já que a necessidade de melhorias e inovação tecnológica é contínua e o custo para operacionalizar um projeto deste é alto.

A estratégia formada deverá fortalecer os atuais clientes potencializando os cooperados, oferecendo linhas de crédito e produtos, agregando valor aos serviços ofertados. O foco deverá ser em vender mais produtos para o mesmo cliente, fazendo com que ele adquira todos os produtos do portfólio ofertado.

A renovação do quadro social é contínua, visando a expansão da região de atuação e o fortalecimento do Programa de Gênero e Geração, ATER e Agentes Comunitários.

O cenário (C3) é representado pelo quadro otimista, com aumento significativo de sócios jovens e mulheres, aumentando a demanda por novas linhas de crédito, produtos e serviços modernos. No qual, a cooperativa deverá passar por um processo de readequação dos processos e estrutura para atender o novo público.

Nesta situação, o foco deverá se manter na operação de créditos e produtos financeiros para os agricultores familiares, dando ênfase aos serviços correlatos, oferecendo produtos e serviços de valor ao quadro social.

Como existem pessoas com faixa etária baixa, a inovação tecnológica torna-se obrigatória, forçando a CRESOL investir em tecnologias como cartão de crédito com bandeira nacional, transações financeiras realizadas via internet *banking*, caixas

eletrônicos e readequação na fachada física e estrutura interna, buscando mais moderna e prática.

A busca pela fidelização e valorização dos sócios potenciais, o Programa de Gênero e Geração, ATER e Agentes Comunitários toma um papel importante no crescimento sustentável, pois a melhoria e a oxigenação do público alvo deverá ser contínua.

As estratégias foram formuladas exclusivamente pelo autor, influenciado pelos seus julgamentos, sugestões e conhecimento de mercado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para nortear a construção deste artigo, foram utilizados dados do setor de cooperativismo de crédito rural e da cooperativa objeto, a CRESOL. Como metodologia base foi utilizada o modelo de formulação de cenários de Rojo (2006) e como auxiliares as análises SWOT e matriz BCG.

Com relação ao estudo do cenário atual, constatou-se que o quadro social está em crescente envelhecimento, bem como a quantidade de pessoas que residem na zona rural está diminuindo, preocupando os diretores sobre a continuidade do cooperativismo com foco no público rural. O perfil dos atuais sócios é composto pela sua maioria de homens, deixando uma grande demanda pela oxigenação da composição do quadro social.

A expansão da área de atendimento para os estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e Rondônia tendem a trazer

novas demandas, com isso novas linhas de financiamento e produtos devem surgir.

Com a continuidade dos programas de ATER, Gênero e Geração e Agentes Comunitário, a CRESOL busca oxigenar, fidelizar e valorizar os atuais sócios, visando trazer o público feminino e jovem para o quadro social.

Após o período de pesquisas e análises dos resultados da aplicação das ferramentas, foram construídos cenários simulados utilizando-se das variáveis críticas levantadas pelo grupo de especialistas e posteriormente formuladas estratégias.

Como resultado para a cooperativa, o estudo trouxe estratégias simuladas e mostrou caminhos para orientar a formação de estudo mais abrangente sobre as possíveis variáveis críticas que o mercado financeiro e cooperativo enfrentam, pois é importante conhecer as tendências de futuro e se preparar com respostas e estratégias rápidas para solucionar os possíveis obstáculos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R.; BITTENCOURT, G. **Agricultura familiar: Dificuldades no acesso ao crédito**. In: DIAS, GUILHERME L. e ABRAMOVAY, R. (coord.). *Descentralização, Autonomia e Geração de Renda Rural: Proposta para o sistema brasileiro de crédito rural*. Campinas: 2000.
- CAVALCANTI, M. **Gestão estratégica de negócios: evolução, cenários, diagnóstico e ação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.
- CRESOL. **Planejamento Estratégico Participativo 2010 - 2015**. Francisco Beltrão: Infocos, 2010.

HUGHES, J. D. **Gestão Estratégica: princípios e práticas**. Rio de Janeiro: Reichmann & Afonso Editores, 2002.

SWARNICKA, E. L. **Introdução à administração**. 5.^a ed. São Paulo: Atlas, 1995.

HINTZBERG, H.; QUINN, J. B. **O processo da estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 15.^a ed. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. **Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas**. 17.^a ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HOJO, C. A. **Planejamento Estratégico**. Cascavel: Assoeste, 2006.

RODRIGUES, A. et al. **Formulação de estratégias competitivas por meio de análise de cenários na construção civil**. Associação Brasileira de Engenharia da Produção, aceito em Dezembro/2011, São Paulo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-65132013000200005&script=sci_arttext. Acesso em: 03/11/2013.

SCHWARTZ, P. **Planejando o futuro em um mundo de incertezas**. São Paulo: Editora Página Aberta, 1995.

SCHRÖEDER, M. **O Cooperativismo de Crédito Rural em Santa Catarina: Possibilidades e limites de uma alternativa para a agricultura familiar**. Dissertação de Mestrado/Unicamp, São Paulo, 1998.

SCHRÖEDER, M. **Instrumentos não convencionais de crédito Rural**. Campinas, 1999.

**INDICADORES DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO -
ESTUDO DE CASO DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO
RURAL DE PRANCHITA/PR E
SANTO ANTONIO DO SUDOESTE/PR**

Cristiana Aparecida Iachinski¹
Lisiane Falcade²
Lucas Gomes de Oliveira³

INTRODUÇÃO

A pesquisa demonstrou que no decorrer dos tempos, a economia brasileira teve enormes transformações que alteraram o comportamento do crédito. As cooperativas de crédito, cuja sua atuação é a cooperação tiveram que ser adequar a essas mudanças, para sobreviver à concorrência do mercado interno e externo.

Segundo o Conselho Mundial do Cooperativismo de Poupança e Crédito - WOCCU propõem o sistema PEARLS para análise financeira em cooperativas de crédito, sendo utilizado amplamente entre seus afiliados.

¹ Colaboradora da Cresol Pranchita, e-mail: cristiana.pranchita@cresol.com.br.
² Colaboradora da Base Regional da Cresol Fronteira, e-mail: lisiane.fronteira@cresol.com.br.
³ Professor Orientador, Unipar de Francisco Beltrão.

Pearls é o acrônimo para um grupo de indicadores financeiros utilizados pelo WOCCU desde 1990, derivado da avaliação das áreas-chave operacionais das cooperativas de crédito. Seu principal objetivo seria monitorar a performance das cooperativas de crédito singulares, auxiliando os diretores, gestores ou administradores a encontrar soluções para as graves deficiências da instituição.

A escolha deste tema indica a área de interesse a ser investigada, trata-se de um enunciado que envolve e identifica o problema geral da pesquisa. O objetivo da mesma é conhecer, compreender, analisar e comparar o desenvolvimento de ambas as cooperativas, levando em conta a realidade de cada uma e conhecendo suas potencialidades e estruturas. Esse tema preenche um vazio e desenvolve novas ideias na área de recursos financeiros. Para a realização de tal estudo existem vários livros, artigos e sites com dados precisos. O projeto diz respeito a atividade profissional que realizamos.

Diante disso, serão analisados os seguintes instrumentos financeiros dentro Sistema Pearls, em ambas as cooperativas. Indicadores do Sistema Pearls escolhidos para realização desta pesquisa

A necessidade de reestruturação, redução de custos e obtenção de empréstimos a custos menores tornou-se fator decisivo que exige uma grande transformação no meio cooperativista brasileiro. Ao mesmo tempo em que precisava manter seus princípios doutrinários, as cooperativas tinham que responder as demandas externas de eficiência e alta competitividade (CARVALHO, 2008, p. 13).

Com essas mudanças o Sistema Cresol teve que se estruturar o quadro de funcionários, principalmente na forma de atendimento, buscando adaptação as necessidades e exigências do quadro social, maior competitividade no mercado financeiro, foco em todas as necessidades financeiras do cooperado (Atendimento Completo) e reestruturação da área comercial. Através da implantação do projeto segmentação na Cresol Santo Antonio os funcionários se adequaram a nova metodologia de trabalho.

Atualmente apenas uma cooperativa vinculada a Base Fronteira se encontra com o modelo antigo de atendimento, contendo as seguintes características, segmentação por produtos, não proporciona atendimento completo ao cooperado, sobrecarga de alguns funcionários e outros não e estrutura pesada com baixo retorno financeiro.

Diante disso pretende-se apresentar o resultado das 02 cooperativas de crédito usando os Indicadores de PEARLS, através da metodologia de trabalho utilizada por cada uma.

Esses indicadores financeiros são utilizados pelo WOCCU desde 1990, derivado da avaliação das áreas-chave operacionais das cooperativas de crédito, para monitoramento das instituições financeiras, representando: *Capital* (capital); *Assets* (ativos); *Management* (gestão); *Earnings* (rentabilidade); *Liquidity* (liquidez) e *Sensitivity to price risks* (sensibilidade). Entre outras formas o uso do PEARLS é para possibilitar os diversos critérios usados pelas cooperativas singulares para avaliar suas operações, possibilitar a comparação do desempenho das cooperativas sobre uma base nacional e facilitar o controle pelos órgãos de supervisão.

O presente artigo encontra-se estruturado em partes onde trás um breve relato sobre o assunto proposto. Introdução a qual foca um assunto como um todo, destacando e abordando tema, objetivo e justificativa; referencial teórico, o qual discorre sobre gestão de cooperativas e Análise de desempenho, Sistema PEARLS, Cooperativas de Crédito.

1. Histórico do Cooperativismo

A primeira cooperativa que surgiu no mundo teve a participação de 28 operários, em sua maioria tecelões, se reuniram para avaliar suas ideias. Após um ano de trabalho, acumularam um capital de 28 libras e conseguiram abrir as portas de um pequeno armazém cooperativo, em 21 de dezembro de 1844, no bairro de Rochdale-Manchester (Inglaterra).

Em Rochdale, Manchester, na Inglaterra, em 1844, sob a influência de diversos economistas, destacando-se Robert Owen, nascido em 1771 e falecido em 1854 foi constituída a primeira cooperativa formalmente contratada através de contrato de constituição (KREUSCH, 2009, p. 21)

No Brasil, a cultura da cooperação surgiu no final do século 19, por meio do estímulo de funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários, para atender às suas necessidades. O movimento iniciou-se em 1889, na cidade de Ouro Preto (MG), com a criação da primeira cooperativa de consumo de que se tem registro no Brasil, denominada Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Em seguida,

se espalhar por Minas Gerais, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul.

Em 1902 surgiram as cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul, por iniciativa do Padre suíço Theodor Amstadt. Já as cooperativas rurais tomaram impulso a partir de 1906 naquela região, fundadas geralmente por imigrantes de origem alemã e italiana.

A partir de então o movimento cooperativismo vem aumentando contendo 13 ramos de cooperativa, a mais conhecidas são as de crédito, habitacionais e de comercialização.

1.1 Histórico do Sistema CRESOL

Sistema Cresol iniciou seus trabalhos em 1996 com 05 cooperativas de crédito sendo elas Capanema, Dois Vizinhos, Laranjeiras do Sul, Pinhão e Marmeleiro, pela necessidade de pequenos agricultores familiares terem acesso ao crédito, nesse mesmo período foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras.

Hoje o Sistema CRESOL tem abrangência nos estados do Paraná e de Santa Catarina, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás e São Paulo, tendo 82 cooperativas e 120 mil associados.

No decorrer do tempo houve varias alterações nos processos para liberação dos créditos ao quadro social. Os métodos e ferramentas usadas estão em constantes mudanças, o que permite melhor avaliação das ações a serem desenvolvidas.

As cooperativas de crédito movimentam uma pequena fatia do Sistema Financeiro Nacional. Em 2010 o sistema de cooperativista correspondia a 2% do total de crédito no Sistema Financeiro Nacional - SFN. No entanto as cooperativas tiveram fatores importantes, como a criação do departamento de Supervisão de Cooperativas criado em 2005 e em 2012 como Associação Internacional das Cooperativas. (JACQUES, 2013).

Desde 2003 o segmento das cooperativas de crédito tem sido bastante importante, principalmente quando teve abertura oficial ao crédito com duas Resoluções do Banco Central sendo elas: a Resolução 3.106, que trata sobre a inclusão social de pequenos empresários, microempresários e microempreendedores e a Resolução 3.140 que estende a médios e grandes empresários oportunidade para a criação de cooperativas de crédito (JACQUES, 2013).

1.1.2 Histórico CRESOL Pranchita

A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL Pranchita foi constituído em 1999, e veio se desenvolvendo ao longo dos anos. É uma instituição financeira monetária constituída em forma de cooperativa. Teve como primeiro diretor da Cooperativa o Senhor Francisco Sales Quevedo, o qual trabalhou a muitos anos pelo desenvolvimento e crescimento da mesma, que no primeiro momento teve vinte e quatro sócios fundadores, e atualmente possui 1086 associados onde tem por objetivo a prestação de serviços aos associados, tais como a captação de depósitos à vista e à prazo, recebimentos e

pagamentos por conta de terceiros sob convênio com instituições financeiras públicas e privadas, concessão de crédito, prestação de serviços de cobrança.

1.1.3 Histórico CRESOL Santo Antonio do Sudoeste

A CRESOL de Santo Antônio foi criada em 2001, com 23 sócios fundadores, sua sede é no município de Santo Antônio do Sudoeste, PR. Atualmente a CRESOL possui em seu quadro social sócios que utilizam os produtos e serviços ofertados pela cooperativa.

Além do crédito as cooperativas se preocupam com a formação de seu quadro social, dirigentes e funcionários, por meio de duas frentes, sendo a CRESOL Comunidade voltado para formação do quadro social e Cooperativa escola voltado para a formação do quadro de dirigentes e funcionários.

A CRESOL Santo Antônio implantou em 2011 o projeto de segmentação, pois anteriormente a forma de atendimento era que cada funcionário era responsável por um segmento, o projeto de segmentação permite que cada funcionário faça todo os processos com apenas um funcionário.

1.2 Projeto de Segmentação

Criado em 2011 pelo Sistema CRESOL esse projeto tem como objetivo atendimento personalizado, maior confiança, foco em todas as necessidades financeiras do cooperado, maior aderência comercial e conseqüentemente maior rentabilidade

financeira, otimizar estruturas disponíveis nas cooperativas, como pessoal, veículos; buscar crescimento sustentável, entre outros.

Esse projeto se divide em etapas, sendo elas:

Primeira: Fase Estrutural - coincide em diagnosticar as unidades a implantar, discussão junto ao Conselho e equipe em cada Unidade; implantar o organograma estratégico e atribuir as funções aos colaboradores; Definir analistas de negócios de cada unidade em conjunto com RH.

Segunda Fase: Conhecimento da Base Social - adequação das estruturas de atendimento (suporte da área de marketing central), treinamento interno entre equipe (analistas e demais), treinamentos necessários, atendimento e negócios.

Terceira Fase: Produção - aplicação prática do modelo de gestão estratégica voltada a negócios e aderência suporte aos analistas de negócios; desenvolver metodologias de negócios junto às unidades, treinamentos externos conforme demandas criadas.

Cada fase citada é organizada conforme a metodologia de trabalho que consiste em atender sócios inativos, planejar os trabalhos de forma que os cooperados não percebam as mudanças propostas, abordar cada cooperado na cooperativa se apresentando como responsável pela conta dele.

2. Gestão de Cooperativa

Costa (2007) destaca que os valores e princípios elaborados pelos pioneiros de Rochdale influenciam o cooperativismo até os tempos atuais, merecendo destaque a autogestão, a independência, a educação e a preocupação com a comunidade.

Com a evolução da economia às organizações tem a necessidade de uma gestão eficaz, o mesmo ocorre com as cooperativas que para se manterem competitivas estão revendo e aprimorando suas práticas de gestão, utilizando ferramentas que até então era usadas pelas empresas privadas. (MACHADO, 2006).

As cooperativas encontram obstáculos e diversos desafios para permanecer no mercado em que atuam, para isso buscam o uso de tecnologias de gestão que visa conciliar a visão de mercado com a necessidade de conduzir a organização no caminho certo (FRIFANO, 2006).

2.1 Os indicadores da Análise de Desempenho

Dentro da análise de desempenho identificamos os principais indicadores econômico-financeiros que são considerados na análise comparativa e de desempenho das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste.

Quando uma cooperativa apresenta liquidez inadequada perde a capacidade de obter recurso, seja por meio de um aumento de seus exigíveis seja pela pronta conversão de seus ativos a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade. A proteção de ativos e a doutrina básica do novo modelo de cooperativa de crédito, a finalidade da análise e assegurar que as cooperativas sejam capaz de cumprir integralmente todos seus compromissos. (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

Segundo Janot (1999) considera que uma instituição financeira deve ser considerada insolvente quando seu patrimônio

financeira, otimizar estruturas disponíveis nas cooperativas, como pessoal, veículos; buscar crescimento sustentável, entre outros.

Esse projeto se divide em etapas, sendo elas:

Primeira: Fase Estrutural - coincide em diagnosticar unidades a implantar, discussão junto ao Conselho e equipe em cada Unidade; implantar o organograma estratégico e atribuir as funções aos colaboradores; Definir analistas de negócios de cada unidade em conjunto com RH.

Segunda Fase: Conhecimento da Base Social - adequação das estruturas de atendimento (suporte da área de marketing central), treinamento interno entre equipe (analistas e demais), treinamentos necessários, atendimento e negócios.

Terceira Fase: Produção - aplicação prática do modelo de gestão estratégica voltada a negócios e aderência suporte aos analistas de negócios; desenvolver metodologias de negócios junto às unidades, treinamentos externos conforme demandas criadas.

Cada fase citada e organizada conforme a metodologia de trabalho que consiste em atender sócios inativos, planejar os trabalhos de forma que os cooperados não percebam as mudanças propostas, abordar cada cooperado na cooperativa se apresentando como responsável pela conta dele.

2. Gestão de Cooperativa

Costa (2007) destaca que os valores e princípios elaborados pelos pioneiros de Rochdale influenciam o cooperativismo até os tempos atuais, merecendo destaque a autogestão, a independência, a educação e a preocupação com a comunidade.

Com a evolução da economia às organizações tem a necessidade de uma gestão eficaz, o mesmo ocorre com as cooperativas que para se manterem competitivas estão revendo e aprimorando suas práticas de gestão, utilizando ferramentas que até então era usadas pelas empresas privadas. (MACHADO, 2006).

As cooperativas encontram obstáculos e diversos desafios para permanecer no mercado em que atuam, para isso buscam o uso de tecnologias de gestão que visa conciliar a visão de mercado com a necessidade de conduzir a organização no caminho certo (STEFANO, 2006).

2.1 Os indicadores da Análise de Desempenho

Dentro da análise de desempenho identificamos os principais indicadores econômico-financeiros que são considerados na análise comparativa e de desempenho das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária de Pranchita e Santo Antônio do Sudoeste.

Quando uma cooperativa apresenta liquidez inadequada perde a capacidade de obter recurso, seja por meio de um aumento de seus exigíveis seja pela pronta conversão de seus ativos a custos razoáveis, afetando assim sua rentabilidade. A proteção de ativos e a doutrina básica do novo modelo de cooperativa de crédito, a finalidade da análise e assegurar que as cooperativas sejam capaz de cumprir integralmente todos seus compromissos. (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

Segundo Janot (1999) considera que uma instituição financeira deve ser considerada insolvente quando seu patrimônio

líquido se torna negativo ou quando é impossível para ele continuar as operações sem que isso implique incorrer perdas que o levarão a apresentar patrimônio líquido negativo.

2.1.1 Sistema PEARLS

O Sistema Pearls é o acrônimo para um grupo de indicadores financeiros sendo utilizado amplamente pelas cooperativas de crédito, derivado da avaliação das áreas operacionais das cooperativas de crédito, nas áreas chaves operacionais:

2.1.2 Protection (proteção)

A proteção contra perdas com créditos é julgada adequada se a cooperativa de crédito tem suficientes provisões para cobrir 100% de todos os créditos vencidos a mais de 12 meses e 35% de todos os créditos vencidos entre 1 e 12 meses. The World Council of Credit Unions, Inc. promove o princípio de que a provisão para perdas de crédito é a primeira linha de defesa contra créditos em situação anormal. O Sistema PEARLS avalia a adequação da proteção proporcionada pela cooperativa de crédito comparando a provisão para perdas de crédito com os créditos vencidos (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

2.1.3 Effective financial structure (efetiva estrutura financeira)

A estrutura financeira da cooperativa de crédito é o mais importante fator na determinação do potencial de crescimento, capacidade de resultados e força financeira total. O sistema

PEARLS avalia ativos, exigibilidades e capital, e recomenda uma estrutura "ideal" para as cooperativas de crédito. A única maneira efetiva de manter o equilíbrio ideal entre ativos geradores de não geradores de renda é incrementar o volume de ativos geradores de renda, uma alta percentagem de depósitos de poupança indica que a cooperativa de crédito desenvolveu programas efetivos de marketing e está bem no caminho de alcançar independência financeira (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

2.1.4 Assets quality (Qualidade dos ativos)

São usados os seguintes indicadores para identificar o impacto dos ativos não lucrativos e não lucrativos, crédito em atraso, financiamento de ativos não lucrativos. O alto índice de crédito em atraso é a medida mais importante de fraqueza institucional, a meta ideal é manter abaixo de 5% do total dos créditos em atraso (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

2.1.5 Signs of growth (sinais de crescimento)

Esse crescimento é avaliado em cinco áreas, ativos totais, depósitos de poupança, quotas de capital, e capital institucional, esse indicador sinaliza possíveis problemas de desempenho servindo como um controle gerencial das cooperativas (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

2.1.6 Liquidity (Liquidez)

Esse indicador avalia a porcentagem de depósitos de poupança investida como ativos líquidos em qualquer associação nacional ou banco comercial, a meta indicada nesse indicador é

manter no mínimo 15% após o pagamento de todas as obrigações de curto prazo.

O objetivo desse indicador é reduzir a percentagem de liquidez inativa para o mais perto do zero (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

Rates of return and costs (taxas de retorno e custos)

Comparando a estrutura financeira com os rendimentos é possível determinar a eficácia da cooperativa de crédito pode colocar seus recursos produtivos em investimento que produzem rendimento mais elevado (BRESSAN; BRAGA; FILHO, 2011).

2.1.7 Indicadores de Pearls

Em 1971 foi fundado Conselho Mundial do Cooperativismo de Poupança e Crédito - WOCCU, tendo como função envolver e promover o cooperativismo de crédito, principalmente no assessoramento técnico, desenvolvendo modelos de regimentos, fiscalização interna e externa. O conselho Mundial do Cooperativismo de Poupança e Crédito propôs o Sistema PEARLS para realizar a análise financeira, esse sistema é um grupo de indicadores usado desde 1990, utilizando palavras chaves operacionais das cooperativas de crédito. As palavras são: Protection (Proteção), avaliar a adequação das provisões com perdas em operação de crédito. Effective Financial Structure (Estrutura Financeira), avaliar a composição do balanço patrimonial em aspectos de segurança, solidez e lucrativa. Asset Quality (Qualidade do Ativo), avaliar a participação de ativos não rentáveis que impactam negativamente na rentabilidade e

rentabilidade. Rates of return e Cost (taxas de retorno e dispêndio), avaliar a rentabilidade de ativos e o custo do passivo e do capital, considerando o saldo médio de saldo patrimoniais. Liquidity (Liquidez), avaliar a gestão do caixa frente aos possíveis resgates de depósito e a manutenção de níveis elevados de caixa que podem impactar a rentabilidade. Signs of Growth (Sinais de crescimento), avaliar o crescimento percentual de rubricas contábeis mais importantes de cooperativas de crédito (TOESCA, 2013).

2.1.8 Indicadores utilizados dentro da Classificação Pearls

$P1 = \text{Provisão para liquidação duvidosa sobre operações de crédito} / \text{Carteira classificada total}$
$R1 = \text{Rendas de operações de crédito} / \text{Média das operações de crédito}$
$S7 = \text{Crescimento do patrimônio líquido ajustado (PLA)} = (\text{PLA do mês corrente} / \text{PLA do mês anterior}) - 1$

3. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como descritiva, a qual buscou descrever sobre análise de desempenho das cooperativas de crédito, utilizando-se do sistema PEARLS, para obter os resultados a partir dos relatórios de balancete retirados do Banco Central do Brasil. A pesquisa foi realizada em dois momentos:

Primeiramente, na pesquisa bibliográfica serão retirados os dados, números e informações através de livros, artigos e sites.

Na parte documental os números coletadas serão retirados através dos balancetes disponíveis no site do Banco Central e os resultados serão comparados através de tabelas com os percentuais resultantes da pesquisa. Os principais indicadores usados na pesquisa são: P1, R1 e S7. Nesta pesquisa foram feito comparativo entre duas cooperativas sendo elas Cresol Pranchita e Cresol Santo Antonio, ambas Cooperativas da Base Fronteira.

O período de coleta de dados foi de 2012 e 2013, escolhidos em função de nesse período haver possibilidade de extrair informações mais precisas e recentes. Foram coletados dados de dois balancetes do Banco Central do Brasil.

O principal indicador financeiro que devem ser considerados na análise comparativa das cooperativas de Crédito Rural com interação solidaria de Pranchita e Santo Antonio do Sudoeste são: P1 (Medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total), R1 (Medir o rendimento da carteira de crédito), S7 (Medir a taxa de crescimento do PLA). A realização deste estudo se da pelo fato de querermos conhecer, analisar e comparar o desempenho das duas cooperativas pela forma como desenvolvem seu organograma de trabalho. Considerando os indicadores analisados, é possível comparar que as duas cooperativas tem um bom desempenho financeiro através de seu método de trabalho.

4 Apresentação e Análise de Resultado

Os dados apresentados nos quadros são dos períodos de ano de 2012 e 2013, retirados do balancete do banco central, neles abordam dados de cada cooperativa em estudo.

Quadro 01- Santo Antônio Do Sudoeste

Santo Antônio do Sudoeste		
P1 - Provisão para Liquidação duvidosa sob operações de Crédito / Carteira Classificada total		
1.6.0.00.00-8	-202.495,01	abaixo
	Carteira Classificada Total	
3.1.0.00.00-0	10.410.274,10	
Total	-1,95%	

O quadro 01 tem como objetivo medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total do período de 2013, nesta categoria quanto mais baixo o volume de provisão se considera um nível aceitável.

Quadro 02- Santo Antônio do Sudoeste/PR

Santo Antônio do Sudoeste		
R1 - Rendas de operações de crédito / Operações de crédito		
7.1.1.00.00-1	439.251,11	Abaixo
	Operações de Crédito	
1.6.1.10.00-1	0,00	
1.6.1.20.00-8	0,00	
1.6.1.30.00-5	0,00	

1.6.2.10.00-4	0,00
1.6.3.00.00.0	8.481.587,99
Total	5,18%

No quadro 02 mede o rendimento da carteira de crédito do período de 2013, nesta categoria considera quanto mais alto a rentabilidade da carteira melhor.

Quadro 03- Santo Antônio do Sudoeste/PR

Santo Antônio do Sudoeste		
S 7 - Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado = PLA do mês Corrente / PLA do mês anterior) - 1		
6.0.0.00.00-2	2694372,61/2215034,72	1,10
7.0.0.00.00-9	843874,76/949798,85	
8.0.0.00.00-6	907519,69/868129,46	R\$ 4.445.767,10
		R\$ 4.032.963,00

No quadro 03 Mede a taxa de crescimento do PL nos períodos de 2012 e 2013, considera nessa categoria que quanto mais alto o índice de crescimento do Patrimônio Líquido melhor o índice.

Quadro 04- Pranchita/PR

Pranchita		
P1 - Provisão para Liquidação duvidosa sob operações de Crédito / Carteira Classificada total		
1.6.9.00.00-8	-995.043,87	abaixo

Carteira Classificada Total	
1.1.0.00.00-0	26.404.676,38
Total	-3,77%

Medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total

O quadro 04 tem como objetivo medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total no período de 2013, nesta categoria quanto mais baixo o volume de provisão se considera um nível aceitável

Quadro 05- Pranchita/PR

Pranchita		
R1 - Rendas de operações de crédito / Operações de crédito		
7.1.1.00.00-1	1.239.002,10	Abaixo
	Operações de Crédito	
1.6.1.10.00-1	0,00	
1.6.1.20.00-8	0,00	
1.6.1.30.00-5	0,00	
1.6.2.10.00-4	0,00	
1.6.3.00.00.0	19.525.482,23	
Total	6,35%	

Medir o rendimento da carteira de crédito

No quadro 05 mede o rendimento da carteira de créditos no período de 2013, nesta categoria considera quanto mais alta a rentabilidade da carteira melhor.

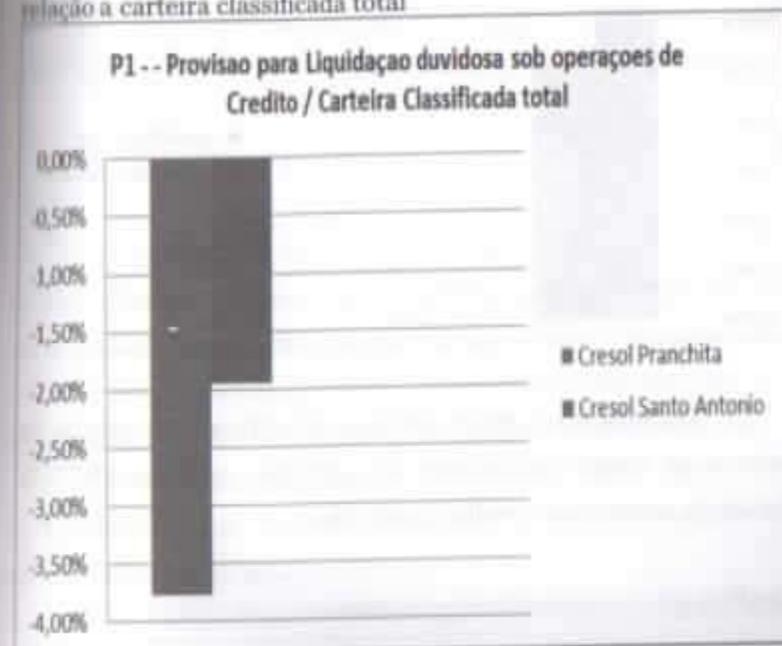
Quadro 06- Pranchita/PR

Pranchita		
S 7 - Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado = PLA do mês Corrente / PLA do mês anterior) - 1		
6.0.0.00.00-2	4125145,88/3421186,54	1,44
7.0.0.00.00-9	2315538,08/949798,85	
8.0.0.00.00-6	(-2326701,45/1699198,14)	R\$ 8.767.385,40
Medir a taxa de crescimento do PL		R\$ 6.070.183,50

No quadro 06 apresenta a taxa de crescimento do PL no período de 2013, considera nessa categoria que quanto mais alto o índice de crescimento do Patrimônio Líquido melhor o índice.

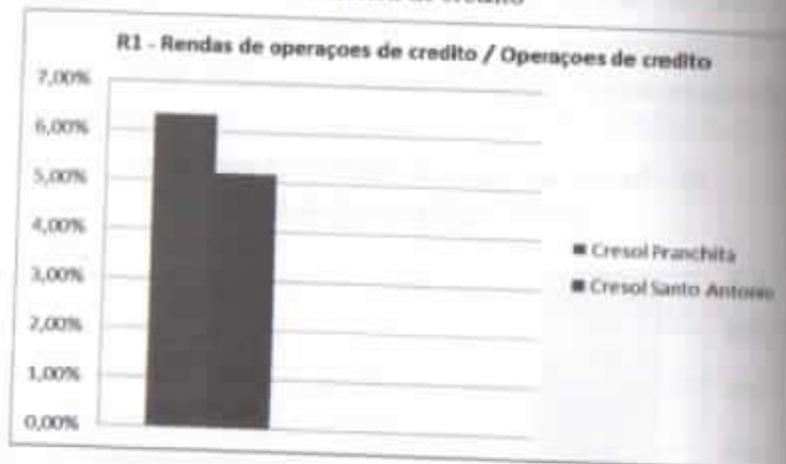
4.1 Análises de Comparativas

Gráfico 01 - Provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total



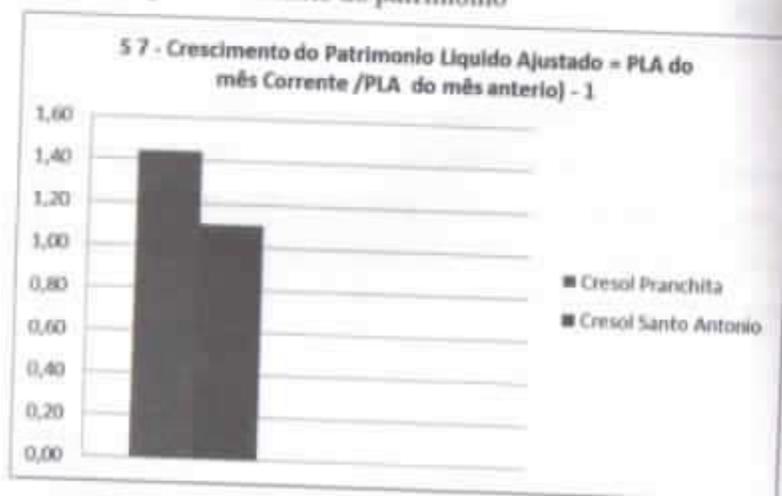
Devido os dados serem recentes identificou-se a seguinte variação de dados da CRESOL Santo Antônio/PR e Pranchita/PR apresentou abaixo do esperado, pois esse gráfico tem como função medir o volume de provisão de créditos de liquidação duvidosa em relação a carteira classificada total.

Gráfico 02 - Renda da carteira de crédito



Em relação ao gráfico acima se identificou que a renda da carteira de crédito esta abaixo do esperado, porém a CRESOL Pranchita apresentou o melhor resultado.

Gráfico 03 - Crescimento do patrimônio



Como se pode observar no gráfico 03, diz respeito ao crescimento do patrimônio onde as perspectivas de crescimento dentro da cooperativa no período entre 2012 e 2013 houve uma pequena possibilidade de crescimento em relação ao patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo verificar o nível de desempenho das cooperativas de crédito no decorrer do ano de 2012 e 2013. A aplicabilidade do "Sistema Pearls" à análise das cooperativas de crédito apresenta características interessantes aos usuários de informações contábeis financeiras destas instituições.

Para tanto, abordou-se inicialmente sobre gestão de cooperativas, onde ambas apresentam a mesma forma de estratégias para seu desenvolvimento.

A CRESOL Pranchita na pesquisa se destaca pela forma de trabalho, onde o foco prevalece em um funcionário para cada produto.

Na CRESOL Santo Antônio, nos resultados apresentados se detém abaixo da Cresol Pranchita, pelo fato de estruturação no início e repartição da carteira- projeto segmentação.

Em seguida, sobre análise de desempenho, foi observado a qualidade do ativo rentáveis e não rentáveis, o balanço patrimonial, sendo uma ferramenta para avaliar o crescimento, fiscalização, entre outros que possamos impactar nos resultados das Cooperativas de Crédito em estudo. Ainda foi abordado, a avaliação das áreas operacionais nas quais destacamos os

indicadores de Pearls - P1 - Provisão para Liquidação duvidosa sob operações de Crédito / Carteira Classificada total, R1 - Rendas de operações de crédito / Operações de crédito, S 7 - Crescimento do Patrimônio Líquido Ajustado = PLA do mês Corrente / PLA do mês anterior).

E por último apresentou-se o resultado das análises comparativas entre as cooperativas de Franchita e Santo Antônio, onde destacamos a importância na forma de gestão desencadeando em resultado desigual o qual requer maior atenção na estratégia de trabalho. Pode-se afirmar que as demonstrações contábeis apresentaram informações capazes de propiciar melhor compreensão da situação financeira das cooperativas de crédito.

Considerando os resultados do estudo sugere-se a melhoria nos campos de rendas de operações de crédito assim como no patrimônio e uma melhor análise nas liberações dos recursos para que não haja provisão, contemplando um melhor gerenciamento do risco de insolvência em instituições de crédito baseado nos indicadores de Pearls.

REFERÊNCIAS

- ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; BRESSAN, A. A.; FILHO, M. de A. R. **Uma aplicação do sistema PEARLS às cooperativas de crédito brasileiras**. São Paulo: 2011.
- COSTA, L. de S. **O cooperativismo: uma breve reflexão teórica**. VI Seminário do Centro de Ciências Sociais Aplicadas de Cascavel. Cascavel: Unioeste, 2007. Disponível

em: <http://www.unioeste.br/campi/cascavel/ccsa/VISeminario/trabalhos.html>. Acesso em: 05 de maio de 2014.

CARVALHO, F. L. **Indicadores de Avaliação de Desempenho de Cooperativas agropecuárias: Um estudo em cooperativas paulistas**. Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/2234/223421754004.pdf>. Acesso em 10 de março de 2014.

EHRBAR, Al. **Valor econômico agregado**. Rio de Janeiro Qualitymark, 1999. **História do cooperativismo**, disponível em: <http://www.bahiaoperativo.coop.br/historia-do-cooperativismo.php>. Acesso em 04 de março de 2014.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDARIO. **Análise das Experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão Social**. Francisco Beltrão: 2013.

INSTITUTO DE FORMAÇÃO DO COOPERATIVISMO SOLIDARIO. **Ensaio sobre o Cooperativismo Solidario**. Francisco Beltrão: 2010.

JACQUES, E. R. **Impacto das Cooperativas de Crédito sobre o PIB Per Capita dos Municípios Brasileiros: Uma Análise Utilizando Propensity Score Matching e Propensity Score Generalizado**. Curitiba: 2013.

JANOT, M. M. **Modelos de previsão de insolvência bancária no Brasil: aplicação de diferentes modelos entre 1995 e 1998**. 1999. 94 f. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1999.

KREUSCH, V. **Cooperativismo Alguns detalhes no decorrer dos tempos**. Francisco Beltrão: 2009.

MACHADO, S. M. C. F. **Gestão de Cooperativa: um estudo de caso**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento

Humano e Responsabilidade e Social – Faculdade de Ciências Contábeis. Fundação Visconde de Cairu. 2006. Disponível em <http://www.polisystem.com.br/occb/gestao.pdf>. Acesso em: 05/05/2014.

OLIVEIRA, D. P. R. **Manual de gestão das cooperativas: uma abordagem prática.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SÁ, G. T. **Administração de investimentos teoria de carteiras e gerenciamento de risco.** Rio de Janeiro Qualitymark, 1999.

SANTOS, A. R. **Metodologia científica a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&Aeditora, 2000.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito: Instrumento de Organização Econômica da Sociedade.** Porto Alegre: 2002.

STEFANO, S. R.; ZAMPIER, M. A.; GRZESZCZESZYN, G. **Cooperativas: características, gestão e relevância socioeconômica para o Brasil.** In SEMINÁRIOS EM ADMINISTRAÇÃO – SEMEAD. São Paulo: 2006. <Disponível em: <http://www.ead.fea.usp.br> > Acesso em: 07/05/2014.

TOESCA, R. **MBA cooperativas Parte II.** Francisco Beltrão, 2013.

CRESOL PRANCHITA/PR: UMA ANÁLISE DA SATISFAÇÃO DO COOPERADO

Carmem Alberta Cervi Vandresen¹
Marina Aparecida Corso²
Lucas Gomes de Oliveira³

INTRODUÇÃO

As primeiras notícias de cooperação são do mais antigo Egito, da Grécia e da Roma e dos primeiros Cristãos citado nos Atos dos Apóstolos da Bíblia, os Incas e os Astecas na América.

O cooperativismo surgiu formalmente em 1844, na Inglaterra, no Bairro Rochdale em Manchester, com a experiência daqueles que passaram à história como os "Pioneiros de Rochdale". Vinte e oito trabalhadores (tecelões, em sua maioria), criaram um armazém que fornecia produtos a eles mesmos com preços abaixo dos praticados no mercado a partir da economia

¹ Trabalho de Conclusão da pós-graduação em MBA Gestão Cooperativa de Crédito.
² Trabalho de Conclusão da pós-graduação em MBA Gestão Cooperativa de Crédito.
³ Professor da Unipar de Francisco Beltrão.

mensal de uma libra de cada participante durante um ano. A experiência espalhou-se rapidamente em 1881, já existiam aproximadamente mil cooperativas de consumo no mundo, com cerca de 550 mil associados.

As primeiras iniciativas cooperativistas no Brasil surgiram pouco tempo depois. Em 1889, foi criada a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais. A experiência inglesa pioneira, a primeira cooperativa brasileira também era do ramo de consumo.

No Brasil, o cooperativismo de crédito surgiu no início do século XX, trazido pelos imigrantes alemães e italianos. Eles implantaram um sistema de crédito cooperativo nos moldes das organizações que existiam em suas cidades e vilas de origem, na tentativa de resolver seus problemas de crédito, produção e consumo. A primeira cooperativa brasileira foi fundada em 1902 na cidade de Nova Petrópolis (serra gaúcha), funcionando até hoje.

Em relação à cooperativa, cabe destacar que o Sistema Cresol surgiu por meio da necessidade de regulamentação dos Fundos de Crédito Rotativo, que desde 1989 era desenvolvido na região Sudoeste do Paraná, com recursos provenientes de entidades internacionais e nacionais não governamentais com o objetivo de financiar pequenos investimentos junto a grupos informais de agricultores familiares e atender a parcela da população excluída do sistema financeiro nacional (Revista Cresol 15 anos).

Com a intenção de que o crédito retornasse e baixar a inadimplência para fortalecer novos investimentos, buscou-se

experiências semelhantes, um sistema de cooperativas de crédito independente e autônomo, administrado e gerido pelos próprios agricultores, com crescimento horizontal e inclusão social. Em janeiro de 1996 foi inaugurada, após aprovação do Banco Central do Brasil –BACEN, a primeira Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária do Sistema Cresol em Dois Vizinhos (Revista Cresol 15 anos).

O Sistema Cresol, em 19 anos de atuação, tem como objetivo principal o fortalecimento da agricultura familiar contando com mais de cento e vinte e um mil cooperados, cento e setenta e três unidades de atendimento, patrimônio de mais de 264 milhões de reais e um quadro com mais de mil colaboradores.

Desde o início do sistema Cresol até 2005 aproximadamente, cada unidade possuía uma pessoa como referência "o responsável por tudo na unidade". A partir de 2006, com as inovações e implantação do Cartão Cresol e Seguros, houve um movimento a fim de segmentar o atendimento por produto, tendo funcionários alocados e responsáveis por cada produto. Atualmente, na adaptação as necessidades do quadro social, vem buscando maior competitividade no mercado financeiro, focando no atendimento completo, reestruturação da área comercial e no atendimento personalizado proporcionando agilidade no atendimento e maior confiança, maior aderência comercial e rentabilidade financeira. Buscando crescimento sustentável a partir da confiança dos cooperados atuando na inclusão financeira do público de baixa renda surge um novo modelo de gestão voltado ao atendimento completo das necessidades dos cooperados.

Na Região da Fronteira, a primeira cooperativa do Sistema foi em Capanema onde a Cresol Pranchita ajudou na constituição e fez parte do quadro social de lá durante o período de 1996 a 1999. Onde se estruturou e teve seu desmembramento e fundação em 08/03/1999. Nesse ano contava com trinta sócios. No término do exercício de 2013 possuía em seu quadro social 1086 (mil e oitenta e seis) cooperados, sendo 543 sócios ativos comerciais. Nesse exercício a cooperativa possuía um patrimônio líquido de R\$ 4.113.982,51. Uma carteira de recursos próprios com R\$ 8.271.165,81, uma carteira de repasse com recursos oficiais de R\$ 18.465.185,48. Tem por objetivo propiciar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados, em suas necessidades pessoais e produtivas, incluindo o processo de agregação de valores e comercialização, com a finalidade de melhoria das condições de vida do quadro social, visando ainda a formação educacional voltado ao cooperativismo.

A Cresol preocupa-se também com o grau de satisfação de seus cooperados, entendendo que quanto mais satisfeitos ficarem e melhor for o relacionamento entre cooperado e colaborador, maior será o grau de fidelização, pois segundo o autor Hunter do livro *O Monge e o Executivo* (2004, p.38) "se nossos clientes nos deixam e vão para os concorrentes, temos um problema de relacionamento, não estamos identificando nem satisfazendo suas legítimas necessidades e a regra é só uma, se não correspondemos as necessidades de nossos clientes, alguém o fará."

Portanto, precisamos coletar o maior número de informações e dados para sabermos lidar com suas necessidades, se conseguimos lograr com êxito, satisfaremos com maior

utilidade e assim ele se sentirá importante podendo ser meio de divulgar os produtos e serviços, até mesmo ajudar a aumentar o quadro social da cooperativa.

Tendo em vista que todas as operações feitas pelos associados são revertidas em seus benefícios, por meio de preços justos e recursos aplicados na cooperativa que ficam na própria comunidade, o que contribui para o desenvolvimento das localidades onde estão inseridas. Sendo assim a Cresol Pranchita vem atuando há 15 anos no município e o seu quadro de associados vem gradativamente se alavancando, portanto, surge a necessidade de se buscar o grau de satisfação de seus associados quanto aos produtos e serviços oferecidos.

Conforme coleta de dados do perfil dos 180 entrevistados, temos os seguintes resultados: os respondentes por sexo: são 119 entrevistas do sexo masculino e 61 entrevistadas do sexo feminino, faixa etária que predominou foi de 41 a 50 anos com 53 respondentes, 103 respondentes residem na zona rural, 82 respondentes ouvem o programa da Cresol aos sábados, a atividade agrícola predominou com 122 respondentes, 100 associados responderam que possuem telefone. Quanto aos produtos, 176 entrevistados possuem conta corrente e/ou aplicação, 58 possuem cartão Cresol, 93 usam talão de cheque, 111 usam a modalidade de empréstimos, 73 utilizam algum tipo de seguros e 32 entrevistados recebem a aposentadoria mensalmente na Cresol.

O objetivo geral da pesquisa é Analisar o grau de satisfação dos cooperados em produtos e serviços da Cresol de Pranchita e os objetivos específicos visam analisar os princípios cooperativos e

do Sistema Cresol; Discorrer sobre o processo de organização e dinamização dos produtos e serviços da Cresol; Elaborar construção teórica sobre qualidade/satisfação dos clientes; Analisar os produtos e serviços existentes; Verificar o nível de satisfação do associado referente a produtos, serviços e atendimento da Cresol; Avaliar os produtos e serviços a serem melhorados para assegurar ao associado a fidelização, o acesso a internet e telefonia celular.

Diante dos objetivos levantados, busca-se a importância de satisfazer os associados, sabendo que se todos estiverem satisfeitos, isso também trará resultados positivos para o crescimento da cooperativa.

Tendo em vista que nunca foi feito um estudo da satisfação do quadro social da Cresol Pranchita nestes 15 anos, mostra-se necessário essa avaliação para ser utilizada como fundamento para tomada de decisão em nossa prática cotidiana para que assim cada vez mais consigamos por em prática os fundamentos os quais justificaram a criação do sistema de cooperativas de crédito solidário, buscando sempre a melhor maneira de atender o quadro social.

O consumidor sabe identificar o produto que melhor atenderá as suas necessidades, com base nisto Karkaklian (2004) relata que o consumidor tem uma personalidade que faz com que ele sinta uma atração por um produto do que outros e também desenvolve algumas atitudes que podem ser positivas e negativas em relação aos produtos.

Para Cobra (1997), satisfazer a necessidade do consumidor significa descobrir não apenas que ele quer ou deseja saciar suas

necessidades, pois a grande maioria das pessoas não sabe exatamente o que querem.

Sendo a maior parte do quadro social agricultura-familiar e como é de "praxe" da cooperativa canalizar o melhor acesso a produtos e serviços, queremos buscar do associado a sua real opinião quanto ao que oferecemos, instigar a sua real necessidade, possibilitar a eles inovações de que venha melhorar e facilitar seu dia a dia, e se realmente tudo que oferecemos traz a eles satisfação esperada com a cooperativa. Acreditamos que se encontrarem tudo isso na cooperativa será mais fácil de fidelizá-los e atrair novos cooperados.

4. Os Bancos Comerciais e as Cooperativas de Crédito

Diferente dos bancos comerciais as cooperativas de crédito, conforme determinações legais caracterizam-se como um empreendimento econômico-social, visando ofertar créditos e serviços financeiros de modo a atender os interesses dos associados, apresentando taxas de juros mais baixos e prazos maiores, bem como atendimento diferenciado e com qualidade.

Abaixo, apresentamos no quadro, as principais diferenças entre Bancos e Cooperativas de Crédito:

Bancos	Cooperativas de Crédito
Sociedade de capital	Sociedade de pessoas
O poder é exercido na proporção do número de ações	O voto tem peso igual para todos (uma pessoa, um voto)

As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
Os administradores são terceiros (homens de mercado)	Os administradores-líderes são do meio (associados)
O usuário das operações é mero cliente	O usuário é o próprio dono (cooperado)
O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação	Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados)
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art.37 da Lei nº 5.764/71)
Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	Não discriminam, servindo a todos os públicos
Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitações geográficas)	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
Tem propósitos mercantilistas	A mercancia não é cogitada (art.7º, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71)
A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento
Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço	O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
Não tem vínculo com a comunidade e o público alvo	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários
Avançam pela competição	Desenvolvem-se pela cooperação
Visam ao lucro por excelência	O lucro está fora do seu objeto, seja pela natureza, seja por determinação legal (art.30 da Lei nº 5.764/71)

O resultado é de poucos donos (cada é dividido com os clientes)	O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria

Fonte: O cooperativismo de Crédito ontem, hoje e amanhã, p.51

O Sistema Cresol tem como Missão "Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional". Seus valores são Excelência, Ética, Honestidade, Transparência e Responsabilidade Social e possui como princípios a interação solidária, formação, capacitação e organização dos associados, descentralização das decisões, crescimento horizontal, democratização e profissionalização do crédito, desenvolvimento social e sustentabilidade. Sua visão é "crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social".

Para Bittencourt (2010), a diversidade foi ampliada e as cooperativas não podem ser uma instituição financeira de um único tipo de operação. Elas precisam buscar uma carteira maior em termos de opções de crédito e maior variedade na oferta de serviços e ao mesmo tempo uma estrutura de gestão mais sólida.

As deliberações são concentradas	As decisões são partilhadas entre muitos
Os administradores são terceiros (homens de mercado)	Os administradores-líderes são do meio (associados)
O usuário das operações é mero cliente	O usuário é o próprio dono (cooperado)
O usuário não exerce qualquer influência na definição dos produtos e na sua precificação	Toda a política operacional é decidida pelos próprios usuários/donos (associados)
Podem tratar distintamente cada usuário	Não podem distinguir: o que vale para um, vale para todos (art.37 da Lei nº 5.764/71)
Preferem o público de maior renda e as maiores corporações	Não discriminam, servindo a todos os públicos
Priorizam os grandes centros (embora não tenham limitações geográficas)	Não restringem, tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
Tem propósitos mercantilistas	A mercancia não é cogitada (art.79, parágrafo único, da Lei nº 5.764/71)
A remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	O preço das operações e dos serviços tem como referência os custos e como parâmetro as necessidades de reinvestimento
Atendem em massa, priorizando, ademais, o autosserviço	O relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
Não tem vínculo com a comunidade e o público alvo	Estão comprometidas com as comunidades e os usuários
Avançam pela competição	Desenvolvem-se pela cooperação
Visam ao lucro por excelência	O lucro está fora do seu objeto, seja pela natureza, seja por determinação legal (art.30 da Lei nº 5.764/71)

O resultado é de poucos donos (mas é dividido com os clientes)	O excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários), na proporção das operações individuais, reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperados e aumentando a remuneração de seus investimentos
No plano societário, são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	São reguladas pela Lei Cooperativista e por legislação própria

Fonte: O cooperativismo de Crédito ontem, hoje e amanhã, p.51

O Sistema Cresol tem como Missão "Promover a inclusão social da Agricultura Familiar através do acesso ao crédito, da poupança e da apropriação do conhecimento, visando o desenvolvimento local e a sustentabilidade institucional". Seus valores são Excelência, Ética, Honestidade, Transparência e Responsabilidade Social e possui como princípios a interação solidária, formação, capacitação e organização dos associados, descentralização das decisões, crescimento horizontal, democratização e profissionalização do crédito, desenvolvimento social e sustentabilidade. Sua visão é "crescer juntamente com nosso quadro social para que possamos atender o maior número de famílias agricultoras, oferecendo crédito e acesso a serviços financeiros na busca do desenvolvimento social".

Para Bittencourt (2010), a diversidade foi ampliada e as cooperativas não podem ser uma instituição financeira de um único tipo de operação. Elas precisam buscar uma carteira maior em termos de opções de crédito e maior variedade na oferta de serviços e ao mesmo tempo uma estrutura de gestão mais sólida.

O que se busca saber é a percepção do cliente quanto ao serviço oferecido, e sua expectativa. "Ainda que as expectativas do cliente sejam menos exigentes que suas reais necessidades, por não haver fornecedor capaz de atendê-los totalmente, eles irão modificar à medida que os fornecedores estiverem mais capacitados, para atendê-los." (GIANESSI; CORREA, 2008).

Os principais produtos e serviços oferecidos e disponíveis pelas cooperativas Cresol são: Cartão Cresol, Conta Corrente, Aplicação Financeira, talonário de cheque, custeio Agrícola e Investimento, Microcrédito, Habitasol, Pronaf (VER) Crédito com recursos próprios, Crédito Agroecológico, Recebimento de títulos e contas, Recargas de Celulares e pagamento de aposentados.

2. Métodos e Procedimentos

Quanto aos objetivos apresentamos uma abordagem de Raupp e Beuren (2004, p. 81) "a pesquisa descritiva configura-se como um estudo intermediário entre a pesquisa exploratória e a explicativa, ou seja, não é tão preliminar como a primeira e não tão aprofundada como a segunda. Nesse contexto, descrever significa identificar, relatar, comparar, entre outros".

Quanto aos Procedimentos usamos o Levantamento ou survey; Gil (1999, p. 73) "se caracterizam pela interrogação direta das pessoas cujo comportamento se deseja conhecer. Basicamente, procede-se a solicitação de informações a um grupo significativo de pessoas acerca do problema estudado para em seguida, mediante análise quantitativa, obter as conclusões correspondentes aos dados coletados". Entretanto Cervo e Bervian

(1983, p. 55) definem a pesquisa bibliográfica como a que "explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema".

Raupp e Beuren (2004, p. 86) "esse tipo de pesquisa constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar".

Conforme ênfase apresentada por com Creswell (2010, p. 26) define:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve questões e os procedimentos que emergem, os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. O relatório final escrito tem uma estrutura flexível. Aqueles que se desenvolvem nessa forma de investigação apoiam uma maneira de encarar a pesquisa que honra um estilo indutivo, um foco no significado individual e na importância da interpretação da complexidade de uma situação.

Segundo Colauto e Beuren (2004, p.120) "um estudo científico pode buscar a identificação dessas relações e seqüências repetitivas mediante estudo amostral, isto é, utilizando frações ou uma pequena parte dos elementos de um universo da pesquisa".

Em pesquisas exploratórias é factível a impossibilidade de analisar todos os elementos da população. "Por essa razão, a seleção de amostras é um mecanismo para facilitar o processo de análise e interpretação dos dados".

A metodologia usada será a de buscar maneiras que nos possibilitam analisar a qualidade no atendimento, avaliação de serviços, avaliação das instalações e a opinião do cooperado se recomendaria nossos serviços, a pesquisa foi feita usando a fórmula de amostragem finita de dados coletados com 180 pesquisas respondidos, onde foi feita a distribuição de 350 questionários ao quadro social, salientando que a cooperativa possui 543 associados ativos comerciais, através de questionários fechados contendo 32 questões divididas em 05 blocos. A coleta dos dados foi através da chegada do cooperado até a cooperativa e a participação do quadro social em reuniões nas comunidades, onde foi abordado pelas pesquisadoras e sugerido que respondessem o questionário e colocassem em numa urna sem precisar se identificar, garantindo assim a disposição e franqueza em responder. O período de coleta de dados foi no período de 07 de maio 2014 a 28 de maio de 2014.

Quanto aos Instrumentos de Pesquisa citamos Colauto e Beuren (2004, p.130) definem questionário como um "instrumento de coleta de dados constituído por uma série

ordenada de perguntas que devem ser respondidas por escrito pelo informante, sem a presença do pesquisador".

Ainda de acordo com os autores, as questões fechadas apresentam aos respondentes um conjunto de alternativas de respostas para que seja escolhida a que melhor evidencia a situação ou ponto de vista do respondente. Nesta pesquisa os itens avaliados no questionário foram os seguintes, induzindo o associado a responder uma das alternativas: totalmente insatisfeito, insatisfeito, indiferente, satisfeito, totalmente satisfeito. A análise e interpretação de Dados para Colauto e Beuren (2004, p.128), instrumentos de pesquisa "são entendidos como preceitos ou processos que o cientista deve utilizar para direcionar, de forma lógica e sistemática, o processo de coleta, análise e interpretação dos dados".

3. Apresentação e análise dos resultados

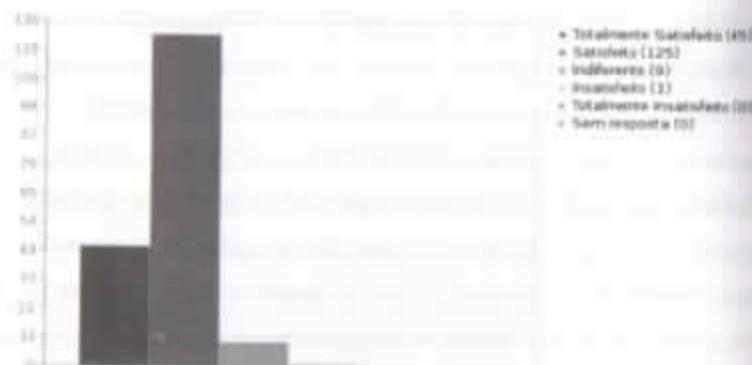
A seguir apresentaremos os dados extraídos da pesquisa feita através de questionário dividido em 5 seções onde foram analisados o Perfil do cooperado; avaliação do atendimento; serviços; instalações e se o associado recomendaria os serviços oferecidos pela cooperativa.

3.1 Avaliações do atendimento aos cooperados

Quanto a Avaliação do atendimento aos cooperados foi abordada a qualidade de contato com os atendentes, a clareza e objetividade nas propostas de serviços, rapidez no atendimento pessoal e telefônico, a apresentação dos colaboradores (aparência),

preparação e conhecimento dos colaboradores, interesse em resolver os problemas e confiabilidade e sigilo de informações, obtivemos os seguintes resultados.

Gráfico: Avaliação do atendimento aos cooperados



Fonte: Dados da Pesquisa – Maio de 2014.

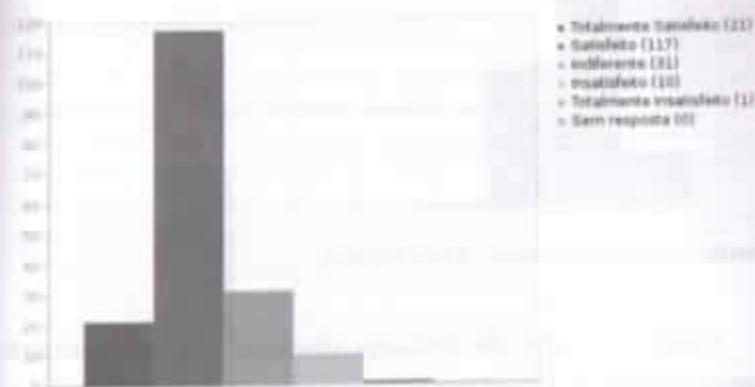
Neste gráfico podemos observar que o grau de satisfação quanto ao atendimento aos cooperados é bom, considerando que dos 180 entrevistas, 125 responderam como satisfeitos, 45 como totalmente satisfeitos, 9 como indiferentes e 1 insatisfeito.

3.2 Avaliações de serviços

Os próximos itens foram avaliação dos serviços com oito subitens como tempo de espera na fila dos caixas, sistema de cobrança de cestas e tarifas, desconto de cheque e empréstimos, taxas de juros e condições de pagamento, comparação de taxas de

juros com os outros bancos, setor de cobrança e variedades de produtos e serviços prestados.

Gráfico: Sistema de cobrança de cestas e tarifas de serviços

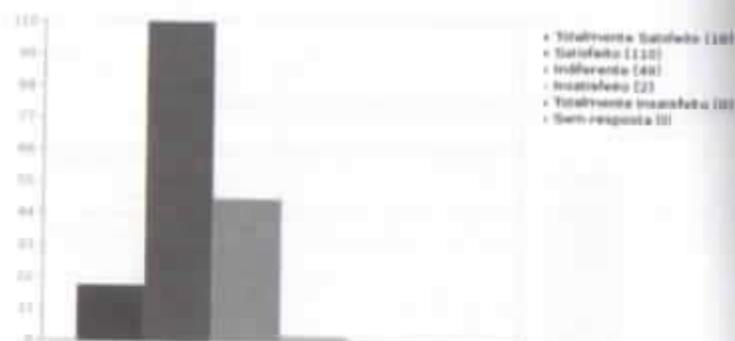


Fonte: Dados da Pesquisa – Maio de 2014.

Neste gráfico podemos observar que o grau de satisfação dos cooperados quanto ao sistema de cobrança de cestas e tarifas, o quadro se encontra satisfeito com 138 respostas e totalmente satisfeito, porém deve-se considerar que possuem 42 entrevistados indiferentes ou insatisfeitos com as cobranças ou seja 23% dos entrevistados.

A partir do momento que questionamos sobre o desconto de cheque obtiveram-se os seguintes resultados.

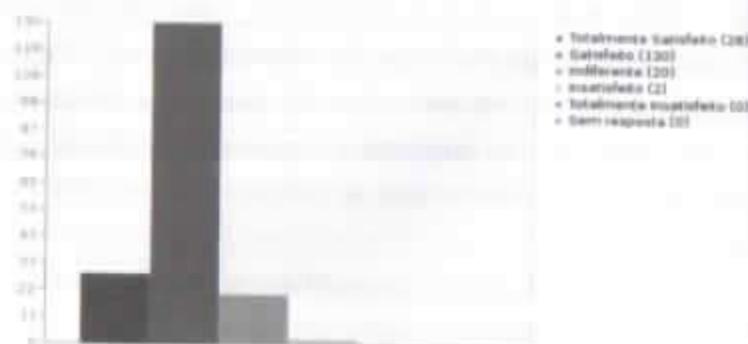
Gráfico: Desconto de Cheque



Fonte: Dados da Pesquisa – Maio de 2014.

Quanto ao setor de cobrança observamos que a estrutura organizacional da Cresol possui boa aceitação quanto ao método utilizado.

Gráfico: Setor de Cobrança



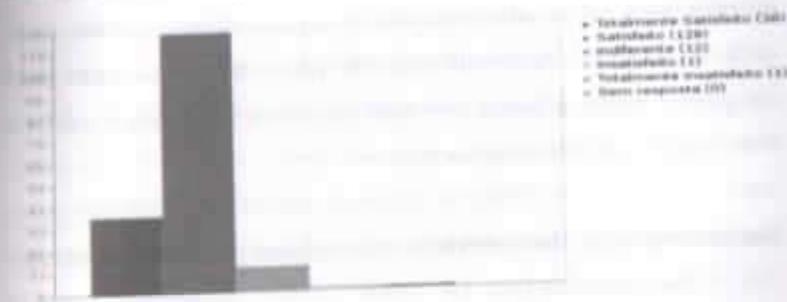
Fonte: Dados da Pesquisa – Maio de 2014.

No gráfico acima podemos observar que a implantação do sistema de inclusão automática dos devedores e avalistas no

serviço conforme orientação foi bem aceita visto que 88% ou 158 associados aprovam o sistema de cobrança atual.

Na questão referente à variedade de produtos e serviços observamos que os produtos oferecidos ao quadro social atendem suas necessidades e demandas anuais.

Gráfico: Variedade de produtos e serviços prestados



No gráfico observamos que num total de 180 entrevistados, 166 apresentaram-se satisfeitos e totalmente satisfeitos 92% do entrevistado que totalizam com os produtos e serviços oferecidos pela Cresol.

3-3 Avaliação de instalações

Neste item observaram-se os dados sobre higiene e limpeza do ambiente; localização, local para estacionar; fachada e visual do prédio; acesso a café, chá, água e chimarrão; temperatura do ambiente e espaço físico (circulação interna).

No quesito localização e estacionamento observamos que 91% dos sócios aprovam a localização, quanto a estrutura citamos também

que 83% apresentam-se satisfeitos com o local para estacionamento.

Conforme os dados apresentados a pesquisa mostra que 55% dos entrevistados encontram-se satisfeitos com o acesso a café, chá, água e chimarrão, sendo que adequações terão que ser feitas para atingirmos a satisfação de todos.

Na questão de espaço físico citamos que 71% dos entrevistados estão satisfeitos com o espaço interno, porém 28% estão insatisfeitos. Aqui vale ressaltar que com o crescimento geral do quadro social a busca por uma estrutura adequada é válida e trata maior conforto ao associado.

Recomendação dos serviços oferecidos pela cooperativa

No questionário foi citado para o associado o que a Cooperativa significa para ele. A predominância das respostas foi que a "cooperativa é a segunda casa para eles". E observa-se a satisfação quanto a recomendação dos serviços oferecidos pela cooperativa apresentou um elevado índice de satisfatório como pode-se observar no próximo gráfico.

Gráfico: Você recomendaria nosso serviço?



Fonte: Dados da Pesquisa – Maio de 2014

No gráfico acima mostra que 99,44% do entrevistados recomendam nosso serviço, porém teremos que trabalhar no intuito de atingir 100% de satisfação.

CONSIDERAÇÕES

Esta pesquisa orientou-se de maneira em que pudéssemos buscar a opinião dos associados quanto aos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa, sendo que conclusão que o sistema Cresol vem buscando a qualidade nos serviços ofertados, uma vez que a maioria dos clientes encontra-se satisfeitos de acordo com suas necessidades. No entanto reconhecemos que precisamos atingir o máximo de satisfação dos clientes, pois as pessoas são diferentes e necessitam de um atendimento diferenciado, buscando inovações e melhorias.

Observamos também que as respostas que concentrou-se no que refere-se a satisfação ou totalmente satisfeitos em todos os itens da pesquisa, porém deve-se observar os pontos de indiferente e insatisfeitos.

Portanto com os dados coletados com esses 180 associados, a pesquisa será levada até o Conselho de Administração da Cooperativa, e se os mesmos acharem necessários por mais satisfeitos que os associados se encontram, planejarem melhorias e readequações que possamos assim atingir o maior grau de associados totalmente satisfeitos.

Portanto, pode-se concluir que os resultados indicam que os cooperados estão satisfeitos com os trabalhos apresentados

nestes 15 anos da Cresol Pranchita, o que mostra a competência da administração e equipe de colaboradores da cooperativa.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, G. **Uma Análise do Cenário Financeiro Atual e as Microfinanças das Cooperativas de Crédito Solidário.** In: Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

BURIGO, F. L. **Sistema Nacional de Crédito Rural: uma trajetória de privilégios, crises e oportunidades.** In: Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

CERVO, A. L.; BERVIAN, A. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários.** 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COBRA, M. H.N. **Marketing Básico—Uma abordagem Brasileira.** 4.º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

Cooperativismo Solidário: **análise das experiências do Sistema Cresol como ferramenta de inclusão social.** Instituição de formação do Cooperativismo Solidário. Francisco Beltrão: Grafisul, 2013. 546p.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3. ed. Porto Alegre: Artmed: Bookman, 2010.

HAIR, JR., Josep F.; BABIN, Barry; MONEY, Arthut H.; SAMOUEL, Phillip. **Fundamentos de Métodos de Pesquisa em Administração.** RIBEIRO, Lene Belon. Porto Alegre: Bookman, 2005.

HUNTER, J. C. **O Monge e o Executivo.** Sextante, 2004.

KARBAKLIAN, E. **Comportamento do Consumidor.** - 2.º edição - São Paulo, Atlas: 2004.

KREUSCH, V. **Cooperativismo alguns detalhe no decorrer dos tempos.** Francisco Beltrão-Pr, 2009. 218p.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing.** São Paulo: Atlas, 1996.

MEIMEN, É.; PORT, M. **O Cooperativismo de crédito ontem, hoje e amanhã.** Brasília Confabras, 2012. 429p.

MIDAYO, O. **desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 3. ed. São Paulo: HUCITEC/ABRASCO, 1994.

VOLLES, A. et al. **Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário.** INFOCOS. Londrina: Midiograf, 2010. 470p.

PORTAL DO COOPERATIVISMO. Disponível em www.cooperativismodecredito.coop.br; acesso em 06/01/2014.

CRESOL. **Sistemas De Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária,** disponível em www.cresol.com.br, site, acesso em 06/01/2014.

ZIGER, V. **Inclusão financeira no Brasil: perspectivas e desafios para acesso a serviços financeiros adequados.** In: Ensaio sobre o Cooperativismo Solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO SOLIDÁRIO: O CASO DA CRESOL NO SUDOESTE DO PARANÁ

Katiane de Souza¹
Clério Plein²

INTRODUÇÃO

As mulheres historicamente foram excluídas dos espaços e processos de decisão da sociedade, motivando assim a criação de políticas afirmativas, principalmente por parte de governo, para a inclusão das mesmas nesses espaços.

No acesso ao crédito não foi diferente, políticas de inclusão das mulheres foram implementadas para mulheres agricultoras como a linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF para mulheres, que financia as atividades agrícolas que agregam renda as

¹Assessora da Unicafes Paraná, k.anesosouza@hotmail.com.

²Professor e pesquisador da UNIOESTE. E-mail: clerioplein@ig.com.br.

atividades da família ou incentivem uma nova fonte de renda familiar, valorizando e incluindo as atividades femininas.

Estudar a participação e a procura das mulheres por crédito e produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa CRESOL será de suma importância, pois a cooperativa prima pela inclusão de pessoas nos processos cooperativistas. As mulheres têm essas especificidades, sendo um público em potencial para a cooperativa, através da geração de oportunidades, inclusão da mesma nos serviços financeiros e o financiamento das suas atividades que antes não eram possíveis, atividades essas que valorizam seu trabalho, seus artesanatos, a produção de alimentos, a agroindústria familiar que transforma e agrega valor a produção.

Na cooperativa CRESOL observa-se uma baixa procura e acesso de mulheres por essa linha de crédito e participação das mesmas nos processos de formação. Portanto, este trabalho de pesquisa busca apontar algumas questões para refletir sobre a baixa procura e acesso a linhas de crédito e participação das mulheres nas Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL.

É necessário observar que a sustentabilidade institucional da cooperativa está amparada na diversificação de seu quadro social, produtos e serviços e a inclusão das pessoas, tornando-se assim um instrumento de desenvolvimento local, onde pessoas participam dos processos sem exclusão por gênero, credo ou raça.

O objetivo geral do trabalho é estudar a participação das mulheres no acesso a linhas de crédito para agricultura familiar. Como objetivos específicos destacam-se: I) levantar dados sobre o quadro social feminino da CRESOL; II) conhecer o público

feminino que acessa linhas de crédito / produtos e serviços; III) estudar / compreender o comportamento econômico das mulheres; IV) analisar os motivos pelos quais as mulheres não tem acesso significativo de acesso a linhas de crédito e participação por parte das cooperativas CRESOL.

Como hipóteses explicativas para a baixa procura das linhas de crédito em cooperativas acredita-se que a possível falta divulgação das linhas de crédito/ produtos e serviços oferecidos pelas cooperativas para o público feminino pode ser o fator determinante para que as mulheres não procurem por essas alternativas, e muitas vezes por não conhecerem julgam que estas não atendem suas necessidades.

Outra hipótese, refere-se ao fato de que as mulheres tem realizado suas movimentações financeiras na CRESOL por meio das contas em titularidade do marido, isso acontece nas inúmeras vezes que no ato de associação na cooperativa a conta da família não fica em titularidade da mulher. Possíveis motivos como estes, estão presentes em grande parte do quadro social, que as mulheres ainda tem medo de trabalhar com as finanças familiares por mais que gerenciem isso de forma eficiente; sentindo-se inseguras para investir em seus empreendimentos, com medo de contrair dívidas, preferem cuidar do bem estar familiar e aplicar na poupança suas sobras.

Por outro lado, nos processos de formação é evidente a baixa participação das mulheres, constituindo assim, poucas mulheres a frente das direções da cooperativa. Também observa-se que um número pouco significativo delas fazem parte do quadro social resultando na baixa procura e acesso de linhas de crédito

para mulheres, ficando em segundo plano a divulgação e estruturação de produtos e serviços direcionados a esse público.

Os resultados da pesquisa poderão indicar caminhos para contribuir no processo de inclusão de mulheres no cooperativismo de crédito - CRESOL, revelando os anseios das mulheres e suas expectativas, oportunizando a cooperativa na criação e aprimoramento de seus produtos e serviços voltados ao público feminino.

Para aprofundar os estudos sobre o cooperativismo, a CRESOL e a participação das mulheres do cooperativismo solidários serão utilizadas as referências desenvolvidas pelo Instituto de Formação do Cooperativismo Solidário - INFOCOS, sendo esse instituto o responsável pela organização e elaboração dos materiais e cursos desenvolvidos no sistema CRESOL Baser, realizados para diretores e colaboradores e quadro social, incluindo os grupos de mulheres.

Outros dados serão gerados a partir de consultas ao software da CRESOL, para coletar os percentuais de mulheres cooperadas, diretoras do Sistema, créditos para mulheres para que possam contribuir no estudo proposto.

Será apresentada na sequência uma pesquisa de campo em que para Vergara (apud FERNANDES e GOMES, 2000, p. 47) a pesquisa de campo é realizada no local onde ocorre ou ocorreu determinado fenômeno, ou em um local que disponha de elementos para explicá-la. Consiste na observação de fatos tal como ocorrem espontaneamente. Para Lakatos e Marconi (apud FERNANDES e GOMES, 1996, p. 78) apresentam algumas vantagens verificadas na pesquisa de campo, tais como o acúmulo

de informações sobre um dado fenômeno para serem analisados por outros pesquisadores, e a facilidade na obtenção de uma amostragem de indivíduos sobre determinada população ou classe de fenômenos.

A pesquisa de campo foi realizada na Região Sudoeste do Paraná, onde o Sistema CRESOL teve sua origem, abrangendo municípios pertencentes a as Bases Regionais da CRESOL: Base Sudoeste³ e Base Fronteira⁴, que juntas representam aproximadamente 27 cooperativas singulares com 30 municípios em sua área de abrangência.

Foram aplicados 11 questionários de perguntas abertas e fechadas, com o propósito de conhecer a participação das mulheres na decisão dos recursos da família, como e onde são investidos, como as mulheres trabalham a gestão desses recursos. É importante considerar que 54% dos questionários foram aplicados com mulheres de até 35 anos. Para escolha das mulheres a serem entrevistadas levou-se em consideração a concentração de operações da linha PRONAF MULHER nestas duas bases regionais, considerando apenas operações realizadas após a safra 2011/2012.

1. Participação das Mulheres no Cooperativismo de Crédito

³ CRESOL Base Sudoeste corresponde aos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro, Itapejara do Oeste, Verê, Coronel Vivida, Mangueirinha, Salgado Filho, Manfrinópolis, Enéas Marques, Salto Do Lontra, Boa Esperança do Sudoeste, Renascença, São João, São Jorge, Nova Prata do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, Mariópolis, Pato Branco.

⁴ CRESOL Base Fronteira: Ampére, Bela vista da Caroba, Capanema, Pérola do Oeste, Planalto, Pranchita, Pinhal de São Bento, Realeza, Santa Isabel do Oeste e Santo Antonio do Sudoeste.

1.1 Histórico do Crédito para Agricultura Familiar no Brasil

Destacado por CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER (2001) de meados de 1950 até o final da década de 1960, a categoria aqui intitulada agricultura familiar era conhecida como camponato, na qual se englobavam arrendatários, pequenos proprietários e parceiros dos grandes latifundiários. Nessa época eram poucos os casos de pequenos proprietários donos de seus pedaços de terra.

A partir da década de 1970, os proprietários de pequenos lotes passaram a ser chamados de "pequenos produtores". Essa mudança deveu-se ao fato de o Estado fazer frente aos movimentos políticos ligados ao camponato e, ao mesmo tempo, ao fato de no período estar acontecendo um processo de modernização agrícola, necessitando-se dar uma nova denominação a tais produtores. Na década de 1980 acrescentam-se ao conceito de pequeno produtor os termos "integrado" e "excluído", sendo que o primeiro seria o produtor ligado a uma agroindústria e ao mercado consumidor e o segundo aquele que ficou fora do processo de modernização.

Em 1990 com o início do governo de Fernando Collor, os recursos para o crédito, que já estavam escassos em função do aumento da inadimplência agrícola e da recessão vivida pelo país, foram reduzidos ainda mais pelo Plano Collor I. O seqüestro dos recursos financeiros e a correção dos financiamentos mais elevada que o aumento dos preços mínimos gerou dificuldades até mesmo

para os agricultores iniciarem as atividades de colheita (MATTENOURT, 2003).

Naquele mesmo ano o governo anunciou as Diretrizes de Política Econômica para a Agricultura, que englobava uma nova política de investimentos, de preços, um programa de competitividade agrícola e de regionalização da produção.

Com intuito do governo de reduzir a intervenção do Estado na agricultura, mesmo porque não existiam recursos para a manutenção de estoques reguladores de preços. A safra 1990/1991 além de ter uma queda significativa na produção, enfrentou também uma queda nos preços. Dentro dessa nova política agrícola, vários órgãos criados durante a década de 70 foram extintos ou incorporados a outros, a citar: Companhia Brasileira de Armazéns- Cibrazem, Comissão de Financiamento da Produção- CFP, Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural- Embrater, dentre outros (GRAZIANO, 1996).

A partir de 1994, com relação ao crédito para pequenos agricultores, nota-se o início de algumas mudanças na política agrícola brasileira. Segundo Mattei (2001), dois fatores foram decisivos para mudar o curso da história.

Por um lado, as reivindicações dos trabalhadores rurais, que começaram a ter voz já na Constituição de 1988 e ganharam destaque nas famosas "Jornadas Nacionais de Luta" da primeira metade da década de 90, e por outro os estudos realizados pela FAO e INCRA, definindo com maior precisão conceitual a agricultura familiar, estabelecendo um conjunto de diretrizes que deveriam nortear a formulação de políticas para esse segmento específico (MATTEI, 2001, p. 02).

Em 1994, no Governo de Itamar Franco, foi criado o Programa Nacional de Valorização da Pequena Produção Rural - PROVAP, operando basicamente com recursos do BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que tinha como objetivo destinar um volume de crédito com taxas de juros mais acessíveis aos pequenos agricultores. Vale frisar que ainda nessa época os pequenos agricultores eram enquadrados como "mini-produtores" pelas normas do Manual de Crédito Rural - MCR do Ministério da Agricultura, o que fazia com que tivessem que disputar recursos com os grandes proprietários, que historicamente foram os principais beneficiários das linhas de crédito rural destinadas pelo governo.

Em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, esse programa sofreu algumas reformulações e em 1996 o PROVAP deu lugar ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Desse ano em diante, o programa se firmou e ainda se mantém como a principal política pública do Governo Federal para apoiar os agricultores familiares.

No referido ano somente as ações relativas ao crédito de custeio foram implementadas. A ampliação do programa para as áreas de investimento, infra-estrutura e serviços municipais, capacitação e pesquisa, só ocorreram a partir de 1997, quando o Pronaf ganhou maior dimensão e passou a operar de forma integrada em todo o Território Nacional (CAZELLA, MATTEI, SCHNEIDER, 2003).

Segundo Búrigo (2010) depois de dez anos de atuação, o PRONAF (re)valorizou a agricultura familiar, ajudando a demonstrar que boa parte da população e da riqueza gerada no

campo brasileiro vem desse segmento. As constantes transformações e melhorias que o programa sofreu desde a sua constituição contribuíram para ampliar sua atuação e adaptá-lo às especificidades da agricultura familiar.

Entre os avanços podemos citar a redução e fixação das taxas de juros nos financiamentos; o estímulo à produção orgânica e agroecológica; o apoio às atividades que agregam mais renda; o cadastro da agricultura familiar; a simplificação das garantias para o crédito e o estímulo e apoio à constituição de sistemas cooperativos de crédito. Como entrave, nota-se que o programa ainda está ligado ao Sistema Nacional de Crédito Rural, enfrentando todos os problemas inerentes ao crédito rural no Brasil.

Mesmo com uma inadimplência baixa, se comparada com os financiamentos destinados aos grandes produtores, os custos bancários ainda são muito elevados. Os custos para equalização das fontes de recursos dificultam ainda mais os financiamentos para os agricultores familiares. A falta de assistência técnica aos produtores que acessam o crédito, principalmente para investimento, ainda é um problema a ser superado para garantir projetos sustentáveis economicamente e ambientalmente.

O Governo Federal constantemente toma algumas medidas que visam melhorar e aperfeiçoar o programa, a exemplo da destinação de um bom volume de recursos para ser aplicado na assistência técnica para a agricultura familiar, procurando dessa forma adequar as políticas agrícolas às necessidades desse público.

A falta de assistência técnica é um dos fatores que contribuem também para o baixo acesso das mulheres a linhas de

crédito, pois os profissionais dessa área não incentivaram o repasse dos mesmos, as mulheres fazem parte da história do crédito apenas como integrantes das unidades familiares, mas não como promotoras ou determinantes para as linhas, inclusive da linha PRONAF mulher.

1.2 Sistema CRESOL: Origem e Expansão

A CRESOL nasceu da necessidade da melhoria de acesso e condições de crédito rural para a agricultura familiar e para promoção e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável.

A experiência da alternativa financeira de cooperativismo de crédito no Sudoeste do Paraná deveu-se inicialmente ao trabalho desenvolvido pela Assesoar, uma Organização Não Governamental - ONG que trabalha com agricultores desde a década de 60. Foi a partir de 1988 que a ONG passou a estimular a criação de fundos de crédito rotativos, administrados por movimentos associativos, sindicais, pastorais e movimento de trabalhadores sem terra, com objetivo de dar sustentabilidade financeira às doações vindas de uma cooperação internacional.

Até aquele momento, os agricultores familiares sempre tiveram acesso restrito ao crédito rural em muitos casos pelo pouco interesse dos bancos em operar com populações de baixa renda. Mesmo com muitos problemas gerenciais e uma alta inadimplência esses fundos de crédito rotativo melhoraram e proporcionaram aos agricultores familiares o acesso a crédito rural e formação de lideranças que gestionaram o crédito na região.

Entre 1994 e 1995 foram realizados eventos para promover

a simplificação e profissionalização dos fundos de crédito rotativos e adaptação de estratégias para o acesso ao crédito por parte de agricultores familiares a recursos do Sistema Nacional Financeiro de Crédito Rural -SNCR, que como resultado gerou a criação das cooperativas de crédito.

Foi em 1995 que surgiu a primeira cooperativa CRESOL no município de Dois Vizinhos, ainda no mesmo anos surgem também cooperativas CRESOL em Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema todas no estado do Paraná. Com cinco cooperativas constituídas, surge a cooperativa central de serviços denominada Base Central de Serviços a BASER.

Em meados de 1995 foi solicitado junto ao Banco Central do Brasil - BCB autorização para o funcionamento da primeira Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL, sendo assim o momento do nascimento no Sudoeste do Paraná de uma nova proposta de cooperativismo e crédito rural, coordenado pelos próprios agricultores familiares, em parceria com outras entidades da agricultura familiar, articulando ações locais e regionais (COLONIESE; LOURENCI; RODRIGUES, 2010).

Búrigo (2006), expõe que a ação das cooperativas de crédito do Sistema CRESOL trouxe vantagens como a maior disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares; a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação e facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais oportunas. O estímulo às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas, unidades regionais e na sua

Central garantiu também a consolidação de um modelo gerencial em que se fortalece o controle social das cooperativas de crédito.

Em 1999 surgiram singulares de cooperativas da CREDIC em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com o crescimento e expansão foram constituídas as Bases Regionais de Serviço, que mesmo não reconhecidas pelo Banco Central foi um mecanismo de expansão, formação para dirigentes e colaboradores, fazendo a interlocução local e espaços de coordenação política.

No ano de 2000 o Banco Central exigiu que o sistema CRESOL criasse uma cooperativa central de crédito, e depois do debate a constituição da central foi aprovada com a condição que a centralização financeira e gerencial ocorreria somente para determinadas ações quando houvesse interesse das singulares.

O Sistema CRESOL tem um processo de expansão rápido, mantendo a ideia de cooperativas municipais gerenciadas pelos agricultores cooperados envolvendo a comunidade local, segundo o INFOCOS (2009), para se criar uma cooperativa de crédito não basta vontade política, é preciso existir uma demanda real de pessoas pelo crédito e pelos demais serviços que poderão ser prestados pela cooperativa, além de condições organizativas e econômicas da comunidade ou município que a demandaram.

Deve ser fruto da vontade e da ação de diversas entidades de representação da agricultura familiar, do poder público municipal, dos conselhos municipais e outras organizações deste setor. É fundamental que o conjunto das entidades que estão participando do processo de criação da cooperativa conheça as potencialidades e os limites de uma cooperativa de crédito.

Uma cooperativa não nasce sem estudos prévios de prevenção e viabilidade, segundo Manual de expansão do Sistema CRESOL (2005). Para que possa ser elaborado o Plano de Viabilidade de uma cooperativa a mesma deverá ser aprovado pelo Conselho de Administração da CRESOL Baser a filiação a Central. As cooperativas de crédito normalmente têm um baixo custo operacional e grandes chances de viabilizarem sua sustentação financeira ao longo do tempo.

Entretanto, antes da criação de uma cooperativa, é preciso fazer uma análise de sua viabilidade econômica, considerando as reais condições existentes no local onde se deseja constituir-la.

A CRESOL sempre defendeu que cada município tivesse sua própria cooperativa – é uma aposta na proximidade como estratégia para ampliar a qualidade e o impacto social de seus serviços. Usou a descentralização financeira e administrativa, como meio de evitar a concentração das decisões e poder financeiro, mesmo quando isso poderia significar uma redução dos ganhos em escala (BÚRIGO, 2010, p. 218).

O crescimento do Sistema CRESOL Baser, hoje pode ser percebido pelo número de cooperativas filiadas, cooperados e área de abrangência estendida por todo Brasil. A experiência cooperativista da CRESOL está presente nos estados do Paraná, Santa Catarina, Espírito Santo, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, Rondônia e Goiás. Conta com aproximadamente 110 mil famílias cooperadas, 82 cooperativas singulares filiadas, 258 unidades de atendimento abrangendo 358 municípios atendidos.

1.3 A Sociologia Econômica para explicar a participação das mulheres

Uma forma de explicar a economia, e o comportamento econômico, nas ciências sociais é a Sociologia Econômica, que pretende analisar os fenômenos através das suas relações sociais. Trazendo uma abordagem diferencial no que se trata da economia pura, e sim como ela se relaciona ou como ela é inserida em um contexto social, conforme se pode observar no quadro 01.

Quadro 01: Economia e sociologia: diferença ideal – típicas

Pressupostos	Economia	Sociologia
- Pressupostos acerca da natureza humana	Racional, gananciosa (maximizadora) Auto-centrada Instrumental Preferências fixas	Complexa Variável Cultural Expressiva Preferências fluidas Colectividades Real
- Principal unidade de análise - Concepção de sociedade	Indivíduos Nominal Agregados de indivíduos Hobbesiana Comportamentalista Materialista	Sul generis Rousseau
- Posição filosófica		Compreensiva (verstehen) Idealista
Teoria de investigação - Modo de teorização - Método	Dedutivo Axiomático Modelização teórico-analítica Quantitativo / matemático Abstracto	Indutivo Baseado nos dados empíricos Construção teórica indutiva e sustentada Qualitativo e quantitativo Perguntar as pessoas Dados primários Muitas variáveis
- Características dos modelos	Poucas variáveis Elegantes Capacidade de prever	

Critério de realidade		Confusos Realista Explicativo
Implicações políticas (orientação para o mercado)	Favorável Variável independente Mercado > empresa	Neutra Variável activa ou dependente Empresa > mercado Não valorativa
- Atitude política	Normativa Orientada para soluções Intervenção Status quo Mercado livre	Definição de problemas Diagnostico Denunciadora Regulação
Em resumo	Modelos limpos	Mãos sujas

Fonte: HIRSCH; MICHAELS; FRIEDMAN (2003, p. 107).

A sociologia procura explicar fatores econômicos de uma forma menos agressiva no que diz respeito ao comportamento econômico da sociedade, trata de fatos de forma que podem variar com aspectos culturais, dados realista e explicativos que leva em consideração dados empíricos e muitas variáveis.

É de uma forma mais social e cultural que também as mulheres tratam seus recursos cuidam o dinheiro da família, sendo muitas vezes o motivo do conflito familiar e ponto de tensão entre pais e filhos.

As cooperadas da cooperativa CRESOL culturalmente costumam manter suas economias em aplicação (poupança) como uma forma de garantir a sustentabilidade de família, esse dinheiro costuma vir de uma atividade não agrícola, como o artesanato, queijos, pães, frutas e verduras. Esse dinheiro além de ajudar na manutenção familiar contribui para fazer as reservas financeiras da família. Segundo Zelizer (2003), as mulheres constituíram a ideia que o dinheiro doméstico e as pequenas finanças podem e

são responsáveis pela manutenção do grupo familiar incorporando a receita da família, tornando assim as mulheres como principais gestoras do dinheiro familiar.

A ideia que as mulheres somente ajudam nas receitas familiares e não são responsáveis por parte significativa delas deixa a mulher em uma condição de subordinação "as mulheres americanas, mesmo aquelas cujos maridos tinham condições para permitir, nunca tiveram legalmente direito a qualquer parte do dinheiro doméstico". Segundo Zelizer (2003), "o direito da mulher ajudar não significa o direito a uma coisa definida, nem uma quantia definida...se recebe muito ou pouco não é uma questão de direito legal, mas um assunto que cabe ao marido decidir" as mulheres casadas tinham mesadas ou ganham seu dinheiro de outras maneiras, esse era chamado de dinheiros especiais.

As mulheres da classe operária recebiam os vencimentos do marido e eram responsáveis em gerir e distribuir o dinheiro da família. As mulheres tratam o dinheiro de forma diferencial com um significado social agregado ao dinheiro da família, gerindo de forma a garantir o bem estar familiar como prioridade, garantindo que isso aconteça.

2. Participação das Mulheres em Cooperativas Filiadas a Central CRESOL Baser

A CRESOL busca atender seus cooperados e cooperadas em todas suas necessidades financeiras, oferecendo produtos e serviços que contribuam no desenvolvimento da agricultura familiar e promovam o bem estar familiar do quadro social, para

isso oferece linhas crédito de recursos próprios para financiamento das atividades gerais da unidade familiar como construção e melhoria da casa própria, aquisição de bens, melhoria da atividade, cartão de crédito, seguros para toda família e bens, linhas de repasse de crédito oficial custeio e investimento para financiar toda produção.

Entre esses produtos e serviços oferecidos existem alguns destinados exclusivamente para mulheres caso do seguro vida mulher e a linha de repasse Pronaf -Mulher, embora somente dois serviços oferecidos sejam especificamente direcionados ao público feminino, todos os demais podem e devem ser acessados pelas cooperadas, já que os mesmos buscam atender e financiar as atividades da família como um todo.

O crédito rural tem chegado até as mulheres por meio das cooperativas de crédito CRESOL, como uma política afirmativa de inclusão financeira das mulheres agricultoras e cooperadas.

No caso das linhas de repasse de recursos oficiais na modalidade Pronaf - Mulher tem regras definidas pelo Manual de Crédito Rural - MCR, anunciados anualmente no Plano Safra para agricultura familiar. Ficando a disposição das cooperativas para repassar os recursos às agricultoras interessadas e que tenham um projeto viável a ser financiado na unidade familiar.

Ainda a CRESOL tem números bastante expressivos de homens no cooperativismo e como propositores do crédito, tendo em seu quadro social aproximadamente 110 mil famílias cooperadas, distribuídas em toda sua área de abrangência, destas aproximadamente 30 mil contas são de titularidade feminina.

No ano de 2012 foram repassados aproximadamente 400 milhões de reais em linhas de Pronaf custeio e investimentos, aproximadamente 30 mil operações de crédito representando uma média de 13 mil reais por operação realizada.

O acesso das mulheres a linhas oficiais de crédito é muito baixo em relação aos montantes de crédito operacionalizados nas cooperativas. Desde o ano 2008 quando a CRESOL passou a operar a linha Pronaf - Mulher foram realizadas 253 operações totalizando aproximadamente R\$4 milhões de reais, média por operação de R\$18 mil, enquanto a média por operação das linhas de investimento convencional e do Pronaf Mais Alimentos do Sistema CRESOL é de R\$21 mil reais.

As linhas de investimento convencional e Mais Alimentos tem financiado empreendimentos na linha de grãos, máquinas agrícolas, avicultura, atividade leiteira que fomentam uma agricultura produtora de commodities muitas delas integradas e com custo alto de produção.

O diferencial encontrado nos empreendimentos financiados pelas mulheres que financiaram atividades diferenciadas agregadoras de renda e que envolvem o grupo familiar, como as agroindústrias, produção de hortaliças, culturas inovadoras, fruticultura, panificação e embutidos.

Essas atividades financiadas, segundo as mulheres entrevistadas passaram de uma atividade complementar da renda para a atividade principal de fonte de renda da unidade familiar. Possibilitou a permanência dos filhos na agricultura e gerou maior qualidade de vida para família.

As políticas públicas de comercialização de alimentos como Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, são elementos citados por mulheres que acessaram linhas de crédito; a possibilidade de produzir alimentos e transformar a produção para agregar valor e no mercado garantido, foi uma alavanca para as atividades femininas. "Antes minhas atividades não tinham valor na família nem na sociedade, era visto como simples trabalho doméstico, agora tenho minha própria renda" (Entrevista 01, Itapejara do Oeste, 2013).

Com a independência financeira as mulheres passaram a movimentar mais suas contas na cooperativa, passaram a ter seu próprio cartão, fazer sua poupança, e fizeram seus créditos na linha de recursos próprios para melhorar a qualidade de vida da família. "compramos geladeira grande e televisão nova" (Entrevista 04, Realeza, 2013).

Um fator que aparece nas entrevistas é que as mulheres possuem movimentação financeira, porém a titularidade da conta está em nome do marido. Esse é um ponto que pode explicar o baixo número de mulheres cooperadas no Sistema CRESOL, historicamente quem movimenta as contas em instituições financeiras são os homens, e mesmo que as mulheres tenham suas próprias atividades geradoras de renda, quem movimenta os recursos financeiros da família é sempre o marido.

Os valores repassados em linhas de crédito de recursos próprios que financiam principalmente o bem estar familiar das mulheres associadas tem representatividade nos montantes operacionalizados, em geral são as mulheres que cuidam do bem

estar da família procuram manter o conforto e possibilidades de estudo dos filhos.

Da carteira de recursos próprios do Sistema CRESOL, as mulheres representam, do Crédito pessoal – 22%, Carteira própria – 27%, Aplicação (poupança) – 22%, Capital – 16%, Depósito à vista – 23%, dos valores liberados. Comprovando que as mulheres tem grande potencial em movimentação financeira nas cooperativas de crédito da agricultura familiar.

Hoje há falta nas políticas de divulgação e atrativo para que as mulheres venham para associar-se e movimentar ainda mais suas contas, as linhas de crédito e produtos e serviços não tem aderência por esse público por falta de divulgação, já que as mesmas podem ser um público em potencial das cooperativas de crédito, “conheci as linhas de crédito porque procurei por várias possibilidades de viabilizar minha horta, nem sabia que a CRESOL tinha linhas específicas para mulheres” (Entrevista 02, Francisco Beltrão).

O movimento sindical na Região Sudoeste do Paraná contribuiu decisivamente na organização de mulheres e luta por seus direitos; no debate sobre o crédito não é diferente, as cooperativas CRESOL em parceria com as organizações municipais desenvolvem o Programa de Gênero e Geração do Cooperativismo Solidário para organizar e formar os grupos de mulheres que tem interesse em aprimorar sua produção e fazer a comercialização de seus produtos, artesanatos, panificação etc.

O Programa também proporciona formação e capacitação dos grupos de mulheres sobre a gestão, preparando as mesmas para assumirem cargos eletivos de cooperativas e organizações da

agricultura familiar, fazerem a gestão de unidades familiares.

A formação contribui para que futuramente as mulheres estejam presentes em conselhos diretivos das cooperativas, tendo maior representatividade e possam contribuir e incentivar políticas de criação e divulgação de produtos e serviços, oportunizando assim a maior movimentação financeira por parte das mulheres.

A Central CRESOL Baser tem em suas unidades aproximadamente 1066 conselheiros administrativos e fiscais, destes são 18 (2%) mulheres nas direções executivas, 47(4%) nos conselhos administrativos, 53 (5%) mulheres nos conselhos fiscais efetivos, 38 (4%) conselho fiscal suplente. Dos 1066 diretores são 156 (15%) mulheres, apenas 02 mulheres são diretoras presidente.

O quadro de colaboradores da Central CRESOL Baser conta com 973 funcionários no total, sendo 320 (32%) homens, 653 (68%) mulheres, números inversos aos dados citados anteriormente no caso do quadro de diretores do sistema, evidenciando que o cooperativismo de crédito CRESOL é dirigido por homens e operado por mulheres.

2.1 Comportamento econômico das mulheres cooperadas da CRESOL

No Brasil são aproximadamente 14 milhões de mulheres vivendo no campo, que buscam por espaço, autonomia e participação no mercado financeiro. Mesmo sendo a minoria no quadro social, as mulheres cooperadas do Sistema CRESOL Baser,

apresentam-se como público em potencial para utilização de produtos / serviços e linhas de crédito oferecidas.

Na agricultura familiar a busca pela autonomia das mulheres não é diferente do que o mercado de trabalho formal, cada vez mais as mulheres participam e representam parcela importante na participação da renda familiar, segundo Ministério do Trabalho e Emprego, a participação das mulheres no mercado de trabalho cresceu mais do que a do homens em 2012. O crescimento foi de 3,89%, com isso, as mulheres passaram a representar 42,47% da força de trabalho.

As mulheres tem capacidade também de gerenciar seus recursos, procuram fazer ações cautelosas que tragam rentabilidade e segurança para as finanças da família. Mulheres cuidam mais do dinheiro, fazem das pequenas economias as grandes conquistas que a família busca. Procuram cuidar o bem estar, ter na casa com o máximo de conforto, cuidam da educação dos filhos. É uma forma diferente de olhar o dinheiro, observando de uma forma mais social, que considera as diversas variáveis que vai além do fator de se ter uma quantia em reais e sim de garantir os benefícios ao grupo familiar e meio onde vivem.

Na CRESOL, as mulheres procuram principalmente pelas linhas de recursos próprios, elas movimentam conta corrente, conta poupança e tem representatividade no acesso a linhas crédito que financiam o bem estar familiar, utilizando o recursos para melhorar a moradia, adquirir móveis novos, conforto, comodidade e tecnologia para a família.

Essas linhas poderiam ter mais divulgação por parte da cooperativa, como um atrativo para as mulheres, transformando-

se em público alvo, 08 das 11 entrevistadas afirmaram já ter usado linhas de recursos próprios na cooperativa como instrumentos da operação ou como motivadoras da operação em nome do marido. Afirmam não ter conhecimento da linha, procuraram a cooperativa na busca de atender suas demandas financeiras emergentes, mas não buscaram o crédito por saberem que a CRESOL tem linhas exclusivas para financiar móveis por exemplo.

Mesmo tendo um grande potencial em realizar suas próprias transações financeiras, as mulheres ainda tem movimentado os recursos da família em contas com titularidade do marido, ficando com medo de terem sua própria conta, fazer seu próprio crédito, aplicar suas economias e ter integralizado na cooperativa sua própria cota parte, essa realidade inibe ainda mais os dados estatísticos da participação da mulheres na movimentação financeira, sendo poucas que estão participando do crédito, ainda as que participam não aparecem.

Isso é um aspecto cultural das mulheres da Região Sudoeste do Paraná; segundo pesquisa realizada, as mulheres não sentem-se seguras em desempenhar o papel principal em algumas atividades ou tarefas da unidade familiar, replicando o "machismo" existente. A falta de incentivo para que as mulheres sejam as cooperadas contribuem também para essa estatística, quando as mulheres vêem que o cooperativismo pode e deve ser um espaço para elas também, algumas coisas mudam. Um dos fatores que surgiu nas entrevistas foi a oportunidade da mulher ter seu próprio cartão. Quando oferecido a ela o cartão empolgou "me senti valorizada e independente" (Entrevista 04, Itapejara do

Oeste), 9 das 11 entrevistadas tem seu próprio cartão e 7 dessas utilizam mensalmente.

Ter seu próprio cartão foi uma conquista para as mulheres cooperadas característica presente em 100% das cooperadas com idade de até 35 anos, que associaram na cooperativa para acessar linhas de crédito e outros produtos e serviços que a cooperativa pode oferecer. Neste grupo percebe-se que as mulheres estão em ascensão no mercado de trabalho, procuram fazer seus empreendimentos, procuram pela formação e ter sua própria fonte de renda. Dedicando um tempo maior a participação nos diversos espaços, tem voz ativa na unidade familiar e decidem de forma igualitária ao marido.

No repasse do crédito rural, linha do Pronaf Mulher, os dados levantados indicam que as mulheres cooperadas da CRESOL pouco acessaram essa linha na cooperativa, em grande parte iniciaram sua relação financeira na CRESOL através da conta de seus cônjuges, movimentavam a conta do marido durante um período, até que optaram pela sua própria associação. A pesquisa mostrou que 8 das 11 mulheres entrevistadas só abriram suas contas na cooperativa após movimentarem a conta do cônjuge.

Das mulheres entrevistadas 54,55% já acessaram linhas de Pronaf Mulher, buscaram a alternativa do financiamento na cooperativa, para viabilizar suas atividades econômicas na unidade familiar, destas 36,36% (4) tem idade entre 22 e 35 anos que possuem em média 4 anos de associação na cooperativa. Ainda a pesquisa revelou que em dois casos, as mulheres já haviam financiado linhas de Pronaf convencional para viabilizar seus

empreendimentos, por falta de conhecer as linhas especiais e não foram orientadas corretamente na hora da elaboração do crédito.

Das mulheres que não fizeram seus financiamentos na linha do Pronaf, todas já acessaram outros produtos e serviços das cooperativas CRESOL, inclusive acessam linhas de créditos que viabilizam a aquisição de móveis para casa; algumas são beneficiárias do Programa Habitacional, movimentam seu próprio cartão e uma característica que se destaca nas entrevistas é que 10 das 11 entrevistadas tem feito poupança na cooperativa.

A poupança é uma forma em que as mulheres veem para garantir o sustento da família no futuro, preferem manter suas economias aplicadas do que contrair dívidas, porém sempre mantêm suas próprias atividades na unidade familiar, 02 entrevistadas disseram que decidiram acessar o crédito porque já tinham uma atividade de produção de alimentos para comercializar na vizinhança, e como o mercado institucional do PNAE viram a possibilidade de viabilizar suas atividades, que até então eram somente para complementar a renda familiar.

O crédito financiou atividades alternativas que transformaram a receita financeira gerada das hortaliças e panificados que até então eram insignificantes em renda principal da unidade familiar. No caso das 02 entrevistadas, as propriedades são pequenas, com menos de 07 alqueires. "Se não fosse essa atividade teríamos que vender a propriedade e ir embora para cidade" (Entrevista 04, Capanema PR).

O crédito atrelado a políticas de comercialização viabilizam agricultores familiares e se mostra uma grande frente de valorização e inclusão das mulheres nas atividades da

agricultura que geram renda.

Os programas de formação da cooperativa contribuem para inclusão das mulheres no cooperativismo, estimula a produção por crédito ou produtos e serviços, a diversificação da produção dos cooperados, colocando as mulheres e jovens como peças fundamentais na unidade de produção.

Faltam mulheres nos quadros diretivos para fomentar a inclusão das próprias mulheres no quadro social e promover ações voltadas ao público feminino, o caso da CRESOL Itapejara do Oeste é um dos exemplos que tem mulheres no conselho da cooperativa que são responsáveis pelos programas de formação e os mesmos tem alcançado resultados significativos na participação da mulheres, fortalecimentos dos grupos produtivos e atendimento as políticas publicas de comercialização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo revelou que as cooperativas de crédito CRESOL tem papel fundamental de inclusão das mulheres rurais no mercado financeiro, trazendo cada vez mais a mulher para participar dos espaços de formação e decisão do sistema cooperativista.

As mulheres ainda têm pouca expressividade no quadro social e diretivo das cooperativas do sistema CRESOL. Baser, são poucas contas femininas, número baixo de Pronaf Mulher, pequena expressividade em utilização de produtos e serviços.

Porém, as cooperativas vem fazendo ações para aumentar esses números e incluir mais mulheres, essas ações acontecem

para o quadro social já existente através do acesso a crédito e produtos e serviços e também pelos programas de formação que buscam trazer novas cooperadas e oferecer formação para grupos já existentes.

O baixo acesso as linhas de crédito deve-se ao desconhecimento, gerado pela falta de divulgação por parte da cooperativa e motivação para as mulheres participarem mais ativamente. Outro fator que fica evidente é a movimentação financeira das mulheres por meio das contas de seus cônjuges. Em muitos casos falta esclarecimento e conhecimento para que as mulheres tenham suas próprias contas.

A efetivação de mulheres conselheiras se dará pelo processo de participação e formação das mulheres cooperadas e não cooperadas, que estão envolvidas no processo de formação e crédito da cooperativa. A dificuldade de encontrar mulheres dispostas, formadas e com interesse em assumir esse desafio é um aspecto negativo encontrado até hoje.

As mulheres que já trabalham com a cooperativa se sentem bem na cooperativa, estão satisfeitas com as operações de crédito que realizaram e com a utilização dos produtos e serviços que foram disponibilizados. A dificuldade encontrada foi chegar até o conhecimento e funcionamento das mesmas.

O trabalho de divulgação e formação de colaboradores para repasse de informações sobre as linhas existentes e uma política de incentivo as mulheres para fazerem seus financiamentos e demais serviços financeiros, é uma necessidade. A pesquisa revelou que faltou divulgação da linha do Pronaf Mulher e em alguns casos faltou os colaboradores fazerem a

operação na linha correta de crédito quando as mulheres procuram a cooperativa fazer seu financiamento.

REFERÊNCIAS

BITENCOURT, G. A. **Abrindo a caixa preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. Dissertação de Mestrado apresentado ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Campinas-SP, 2003.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e Solidariedade Cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil**. Chapecó: Argos, 2010.

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: uma análise do cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Tese de doutorado - UFSC, Florianópolis, 2006.

CAZELLA, A.; MATTEI, L.; SCHNEIDER, S. **Histórico, caracterização e dinâmica recente do PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar**. In: Políticas Públicas e participação Social no Brasil Rural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

COLONIESE, C; MITTELMANN, C. C.; RODRIGUES, L. M. S. **Sistema CRESOL, uma família que cresce com você**. In: VOLLES, Adriana et al. Ensaio sobre o cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro de agricultura no Brasil: 1965 – 1985**. São Paulo: UNICAMP, 1985.

GRAZIANO, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas-SP: UNICAMP.IE, 1996.

HIRSCH, P., MICHAELS, S.; FRIEDMAN, R. **"Mãos sujas" versus "modelos limpos": estará a sociologia econômica em risco de ser seduzida pela economia?** In: PEIXOTO, J.;

MARQUES, R. (ORGS). **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras: Celta, 2003.

IFOCOS. **Cooperativa Escola: Gestão Política**. Livro VIII. Francisco Beltrão: Grafisul, 2009.

MATTEI, L. **PRONAF: concepção, abrangência e limites observados**. Texto apresentado no IV Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção. Belém-PA, 2001.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Mulheres tem maior participação no mercado de trabalho**. Disponível no site <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/10/mulheres-tem-maior-participacao-no-mercado-de-trabalho-em-2012>. Acesso em 30/11/2013.

ZIGER, V., **Sistema CRESOL, uma família que cresce com você**. In: VOLLES, Adriana et al. Ensaio sobre o Cooperativismo solidário. Londrina: Midiograf, 2010.

ZELIZER, V. A. **O significado social do dinheiro: "dinheiros especiais"**. In: PEIXOTO, J.; MARQUES, R. (ORGS). **A nova sociologia econômica: uma antologia**. Oeiras: Celta, 2003. pp. 125-165.

ADMINISTRAÇÃO E LIDERAÇÃO DA FORÇA DE VENDAS EM COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Lhuana Daniela Mazon¹
Leila Cristina Liscoski²
André Luiz Comunelo³

INTRODUÇÃO

Poderíamos afirmar que nossa sociedade se caracteriza por ser uma sociedade de organizações. O homem nasce em uma organização, é educado por organizações, passa grande parte de sua existência trabalhando em organizações, e quando está em momentos de lazer, ele paga, joga, diverte-se, reza e termina por morrer em organizações.

A Teoria Contemporânea da Administração enfatiza a natureza das organizações como sistema, nos quais tudo está interligado (Abordagem Sistêmica). Enfatiza também que a eficácia da prática gerencial depende das características particulares da situação à qual está sendo aplicada (Abordagem Contingencial).

¹ Aluna Pós-Graduação Coop. da UNISEP.

² Aluna Pós-Graduação Coop. da UNISEP.

³ Orientador Pós-Graduação Coop. da UNISEP.

Na administração, a liderança vem exercendo papel fundamental no processo de planejamento estratégico. O líder tem de ter a habilidade de articular a visão estratégica da empresa aos seus subordinados, inclusive no sentido de que os subordinados "compreendem" a ideia da visão da empresa.

Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar informações necessárias para o desenvolvimento da força de vendas, baseado nos princípios do planejamento de marketing, apresentando informações sobre o que é força de vendas, como administrar a força de vendas e ainda, informações sobre o profissional de vendas.

Para atingir o objetivo do referido estudo fez-se uso da pesquisa exploratória tendo a pesquisa bibliográfica utilizada para argumentações teóricas sobre o assunto proposto. Em razão de ser um estudo unicamente teórico, este é caracterizado como totalmente bibliográfico. Na pesquisa bibliográfica, segundo José Carlos Koche, "o investigador irá levantar o conhecimento disponível na área, identificando as teorias produzidas, analisando-as e avaliando sua contribuição para auxiliar na compreensão ou explicação do problema objeto da investigação" (2003, p. 122).

1. Administração e Lideração da Força de Vendas em Cooperativas de Crédito

O embasamento teórico sobre um determinado tema a ser estudado ou pesquisado, é o elo que norteia o trabalho para que se possam comparar situações, levantarem eventuais problemas e

buscar melhorias nos processos estudados dentro do ambiente a ser pesquisado. Sendo assim, o referencial teórico a ser exposto a seguir, serviu como apoio na análise dos dados coletados dentro da pesquisa.

1.1 Marketing

Existem diversas definições sobre o conceito de marketing considerado por estudiosos e profissionais das áreas de administração, marketing e comunicação.

Quem não conhece muito o conceito de marketing, acredita que ele significa apenas vendas e propaganda, porém, quem tem um conhecimento mais aprofundado já compreende que significa um conjunto de ferramentas que buscam atender as necessidades e desejos dos consumidores de maneira a satisfazê-los e trazer lucratividade para as empresas.

O marketing detecta na sociedade necessidades e desejos insatisfeitos, a partir dessas oportunidades é estudada a viabilidade da companhia para atender o mercado específico e efetuar o lançamento do produto ou serviço, preparando todos os envolvidos da empresa em refletir na melhor maneira de como conseguir satisfazer as necessidades e desejos dos clientes.

Com uma visão esclarecedora sobre o que "não é marketing" Jay Conrad Levinson (apud BOYETT, 2003) explica claramente que marketing não é publicidade, não é mala-direta, não é telemarketing, não é folheto, não significa apenas anunciar nas Páginas Amarelas, não é *show business*, não é um palco de

humor, não é convite para ser espertinho e finaliza afirmando que marketing não faz milagres.

O conceito de marketing é também facilmente confundido com vendas, mas o "Conceito de vendas e o conceito de marketing são distintos e não devem ser confundidos. A venda tem a sua base nas necessidades do vendedor, ao passo que o marketing está voltado para as necessidades do comprador" (PINHO, 2001, p. 34).

A preocupação das vendas é fazer com que o consumidor compre determinado produto ou serviço convertendo o estoque em lucro, já o marketing foca em satisfazer as necessidades do consumidor através do preço estipulado, da qualidade do produto e dos serviços agregados: assistência técnica, entrega, distribuição, entre outros (PINHO, 2001).

Portanto, para Pinho (2001), o marketing pode ser descrito como todo o processo de planejamento, e gerenciamento no seu composto, desde a aquisição da matéria-prima ao desenvolvimento do produto, na oferta de preço, na exposição e entrega do produto, na divulgação, na venda e principalmente na satisfação do cliente com o produto ou serviço utilizado, a fim de manter um relacionamento contínuo com seus consumidores.

1.1.1 Conceitos Centrais de marketing

Tudo está interligado, o cliente quando tem uma necessidade ou desejo por algum produto, irá buscar a satisfação, é uma troca da empresa que fornece o produto ou serviço pelo dinheiro do cliente. Contudo isso não se fixa apenas em uma

troca de mercado, mas sim um relacionamento que deve ser mantido, dependendo disso, do grau de contentamento de ambos.

Segundo Kotler e Armstrong (2000) existem vários tipos de necessidades, as físicas, sendo elas as questões básicas como abrigo, segurança, alimentação, individuais, como conhecimento e auto expressão; e as sociais, quando um indivíduo deseja fazer parte de um grupo e ser bem relacionado com outros indivíduos. Já os desejos são necessidades humanas moldadas pela cultura e a personalidade individual, o dinheiro é um atributo limitador do desejo, pois você pode desejar algo que não tem poder de compra, contudo as pessoas desejam escolher o produto que lhe trará maior satisfação em relação ao dinheiro gasto.

As necessidades e os desejos, conforme Kotler e Armstrong (2000) só são satisfeitos por produtos, podendo ser ele, um serviço, pessoas, lugares, organizações, atividades ou ideias, algo que irá satisfazer as necessidades e os desejos das pessoas, e são eles que têm todo poder de escolha, assim a empresa precisa conscientizar seus colaboradores de que eles têm que enxergar o produto como uma resolução do problema do consumidor, e para satisfazê-los precisam agregar valor, oferecendo outros produtos ou outras soluções para o problema.

A oferta por produtos é cada vez mais abrangente, e o consumidor tem assim mais atributos que ajudam a definir sua opção, algumas das mais importantes são: valor para o cliente, satisfação do cliente e qualidade. O valor para o cliente é a diferença entre o que este paga quando compra o produto e os custos que ele tem ao obter o mesmo. Satisfação do cliente é o desempenho do produto, ou seja, se ele atendeu as expectativas

que o consumidor tinha ao adquirir a mercadoria ou não, deixando-o assim insatisfeito, o que dificilmente irá fazê-lo comprar o mesmo produto futuramente.

A qualidade está diretamente ligada aos outros dois atributos visto que qualidade é definida segundo Kotler e Armstrong (2000) como a ausência de defeitos do produto, e se o mesmo tiver algum defeito verificado pelo cliente, fará com que reflita sobre o produto, e busque talvez uma nova oferta que não traga falhas. Por essa questão que as empresas estão em crescente busca pela qualidade total, pois assim irão conseguir satisfazer da melhor forma possível seus clientes, atingindo então a fidelização dos mesmos.

A troca é o ato de adquirir algo, dando outra coisa em contrapartida, satisfazendo as necessidades das pessoas em questão, podendo ser uma troca monetária, quando uma pessoa obtém algo, entregando um valor financeiro.

O marketing de transação faz parte da idéia mais ampla de marketing de relacionamento. Além de criar transações de curto prazo, os profissionais de marketing precisam construir relacionamentos de longo prazo com clientes, distribuidores, comerciantes e fornecedores valorizados (KOTLER; ARMSTRONG, 2000, p.6).

Diante desse conceito, a visão que se deve ter é que todos os membros envolvidos no marketing estão interligados, e necessitam ter um bom relacionamento para que o processo tenha sucesso.

1.2 Ferramentas de Marketing

As empresas utilizando as ferramentas de marketing buscam segmentar os mercados, focando sua atenção a um determinado grupo, visando atender da melhor forma possível, assim conseguirão também maior lucratividade para a empresa, ampliando seus horizontes e se destacando no mercado. Atinge-se, conforme acreditam Kotler e Armstrong (2000) os objetivos da empresa de maneira mais fácil, quando se faz um planejamento, ou então uma estratégia, a qual é o plano de ação para o alcance dos objetivos. Ajuda a definir a missão da empresa e a planejar um portfólio de produtos a serem oferecidos, além de manter a ordem de como atingir essas metas. A estratégia de marketing tem como intenção facilitar o alcance dos objetivos da empresa. Busca identificar os clientes mais fiéis da empresa com o intuito de estabelecer uma relação com o mesmo.

1.2.1 O que são os 4 P's

Os 4 P's são elementos que fazem parte do marketing, estes são essenciais para o planejamento de uma estratégia de marketing para atingir o mercado, consumidor que esteja sendo focado.

Os 4 P's têm por objetivo fazer com que os profissionais de marketing lembrem-se de que a preparação para a venda (o marketing) não se restringe somente ao produto, e para que a venda tenha a possibilidade de ser

efetuada há que se preocupar com um todo os 4Ps (FARIA, 2004, p.54).

Na hora de planejar um bom futuro no mercado, o administrador de marketing que esteja controlando esta área na empresa, deverá se preocupar com vários detalhes que farão seu produto se diferenciar no mercado, dentre eles estão os 4 P's, que são classificados da seguinte maneira: produto, preço, praça (distribuição) e promoção.

1.3 Fidelização e marketing de relacionamento

Fidelização é o estágio no qual a empresa sempre espera atingir em seu cliente, tornar ele fiel à empresa. Nesse sentido, para Bogmann (2002) cliente fiel – é aquele que quando precisa de um produto ou serviço sempre volta, não troca de fornecedor, usa apenas os serviços de uma empresa, estando satisfeito com a mesma.

Para Marques (1997 apud BOGMANN, 2002, p.21) "a fidelização é uma maneira de amenizar crises, pois se o mercado está bem, melhor para a empresa, embora se o mercado estiver em crise os problemas serão menores". A fidelização abrange todos os mercados, desde o cliente interno até o cliente potencial, que não pertence à clientela da empresa.

Para conseguir manter um cliente fiel, é preciso muito mais do que apenas um bom produto, uma boa embalagem e um bom preço. É necessário prestar algo a mais que seu concorrente, só assim ele conseguirá distinguir a empresa como uma marca reconhecida. É preciso atendê-lo de forma diferenciada,

personalizando-o, isso faz com que ele se sinta mais à vontade ao entrar na empresa e ao adquirir o produto, enfim ele entenderá que a empresa quer servi-lo não apenas momentaneamente.

A maioria das companhias está se afastando do marketing de transição, cuja ênfase é fazer vendas, para praticar o marketing de relacionamento, que enfatiza a construção e a manutenção de relacionamentos lucrativos de longo prazo com os clientes, oferecendo-lhes maior valor e satisfação (KOTLER e ARMSTRONG, 2000, p.279).

O marketing de relacionamento não se restringe apenas ao relacionamento da empresa com o cliente, mas sim com todos os envolvidos no processo, como os fornecedores, colaboradores, terceirizados, diretores e investidores.

Todos precisam estar focados em realizar sua função de forma correta, para que o conjunto obtenha sucesso, pois dessa maneira a empresa conseguirá uma maior satisfação do consumidor, o que trará a fidelização dos mesmos e a obtenção de novos clientes, aumentando assim, a sua lucratividade e um melhor ambiente de trabalho.

Assim sendo, tudo e todos envolvem a fidelização do cliente, desde a recepcionista até o diretor geral da empresa, tudo tem que ser muito bem feito, o atendimento a ele tem que ser da melhor forma possível por parte de todos os colaboradores, pois o mínimo descuido pode fazer com que ele se decepcione com a empresa e busque ser atendido pelo concorrente.

2. Atendimento ao Cliente

Para que o cliente sinta-se satisfeito com a empresa e posteriormente torne-se um cliente fiel, é necessário que o atendimento seja diferenciado do concorrente, não basta a empresa ter um produto e um preço diferenciado, ou outros atributos importantes se não atender bem o cliente, e fazem parte desse atendimento todos os colaboradores da empresa, essa precisa estar focada em proporcionar as condições necessárias aos seus colaboradores, como equipamentos de qualidade, treinamento e orientação para que possam corresponder as necessidades dos clientes da forma que a empresa espera.

As instalações precisam estar sempre limpas e com os departamentos organizados, os gerentes precisam estar interligados com seus colaboradores realizando reuniões, proporcionando *feedback*, sendo este "[...] um instrumento gerencial usado pelas mais variadas empresas prestadoras de serviços, desde o restaurante da esquina até o grupo financeiro multinacional com filiais em dezenas de países" (CORRÊA, 2002, p.122).

Afinal, é o gerente quem deve dar o exemplo, já que se o mesmo não der esse suporte e tratar mal algum cliente, é possível que o funcionário do seu setor faça o mesmo, e quando o gerente vir expor algum tipo de reclamação poderá ocorrer um conflito de informações negativas das duas partes.

As reclamações precisam ser compreendidas e solucionadas, destaca Vavra (1993, p.153) é preciso que a empresa: "Ofereça uma solução e consiga entrar em acordo, com o cliente,

de que o problema pode ser resolvido. Se demorar algum tempo forneça um roteiro de modo que o cliente possa participar da solução de seu problema". Pois, um cliente insatisfeito com o atendimento é muito prejudicial à empresa, provavelmente ele não irá mais procurar os serviços e irá contar a seus colegas mais próximos o fato ocorrido, então a empresa precisa estar muito atenta a essas reclamações buscando solucioná-las da melhor e mais rápida maneira.

2.1 Clientes

Satisfazer os clientes é uma forma muito boa de agradá-los, mas para as empresas está cada vez mais difícil atingir essa satisfação, Kotler e Keller (2006, p.153) dizem que, "os clientes de hoje são mais difíceis de agradar. Mais inteligentes, conscientes em relação aos preços exigentes, eles perdoam menos e são abordados por mais concorrentes com ofertas iguais ou superiores".

Os clientes estão entendendo mais sobre preços, valores, sobre os produtos e estão também sempre buscando pesquisar tais atributos, o que torna o serviço da empresa maior, pois para fidelizar esses clientes não basta apenas satisfazê-los, um erro pode significar a perda do mesmo.

Propagandas e promoções são muito atrativas sendo uma boa forma de atrair a atenção do cliente, mas é preciso focar atenção no cliente que a empresa possui para mantê-lo sempre fiel, e não perdê-lo para o concorrente, pois é mais barato manter um cliente do que conquistar outros.

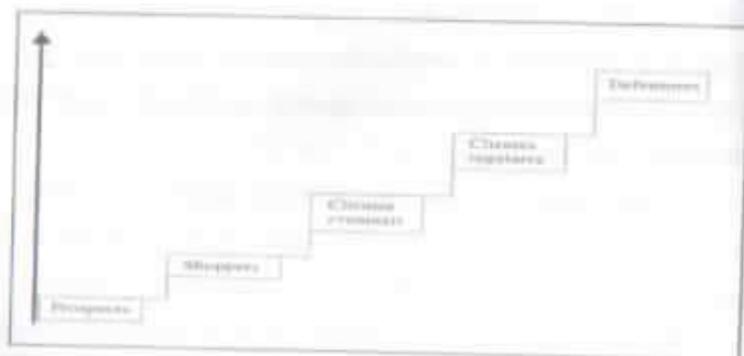
Cliente é a principal razão da empresa, é normal dizermos que a empresa só existe porque o cliente existe, e isso realmente é verdade, por isso precisamos entender os tipos de cliente, pois as pessoas são diferentes.

Segundo Marques (apud BOGMANN, 2002, p.36):

Cliente é a pessoa que adquire produtos e serviços das empresas para consumo próprio ou para revender, o cliente não depende da empresa e sim a empresa dele, pois existem várias opções no mercado, diz que o cliente não significa apenas dinheiro em caixa, pois ele é um ser humano antes de tudo e precisa ser tratado com respeito, sem clientes as empresas não existiriam.

Nesse sentido, as empresas necessitam observar os tipos de clientes, visto que cada um possui suas características próprias. Murray e Neil Raphael (apud BOGMANN, 2002, p.37) oferecem uma tipologia do cliente, denominada Escada da Fidelidade, conforme figura:

FIGURA 1 - Escada da Fidelidade



Fonte: Bogmann (2002, p.37)

Os degraus dessa escada revelam, segundo Murray e Neil Raphael (apud BOGMANN, 2002) os clientes *Prospects* como pessoas que podem estar interessadas em comprar da empresa. Bem como os *Shoppers* como pessoas que visitaram a empresa, ao menos uma vez, os clientes eventuais que já adquiriram produtos ou serviços, os regulares que visitam e adquirem produtos ou serviços regularmente, e, finalmente os defensores, que, como o próprio nome sugere são aqueles que elogiam e defendem a qualidade dos serviços ou produtos para os outros.

Ainda, conforme Bogmann (2002, p.36), existem vários tipos de clientes:

- Cliente Externo: ele não participa do processo de produção, não faz parte da empresa, é o primeiro cliente que vem a mente quando se fala em venda e marketing.
- Cliente pessoal: esse é o cliente que faz parte da nossa vida, a família, amigos, influenciam nossa vida e o nosso desempenho no trabalho, então é preciso estar bem com esse tipo de cliente para termos alegria em nosso ambiente de trabalho para todos serem bem atendidos.
- Cliente da Concorrência: é o cliente que não adquire o seu produto, precisamos entender esse tipo de cliente para conseguirmos atingi-los, buscando descobrir o motivo que leva eles a comprarem da concorrência e não da empresa em questão.
- Cliente Interno: é muito importante, ele participa e influencia o processo de fidelização da empresa, pois ele trabalha na empresa, influenciando os outros clientes a saírem satisfeitos ou não da empresa.

Ao buscar identificar os diferentes tipos de clientes, a empresa busca satisfazer, da melhor forma possível, as necessidades e desejos desses, valorizando-os.

2.1.1 Valor para o Cliente

Com o aumento das informações sobre produtos, televisão, panfletos, rádio, vitrines, o nível de satisfação também aumenta, isso faz com que os clientes sempre fiquem mais exigentes, buscando sempre a melhor alternativa.

Assim, Kotler e Keller (2006, p.140), definem que:

O valor percebido pelo cliente (VPC) é a diferença entre a avaliação que o cliente potencial faz de todos os benefícios e custos relativos a um produto ou serviço e as alternativas percebidas. Já o valor total para o cliente é o valor monetário de um conjunto de benefícios econômicos, funcionais e psicológicos que os clientes esperam de determinado produto ou serviço. Por fim, o custo total do cliente é o conjunto de custos em que os consumidores esperam incorrer para avaliar, obter, utilizar e descartar um produto ou serviço, incluindo os custos monetários, de tempo, de energia física e psíquica.

Kotler e Keller (2006) afirmam sobre os clientes que eles formam uma expectativa de valor a respeito do produto, e a satisfação do mesmo é quem irá determinar a repetição da compra, e se esse não satisfazer provavelmente não irá comprá-lo novamente.

2.2 Administração de Marketing

Administração de marketing é uma variável incontrolável, a qual o domínio é relativo, este controle, no caso, é realizado por algumas empresas. Nessa administração engloba uma realização de ofertas de valores para estimular o acordo esperado.

O trabalho de um administrador de marketing baseia-se em coletar dados em seu espaço, adaptar o programa existente de marketing para que este possa satisfazer os desejos e vontades do consumidor, além de outras funções, como planejar, executar e controlar.

Segundo Las Casas (2001, p. 36) os deveres de um administrador de marketing são conceituados da seguinte forma:

Estabelecer os objetivos da organização;
Escolher e estudar o mercado selecionado e verificar as condições de atendê-lo;
Desenvolver o composto mercadológico (produto, preço, distribuição e promoção);
Implementar o plano; Controlar o plano para verificar se está alcançando seus objetivos.

A base principal para uma administração de marketing é desenvolver planos de marketing sólidos, os quais explicitem as táticas de marketing. Além disso, o administrador precisa de um princípio confiável de informações de marketing, para poder entender os acontecimentos de dentro e fora da empresa, e deve também monitorar seu ambiente de marketing.

Segundo Cobra (1992, p.85) "Os clientes avaliam a qualidade do atendimento a cada momento, durante o contato com as empresas". Isso é evidente, pois todos os clientes querem

escolher as melhores empresas para satisfazer suas necessidades, é algo tão comum, que as empresas estão sendo avaliadas e comparadas com outras empresas todos os dias, por todos os clientes que nela entram.

Para um estudo aprofundado é necessário conter uma pesquisa de marketing para compreender o comportamento do cliente, no caso, o consumidor, além de ficar conhecendo a força real que o produto da empresa, mostra no mercado consumidor. Com a informação do seu potencial no mercado o administrador poderá obter uma visão futura do seu desempenho.

2.3 Administração da Força de Vendas

A venda pessoal funciona como um elo de ligação entre a empresa e os clientes (KOTLER, 1998, p.597). Sendo assim, a organização empresarial deve definir seus objetivos específicos que esperam atingir com suas forças de vendas, valorizando o compromisso com as vendas. Para Kotler (1988, p.597), os vendedores, de início, não procuram vender um produto ou resolver algum problema, ao contrário, eles mostram ao cliente potencial como sua empresa pode ajudá-lo a melhorar a rentabilidade.

Kotler (1998, p.599), afirma que para manter o foco no mercado, os vendedores devem saber como analisar dados de vendas, mensurar o potencial de mercado, coletar inteligência de marketing e desenvolver estratégias e planos de marketing. Os vendedores necessitam de habilidades analíticas de marketing que se tornam especialmente importantes para os níveis mais elevados

de administração. As empresas acreditam que as forças de vendas serão mais eficazes a longo prazo se conhecerem tão bem marketing como vendas.

2.4 Estratégia da força de vendas

As empresas concorrem entre si para obter pedidos dos clientes (KOTLER, 1998, p. 599). Por isso, devem dispor suas forças de vendas estrategicamente para que cheguem aos clientes certos, no momento certo e da maneira certa.

As empresas definem seus objetivos específicos para a força de vendas. À medida que as empresas concorrem por clientes, elas estão crescentemente julgando seus vendedores conforme suas habilidades em criar clientes satisfeitos e gerar lucro para suas empresas.

Os vendedores trabalham com seus clientes de diversas maneiras:

Abordagem de um comprador. Um vendedor contata pessoalmente um comprador ou aborda-o por telefone.
Abordagem de um grupo de compradores. Um vendedor entra em contato com o maior número possível de componentes de um grupo de compradores.
Abordagem de uma equipe de vendas a um grupo de compradores. Uma equipe de vendas trabalha diretamente com os participantes de um grupo de compradores da empresa cliente.
Reunião de vendas. Um vendedor promove um encontro entre o pessoal de sua empresa e os compradores potenciais para discutir problemas ou oportunidades mútuas.
Seminário de vendas. Uma equipe

da empresa realiza um seminário com os clientes, visando colocá-los a par dos desenvolvimentos que representam "o estado da arte" de seus negócios (KOTLER, 1998, p.599).

Desta forma, os vendedores de hoje agem com frequência como 'gerentes de contas', que promovem os contatos entre as diversas pessoas envolvidas no processo de compra e venda das organizações.

Após estabelecer os objetivos, estratégia, estrutura, tamanho e remuneração da força de vendas, a empresa precisa recrutar, selecionar, treinar, dirigir, motivar e avaliar os vendedores. Várias políticas e procedimentos orientam essas decisões.

2.5 Recrutamento e seleção de vendedores

O ponto principal de uma operação de vendas bem-sucedida é a seleção de vendedores eficazes (KOTLER, 1988, p. 604). Para o autor, a seleção de vendedores seria simples se fosse possível saber que traços procurar em um candidato.

Após a empresa desenvolver seu critério de seleção, inicia-se o processo de recrutamento. O departamento de recursos humanos procura candidatos por vários meios, incluindo a solicitação de sugestões dos atuais vendedores, uso de agências de

empregos, colocação de anúncios em jornais e contato com estudantes universitários (KOTLER, 1998, p.605).

Cada empresa deve decidir o que mais seria útil saber sobre os vendedores. Precisa comunicar seus critérios a eles, de modo que saibam como seus desempenhos estão sendo julgados, podendo, assim, fazer algum esforço para melhorá-los.

3. Cooperativismo: Uma Breve Contextualização

3.1 Sociedades Cooperativas

Para Crúzio (2003, p.230), o conceito de marketing social nas cooperativas é a arte de dirigir, gerenciar e executar o composto do marketing, promover o desenvolvimento social, político e econômico dos associados, empregados, familiares e membros da comunidade local.

Na sociedade de hoje, o cooperativismo está cada vez mais forte no cotidiano de cada indivíduo, muito se trabalha com ajuda mútua entre seres humanos.

As sociedades cooperativas, para enfrentar a realidade dos mercados, buscaram na integração vertical, o instrumento de ganho em escala para suas atividades. Neste sentido, Franke (1983, p.7) define a integração vertical como a associação de cooperativas em outras, de grau superior, na forma de um sistema confederativo, que se estende da base para o vértice, onde se acham situadas as unidades cooperativas mais complexas e de mais alto grau.

É essencial no conceito da cooperativa, que esta promova a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo para eles os mais baixos custos nos bens e serviços que necessitam, quer colocando, no mercado, os produtos justos em bens e serviços que produzem (FRANKE, 1973, p.11).

Cada cooperativa possui seu estatuto o qual deve ser seguido e aplicado, proporcionando assim, cada dia mais confiança entre associado e cooperativa.

Conforme Neinen (2002, p.12) aponta a sociedade cooperativa como entidade pautada por valores apolíticos e não segregacionistas que se amolda aos diferentes regimes de governo e formas de Estado. Afirma o autor, que as sociedades cooperativas respeitam as diretrizes básicas do capitalismo, pois atuam no mercado competitivo das demais espécies de sociedades ao tempo que objetivam agregar renda às atividades do cooperativismo. Segundo Schardong (apud Franke, 1978, p.58):

Uma instituição é uma idéia de obra ou de empresa que se realiza e perdura juridicamente em um meio social. Um poder se organiza, para realização dessa idéia. Entre os membros do grupo social interessado na realização da idéia, produzem-se manifestações de comunhão, dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por normas de procedimento.

Uma cooperativa é um ideal que um grupo de pessoas tem em comum, e através desta união buscam uma forma de atingir seus objetivos.

Conforme Schardong (apud Franke, 1973, p.11) é essencial

no conceito de cooperativa, que esta promova a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, quer obtendo para eles os mais baixos custos nos bens e serviços que necessitam.

Segundo o autor, as cooperativas de crédito equiparam-se às instituições financeiras, ou seja, as cooperativas normalmente atuam em setores primários da economia ou são formadas entre os funcionários das empresas. No setor primário, permitem uma melhor comercialização dos produtos rurais e criam facilidades para o escoamento das safras agrícolas para os consumidores. No interior das empresas em geral, as cooperativas oferecem possibilidades de crédito aos funcionários, os quais contribuem mensalmente para a sobrevivência e crescimento da mesma. Todas as operações facultadas às cooperativas são exclusivas aos cooperados.

Segundo Pretto (apud Bürigo, 2003, p. 51), o Brasil possui um sistema financeiro extremamente concentrado, que se aplica cada vez mais via processos de fusões. Os bancos têm um *lobby* muito pesado no Banco Central do Brasil, o que dificulta a abertura de espaços para as pequenas instituições financeiras como as cooperativas. Essas são consideradas no primeiro momento e, no segundo momento, acabam sendo vistas como concorrentes dos grandes bancos. Muitas vezes, a sociedade acaba perdendo porque não tem ainda uma compreensão social e política da importância da democratização do sistema financeiro.

Para o autor, as cooperativas são sociedades civis compostas por pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, sem fins lucrativos e não sujeitas à falência. Adicionalmente, as cooperativas de crédito são instituições financeiras integrantes do

Sistema Financeiro Nacional (SFN). Por essa razão, seu funcionamento é definido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e suas operações fiscalizadas pelo Banco Central do Brasil que para tanto emite os atos normativos necessários.

Ainda conforme o autor tem-se por objetivo a concessão de crédito e a prestação de serviços financeiros a seus associados de forma mais vantajosa, geralmente emprestando a menores taxas remunerando aplicações a maiores taxas, cobrando menores tarifas e com menores exigências, quando comparadas aos bancos e financeiras.

Conforme Saunders (2000, p. 67), as cooperativas de crédito (CCS) são as mais numerosas das instituições que formam o segmento de poupança da indústria de intermediação financeira. Além disso, têm sido menos afetadas pela crise do setor do que os bancos de poupanças ou as associações de poupança e empréstimos. Conforme o autor, isto se deve ao fato de que mais de 65% de seus ativos são representados por pequenos empréstimos à pessoas físicas, geralmente inferiores a \$10.000. Além disso, as CCS tendem a manter saldos elevados de títulos do governo (mais de 25% de seus ativos) e montantes muito pequenos de ativos hipotecários residenciais. Suas atividades de empréstimos são financiadas por depósitos de poupança feitos pelos membros da cooperativa, que compartilham de um vínculo comum de associação, geralmente de natureza geográfica ou ocupacional.

Ainda conforme o autor, no período 1994 a 2002, o número de cooperativas de crédito brasileiras, passou de 946 para 1.428 - um crescimento de 51% - com 1,6 milhão de associados,

empregando 25 mil pessoas em 2.700 postos de atendimento. As operações de crédito somaram R\$4,1 bilhões o que, no entanto, representa uma participação bastante modesta no volume de crédito do país: apenas 1,64%.

Para Saunders (2000, p. 79), um exemplo ocupacional, o próprio Conselho de Governadores do Sistema Federal de Reserva possui uma cooperativa de crédito, porque todos os seus membros são dirigentes de banco central. Além disso, muitas universidades possuem cooperativas de crédito. De acordo com o autor, em meados de 1994, mais de 12.300 cooperativas de crédito possuíam ativos de \$290 bilhões. Isto se compara a \$155 bilhões em 1987, o que significa uma taxa de crescimento de 87%. Individualmente, as cooperativas de crédito tendem a ser de porte muito pequeno, com um tamanho médio de \$23,6 milhões em 1994, contra \$383,8 milhões no caso dos bancos comerciais. Os ativos totais de todas as cooperativas de crédito são apenas ligeiramente superiores aos das maiores organizações bancárias dos Estados Unidos. Por exemplo, a Citicorp possuía ativos de \$250 bilhões no final de 1994.

Ao incentivar a consolidação e a expansão do cooperativismo de crédito, o Governo também espera uma sensível redução nas taxas de juros e tarifas cobradas pelas cooperativas, em função das suas próprias características, ou seja, são instituições que operam sem objetivo de lucro e ainda, possuem seus depósitos à vista, ao contrário dos bancos comerciais, não estão sujeitos ao depósito compulsório no Banco Central, o que significa que elas dispõem da totalidade desses depósitos para empréstimos podendo, portanto, cobrar menores taxas de juros e tarifas.

3.2 Regulamentação de Cooperativa de Crédito

Conforme Saunders (2000), a regulamentação tal como ocorre no caso de bancos de poupança e S&Ls, as cooperativas de crédito podem ser registradas em âmbito federal ou estadual. Aproximadamente, dois terços das cooperativas de crédito possuem registro federal e estão sujeitas às normas da Administração Nacional de Cooperativas de Crédito (National Credit Union Administration – NCUA). Além disso, por meio de seu fundo de seguro (NCUIF), a NCUA oferece garantias a depósitos de até \$100.000 às cooperativas seguradas. Atualmente, o NCUIF cobre 98% de todos os depósitos em cooperativas de crédito.

2.2.1 Bancos cooperativos

Com o crescimento da quantidade de cooperativas de crédito e a consolidação de vários sistemas centralizados, ficou patente a necessidade da criação de mecanismos capazes de permitir o acesso direto do setor à Câmara de Compensação, à Reserva Bancária e ao Mercado Interfinanceiro. Para possibilitar tal tipo de acesso, o Conselho Monetário Nacional autorizou a criação dos Bancos Cooperativos.

O Banco Cooperativo é um banco comercial, cujo controle acionário pertence a um grupo de Cooperativas Centrais de crédito.

O Banco Cooperativo tem por finalidade a prestação de serviços de natureza financeira, operacional e consultiva às cooperativas de crédito que o constituíram. Segundo o *site* (www.economiabr.net), a mais recente legislação sobre o assunto é a Resolução 2.788, de 30 de novembro de 2000, do Banco Central do Brasil. Vamos relacionar algumas informações sobre sua forma de atuação:

- Os cheques dos correntistas das Cooperativas de Crédito têm, como sacados, as próprias Cooperativas de Crédito Singulares e não o Banco Cooperativo;
- Através de convênios o Banco Cooperativo realiza a compensação dos cheques das Cooperativas de Crédito que com ele operam;
- Nos cheques dos correntistas constam informações da cooperativa singular, visando identificá-la junto à Câmara de Compensação e viabilizar o trânsito de cheques de seus associados;
- Os talões de cheques para os cooperados correntistas são fornecidos pela Cooperativa de Crédito e não pelo Banco Cooperativo;
- Nos casos de devolução, por qualquer motivo, quem responde é a Cooperativa Singular e não o Banco Cooperativo sendo o responsável pelo seu pagamento, em espécie (no caixa) ou por intermédio da Câmara de Compensação;
- O Banco Cooperativo não é substituto nem concorrente das Cooperativas.

Conforme Pretto (2003, p. 134), os bancos cooperativos são bancos comerciais, constituídos sobre a forma de sociedades anônimas que se diferenciam dos demais por terem como acionistas, exclusivamente, as cooperativas de crédito.

Devem fazer constar, obrigatoriamente, de sua denominação a expressão "Banco Cooperativo" e têm sua atuação restrita às Unidades da Federação em que estejam situadas as sedes das pessoas jurídicas (cooperativas controladoras).

3.2.2 Símbolo Universal do Cooperativismo



Um símbolo identifica a ação cooperativa em qualquer país do mundo. No desenho são utilizados elementos de importante significado para os seguidores da doutrina. O pinheiro, na sua constante faina de subir ao céu, é idêntico ao ideal cooperativo, que se mantém perseverante em escalar as alturas da idéia e os ideais mais elevados. Ele cresce em terras áridas e se multiplica com facilidade. Dois pinheiros demonstram a união e a coesão, por isso, no emblema cooperativista, usam-se dois pinheiros, simbolizando a necessidade de cooperação mútua. O círculo envolvendo os dois pinheiros representa a união do movimento, a

imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. (SCHARDONG, 2002).

3.3 Sistema Cooperativo

O cooperativismo vêm crescendo em todo Brasil, e dentro dele, o segmento das cooperativas de crédito.

O Cooperativismo de Crédito chegou ao Brasil, trazido da Europa pelo padre Theodor Amstad, com o objetivo de reunir as poupanças das comunidades de imigrantes e colocá-las a serviço de seu próprio desenvolvimento. (www.sicredi.com.br).

A primeira cooperativa de Crédito surgiu em 28 de dezembro de 1902, na cidade de Nova Petrópolis, no estado do Rio Grande do Sul.

Foi durante a década de 90, quando as autoridades monetárias reformularam as normas de regência, aumentando o aspecto operacional das Cooperativas de Crédito e autorizando a constituição dos Bancos Cooperativos, que nasceu o Banco Cooperativo Sicredi S.A. – Bansicredi, o primeiro Banco Cooperativo privado brasileiro.

O objetivo da cooperativa de crédito é promover a captação de recursos financeiros para financiar as atividades econômicas dos cooperados, a administração de suas aplicações e a prestação dos serviços de natureza bancária por eles demandada.

Apesar das taxas amenas e do atendimento simplificado, nem tudo é fácil numa cooperativa de crédito. Aderir ao sistema significa vestir a camisa. O associado deve ter disposição para frequentar as assembléias, nas quais são tomadas todas as

decisões. Elas ocorrem durante o primeiro trimestre de cada ano extraordinariamente, sempre que necessário. O grupo precisa contar com pessoas dispostas a ocupar postos cujos mandatos variam de um a quatro anos.

As cooperativas são organizações abertas à participação de todos, independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa. Para participar, a pessoa deve conhecer e decidir se têm condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria. (<http://pegn.globo.com>)

Os associados, reunidos em assembleia, discutem e votam os objetivos e metas do trabalho conjunto, bem como elegem os representantes que irão administrar a sociedade. Cada associado representa um voto, não importando se alguns detenham mais cotas do que outros (<http://pegn.globo.com>). Todos contribuem igualmente para a formação do capital da cooperativa, o qual é controlado democraticamente. Se a cooperativa é bem administrada e obtém uma receita maior do as despesas, esses rendimentos serão divididos entre os sócios até o limite do valor da contribuição de cada um. O restante poderá ser destinado para investimentos na própria cooperativa ou para outras aplicações, sempre de acordo com a decisão tomada na assembleia.

As cooperativas trabalham para o bem-estar de suas comunidades, através da execução de programas sócio-culturais, realizados em parceria com o governo e outras entidades civis. (<http://pegn.globo.com>).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um gerente de relacionamento, ou ainda, uma equipe de vendas, na maioria das vezes representa a própria empresa, na visão do cliente. Por este motivo, cada vez se torna mais necessário a gestão eficiente da força de vendas.

Um vendedor ou equipe despreparada pode colocar em "check" muitas horas, ou anos de trabalho na busca de um cliente, e o contrário também é verdadeiro, ou gerente de relacionamento ou equipe bem preparada, competente e com conhecimento do produto pode fazer com que o cliente se sinta seguro ao operar com a empresa, fazendo com que grandes e rentáveis parcerias sejam firmadas.

Sendo a comunicação a capacidade de se manter o associado bem informado a respeito dos serviços prestados pela agência, necessita-se que todo o processo de atendimento ao associado seja mapeado em todas as atividades que possam gerar dúvidas quando da prestação de um serviço. Uma vez que o atendente conheça a fundo os diferentes procedimentos a serem tomados por ocasião do atendimento e esclareça de forma clara e precisa ao associado quais as medidas a serem adotadas para solucionar o problema, muito das questões relacionadas a falta de informação ou até da desinformação podem ser evitadas.

Qualquer agência do sistema cooperativo deve buscar por atendentes que possuam características comportamentais orientadas para a prestação de serviço. Conforme embasamento teórico, pessoas comunicativas, empáticas, entusiastas, curiosas e organizadas demonstram melhor desempenho quando do

atendimento a pessoas. Além da facilidade de relacionamento, habilidade na solução de problemas e preocupação com o trabalho e com a organização do sistema bancário, determinadas aptitudes dos atendentes como as mencionadas são importantes para diminuir os índices de falhas e de retrabalho, e o respectivo aumento da satisfação dos associados.

Além da busca de indivíduos com o melhor perfil para atendimento, faz-se necessário o treinamento contínuo em todos os níveis, de forma sistematizada, usando comunicação adequada, persuadindo os funcionários e comprometendo-os com as políticas e filosofias adotadas pela organização, de modo a melhorar todo o processo e a aumentar os índices de satisfação dos associados e dos próprios funcionários da agência.

Não se consegue uma força de vendas competente sem a gestão da mesma, são necessários todos os passos de forma clara e precisa para a correta formação da mesma. E ainda, de nada adianta ocorrer um bom processo de formação se os profissionais do grupo não aderirem a idéia, abraçando a causa. É necessário um acompanhamento constante para que se consiga maximizar os resultados da empresa, e fazer com que a equipe esteja satisfeita com o processo e também com a forma de avaliação e remuneração.

REFERÊNCIAS

BOGMANN, I. M. **Marketing de Relacionamento: estratégias de fidelização e suas implicações financeiras.** São Paulo: Nobel, 2002. 136 p.

BOYETT, J. T., BOYETT H., **O guia dos gurus de marketing: as melhores idéias dos melhores marketeiros.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003. 268 p.

CORRA, M. **Marketing Básico.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 1997. 552 p.

_____. **Administração de Marketing.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1992. 806 p.

_____. **O impacto da propaganda: um estudo para algumas classes de bens.** São Paulo: Atlas, 1994. 179 p.

CORRÊA, E. L. **Gestão de serviços: lucratividade por meio de operações e de satisfação dos clientes.** Henrique L. Corrêa; Mauro Caon. São Paulo: Atlas, 2002. 479 p.

FACHIN, Odília, **Fundamentos de Metodologia.** Ed. Saraiva, São Paulo, 2001.

FARIA, C. A. **Boletim eletrônico semanal.** <http://www.merkatus.com.br/10_boletim/104.htm, 2004>. Acesso em: 09 de outubro de 2011.

KOCHE, J. C. **Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e iniciação da pesquisa.** 21ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003. 182 p.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Introdução ao marketing.** 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2000. 364 p.

KOTLER, P. KELLER, K. L. **Administração de Marketing.** 12 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006. 750 p.

KOTLER, Philip. **Administração de Marketing: análise, planejamento, implementação e controle.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 1998. 725 p.

LAS CASAS, A. L. **Marketing: conceitos, exercícios, casos.** 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001. 322 p.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

PINHO, J.B. **Comunicação em marketing**. 6. ed. Campinas: SP: Papirus, 2001. 286p.

VAVRA, T. G. **Marketing de relacionamento *aftermarketing***. Tradução Ailton Bomfim Brandão. São Paulo: Atlas, 1993. 322 p.

CAPÍTULO III

ESTUDOS DE CASO SOBRE A APLICAÇÃO DO CRÉDITO RURAL.

**ESTRATÉGIAS DE RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO E
COOPERADOS: A EXPERIÊNCIA DO REVITALIZA -
CRESOL HONÓRIO SERPA-PR**

Vandir Alves da Conceição¹
Jaime Antonio Stoffel²

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar vem tendo um papel importante para o desenvolvimento econômico e social em várias regiões do Brasil. Um exemplo é a região Sudoeste do Paraná, cuja presença de agricultores familiares é predominante. Um dos fatores de destaque que contribuíram para o crescimento regional foi a forma de organização das Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL.

No entanto, devido à facilidade de acesso ao crédito, a inadimplência foi aumentando ao longo do tempo. Em virtude

¹ Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão de Cooperativismo Solidário.

² Professor Adjunto do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão - Pr.

disso, houve uma redução nas movimentações financeiras do quadro social das cooperativas, pois muitos cooperados não conseguiram honrar com os seus compromissos financeiros.

Este trabalho busca entender o processo de inclusão no mercado financeiro feito pela CRESOL Baser em parceria com a Base de Serviços Sudoeste e as cooperativas singulares. O programa atende 57 cooperados da CRESOL Honório Serpa/PR. Estas que por algum motivo não honraram com o seu compromisso de pagamento de seus contratos junto a CRESOL.

Especificamente, buscou-se identificar os fatores que aumentaram a inadimplência dos cooperados da CRESOL Honório Serpa/PR e a forma de recuperação de crédito e cooperados que não conseguiram honrar os compromissos financeiros com a implantação do Programa Revitaliza.

1. Cooperativismo: Breve Caracterização Histórica

Segundo Oliveira (1969) o primeiro movimento cooperativista originou-se no bairro Rochdale em Manchester na Inglaterra no ano de 1844 em meio a Revolução Industrial. A economia do país era baseada na tecelagem.

Vivia-se um capitalismo ganancioso, com prática de preços abusivos, onde a burguesia detinha muito capital para financiar as fábricas e contratar mão de obra a qual era abundante. Em meio à situação de miséria e falta de recursos para suprir as necessidades básicas, como alimentação e vestuário, 28 operários tecelões incluindo uma mulher, em busca de uma alternativa econômica para atuarem no mercado sem depender dos grandes capitalistas,

fundaram a "Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale LTDA", que era uma cooperativa de consumo denominada "*Rochdale Society Of Equitable Pioneers*".

O movimento cooperativista criado pelos tecelões de Rochdale em 1844 gerou muitos princípios e elementos norteadores para o cooperativismo no mundo todo. Alguns desses princípios ainda persistem e são considerados como base para constituição de qualquer forma de cooperativa, necessários para que não ocorra o desvio dos propósitos cooperativos tornando-se uma entidade econômica qualquer.

De acordo com a Lei 5.764/71, "as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituída para prestar serviços aos cooperados".

Uma cooperativa de crédito é uma associação que presta basicamente os mesmos serviços fornecidos pelos bancos: financia a produção e os investimentos, fornece talão de cheques, opções de aplicações e algumas ainda disponibilizam serviço de cartão de crédito e seguros para seus associados. Por outro lado, é diferente de um banco, pois os proprietários são os seus clientes, e por isso, não visa lucro, basta apenas ser remunerado o suficiente para saldar suas próprias contas. Seus custos são rateados entre o quadro social na forma de juros e de pequenas taxas. Assim quanto menores os custos da cooperativa, menores podem ser os juros e as taxas cobradas por estas.

Para Oliveira (1969, p. 15), "a cooperação é uma forma de interação, na qual diferentes pessoas ou grupos trabalham juntos para um fim comum". Essa união pode se dar em vários setores

econômicos ou sociais, como na agropecuária, indústria, comércio ou na prestação de serviços, podendo também existir a união das cooperativas formando assim as cooperativas centrais que defendem interesses singulares.

1.1 Cooperativismo de Crédito: Origem e Evolução

As cooperativas de crédito tiveram origem em meio às desigualdades sociais como uma forma de inclusão social dos membros menos favorecidos. Sua história, assim como a dos tecelões de Rochdale, teve origem em meio à Revolução Industrial, relacionada à distribuição de renda em contraposição ao capitalismo.

Segundo Meinen *et al* (2002), a primeira cooperativa de crédito, surgiu em Flammersfeld, na Alemanha, através de agricultores que foram liderados por um de seus filhos Friedrich Wilhelm Raiffeisen e pelo Pastor Muller. Estes deram origem a Associação de Ajuda Mútua - Associação de Amparo aos Agricultores Sem Recursos, também denominada Caixa Rural.

Esse movimento se expandiu de forma extraordinária na Europa, sob forma de organizações e bancos cooperativos, chegando à América no ano de 1900 através do Canadá, em Quebec. Já em 1909 era fundada a primeira Cooperativa de crédito dos EUA, em Santa Maria, New Hampshire.

Com o passar dos anos a adesão ao sistema cooperativo que na época era vinculada basicamente ao fator preço, passou a ter outros atrativos e fatores relevantes como o atendimento, às condições para acesso ao crédito e outras operações que as

instituições tradicionais.

1.2 Origem do Cooperativismo de Crédito no Brasil

Antes da chegada dos Portugueses no Brasil o povo que aqui habitava, trabalhava em tribos onde o trabalho era realizado em conjunto e com interesses em comum.

Segundo Pinheiro (2008) a primeira sociedade brasileira a ter em sua denominação cooperativa, foi a Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto. Fundada em 27 de outubro de 1889 criada como uma cooperativa de consumo.

Ainda segundo Pinheiro (2008) alguns anos depois, em 1902, no município de Nova Petrópolis, estado do Rio Grande do Sul, surgiu a primeira Cooperativa de Crédito fundada pelo Padre Jesuíta Theodor Amstad a qual é considerada referência para o Cooperativismo de Crédito e que permanece em atividade.

No ano de 1964 com a reforma do Sistema Financeiro Nacional e a legislação bancária, o governo entendeu como sua atribuição, a função de promover o desenvolvimento econômico e utilizou os bancos oficiais para isto. Estes bancos seriam os responsáveis pela distribuição dos recursos rurais, restringindo às cooperativas aspectos operacionais. No entanto isso causou a liquidação de praticamente todas as cooperativas.

As cooperativas de crédito tiveram seu retorno apenas na década de 80, quando os recursos do governo destinados ao financiamento da atividade agrícola estavam em constante diminuição, dando oportunidade então para que as poucas cooperativas que sobreviveram retornassem, "como que

ressurgindo das cinzas" (MEINEN et.al 2002 p.15).

1.3 Conceito de Cooperativas de Crédito

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, sociedade de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos e não sujeitas a falência. São constituídas com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados.

Segundo Schardong (2002) o sistema de crédito cooperativo pode ser conceituado por três dimensões, o conceito doutrinário, jurídico e econômico.

O conceito doutrinário de uma cooperativa de crédito não difere do conceito universal conhecido e aplicado para as demais cooperativas, tendo, porém, seus objetivos específicos. Parte dos princípios que devem ser ordenados de forma lógica e racional não diferem muito do conceito de uma instituição, conforme definição de (FRANKE, 1978, p.58, apud SCHARDONG, 2002, p.67).

Uma instituição é uma ideia de obra ou de empresa que se realiza e perdura juridicamente em um meio social. Um poder se organiza, para realização dessas ideias. Entre os membros do grupo social interessado na realização da ideia, produzem-se manifestações de comunhão, dirigidas pelos órgãos do poder e reguladas por normas de procedimento.

Segundo Schardong (2002) a personalidade jurídica da cooperativa fica explícita quando observado suas características e constituição quanto aos direitos da coletividade, os quais se sobrepõem aos direitos de seus membros. O mesmo autor expõe:

"a personalidade do Sistema de Crédito Cooperativo funda-se na coletividade de pessoas físicas e jurídicas dela integrantes, as quais juntas formam um ser social".

Para Araújo (1996, p. 13) "O cooperativismo de crédito exclui a figura do banqueiro e promove a equalização das taxas de juros exatamente aos níveis dos custos da administração do dinheiro. Todo o excedente retorna ao tomador associado, após o balanço". Essa visão deixa claro que um banco não é um fim, mas sim um meio pelo qual as necessidades dos homens são atendidas.

O sistema de crédito cooperativo se defronta com a empresa capitalista que procura constantemente o aumento de sua influência na área de um mercado, para assim manter seu poder monopolista.

1.4 Sistema CRESOL e sua Estrutura

O Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária teve início na década de 1990 no Sudoeste do Paraná como uma conquista de muitos agricultores familiares que lutavam para ter acesso a crédito e uma vida digna e sustentável no campo.

As Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária - CRESOL nasceram das experiências do fundo de crédito rotativo. Esse fundo era financiado pela cooperação internacional - MISEREOR uma entidade católica originária da Alemanha que era fomentado na região Sudoeste do Paraná pela ASSESOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural.

A ASSESOAR foi criada em 1966, por jovens agricultores,

tendo o apoio de Padres Belgas da Congregação do Sagrado Coração de Jesus e Profissionais Liberais de Francisco Beltrão/PR, ligados à Juventude Agrária Católica - JAC e é constituída e dirigida por agricultoras e agricultores familiares.

Em 1996 com um propósito de ampliar o raio de ação do crédito surgem as primeiras cooperativas CRESOL. Na mesma época também foi criado pelo governo federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF que se tornou uma importante ferramenta para o crescimento das cooperativas e da agricultura familiar.

A estrutura do sistema de crédito solidário CRESOL é composta pelas cooperativas singulares, integradas por Bases Regionais de Serviços que exercem a função de apoio operacional às cooperativas e por uma cooperativa central, que é o órgão de representação política e fiscalizadora das filiadas.

1.5 Central CRESOL Baser

A CRESOL Baser é a Central, um órgão de crédito, de representação política e de serviços. Foi criada em 2000, por orientação do Banco Central do Brasil, que através de sua normatização, passou a orientar os sistemas cooperativos a se organizarem através de centrais de crédito, delegando a elas grande parte das responsabilidades de fiscalização e controle.

1.6 Bases Regionais de Serviço

As Bases Regionais de Serviços são cooperativas de serviço, de caráter operacional, agregando cooperativas singulares por proximidade. Tem a responsabilidade de organizar e oferecer serviços de formação, gestão, informática e demais atividades relacionadas ao cooperativismo de crédito rural.

1.7 Cooperativas Singulares

Cooperativas Singulares são cooperativas de primeiro grau que atuam diretamente com o público alvo do Sistema CRESOL, os agricultores familiares. Têm como objetivo facilitar o acesso ao crédito rural e a serviços financeiros, buscando a viabilização da agricultura familiar e contribuindo para um projeto de desenvolvimento local sustentável. Estimulam a formação, a capacitação e a organização dos associados a fim de ampliar o controle social, orientando relações de parceria em nível local. Os recursos captados pelas singulares são aplicados localmente, contribuindo com a economia dos municípios e com o desenvolvimento local.

2 Crédito Rural: Importância para a Agricultura Familiar

O artigo 2º do Decreto nº. 58.380, de 10 de maio de 1966, define o crédito rural como o suprimento de recursos financeiros a

produtores rurais, ou as suas cooperativas para aplicação exclusiva em atividades que se enquadrem nos objetivos indicados no referido regulamento.

Desse modo entende-se que o crédito é o suprimento de um recurso presumivelmente bem aplicável e legalmente possível o seu adimplemento.

O crédito rural, antes de 1965, era executado somente pelo Banco do Brasil, através de sua Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, criada em 1935. Atualmente, o Sistema Nacional de Crédito Rural é constituído de órgãos básicos, vinculados e articulados.

Como cinco órgãos básicos têm-se o Banco Central do Brasil - BACEN, Banco do Brasil - BB, Banco da Amazônia - BASA e Banco do Nordeste - BNB. Todos eles são órgãos vinculados ao Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, bancos privados e estaduais, caixas econômicas, cooperativas de crédito rural e sociedades de crédito.

Por fim, os órgãos articulados constituem órgãos oficiais de valorização regional e entidades de prestação de assistência.

1.1 Surgimento do PRONAF

Criado pelo Governo Federal e atualmente sob gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, destaca-se a fase inicial da criação do PRONAF:

- 1995 - Instituição do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF pela resolução CMN - Bacen n. 2.191, de 24/08/95, com as

seguintes características: créditos para custeio e investimento para produtores rurais que apresentam a declaração de Aptidão ao Programa, com taxas de juros de 16% ao ano.

- 1996 - Criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF pelo Decreto n. 1.946, de 28/06/96. Redução da taxa de juros para 12% ao ano e ampliação do limite de crédito individual e coletivo.

O PRONAF é um meio de viabilização para a implantação, ampliação e modernização da infraestrutura produtiva e social no meio rural, através do auxílio financeiro prestado aos pequenos produtores rurais.

O crédito rural é um instrumento que proporciona aos produtores rurais a oportunidade de se desenvolver economicamente, aprimorar suas técnicas de produção, melhorar o plantio, gerando uma produção mais eficaz e mais rentável.

A partir do desenvolvimento econômico rural caminha-se para o desenvolvimento social e cultural que tem como base o aumento da rentabilidade, da qualidade de vida e do bem estar das famílias rurais.

2.2 Objetivos do Crédito Rural

O crédito rural tem por principais finalidades estimular os investimentos rurais efetuados pelos produtores ou por suas cooperativas; favorecer o oportuno e adequado custeio da produção e a comercialização de produtos agropecuários; fortalecer o setor rural; incentivar a introdução de métodos

racionais no sistema de produção, visando ao aumento da produtividade, à melhoria do padrão de vida das populações rurais e à adequada utilização dos recursos naturais; propiciar, pelo crédito fundiário, a aquisição e regularização de terras pelos pequenos produtores, posseiros e arrendatários e trabalhadores rurais; desenvolver atividades florestais e pesqueiras; estimular a geração de renda e o melhor uso da mão de obra na agricultura familiar.

2. Programa Revitaliza CRESOL Honório Serpa/PR

É um programa de recuperação de crédito e associados do sistema CRESOL que não conseguiram honrar com os compromissos e estão excluídos do mercado financeiro. O programa oferece uma oportunidade de reprogramação de parcelas das dívidas vencidas em até 10 anos com juros reduzidos, variando de 2 a 12% ao ano, conforme a capacidade de pagamento e geração de renda familiar.

Para ser inserido no programa tem um papel importante da cooperativa singular e da Base Regional e Central CRESOL Baser. A cooperativa singular identifica o cooperado e faz o primeiro contato.

Nesse momento o diretor avalia o compromisso e a vontade do cooperado. Na sequência, a Base Regional faz outra visita na propriedade e reúne a família e discute uma proposta que seja viável com a capacidade de pagamento do produtor. Nesse momento dá-se prioridade de conversar com a família, para que a mesma tenha esse comprometimento. Em seguida a Baser aprova

a reprogramação da dívida.

Após a reprogramação a cooperativa singular tem o compromisso de acompanhar essa família dando orientação técnica, discutindo novos projetos, auxiliando na gestão financeira da propriedade. E o cooperado tem obrigação de fazer suas movimentações financeiras na CRESOL.

A Base Regional tem o papel de fiscalizar se a cooperativa está dando acompanhamento às famílias. Avaliar junto com o técnico, novos projetos a serem implantados nas propriedades dos cooperados que estão no programa.

O Programa Revitaliza tem por finalidade: a) auxiliar no planejamento e na recuperação do sistema de produção de cooperados que se encontram em situação de dificuldades produtivas, dar acompanhamento técnico intensivo às propriedades dos cooperados do programa, como condição para a liberação de novos financiamentos; b) resgatar associados que historicamente participavam ativamente na vida da cooperativa e que nos últimos anos se afastaram por dificuldades de relacionamento e/ou por estarem com pendências com a cooperativa; c) recuperar créditos de cooperados que se afastaram da cooperativa por se encontrar em situação irregular.

O Programa Revitaliza tem como público alvo, agricultores familiares associados a CRESOL que tiveram frustração de safra, danos materiais - físico e estruturais, doenças na família e/ou assumiram dívidas de avalistas, mas que demonstram interesse em saldar a dívida na cooperativa.

3. Metodologia e Análise dos Dados

Inicialmente foi utilizada a pesquisa bibliográfica, a qual foi de suma importância para o conhecimento da origem do sistema cooperativo, assim como seus princípios. Uma vez que através de consulta às obras relacionadas ao tema, principalmente livros, artigos e revistas foi possível dar fundamentação teórica para a análise proposta.

Os dados para a pesquisa foram obtidos junto ao Sistema CRESOL, visando verificar a recuperação dos cooperados que participam do projeto Revitaliza.

Os dados foram levantados do sistema CRESOL e obtidos na CRESOL Honório Serpa/PR, fundada em 29 de agosto de 1998, que conta com 772 cooperados.

O município de Honório Serpa está localizado no Sudoeste do Paraná com uma população de aproximadamente 5960 habitantes sendo que destes, 66,59% vivem no meio rural. A principal atividade do município é a agricultura.

A partir de uma amostragem de 57 cooperados, conforme quadro 01, que participam do Programa Revitaliza, foram levantados dados do programa de recuperação de crédito e cooperados no período de 2012 e 2013, visando identificar a redução da inadimplência e a reinserção desses cooperados no mercado financeiro.

Quadro 01- situação dos créditos dos cooperados do Programa Revitaliza

Nº	Endereço	Motivo	Valor dívida	Valor Parcela	Vencimento	Situação
01	Linha São Jorge	Doença na família	R\$ 9.700,00	R\$ 1.177,00	15/09/13	Pagou
02	Linha São Jorge	Concentração de crédito	R\$ 5.645,00	R\$ 1.900,00	15/09/13	Pagou
03	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 2.500,00	R\$ 300,00	15/12/13	Pagou
04	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 1.100,00	15/09/13	Pagou
05	Linha São Jorge	Concentração de crédito	R\$ 3.185,00	R\$ 2.780,00	15/12/13	Pagou
06	Linha Ampere	Concentração de crédito	R\$ 7.700,00	R\$ 935,00	15/09/13	Não pagou
07	Linha São Jorge	Concentração de crédito	R\$ 6.000,00	R\$ 720,00	15/12/13	Não pagou
08	Linha Ampere	Concentração de crédito	R\$ 10.740,00	R\$ 1.290,00	15/12/13	Não pagou
09	Linha Comendador	Sem foco	R\$ 4.800,00	R\$ 376,00	12/12/13	Pagou
10	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 2.870,00	R\$ 2.744,40	15/12/13	Pagou
11	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 2.732,95	R\$ 2.727,85	15/09/13	Pagou
12	Linha Comendador	Concentração de crédito	R\$ 8.833,33	R\$ 1.060,00	15/12/13	Pagou
13	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 7.000,00	R\$ 840,00	15/09/13	Não pagou
14	Linha Comendador Vivida	Sem foco	R\$ 5.400,00	R\$ 648,00	15/09/13	Não pagou
15	Linha São Jorge	Sem foco	R\$ 4.800,00	R\$ 376,00	15/09/13	Pagou
16	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 1.100,00	15/09/13	Não pagou
17	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 5.000,00	R\$ 600,00	15/09/13	Não pagou

N ^o	Endereço	Motivo	Valor dívida	Valor Parcela	Vencimentos	Situação
18	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 4.280,00	R\$ 313,60	15/09/13	Pagou
19	Linha São Jorge	Concentração de crédito	R\$ 9.500,00	R\$ 1.140,00	15/09/13	Pagou
20	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 1.100,00	15/09/13	Pagou
21	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 3.600,00	R\$ 432,00	15/09/13	Pagou
22	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 6.666,70	R\$ 800,01	15/12/13	Não pagou
23	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 6.000,00	R\$ 720,00	15/12/13	Não pagou
24	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 4.666,66	R\$ 560,00	15/09/13	Não pagou
25	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 29.433,14	R\$ 3.545,00	15/12/13	Não pagou
26	Linha Concordia	Concentração de crédito	R\$ 5.000,00	R\$ 600,00	15/12/13	Pagou
27	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 7.750,00	R\$ 905,00	15/09/13	Pagou
28	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 3.200,00	R\$ 380,00	15/10/13	Não pagou
29	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 14.100,00	R\$ 1.692,00	15/08/13	Pagou
30	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 1.250,00	15/08/13	Pagou
31	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 33.080,00	R\$ 3.970,84	15/08/13	Pagou
32	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 22.700,00	R\$ 2.725,00	15/08/13	Pagou
33	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 5.000,00	R\$ 594,96	15/08/13	Pagou

N ^o	Endereço	Motivo	Valor dívida	Valor Parcela	Vencimentos	Situação
34	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 24.500,00	R\$ 2.935,00	15/08/13	Pagou
35	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 10.000,00	R\$ 1.250,00	15/08/13	Pagou
36	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 24.500,00	R\$ 2.935,00	15/08/13	Não pagou
37	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 44.000,00	R\$ 5.280,00	15/04/13	Pagou
38	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 46.800,00	R\$ 5.616,00	15/04/13	Pagou
39	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 31.000,00	R\$ 3.660,00	15/02/13	Não pagou
40	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 51.800,00	R\$ 6.216,00	15/05/13	Pagou
41	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 41.000,00	R\$ 4.920,00	15/05/13	Pagou
42	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 41.000,00	R\$ 4.920,00	15/01/13	Pagou
43	Linha Nova Terra	Doença na família	R\$ 41.400,00	R\$ 4.968,00	15/05/13	Não pagou
44	Linha Vaca Branca	Concentração de crédito	R\$ 26.000,00	R\$ 3.120,00	15/01/13	Pagou
45	Linha Nova Terra	Doença na família	R\$ 50.000,00	R\$ 6.000,00	15/05/13	Não pagou
46	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 32.250,00	R\$ 3.870,00	15/05/13	Não pagou
47	Linha Segredo II	Concentração de crédito	R\$ 21.000,00	R\$ 2.520,00	15/04/13	Pagou
48	Linha Concordia	Concentração de crédito	R\$ 46.800,00	R\$ 5.616,00	15/04/13	Pagou
49	Linha Coronel Vivida	Concentração de crédito	R\$ 57.000,00	R\$ 6.840,00	15/04/13	Pagou

N ^o	Endereço	Motivo	Valor dívida	Valor Parcela	Vencimento	Situação
50	Linha Coronel Viçosa	Concentração de crédito	R\$ 42.000,00	R\$ 4.872,00	15/02/13	Pagou
51	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 70.000,00	R\$ 8.120,00	01/01/13	Pagou
52	Linha Concordia	Concentração de crédito	R\$ 75.000,00	R\$ 8.700,00	15/04/13	Pagou
53	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 75.000,00	R\$ 8.700,00	15/04/13	Pagou
54	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 75.000,00	R\$ 8.700,00	15/04/13	Pagou
55	Linha Coronel Viçosa	Doença na família	R\$ 31.000,00	R\$ 2.436,00	15/06/13	Pagou
56	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 55.000,00	R\$ 6.380,00	15/05/13	Pagou
57	Linha Nova Terra	Concentração de crédito	R\$ 31.000,00	R\$ 3.658,00	15/06/13	Não pagou

Fonte: quadro elaborado pelo autor. Pesquisa de dados, 2013.

Verificando o quadro 01, pode-se afirmar que a maioria (87,72%) dos cooperados que estão no Revitaliza da CRESOL Honório Serpa decorrem da concentração de crédito, ou seja, um crédito com pouca análise, sem capacidade de pagamento ou sem uma orientação técnica e plano de viabilidade.

Logo, na primeira frustração de safra não conseguiram honrar com seus compromissos financeiros ou tiveram que desfazer de um bem ou do próprio bem financiado para poder quitar tal dívida.

Na sequência, vem o fator, doença nas famílias, representando 7,02% dos casos inadimplentes. E, por último, com 5,26% são os casos que compreendem a falta de foco. Ou seja, a

pessoa não tem aptidão para trabalhar com determinadas atividades, porém acaba sendo influenciada por terceiros e arisca-se sem, no entanto ter conhecimento suficiente para exercer tais atividades.

Dessa forma, leva esse produtor a abandonar seu projeto inicial, gerando uma situação de "aperto financeiro" tendo na maior parte das vezes como alternativa vender ou iniciar uma nova atividade.

Pelos dados do quadro 01, pode-se verificar também que a inadimplência vem diminuindo com o trabalho que está sendo feito pelo Programa Revitaliza.

Do total da dívida correspondente a um volume de R\$ 1.384.831,88, somente 2,96% do montante, ou seja, R\$ 40.931,01, distribuídos em 18 cooperados não conseguiram quitar seus débitos em dia.

Isso significa que, por outro lado, 68,42% dos cooperados estão pagando em dia. Destes, 39 cooperados fazem parte do Programa Revitaliza, demonstrando sua eficiência no processo de resgatar os cooperados a fim de reintegrá-los no processo produtivo, aptos a buscar e usufruir de novas linhas de crédito.

Isto corresponde a um número representativo pela quantidade de pessoas que voltaram a fazer suas movimentações financeiras na Cooperativa CRESOL. Para conseguir liquidar todos os endividamentos desses cooperados levará em média, 7,5 anos.

Outro ponto importante a ser salientado é que a recuperação desses cooperados foi ponto fundamental para a continuidade da CRESOL Honório Serpa, pois a Unidade já estava em processo de liquidação, devido aos resultados negativos

apresentados nos anos anteriores.

O fato gerador dos resultados negativos estava diretamente influenciado no alto índice de inadimplência que chegou a 46% em determinado momento e a cooperativa não conseguia receber e tão pouco emprestar, pois quem não era devedor era avalista de operações que estavam em atraso.

A recuperação desses cooperados não afeta somente a Unidade da CRESOL de Honório Serpa, mas sim todo o município.

A reinserção e a retomada de créditos pelos cooperados representam mais pessoas em condições de consumo e, principalmente, para investimentos na propriedade. Isso faz com que ocorra aumento na renda, e conseqüentemente, aumentando o fluxo de dinheiro no comércio local.

Vale ressaltar também que tem um valor intangível que não tem como mencionar nos dados, que é a recuperação da autoestima das famílias, fato que influencia na produtividade e na qualidade de vida desses cooperados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo demonstrar que o crédito rural tem dois lados. Por um lado, pode ajudar a desenvolver, mas por outro, pode aumentar o endividamento das pessoas. Isso poderá conduzi-las para situações adversas, gerando dificuldades financeiras e até mesmo, levá-las a atos extremos de se desfazerem do único bem que lhe gera renda e, conseqüentemente parar à margem das cidades submetendo-se a trabalhos pouco qualificados e de remunerações insignificante.

O trabalho também mostra que mesmo com o erro no passado, no momento de contrair o empréstimo e até mesmo o despreparo das instituições financeiras na hora de analisar o crédito, levando a concentração deste e o conseqüente endividamento, é possível recuperar esse crédito com o associado com um simples planejamento e acompanhamento técnico.

Verificando os dados percebe-se que todos os créditos rurais devem ter um acompanhamento técnico desde a elaboração do projeto, ver viabilidade, como após a implantação dando sequencia com orientação e sugestão do uso de tecnologias apropriadas. Não basta apenas conceder o crédito; é preciso ter um acompanhamento desde o início até o final da sua quitação total. O segredo da recuperação e evolução é o acompanhamento contínuo.

Também como orientação, é importante que seja discutido junto com a família dos cooperados, os novos projetos a serem implantados na propriedade, pois ela faz parte do processo de desenvolvimento do mesmo.

REFERÊNCIAS

IRION, J. E. O. **Cooperativismo e Economia social** / João Eduardo Irion. - São Paulo - Editora STS, 1997.

MEINEN, E. **Cooperativas de crédito no direito Brasileiro** / Ênio Meinen, Jefferson Nercolini Domingues; org. Jane Aparecida Stefanos Domingues. - Porto Alegre: Editora Sagra Luzzato, 2002. (Série Cooperativismo; V.2).

PINHEIRO, M. A. H. **Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil**. 6ª ed. – Brasília: BCB, 2008.

SCHARDONG, A. **Cooperativa de Crédito: Instrumento de organização econômica da sociedade**. Porto Alegre: Rigol, 2002.

ANÁLISE DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS TOMADOS NAS LINHAS DE CRÉDITO DE INVESTIMENTO AGRÍCOLA E PECUÁRIO NO SISTEMA CRESOL NA REGIÃO SUDOESTE DO PARANÁ

Geliandro Feltrin¹
Jaime Antonio Stoffel²

INTRODUÇÃO

Conforme o Instituto de Economia Agrícola - IEA (2013), ao longo dos últimos anos tem sido constante a demanda dos produtores por ampliação dos limites de financiamento, justificada pelo aumento dos custos de produção e pelo crescimento da escala de produção que suportem a adoção de tecnologia e atendam a níveis adequados de viabilidade econômica.

Segundo a Revista de Economia e Sociologia Rural em um dos seus artigos dos autores Marcio Gazeller e Sergio Schneider "O

¹ Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário. Geliandro@cresol.com.br;

² Professor Adjunto do curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus Francisco Beltrão – Pr.

surgimento do PRONAF é um marco na intervenção do Estado na agricultura brasileira, porque representa a incorporação efetiva dos agricultores familiares às políticas para o meio rural”.

Em 2004, Schneider et al. (2004, p. 21) afirmaram que “[...] o surgimento do PRONAF representa o reconhecimento e a legitimação do Estado em relação às especificidades de uma nova categoria social - os agricultores familiares - que até então era designada por termos como pequenos produtores, produtores familiares, produtores de baixa renda ou agricultura de subsistência”.

Seguindo os mesmos autores relatam que o PRONAF emergiu na década de 1990 como a principal política de apoio econômico e produtivo à agricultura familiar, a partir da qual outras políticas e programas importantes foram desenhados, visando integrar as ações governamentais para este segmento social.

Pode-se citar, por exemplo, o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA, a Lei da Agricultura familiar, o Seguro Rural, a nova Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER e, mais recentemente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que já existia desde os anos 1950, mas foi reestruturado visando atender a compra de alimentos dos agricultores.

Neste estudo analisam-se as interfaces do Programa. Diagnosticar se existe a prática de não aplicabilidade dos recursos desses programas para os devidos fins. Se houver quais as causas que levam aos acontecimentos. A análise se dará apenas nos recursos operados pela instituição financeira Cooperativa de Crédito com Interação Solidária CRESOL, tomando-se os dados

dos recursos do crédito de custeio e investimento aplicados no sudoeste paranaense onde a CRESOL tem sua área de atuação, local em que foi desenvolvida a pesquisa empírica.

Os investimentos quando são tomados pelos seus associados e aplicados de forma correta darão resultados positivos, conforme proposto no projeto técnico, salvo quando houver sinistro por fatores externos (climáticos e doenças).

Já nos casos onde não houver a aplicação do recurso para a finalidade pretendida, geralmente o associado não vai ter condições de fazer a quitação na data definida e as condições de vida da família vão passar por sérios problemas.

Para responder a essa questão, em torno da qual se estruturam os argumentos do texto, analisa-se o Programa do PRONAF a partir de lógicas de ação diferenciadas. De um lado, sustenta-se que o Programa fortaleceu a inserção produtiva histórica da agricultura, como ocorre nos casos do fomento à produção de grãos e *commodities* agrícolas, com destaque aos cultivos do milho e da soja, e de outro o que leva ao desvio desses recursos.

Ressaltar a importância da aplicação dos recursos federais (investimentos) na sua aplicabilidade em todos os agentes financeiros; se a pessoa tomadora desse empréstimo não usar este recurso conforme o projeto desenvolvido terá problemas futuros para a quitação do mesmo, por conta disso se faz necessário um diagnóstico para avaliar se os investimentos estão sendo empregados de acordo com sua finalidade.

1. História do Cooperativismo: Conceito e Origem

Cooperativismo é uma esfera da economia social que tem como base a união das pessoas com o intuito de ajuda mútua de forma solidária e responsável, partindo do princípio de que todos são iguais e reconhecem imparcialmente o direito de cada um, preocupando-se com seu semelhante acreditando na honestidade e transparência das pessoas.

De acordo com a Lei 5.764/71 "as cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica própria, de natureza civil, não sujeitas à falência, constituída para prestar serviços aos cooperados".

Para Oliveira (1969, p. 15), "a cooperação é uma forma de interação, na qual diferentes pessoas ou grupos trabalham juntos para um fim comum". Essa união pode se dar em vários setores econômicos ou sociais como na agropecuária, indústria, comércio ou na prestação de serviços. Podendo também existir a união das cooperativas formando assim as cooperativas centrais que defendem interesses singulares.

Ainda segundo Oliveira (1969) o primeiro movimento cooperativista originou-se no Bairro Rochdale em Manchester na Inglaterra no ano de 1844 em meio a Revolução Industrial. A economia do país era baseada na tecelagem, vivia-se um capitalismo ganancioso, com prática de preços abusivos, onde a burguesia detinha muito capital para financiar as fábricas e contratar mão de obra a qual era abundante e sujeitava-se trabalhar até 16h por dia.

A sociedade evoluiu e com ela também evoluiu o cooperativismo e seus segmentos. As pessoas aprenderam a se organizar e trabalhar em sistemas cooperativos, dando origem a uma nova cultura com opções frente ao mercado capitalista. A interação entre os indivíduos é de fato um processo natural do ser humano, como sugere Souza (1977), o homem é naturalmente um ser social, onde, "ser social" refere-se à vida em sociedade.

O movimento cooperativista criado pelos tecelões de Rochdale em 1844 gerou muitos princípios e norteadores para o cooperativismo no mundo todo. Alguns desses princípios ainda persistem e são considerados como base para constituição de qualquer forma de cooperativa, necessários para que não ocorra o desvio dos propósitos cooperativos tornando-se uma entidade econômica qualquer.

Dentro de uma cooperativa, os valores humanos de ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade são sua essência e geram conceitos que dão identidade ao cooperativismo, como Cooperar, cooperação e sócios.

1.1 História do Sistema CRESOL

No texto de Aline Rodrigues retirado do Portal do Governo do Rio Grande do Sul (2013), "O surgimento do Sistema CRESOL de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária deu origem à construção de outro cooperativismo. No lugar de estruturas centralizadas e grandes unidades, optou-se por estruturas descentralizadas, com forma de rede e unidades

pequenas, mas articuladas entre si e com a comunidade local, contribuindo assim para a democratização do crédito rural e para o efetivo controle social. A expressão 'interação solidária' significa que, mesmo as cooperativas sendo independentes e possuindo suas próprias regras de conduta, são solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social."

Ainda a autora do texto menciona o conceito de 'interação solidária' expressa a ideia de responsabilidade compartilhada entre cooperados e dirigentes, que devem acompanhar e ter controle sobre seu funcionamento. O Sistema CRESOL é fruto da luta dos agricultores familiares por acesso ao crédito e por uma vida digna e sustentável no campo.

A cooperação internacional - MISEREOR, através de intercâmbio de experiências, articulação e assessoria técnica especializada sobre temas como Desenvolvimento Urbano e Rural, Direitos Humanos, Saúde, Paz e muitos flangeia esses processos.

A mesma acompanha estreitamente as organizações parceiras, assessorando-as também em matéria de administração e desenvolvimento institucional, sempre que necessário. As cooperativas nasceram das experiências do Fundo de Crédito Rotativo - FCR, financiado pela MISEREOR, foi criado na década de 80 e início dos anos 90, no Sudoeste do Paraná por um conselho de entidades populares da região.

Dessa experiência com o crédito rotativo e com o propósito de ampliar o raio de ação do crédito surgem em 1996 as primeiras unidades Cooperativas CRESOL.

Três delas surgiram no Sudoeste do estado do Paraná (Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema) e duas no Centro-Oeste (Pinhão e Laranjeiras do Sul). Na mesma época do nascimento do Sistema CRESOL, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar - PRONAF, importante ferramenta para estruturação das cooperativas e das famílias agricultoras.

Depois de vários estudos e debates "[...] em meados de 1995 surgiu a primeira cooperativa do modelo CRESOL, no município de Dois Vizinhos Paraná - PR. Ainda naquele ano, novas cooperativas foram formadas nos municípios de Marmeleiro, Pinhão, Laranjeiras do Sul e Capanema, todas no Paraná". (BÚRIGO, 2010, p.217)

Búrigo (2006) expõe que a ação das cooperativas de crédito do Sistema CRESOL trouxe vantagens como, a maior disponibilidade de crédito e outros serviços financeiros aos agricultores familiares; a simplificação e flexibilidade nos critérios de liberação dos financiamentos, reduzindo os custos de transação e facilitando a disponibilidade do crédito em épocas mais oportunas.

O estímulo às atividades inovadoras e à gestão compartilhada das cooperativas, bases e centrais garantiu também a consolidação de um modelo gerencial, em que se fortalece o controle social das cooperativas de crédito.

Uma cooperativa não nasce sem estudos prévios de prevenção e viabilidade. Segundo Manual de expansão do Sistema CRESOL (2005), para que possa ser elaborado o Plano de Viabilidade de uma cooperativa o mesmo deverá ser aprovado pelo

Conselho de Administração da Cooperativa CRESOL Baser, e filiação a Central.

As cooperativas de crédito normalmente têm um baixo custo operacional e grandes chances de viabilizarem sua sustentação financeira ao longo do tempo.

Entretanto, antes da criação de uma cooperativa, é preciso fazer uma análise de sua viabilidade econômica, considerando as reais condições existentes no local onde se deseja constituir-la.

A CRESOL sempre defendeu que cada município tivesse sua própria cooperativa – é uma aposta na proximidade como estratégia para ampliar a qualidade e o impacto social de seus serviços. Usou a descentralização financeira e administrativa, como meio de evitar a concentração da decisões e poder financeiro, mesmo quando isso poderia significar uma redução dos ganhos em escala (BÜRIGO, 2010, p. 218)

O crédito rural tem chegado até às mulheres por meio das cooperativas de crédito CRESOL como uma política afirmativa de inclusão financeira das mulheres cooperadas. A linha de repasses de recursos oficiais na modalidade PRONAF MULHER tem regras próprias definidas pelo Manual de Crédito Rural – MCR, anunciados anualmente como Plano Safra para Agricultura Familiar.

Além das linhas de recursos oficiais, a Cooperativa CRESOL tem produtos e serviços de recursos próprios, como cartão, seguros, créditos pessoais e um programa de formação para mulheres que trabalham em seus próprios empreendimentos, agregando valor a sua produção. Seja ela produção de alimentos ou transformação.

1.2 Tipos de Sociedades Cooperativas e seus Objetivos e com Qual a CRESOL se Identifica

As cooperativas são classificadas de acordo com seus objetivos, suas dimensões. Conforme a Organização de Cooperativas do Brasil - OCB as classificações são:

Singular ou de 1º grau: tem objetivo de prestar serviços diretos ao associado. É constituída por no mínimo 20 pessoas físicas. Não é permitida a admissão de pessoas jurídicas com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas que a integram;

Central e Federação ou de 2º grau: seu objetivo é organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços. É constituída por no mínimo três cooperativas singulares. Excepcionalmente, pode admitir pessoas físicas;

Confederação ou de 3º grau: organiza em comum e em maior escala, os serviços das filiadas. Três cooperativas centrais e ou federações de qualquer ramo são a quantidade mínima para constituir uma federação.

Com relação à segmentação, uma cooperativa pode adotar qualquer gênero de serviço, operação ou atividade, sendo que ela é definida de acordo com o perfil de seus associados. Diante disso, conforme alguns autores, órgãos e instituições, entre eles: Iriani (1997), Crúzio (2005), OCB, SEAGRI, COOPERTINGA, os principais segmentos cooperativistas existentes atualmente são:

Cooperativas Agropecuárias: Esse tipo de segmento iniciou no Brasil em 1907 em Minas Gerais, tendo como principais influenciadores os colonos europeus. Este é um dos principais segmentos cooperativos existentes no Brasil, sendo responsável pela organização da produção agropecuária incentivada a procurar novas fontes de recursos para investimento e capitalização. Dentro dessas cooperativas os associados podem efetuar compras de insumos, assim como, venda da produção, podendo contar ainda com prestação de serviços de assistência técnica, armazenagem e industrialização.

Cooperativas de Crédito: Os sócios deste tipo de segmento são tomadores ou poupadores de recursos financeiros e a cooperativa trabalha no intuito de fornecer crédito e valorização das aplicações financeiras em condições melhores do que as oferecidas pelo mercado. No Brasil este tipo de segmento cooperativo iniciou-se no Rio Grande do Sul pelo P. Theodor Amstadt. As cooperativas de crédito são fiscalizadas e acompanhadas pelo Banco Central do Brasil, e a operação via BNDES.

2. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura familiar- PRONAF Investimento

2.1 Objetivos do PRONAF Investimento

Apoio financeiro a atividades agropecuárias ou não-agropecuárias, para implantação, ampliação ou modernização da estrutura de produção, beneficiamento, industrialização e de serviços, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, de acordo com projetos específicos.

Destina-se a promover o aumento da produção e da produtividade e a redução dos custos de produção, visando à elevação da renda da família produtora rural.

2.2 Beneficiários

Agricultores e produtores rurais familiares que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) válida, e:

- Explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro ou concessionário do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou permissionário de áreas públicas;
- Residam na propriedade ou em local próximo;
- Não disponham, a qualquer título, de área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados segundo a legislação em vigor (este item

não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse os quatro módulos fiscais);

- d) Obtenham, no mínimo, 50% da renda familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento;
- e) Tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando apenas eventualmente o trabalho assalariado, de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; e
- f) Tenham obtido renda bruta anual familiar de até R\$ 360 mil nos últimos 12 meses que antecedem a solicitação da DAP, considerando neste limite a soma de todo o Valor Bruto de Produção - VBP, 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebidas por qualquer componente familiar, exceto os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP válida, e:

- a) Se enquadrem nos requisitos 1.a, 1.b, 1.d, 1.e e 1.f, citados anteriormente;
- b) Sejam extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- c) Sejam integrantes de comunidades quilombolas rurais;
- d) Sejam membros de povos indígenas; e
- e) Sejam membros dos demais povos e comunidades tradicionais.

Agricultores e produtores rurais familiares que comprovem seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP válida, e que sejam:

- a) Pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais;
- b) Aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m² de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; ou
- c) Silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes.

3. Metodologia

O trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica sobre cooperativismo e suas linhas de crédito em especial o PRONAF. Foram definidos pontos relacionados para se possível, identificar, avaliar e analisar os pontos positivos e negativos que há na sua estrutura e assim propor sugestões que melhorem o seu funcionamento.

Através de um diagnóstico que tem o intuito de levantar dados, estes coletados a campo e quantificar um valor de 10% do total de operações de investimento liberados nas cooperativas CRESOL em todo o sudoeste do estado paranaense, no ano de 2012. Para tanto, foram feitas visitas, registros de imagens e laudos, conforme serão descritos nos itens a seguir.

As coleta dos dados da referida pesquisa, foram efetuadas a campo, em visitas as propriedades rurais em 374 operações de PRONAF Investimento. O estudo envolve toda a região Sudoeste do Paraná, todas famílias cooperadas do Sistema CRESOL.

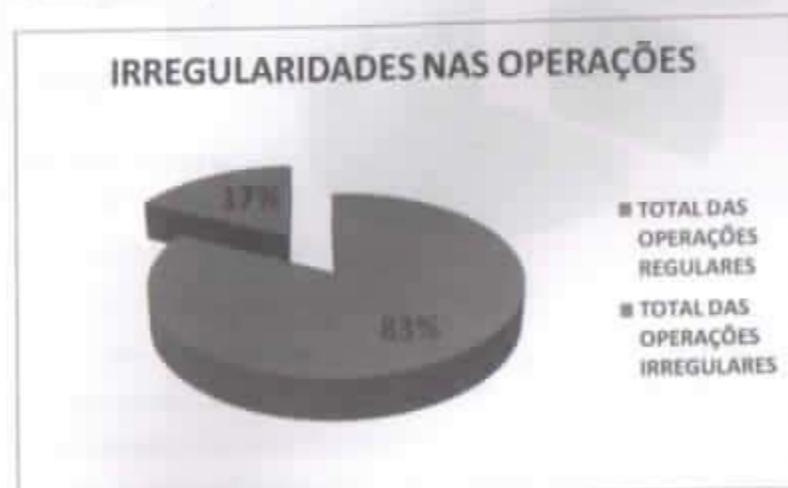
Foram adotados métodos para quantificar se há a prática de mau uso do recurso com o dinheiro do PRONAF. Procurou-se identificar junto aos agricultores se está havendo algum tipo de desvio de informação entre associado e a instituição financeira. Além de verificar se o problema é a falta de assistência técnica - ATER ou se de fato isso ocorre pela oportunidade do associado ao acessar o crédito com um juro barato.

Todas essas hipóteses terão clareza a partir do resultado da pesquisa de campo onde foram levantados dados quantitativos e qualitativos.

4. Resultados da Pesquisa

A forma de abordagem na propriedade com o produtor é simples. Com uma breve apresentação e o motivo pelo qual o auditor se encontra ali. Em seguida pergunta-se sobre a data e onde ele realizou a operação de PRONAF Investimento e qual foi o item financiado. Na sequência é verificado se o mesmo foi adquirido; se foi, o produtor acompanha o auditor até o local onde está o item. Os resultados da pesquisa são demonstrados nos gráficos a seguir:

Gráfico 01 - Irregularidades nas operações do PRONAF Investimentos



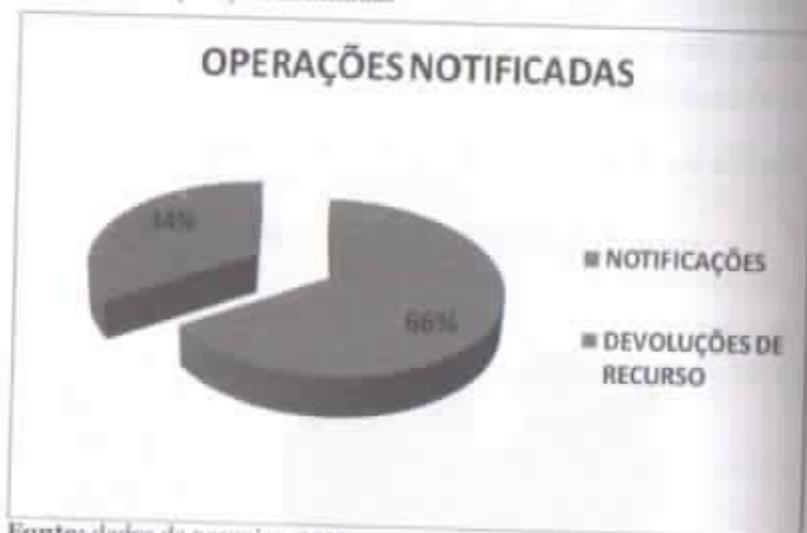
Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Do total das operações fiscalizadas, 78 operações não se encontravam de acordo com o projeto técnico proposto. Estas sofreram notificações em um prazo de 30 dias para a resposta,

explicando os motivos por não ter concluído o projeto e se houve a regularização da inconsistência.

As operações, nas quais apresentaram irregularidades na sua aplicação, o produtor rural será notificado e terá um prazo máximo de 30 dias para a resposta do ofício emitido contra ele. Se houver a regularização da irregularidade o fato é encerrado. Caso não haja, a operação é liquidada antecipadamente.

Gráfico 02: operações notificadas



Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Das 78 operações que sofreram as notificações - e que em 30 dias se expirou o prazo para a defesa - 41 delas tiveram a decisão do Comitê de auditoria pela liquidação antecipada. Em outras palavras, é devolver o recurso tomado pelo emitente.

As outras 37 operações que foram notificadas por haver irregularidades (conforme Gráfico 03), o cooperado regularizou as

inconsistências encontradas. Ex.: Cooperado financiou a compra de 10 matrizes leiteiras, mas no dia da visita cinco matrizes haviam morrido e o cooperado fez a reposição dos animais faltantes.

Gráfico 03: operações Regularizadas



Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Se na visita à propriedade for identificada a irregularidade, o cooperado receberá uma notificação para esclarecimento dos fatos e possível regularização do projeto.

O prazo de resposta é de 30 dias. Se nesse período nada for esclarecido com provas documentais, o comitê de auditoria da Central CRESOL Baser decidirá em liquidação da operação, onde o agricultor terá que pagar todo o valor da operação dentro do próprio mês.

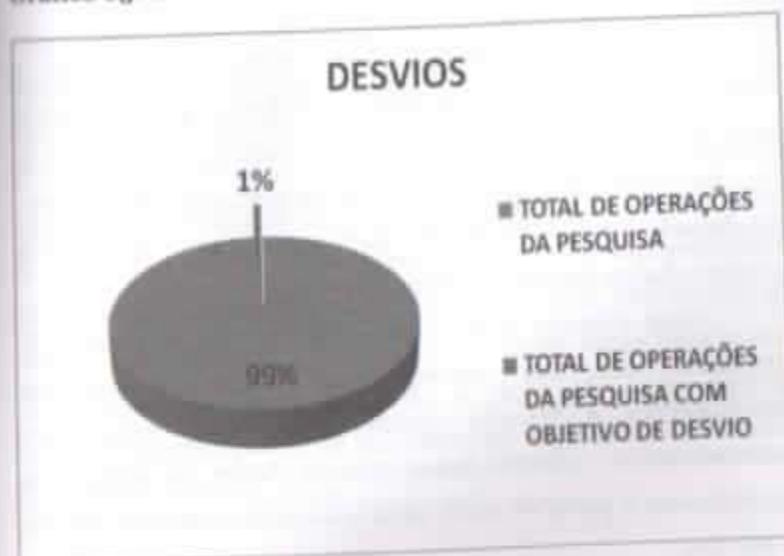
Gráfico 04: operações regulares



Fonte: dados da pesquisa, 2013.

Do total de 374 operações investigadas e apresentadas nessa pesquisa, 296 operações não apresentaram nenhum problema na execução do projeto e todos aplicaram o recurso corretamente e no prazo estabelecido. Qual seja de no máximo 60 dias após a liberação.

Gráfico 05: desvios dos recursos financiados.



Fonte: dados da pesquisa, 2013.

De todas as visitas realizadas, apenas três cooperados afirmaram que realizaram a operação, já pensado em desviar o recurso para outros fins, (pagar contas externas, comprar carro, reforma de casa, entre outros).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ressalta-se que a principal finalidade do PRONAF Investimentos está voltada para atividades econômicas historicamente instituídas dos agricultores, o que, nesta região em investigação é um dos motivos que os têm levado

a um aumento de sua vulnerabilidade social (ELLIS, 2000).

Este viés do PRONAF em continuar financiando o processo de mudança da base técnico-produtiva da agricultura já havia sido verificado por outros autores como Carneiro (1997, p. 71), que asseverou que o "padrão de organização da produção privilegiado pelo PRONAF sustenta-se nas noções de produtividade e na rentabilidade crescentes".

Com o tempo, é óbvio que os agricultores precisariam de melhorias em sua infraestrutura rurais (maquinários, equipamentos e veículos agropecuários) para continuarem incrementando o plantio destas culturas. Assim, os recursos de investimento a partir de 2008, principalmente, voltam-se também a este fim.

Contudo, em decorrência dessa lógica do Programa, forma-se um círculo vicioso na aplicação dos recursos do crédito, em que atualmente estão totalmente integrados os recursos de custeio com os de investimento, pois os dois vão estimular as mesmas atividades produtivas, aprofundando a destinação do crédito em torno de uma lógica de desenvolvimento produtivista e setorial da agricultura familiar (AQUINO e SCHNEIDER, 2010).

Entretanto, em face do que foi apresentado neste trabalho, considera-se necessário que o Programa necessita de reformulações em sua evolução política, bem como ajustar o foco nas reais necessidades da agricultura familiar em suas várias dimensões. Como nas questões ambientais; nas estratégias coletivas das famílias; o fomento às suas pequenas atividades econômicas e produtivas; incentivos à produção de alimentos (o

seu autoconsumo, que está relacionado à segurança alimentar e nutricional); incorporar as atividades rurais não agrícolas e financiar empreendimentos que fortaleçam a célula básica da agricultura praticada em pequena escala - a família.

Comprova-se por meio dos dados levantados e analisados na pesquisa que, apesar de pouco significativo (apenas 1% do total da amostra), existe o desvio de recursos por parte dos associados da cooperativa. Um dos principais motivos desse fato ocorrer se fixa no juro baixo do empréstimo e o longo prazo para o seu pagamento. Associado a isso, a falta de um melhor acompanhamento por parte da Instituição no destino do crédito, também deve ser registrado.

REFERÊNCIAS

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO - BNDES. **Programa nacional de apoio ao médio produtor rural PRONAMP investimento**. Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/>>

BNDES. **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social**.

<[/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html](http://bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html)>. Acesso em: jun. 2013. http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/PRONAF.html. Acesso em 29/10/2013

BRASIL. **Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**. Governo aprova preços mínimos para a safra 2013/14. **Política agrícola**, Brasília, jun. 2013. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/politica-agricola/noticias/2013/06/governo-aprova-precos-minimos-para-a-safra-201314>>. Acesso em: nov. 2013.

BRASIL. COOPERATIVO. OCB – SESCOOP. Disponível em:
<http://www.ocb.org.br/site/cooperativismo/classificacao.asp>.
Acesso em: 09/06/2013.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Novas regras do programa safra 2013/2014**. Nota às entidades que operacionalizam o programa de subvenção ao prêmio do seguro rural – PSR. Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Seguro%20Rural/Nota%20-%20Novas> Acesso em: nov. 2013.

BÜRIGO, F. L. **Finanças e Solidariedade: Uma análise do Cooperativismo de Crédito Rural Solidário no Brasil**. 2006. Disponível em:
<http://www.CRESOL.com.br/site/upload/downloads/60.pdf>

BÜRIGO, F. L. **Participação Social E As Políticas Públicas Para A Agricultura No Brasil: Dissonâncias Entre Espaço Público E Projetos Políticos De Sociedade**. 2010. Disponível em:
[http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPIA_br_044-12_2012-Silvia_Zimmermann%20\(2\).pdf](http://oppa.net.br/artigos/portugues/artigo_OPPIA_br_044-12_2012-Silvia_Zimmermann%20(2).pdf)

CRESOL - Sistema de Cooperativas de Crédito Rural com Interação Solidária. Central Baser. Disponível em:
<http://www.CRESOL.com.br/site/conteudo.php?id=28>. Acesso em: 09/06/2013.

GAZELLA M.; Sergio Schneider Rev. Econ. Sociol. Rural vol.51 no. 1 Brasília Jan./Mar. 2013. **Qual "fortalecimento" da agricultura familiar? Uma análise do PRONAF crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul**. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032013000100003&script=sci_arttext

INSTITUTO DE ECONOMIA AGRICOLA: Disponível em:
<http://www.iea.sp.gov.br/out/verTexto.php?codTexto=12708>
Acesso em: nov. 2013.

LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo. Editora Atlas, 2008.

LEÃO, A. L. C.; SILVA, L. M. A. **Fazendo Educação Ambiental**. 4ª ed. Recife: CPRH, 1999.

MISEREOR – **Cooperação e Serviço**. Disponível em:
<http://www.misereor.org/pt/cooperation-and-service.html>.
Acesso em: outubro. 2013.

OLIVEIRA, I. E. de M. C. **Introdução aos Estudos Sociais**. -8ª ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, Serv. de publicações, 1969.

OLIVEIRA, M. P. de. **Formação e Distribuição das Sobras nas Cooperativas de Crédito: Um estudo de caso na Cooperativa De Crédito De Livre Admissão de Associados do Vale do Juruena – Sicredi UNIVALES**, 1997. Disponível em:
http://www.biblioteca.ajes.edu.br/arquivos/monografia_2011091-2181630.pdf

RODRIGUES, A. **Portal do Governo do Rio Grande do Sul. Texto e foto**: Publicação: 01.03.13-2014 Atualização: 01.03.13-22:39. Disponível em:
<http://www.rs.gov.br/master.php?int=noticia¬id=110011&tpa=ce=2>. Acesso em: outubro. 2013.

SANTOS, C. C. M.; CEBALLOS, Z. H. de M. **A Importância do Cooperativismo**. 2005. Disponível em:
http://www.inicepg.univap.br/ed/INIC_2006/inic/inic/06/INIC0000270k.pdf

SEIXAS, C. F. B. **Estudo de Campo**. Disponível em:
<<http://educacao.uol.com.br/planos-aula/fundamental/ciencias-estudo-de-campo.jhtm>>. Acesso em: outubro. 2013.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 23. ed. Rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2007.

SOUSA, D. de. **Introdução à Sociologia**. - 1ª Ed.- Lisboa 1977.

MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NA PRODUÇÃO DE LEITE EM ENÉAS MARQUES - PR

Giceli Rohling¹
José Maria Ramos²

INTRODUÇÃO

A pecuária leiteira é uma atividade de grande relevância no município de Enéas Marques/PR. A produção de leite é um segmento que se destaca devido ao seu caráter de complementaridade à renda dos pequenos produtores familiares.

A produção de leite, via de regra, não é especializada, porém é praticada por produtores que estão incorporando, progressivamente, tecnologia ao processo produtivo, haja vista a utilização de tanques de expansão e ordenhadeiras mecânicas ou canalizadas.

Este artigo tem como objetivo analisar e caracterizar os produtores de leite e as transformações da modernização na

¹ Trabalho de conclusão do Curso de Especialização em Gestão do Cooperativismo Solidário. Giceli.rohling@gmail.com;

² Doutorado em Direito - FUC-PR, Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Francisco Beltrão. E-mail: jnramoseco@hotmail.com

pecuária leiteira, no contexto da agricultura familiar no município de Enéas Marques/PR.

Na agricultura familiar, a proporção de agricultores que se dedicam à produção de leite é elevada e apresenta importância estratégica na composição das receitas da propriedade pelo seu caráter de produção diária, ainda que não seja a atividade principal.

No entanto, pelas dificuldades enfrentadas por esse tipo de agricultor, principalmente a baixa capacidade de endividamento – a qual resulta em baixos investimentos –, as condições técnicas de produção são deficientes e os rendimentos físicos obtidos, particularmente a produção por vaca ordenhada, são baixos.

Além disso, os pequenos produtores de leite são individualmente frágeis diante das empresas que adquirem a pequena produção leiteira, recebendo frequentemente preços aviltados (IPARDES, 2003).

Melhorar a qualidade de vida e ampliar a renda na agricultura familiar são desafios constantes, tanto para a formulação de políticas públicas como para os agricultores, na identificação de alternativas que possam melhorar a situação do pequeno produtor. No município de Enéas Marques a atividade leiteira é exercida, predominantemente, pela agricultura familiar, sendo uma das principais alternativas de renda.

A atividade leiteira exige que o agricultor esteja sempre em busca de aperfeiçoamento e em busca de novas tecnologias de produção tais como: no manejo, na produção, na recria e na

genética dos animais; no tratamento e prevenção de doenças; pastagens e alimentação; inovando os equipamentos.

Na atividade leiteira, é necessário estar acompanhando o desenvolvimento do mercado do leite e seus derivados, pois com as melhorias sugeridas, os agricultores têm melhores condições de trabalho, aumento da capacidade de produção e renda.

1. Modernização da Agricultura Familiar

A modernização da agricultura decorre de um complexo processo de transformações nos espaços agrícola e rural do mundo a partir da década de 1950, que ficou conhecida como a "Revolução Verde". No Brasil, o processo de modernização se torna mais visível a partir da segunda metade da década de 1960.

"Modernização da agricultura" é um complexo processo de transformações nos espaços agrícola e rural do mundo a partir da década de 50, no Brasil especialmente (ou mais visivelmente) a partir de meados da década de 60. Corresponha, efetivamente, a integração da agricultura ao processo de acumulação de capital. Isto ocorreu com a efetiva participação do Estado que através de suas políticas de crédito subsidiado, pesquisa, tecnologia, assistência técnica e extensão rural, viabilizou as maiores propriedades agrícolas, principalmente aquelas localizadas em terras melhores, mais férteis. Foi o tripé pesquisa agrícola, extensão rural e crédito rural subsidiado, portanto, que viabilizou o padrão tecnológico proposto com a "modernização da agricultura" (ALMEIDA, 1997, p. 01)

A expansão da agricultura moderna trouxe em seu bojo a expansão e o desenvolvimento do complexo agroindustrial, modernizando a base técnica dos meios de produção, impondo novas formas de produção agrícola. As transformações no campo ocorrem, porém, heterogeneamente, pois as políticas de desenvolvimento rural, inspiradas na modernização da agricultura, são civadas de desigualdades e privilégios.

A agricultura brasileira é marcada de um lado pelo grande sucesso por culturas de *commodities* destinadas ao mercado exportador e, de outro lado pequenos produtores com precárias condições de acesso à terra.

A denominação agricultura familiar vem ganhando espaço nas discussões acadêmicas e no quadro político brasileiro desde pelo menos a segunda metade da década de 1990.

Entretanto, Graziano da Silva (1978, p. 03) ainda em meados da década de 1970, identifica os componentes da pequena produção agrícola familiar.

a) utilização do trabalho familiar, onde se configura como unidade de produção; b) a posse dos instrumentos de trabalho ou parte deles; c) existência de fatores excedentes (terra, força de trabalho, meios de trabalho) que permitam uma produção de excedentes, destinados ao mercado; e d) não é fundamental a propriedade, mas sim a posse da terra, que mediatiza a produção, como mercadoria. Dessa forma, não só o proprietário, mas também o parceiro, o arrendatário e o posseiro, podem se configurar como pequena produção agrícola familiar.

Por sua vez, na legislação brasileira a definição de propriedade familiar consta do inciso II do artigo 4º do Estatuto da Terra, estabelecido pela Lei nº 4.504 de 30 de novembro de 1964, com a seguinte redação: "propriedade familiar: o imóvel que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros" e na definição da área máxima, a Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, estabelece como pequena os imóveis rurais com até 4 módulos fiscais.

Para ser caracterizado como agricultura familiar, ainda se faz necessário atender, simultaneamente, aos seguintes requisitos, definidos na Lei nº 11.326/06, artigo 3º. (BRASIL, 2013),

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;
- V - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Desta forma a agricultura familiar pode ser definida como uma unidade que tem na atividade agrícola sua principal fonte de renda e que tem como base da força de trabalho

empregada os membros da família, sendo permitido o emprego de terceiros temporariamente, quando a atividade agrícola assim necessitar.

As políticas públicas direcionadas à agricultura familiar surgem no Brasil a partir de meados da década de 90, com o Programa Nacional da Agricultura familiar - PRONAF que foi implantado em meados de 1996, graças à luta dos trabalhadores rurais por uma política pública específica e diferenciada para a agricultura familiar.

A agricultura familiar também desempenha papel fundamental no processo a valorização do desenvolvimento local, a partir de processos endógenos, ou seja, amplia o aproveitamento racional dos fatores de produção disponíveis em unidades territoriais delimitadas pela identidade sócio-cultural, sendo responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana.

Segundo Bittencourt (1997), melhorar a capacidade organizacional dos produtores, agregar valor aos produtos e facilitar o acesso dos mesmos ao mercado, tornando-os mais competitivos são, portanto, alternativas que contribuem para o aumento da renda e do desenvolvimento regional.

A agricultura familiar não pode ser compreendida como uma unidade independente no mercado, mas que faz parte de um elo de uma cadeia produtiva, devendo estar coordenados com os demais segmentos, tais como: canais de distribuição, inovação e tecnologia e acesso ao crédito. Assim, a agricultura familiar não pode estar isolada do desenvolvimento geral da sociedade.

A agricultura familiar está inserida em uma cadeia interdependente de operações, produção, processamento e distribuição, em que mercado exige cada vez mais eficiência em todos os segmentos da cadeia produtiva.

Segundo Oliveira *et al* (2010), "agricultura familiar, como um empreendimento rural, passa a ser encarada como uma verdadeira empresa, devendo obter conhecimentos acerca dos mercados em que atua, procurar ter maior eficiência no seu processo produtivo e maior integração na cadeia produtiva para atender as exigências e perspectivas do mercado".

Entretanto, de acordo com Abramovay (1992), os benefícios do progresso tecnológico na agricultura, que se mostram maiores que nas indústrias são rapidamente repassados para os setores não agrícolas, o aumento da produtividade não corresponde no aumento na renda do produtor agrícola, mas sim provoca a redução dos preços nessa ponta da cadeia produtiva.

A integração na cadeia produtiva, a necessidade de atender às crescentes exigências do mercado consumidor quanto à qualidade, preço, disponibilidade, dentre outros, exige do agricultor familiar estratégias para fazer frente a esses desafios. Dentre as estratégias destaca-se a atuação de forma coletiva, organizados em cooperativas ou associações, o que possibilita um maior poder de negociação no mercado.

2. Metodologia

Para desenvolver essa pesquisa adotou-se o método dedutivo e como método de abordagem a análise descritiva e analítica, visando identificar e obter informações sobre as

características da atividade leiteira a partir de referências sobre o assunto com destaques para artigos, livros e sites que possam contribuir para o enriquecimento da pesquisa.

Para atender aos objetivos da pesquisa foi aplicado questionário previamente estruturado, abrangendo três categorias de análise: caracterização dos produtores na atividade leiteira, processo de comercialização e a aplicação de tecnologias/ inovações na produção de leite.

O questionário foi aplicado em agosto de 2013 para uma amostragem de 40 agricultores familiares que tem como sua principal atividade na propriedade a produção do leite.

Esse contingente representa aproximadamente 10% das famílias que são associadas à Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária – CRESOL, na cooperativa singular de Enéas Marques/PR.

3. Análise e Discussão dos Resultados

O município de Enéas Marques/PR está localizado na microrregião de Francisco Beltrão, na mesorregião Sudoeste do Paraná, distante 493,8 Km de Curitiba (capital do Estado). Fundado em 1964, com uma área de 193,27 Km², de acordo com o Censo Demográfico de 2010, possui uma população de 6.103 habitantes (ATLAS BRASIL, 2013).

A população de Enéas Marques entre 2000 e 2010, teve uma taxa média de crescimento anual de -0,45%.

Na década anterior, de 1991 a 2000, a taxa média de crescimento anual foi de -1,71%, tais indicadores apontam para uma perda populacional.

Quando se analisa a distribuição da população residente em áreas urbanas ou rurais, as estatísticas do Atlas Brasil (2013), evidenciam um município em que maior parte de população, 65,16%, vive no meio rural conforme indica informações contidas na tabela 01.

Tabela 01 - População Total, por Gênero, Rural/ Urbana e Taxa de Urbanização - Enéas Marques - PR

População	População (1991)	% do Total (1991)	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	7.455	100,00	6.382	100,00	6.103	100,00
Homens	3.841	51,52	3.301	51,72	3.134	51,35
Mulheres	3.614	48,48	3.081	48,28	2.969	48,65
Urbana	1.405	18,85	1.250	19,59	2.126	34,84
Rural	6.050	81,15	5.132	80,41	3.977	65,16
Taxa de Urbanização	-	18,85	-	19,59	-	34,84

Fonte: Atlas Brasil 2013.

O município de Enéas Marques tem seu alicerce econômico pautado na agricultura familiar, principalmente pecuária leiteira e criação de aves (frangos e perus), em regime de "integração" com grandes frigoríficos da região.

A caracterização social dos agricultores familiares envolvidos com a produção leiteira aponta com base nos dados

coletados, que 87,5% dos entrevistados utilizam apenas mão de obra familiar residentes na propriedade e 97,5% responderam que não fazem a contratação de mão de obra.

A pesquisa também identificou que em 7% dos produtores de leite a família é composta de duas pessoas e 93% são de 3 a 5 pessoas. Em relação ao tamanho das propriedades, 80% (22) das propriedades tem tamanho inferior a 30 hectares, ou seja, são classificadas como agricultura familiar.

O rebanho bovino em 2012 era de 21.750 cabeças, apresentando uma redução de -4,85% quando comparado ao ano de 2008 e uma redução de -0,79% para o ano de 2009.

Contudo de 2011 para 2012 houve um aumento de 9,98% do rebanho, conforme aponta os dados da tabela 02.

Tabela 02 Rebanho Bovino, vacas ordenhadas, produção de Leite e valor da produção no município de Enéas Marques-PR no período de 2007 a 2012.

Ano	Rebanho Bovino (cabeças)	Variacão %	Vacas ordenhadas (cabeças)	Variacão %	Produção de Leite (Mil litros)	Variacão %	Valor da Produção (Mil R\$)	Variacão %
2007	22.171	3,11	5.530	6,42	13.794	12,64	-	-
2008	22.861	-4,09	5.885	0,25	15.538	39,01	-	-
2009	21.925	-1,55	5.900	0,61	21.600	11,43	-	-
2010	21.585	-8,38	5.936	0,25	24.050	3,95	-	-
2011	19.776	9,98	5.951	0,48	25.000	-0,4	18.250	6,42

2012	21.750	-	5.980	-	24.900	-	19.422	-
------	--------	---	-------	---	--------	---	--------	---

Fonte: IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal, tabulação dos autores.

Ao analisar o período de 2007 a 2012, observa-se uma relativa estabilidade no tamanho do rebanho de bovinos bem como em relação ao número de vacas ordenhadas. Contudo, a produção de leite apresenta um aumento bastante expressivo, 80,51%, enquanto o número de vacas ordenhadas aumentou em 8,13%.

Nota-se, portanto que o aumento da produção de leite não está somente relacionado ao aumento da quantidade de vacas ordenhadas, pois existe uma preocupação do produtor em melhorar as condições genéticas do rebanho bem como as condições de alimentação e saúde animal e também em atender as exigências impostas pelo mercado.

Em relação a produção de leite, 75% dos agricultores entrevistados tem em média 28 animais produzindo, sendo que 27,5% dos produtores tem uma média mensal na faixa de 3.001 e 5.000 litros de leite e 47,5% produz entre 5001 e 10.000 litros de leite mês, conforme dados da pesquisa, indicados na tabela 03.

Tabela 03: Produção Mensal de Leite

Litros	Número de sócios entrevistados	%
Até 3.000	2	5
De 3.001 a 5.000	11	27,5
De 5.001 a 10.000	19	47,5

Acima de 10.000	8	20
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2013.

A idade média dos animais que estavam produzindo está indicada na tabela 04, cujos dados demonstram investimentos que os agricultores vêm realizando na aquisição de animais com genética apurada para produção leiteira. 82,5% dos produtores entrevistados possuem animais com idade entre 25 e 48 meses, com vistas à melhoria do rebanho e produtividade.

Tabela 04: Idade do rebanho leiteiro

Número de Animais	Número de sócios entrevistados	%
Até 24 meses	0	-
De 25 a 36 meses	15	37,5
De 37 a 48 meses	18	45
Acima de 48 meses	7	17,5
Total	40	100

Fonte: Pesquisa de Campo, agosto de 2013.

A produtividade depende ainda de outros fatores, como uma assistência técnica confiável e adequada, possibilitando maior margem de segurança aos produtores. Dos entrevistados, 92,5% apontaram que dispõem de assistência, que são oferecidas por diversas instituições públicas e privadas, as mais citadas de acordo com os produtores foram: prefeitura, agropecuárias, laticínios e particulares.

Quando perguntados sobre o uso de suplementação na alimentação dos animais, 95% dos produtores utilizam alternando ou até mesmo em conjunto a silagem, ração e subprodutos de origem vegetal.

A técnica utilizada para ordenhar em 82,5% das propriedades é a ordenha mecânica, os outros 17,5% já utilizam a ordenha canalizada. Outro fator interessante é que 95% dos produtores têm uma sala de ordenha e estocam o leite em resfriadores ou tanques de expansão, assim melhorando a qualidade do leite.

Quando perguntados sobre o tempo máximo que o leite permanece na propriedade 100% responderam que por mais de 48 horas, e ressaltaram que na opinião dos entrevistados o leite deveria permanecer até 24 horas após a ordenha dos animais.

Em relação ao valor pago pelo litro de leite, os produtores de Enéas Marques recebem em média, de acordo com os entrevistados, R\$ 0,95 (noventa e cinco centavos). A comercialização do leite é realizada com venda direta ao laticínio, sendo que 20% dos produtores entregam para laticínio local e os outros 80% entregam para municípios vizinhos.

Todos os produtores entrevistados realizaram investimentos nos últimos 24 meses, principalmente em melhorias das instalações, pocilgas, salas de ordenhas. Já os equipamentos mais adquiridos foram aquisição de ordenha canalizada, resfriador (aumento da capacidade de litros), e 7,5% adquiriram sua primeira máquina agrícola, o trator.

Em relação à aquisição de animais, todos dos produtores entrevistados realizaram investimentos no melhoramento genético do rebanho, adquirindo animais de linhagem de melhor produtividade de leite, como as raças Jersey e Holandesa.

Os recursos utilizados para adquirirem esses implementos e animais são do Programa de Fortalecimento da Agricultura

Familiar - PRONAF, da linha – Mais Alimentos. Dos produtores que realizaram investimentos 92,5% buscou os recursos na Cooperativa de Crédito Solidário – CRESOL de Enéas Marques-PR.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os agricultores familiares que desenvolvem atividade leiteira atendendo as demandas e exigências do mercado estão realizando investimentos na melhoria genética dos animais, alimentação e coleta do leite via ordenhadeiras canalizadas, ampliando a capacidade de produção e melhorando a renda da atividade.

A agricultura familiar moderna vem se adaptando às novas exigências do mercado, assumindo papel significativo na produção de alimentos e sua importância pode ser percebida nas mais diversas sociedades.

No Brasil, mesmo sob adversidades, diante de problemas como acesso ao financiamento, baixo acesso à tecnologia e fragilidade da assistência técnica, o peso da agricultura familiar na geração de renda e emprego no País é representativo e não perdeu sua força nos últimos anos.

Dessa forma, apesar das transformações e exigências de um mercado cada vez mais competitivo, a agricultura familiar consegue sobreviver e responder, de diferentes formas as exigências do mercado.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2007.

ALMEIDA, J. **Pesquisa agrícola, agricultura familiar e sustentabilidade**. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/576.pdf>> Acesso em: 29 maio 2013.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO. **Perfil Municipal**. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil/eneas-marques_pr>. Acessado em: 29 maio 2013.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 8629, de 25 de fevereiro de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 16 jul. 2014.

BITTENCOURT, G. A. **Agricultura familiar no Sul do Brasil**. Caderno de pesquisa nº 07, 1997.

GOBBI, W. A. de O.; PESSÓA, V. L. S. **A pecuária leiteira e a agricultura familiar em Ituiutaba (MG): as transformações na comunidade da canoa**. Geo UERJ - Ano 11, v.2, n.19, 1º semestre de 2009. P. 79-110.

IBGE - INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em:

<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410740&search=parana|eneas-marques>>. Acesso em: 29 maio 2013.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Modernização da Agricultura familiar: Avaliação de Impacto Socioeconômico do Processamento de Leite nos Municípios de Jacarezinho e Mangueirinha.** Curitiba, IparDES 2003.

OLIVEIRA, N. S. **Agricultura familiar do agronegócio do leite em Rondônia, importância e características.** Sober 2010. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/15/606.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2013.

SCHNEIDER, S.; NIEDERLE, P. A. **Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura.** In: FALEIRO, F.G.; FARIAS NETO, A. L. (Ed.). **Savanas: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais.** Planaltina-DF, Embrapa Cerrados: 2008. p. 989-1014.

SISTEMAS AGROFLORESTAIS (SAFs) NA AGRICULTURA FAMILIAR - EXPERIÊNCIAS DE SALGADO FILHO E MANFRINÓPOLIS - PR

Ari Dalaio¹
José Maria Ramos²

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por interesse levantar dados sobre o sistema agroflorestal tanto no manejo quanto nos métodos de produção, desde a implantação até o destino final da produção.

Além disso, objetiva analisar aspectos econômicos como uma forma de agregar renda para o agricultor familiar, avaliar os benefícios, as principais dificuldades deste tipo de atividade, as espécies mais adaptadas, principalmente de espécies frutíferas em meio a espécies nativas bem como, verificar as vantagens e

¹ Trabalho de Conclusão de Pós Graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário. engtedalla@gmail.com

² Doutorando em Direito - PUC-PR, Professor Assistente do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Francisco Beltrão.

desvantagens desta atividade nos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis - PR.

A atividade agroflorestal é usualmente explorada por pequenos agricultores por ser uma atividade que envolve basicamente mão de obra familiar e que geralmente é cultivada em pequenas áreas.

Nessa atividade, os agricultores familiares conseguem usufruir suas terras, consorciando espécies frutíferas com plantas nativas, florestais, de pequeno e médio porte, tendo como preocupação maior a produção de alimentos mais saudáveis, por meio da agroecologia e a diversificação produtiva da propriedade.

A atividade agroflorestal está regulamentada pela Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, conhecida como Código Florestal, estabelecendo normas que regem a proteção da vegetação, a área de exploração florestal, o controle da origem dos produtos florestais, controle e prevenção de incêndios florestais, bem como da exploração econômica.

Os Sistemas Agroflorestais (SAFs) são caracterizados por consórcios agroflorestais com limitado número de espécies florestais e frutíferas.

O Sistema Agroflorestal é uma atividade que, ainda, não é muito conhecida no Sudoeste do Paraná. Entretanto, há algumas experiências na região, sendo que quatro serão analisadas por este trabalho, sendo três em Salgado Filho e uma em Manfrinópolis.

A economia de Salgado Filho - PR está basicamente relacionada com pecuária de bovinos de leite, bovinos de corte, aves de corte, suinocultura, fomicultura, produção de grãos como o milho e soja, além da horticultura e fruticultura.

Há também algumas agroindústrias no setor agrícola e pecuário. No setor urbano, a economia gira em torno de empresas alimentícias, agropecuária e atividades comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

No município de Manfrinópolis - PR as principais atividades econômicas são: bovinos de leite e de corte, produção de grãos como o milho e soja e pequenas agroindústrias. Na área urbana, a economia gira em torno do comércio varejista, não possui grandes indústrias (PREFEITURA MUNICIPAL, 2013).

Nesse contexto, os SAFs se apresentam como uma possível alternativa de fonte de renda para a agricultura familiar, fazendo uso do solo de forma intensiva, buscando maximizar a produção e o máximo de rendimento econômico possível por área, mas sempre observando as práticas de conservação do solo e preservação da natureza.

As atividades agroflorestais desenvolvidas pelos produtores rurais dos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis possuem características topográficas importantes, haja vista ser uma região com muitas áreas declivosas, assim os produtores exploram essas áreas de forma econômica.

1. Agricultura Familiar e o Sistema Agroflorestal

A agricultura familiar nas últimas décadas vem passando por inúmeras mudanças, principalmente no contexto político e econômico, passando de uma atividade de subsistência e se tornando uma atividade lucrativa contribuindo para o desenvolvimento econômico e social (SUNDERHUS, *sd*).

O fortalecimento da agricultura familiar decorre de políticas públicas direcionadas que surgiram nos anos de 1990, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, criado em 1995, sendo um programa voltado ao financiamento das atividades relacionadas ao pequeno produtor rural, como custeio e investimento com juros menores que os praticados pelo mercado.

Para uma atividade agrícola ser considerada de fato como agricultura familiar, exige-se que todas as atividades envolvidas nos meios produtivos sejam basicamente elaboradas pela mão de obra da própria família, garantindo-lhes a subsistência social e econômica e, eventualmente estes trabalhos podem ter a necessidade de ajuda de terceiros.

A importância da agricultura familiar está na permanência de mão de obra na atividade rural, evitando assim que mais pessoas deixem as atividades agrícolas para viverem na cidade.

A definição de propriedade familiar, de acordo com o Estatuto da Terra, Lei nº 4.504/64, inciso II, Artigo 4º, é o imóvel que direta e pessoalmente é explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalhado com a ajuda de terceiros (BRASIL, 2013).

Para ser caracterizado como agricultura familiar, é necessário atender simultaneamente, aos seguintes requisitos, definidos na Lei nº 11.326/06, artigo 3º (BRASIL, 2013).

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família;
- V - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

Segundo as normas estabelecidas pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, as áreas estabelecidas para enquadramento da agricultura familiar são estabelecidas por região.

No Paraná o enquadramento para agricultura familiar correspondem aos produtores rurais com áreas de terras de até quatro módulos fiscais, sendo vinte hectares por cada módulo, totalizando oitenta hectares de terra. Mas isso pode ser relativamente diferente para cada região, já que no caso do Paraná isso é regulamentado pelo Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Conceitualizar agricultura familiar não é uma tarefa fácil, pois seu conceito foi se alterando com o passar do tempo. Agricultura familiar é entendida como o cultivo da terra por parte de uma família, onde os agricultores são gestores e trabalhadores das suas próprias terras.

No entanto, agricultura familiar não necessariamente representa uma pequena produção, pequeno agricultor ou agricultura de subsistência. Muitos desses termos implicam que o agricultor vive em uma situação precária, o que pode não corresponder à verdade.

Agricultura familiar se diferencia de agricultura de subsistência porque nesta última a totalidade dos produtos são usados para a sobrevivência do agricultor e sua família. Ao contrário da agricultura comercial, na agricultura de subsistência os produtos não são vendidos.

Nesse sentido, Abramovay (1997) ressalta que o conceito de agricultura familiar não deve ser confundido equivocadamente com "produção de baixa renda", pequena produção ou agricultura de subsistência, conceitos esses que carregam uma carga de preconceito.

O conceito de agricultura familiar deve remeter a um conceito de agricultura social, ambiental e economicamente viável e competitivo.

Ainda de acordo com Abramovay (1997), o produtor da chamada agricultura familiar deve ter como objetivo, a partir da atividade agrícola, a geração de renda monetária, de modo que parte significativa da renda gerada pela atividade agrícola/agropecuária lhe garantiria o consumo a partir do acesso aos mercados e parte seria utilizada no sentido de continuar garantindo a continuidade da(s) atividade(s) geradoras da renda monetária.

Quanto mais especializados produtivamente esses produtores maior seria, portanto a sua dependência com relação

ao mercado e menor a sua autonomia, pois a satisfação das necessidades dependeria necessariamente da interação com o mercado e da utilização da moeda.

1.1 Sistemas Agroflorestais (SAFS): vantagens e desvantagens

Nas últimas décadas os Sistemas Agroflorestais têm sido apontados como opção promissora de reflorestamento, particularmente para os agricultores familiares, no desenvolvimento de atividades integradas entre a agricultura e proteção florestal.

Nesse sentido, o Código Florestal Brasileiro, Lei 12.651/2012, estabelece em seu art. 1º, IX, "b" a possibilidade da

exploração agroflorestal sustentável praticada na pequena propriedade ou posse rural familiar ou por povos e comunidades tradicionais, desde que não descaracterize a cobertura vegetal existente e não prejudique a função ambiental da área (BRASIL, 2012).

A compreensão dos aspectos primordiais da atividade agroflorestal depende de fatores como: observações constantes por parte do agricultor de como a natureza se comporta diante das diversidades que ocorrem no meio ambiente, dos mecanismos naturais que natureza tem de recuperar e de recompor em uma floresta, que muitas vezes encontra-se degradada.

Nesse sentido Peneireiro (1999, p. 5), aponta que os Sistemas Agroflorestais (SAFs) "conduzidos sob uma lógica agroecológica transcende qualquer modelo pronto e sugere

sustentabilidade a partir de conceitos básicos fundamentais, aproveitando os conhecimentos locais e desenhando sistemas adaptados para o potencial natural do lugar”.

O Sistema Agroflorestal oferece inúmeras vantagens porque não depende somente do cultivo de uma só espécie. Se optar por frutíferas são inúmeras variedades que podem ser plantadas na mesma área intercaladas com espécies nativas e espécies frutíferas. A variedade de espécies minimizam ataques de pragas e menor incidência de doenças, exigindo assim, menos trabalho na atividade (SUNDERHUS, sd).

O Sistema Agroflorestal possibilita elevação do nível de matéria orgânica no solo, pela decomposição das folhas que ali caem, ajudando a manutenção da fertilidade do solo, reduzindo os processos erosivos pela cobertura proporcionada pelas folhas e restos de cultura que fica no solo.

No sistema de agroflorestal, geralmente, a mão de obra é familiar, ocupando áreas de pequeno porte, entre 1 a 7 hectares, tem menos gastos, por ser uma cultura permanente.

Basicamente não há trabalhos realizados com máquinas no interior do plantio e o risco de perda de produção perante as intempéries é relativamente menor quando comparado com sistema convencional.

Os Sistemas Agroflorestais podem ser uma ótima opção para o pequeno agricultor e para o equilíbrio ecológico das propriedades o que o torna uma opção que poderá ser amplamente adotada em propriedades que tenham sua forma de produção classificada como agricultura familiar. Como benefício na adoção de SAFs pode-se citar a variabilidade de espécies utilizadas nos modelos de plantio,

a melhoria da capacidade produtiva da terra, otimização da utilização dos recursos naturais disponíveis, se adaptado às condições ecológicas e dos produtores, obtendo assim uma maior produção por unidade de área. A diversificação de culturas ocasiona uma melhora significativa das propriedades físicas, químicas e biológicas do solo por meio de ciclagem de nutrientes e controle de erosão. Protege o solo da ação desagregante do impacto das gotas de chuva e contribui para a redução da amplitude de variação de temperatura e umidade local protegendo, em alguns casos, inclusive as culturas do efeito de geadas em regiões mais frias (ABDO, 2008, p. 59).

Porém, ao comparar com os demais sistemas produtivos de manejos convencionais, as desvantagens do sistema agroflorestal geralmente está no manejo de controle de pragas e doenças, mas esse fator ocorre no início da implantação. Com o passar do tempo mais espécies de plantas naturais vão surgindo e o controle se dá pela própria natureza com inimigos naturais de cada espécie.

Outra desvantagem é a aceitação destes produtos no mercado pelo fato desses terem uma aparência inferior quando comparados com os convencionais, mas isso geralmente se dá no início da comercialização (SUNDERHUS, sd).

2. Metodologia

Para desenvolver essa pesquisa utilizou-se da abordagem descritiva e analítica, visando identificar e obter informações sobre

os sistemas agroflorestais a partir de pesquisas bibliográficas que tratam da temática, ou seja, uma base secundária.

Visando aproximar-se da realidade dos produtores que adotam o modelo do sistema agroflorestal buscou-se informações primárias, com aplicação de questionários com questões pré-definidas quatro produtores que adotaram o Sistema Agroflorestal, nos municípios de Manfrinópolis - PR e Salgado Filho - PR com finalidade de identificar e caracterizar a atividade agroflorestal.

O questionário abordou os seguintes aspectos: (a) nível de escolaridade, (b) Mão de obra, (c), necessidade para se iniciar o SAF (d) o que levou o início do sistema (e) quais as variedades frutíferas plantadas em consórcio com espécies nativas e qual a participação em relação a ganhos econômicos, (f) outras atividades no sistema (g) vantagens e desvantagens do SAF, (h) principais dificuldades encontradas, (i) meios de comercialização. A partir dos dados obtidos elaborou-se uma análise de acordo com o objetivo deste trabalho.

3. Resultado e Discussões

Atualmente há algumas experiências com os sistemas de produção em agroflorestal na região sudoeste do Paraná. No município de Salgado Filho-PR há quatro produtores que desenvolve essa forma de atividade, já no município de Manfrinópolis - PR há dois.

Para esse estudo, a pesquisa de campo foi aplicada para três produtores de Salgado Filho e para um produtor no município de Manfrinópolis.

De acordo com os dados dos questionários, o nível de escolaridade dos agricultores que praticam o sistema agroflorestal possui apenas o primeiro grau incompleto e todos são descendentes de filhos de agricultores da região.

A mão de obra empregada no sistema agroflorestal é geralmente a mão de obra familiar, constatando-se que em uma das propriedades pesquisadas há a contratação e emprego de mão obra de terceiros.

Ao iniciar as atividades do sistema agroflorestal todas as famílias pesquisadas receberam apoio e assistência técnica da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - ASSESOAR, juntamente com o apoio do sindicato dos trabalhadores rurais de ambos os municípios que tem uma participação fundamental do desenvolvimento do projeto. Essas entidades apoiam na aquisição de mudas e fornecem material didático para os produtores.

Os agricultores familiares iniciaram essa atividade com o objetivo de atender seu consumo próprio, com frutas sem uso de agrotóxicos. As variedades e espécies frutíferas plantadas em consórcio com plantas nativas foram: a) frutíferas: acerola, abacaxi, abacateiro, bananeira, carambola, caqui, goiaba, jabuticabeira, lichia, limão, lima, manga rosa, noz pecan, poncã, e tangerina; b) nativas: angico, canafistula (*Peltophorum dubium*), cedro, cereja, ipê roxo, pitanga e pinheiro araucária.

O Sistema de Agrofloresta começou em 2010 praticamente de forma simultânea nos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis, que a partir do projeto do sindicato dos trabalhadores rurais, formou-se o grupo de interessados o que facilitou a distribuição das mudas frutíferas e a técnica de cultivo empregada são as mesmas em ambos os municípios.

Na propriedade (A), na Cidade de Salgado Filho o sistema agroflorestal já está produzindo resultados com a colheita de 50 quilos de goiaba, 100 quilos de manga rosa e as espécies de citros produziram aproximadamente 200 quilos.

Nesta propriedade é cultivada também a uva, sendo que 20% da produção é usada para produção de vinho e o restante é comercializada *in natura* para fabricação de suco de uva. Outra atividade é plantio de verduras em estufa para programa da merenda escolar.

FIGURA 01 – Citros intercalado com plantas nativas na propriedade de (A).



Fonte: Autor.

FIGURA 02 - Jabuticabeiras com plantas nativas na propriedade (A)



Fonte: Autor.

Na propriedade (B) na cidade de Salgado Filho – PR, a produção da agrofloresta tem um destaque maior na cultura da banana, cuja produção é de 250 kg/ano. A produção de citros e goiaba está no início. O produtor ainda desenvolve o cultivo de fumo com contrato com a Souza Cruz. Cultiva ainda hortaliças para o programa da merenda escolar.

FIGURA 03 – Produção de Manga Rosa na propriedade (B)



Fonte: Autor.

As atividades desenvolvidas na propriedade (C) situada também em Salgado Filho – PR. A produção do Sistema Agroflorestal tem destaque para a cultura da banana, 200 kg/ano; cultivo citros em torno de 280 kg e araçá que está em fase inicial de produção. Nas demais atividades possui produção de hortaliças para o programa da merenda escolar atendendo escolas da rede municipal e do Estado.

FIGURA 04 - Plantio de Araçá intercalado com canafistola na propriedade de (C)



Fonte: Autor.

O agricultor (D), do município de Manfrinópolis – PR, pratica o sistema de produção agroflorestal com o plantio de goiaba início da produção e de banana com uma produção média de 250 kg/ano.

Este agricultor está ampliando a produção com cultivo de abacaxi, abacate e citros. Possui ainda o cultivo de figo com produção de 120 kg/ano, utilizado na produção de doces em conserva, comercializado na feira do produtor.

FIGURA 05 - Goiaba na Propriedade (D)



Fonte: Autor.

A quantidade comercializada pelos produtores do Sistema Agroflorestal pode ser resumida na tabela abaixo que apresenta os principais produtos com suas respectivas quantidades em quilogramas e ainda o preço médio praticado.

Tabela 01 - Quantidade de produtos comercializados e preço médio de venda.

Produto	Produtor A	B	C	D
Banana		250	200	250
Citros	200		280	
Figo				120
Goiaba	50			

Manga Rosa	100			
Preço médio	1,85	1,2	1,48	5,9

Fonte: Pesquisa de campo.

De acordo com os dados da tabela 01 nota-se que os produtos de destaque são a banana, comum para três produtores, seguido da produção de citros.

A área ocupada com agrofloresta é, em média, de um hectare nas propriedades pesquisadas, ou seja, ocupam uma pequena parcela na área de reserva legal, consorciando as plantas frutíferas com plantas nativas da região, fazendo o uso econômico com manejo adequado à preservação do ambiente da reserva.

Em relação às demais atividades praticadas nas propriedades destacou-se bovinocultura de leite, horticultura, culturas anuais como o cultivo do milho e fumo. Quanto à participação dos lucros em relação às demais atividades, a atividade que mais se destacou foi a produção de leite em que todos os entrevistados possuem esta atividade como a principal fonte de renda na propriedade.

A atividade agroflorestal ainda não apresenta uma participação importante na geração de renda na propriedade, haja vista que o manejo agroflorestal ainda é recente, estando na fase inicial de produção. Todavia, os produtos produzidos no SAF são vendidos praticamente no mesmo valor dos produtos convencionais, isto porque a atividade ainda não está plenamente conhecida na região de abrangência.

As vantagens do SAF relatadas pelos agricultores foram: a diversificação da propriedade, conservação do solo em relação ao sistema convencional e produtos sem agrotóxicos. Entre as

desvantagens está o período de tempo, na recuperação do investimento, que é mais longo quando comparado ao sistema convencional.

Em termos de dificuldades encontradas os agricultores relataram problemas relacionados com o clima, como falta de chuvas e geadas, que são fatores que prejudicam a produtividade, principalmente na fase inicial de implantação do projeto devido que as plantas estão mais susceptíveis às baixas temperaturas e ao stress hídrico, prejudicando o desenvolvimento das plantas.

Outro ponto levantado é a falta de experiência na atividade, pois a assistência técnica prestada pela ASSESOAR ainda é superficial. Surge ainda como problema, o ataque de insetos por ser uma atividade considerada orgânica e sem aplicação de produtos químicos.

Contudo, a produção agroflorestal é transformada em doces e compotas artesanais que são comercializadas em estabelecimentos comerciais locais e em feiras do produtor, com vendas diretas ao consumidor.

Há, ainda, o mercado institucional, por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, que os agricultores por meio de contrato comercializam seus produtos para escolas locais.

As considerações apresentadas pelos agricultores destacam que o Sistema Agroflorestal é uma alternativa de produção e renda para pequenas propriedades, pois possibilita uma diversificação das atividades e de produtos em uma pequena

área. Há ainda a possibilidade de implantação de outras culturas com ciclo mais rápido.

Os agricultores destacaram ainda que a agrofloresta não é uma atividade regrada, mas depende muito do interesse de cada família, pois essa atividade possibilita criar, inventar, observando a natureza e agregando as noções de agricultura com a floresta, respeitando e preservando meio ambiente. Com isso, esperam proteger a natureza e a vida futura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho analisou o sistema do cultivo agroflorestal e sua importância para a agricultura familiar nos municípios de Manfrinópolis e Salgado Filho, na região Sudoeste do Paraná. Constatou-se a partir da análise dos questionários, que a atividade agroflorestal é uma oportunidade para os agricultores familiares diversificarem suas atividades visando uma alternativa de renda.

Embora a atividade agroflorestal ainda esteja em fase inicial constatou-se de que esta atividade e de suma importância para os agricultores e para o meio ambiente. Encontram-se diversas dificuldades, principalmente em relação ao clima, que na fase inicial, provoca danos na plantação seja pelas geadas ou falta/excesso de chuvas, além da falta de assistência técnica.

A atividade proporciona riscos menores ao produtor no longo prazo, em se tratando de clima, principalmente períodos de veranicos que são muito comuns na região sudoeste do Paraná e a diversificação da produção, permite ao agricultor obter maior renda diante de produção escalonada, ou seja, a produção

acontece de acordo com cada espécie e período do ano, isso proporciona uma estabilidade na renda.

REFERÊNCIAS

ABDO, M. T. V. N.; *et al.* **Sistemas Agroflorestais e Agricultura Familiar: uma parceria interessante.** Revista tecnologia & Inovação Agropecuária. Dezembro de 2008.

FINKLER, C. N. **A Necessidade de Cooperação na Produção Ecológica.** In: Cidadania: organização social e políticas públicas: Caderno Pedagógico Educandas e Educandos. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília, 2008.

PFEIFER, H. P. **Agricultura familiar alguns indicadores sociais nos municípios de Salgado Filho e Manfrinópolis.** Editora Berzon. Francisco Beltrão, 2002.

PENEIREIRO, F. M. **Sistemas Agroflorestais dirigidos pela sucessão natural: um estudo de caso.** Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). ESALQ/USP, Piracicaba, São Paulo, 1999. 138p.

SOUZA, J. E. de. **Agroflorestal ou Agroflorestal,** 2000.

SUCESSÃO NA AGRICULTURA FAMILIAR: O OLHAR DE JOVENS QUE VIVEM NO RURAL

Voldenei Matana¹
Dirceu Basso²

INTRODUÇÃO

Este trabalho aborda o tema da sucessão na agricultura familiar, verificando a influência dos fatores socioeconômicos e culturais sobre o processo sucessório. A pesquisa objetivou verificar se a opção por sair do meio rural é decorrente de aspectos como a falta de trabalho, de crédito, de terra, das melhorias socioeconômicas, de busca por novas atividades profissionais, da presença (ou ausência) de políticas públicas para os jovens e das normas e valores típicos da agricultura tradicional.

Os agricultores familiares estão vivenciando um universo social de pressão política e de amadurecimento institucional, de

¹ Agricultor Familiar - Trabalho de Conclusão de Pós Graduação em Gestão do Cooperativismo Solidário.

² Orientador, Prof. Dr. da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA).

transformações tecnológicas, de profundas mudanças nas formas de intermediação com o mercado e nas políticas públicas de desenvolvimento rural. Essas questões se apresentam aos jovens que necessitam tomar decisões sobre sua permanência (ou não) no meio rural.

A região Sul do Brasil é caracterizada pela predominância de estabelecimentos rurais de agricultores familiares, responsáveis por uma importante parcela da produção agropecuária, tanto para o mercado interno quanto para o externo.

Justifica a escolha do tema, para a realização deste estudo, a representatividade e a importância da agricultura familiar tanto na produção de alimentos quanto para o processo social de desenvolvimento rural. Diante desse fato, evidencia-se a necessidade de compreender a percepção dos jovens sobre os diversos aspectos que contribuem para a definição de seus projetos de vida e de produção. Quais são as razões que contribuem para a permanência e/ou saída dos jovens do meio rural? Portanto, trata-se de analisar como está operando a sucessão familiar dos agricultores a partir do olhar dos jovens, do ensino médio, que estudam na Casa Familiar Rural de Manfrinópolis.

Perceber quais são os aspectos que contribuem na dinâmica dos projetos familiares, em particular com os jovens, por um lado, e reconhecer o papel dos sujeitos na modernidade (TOURAINÉ, 1994) no que se refere a capacidade de alterar o meio ambiente socioeconômico em que está inserido, por outro, pode contribuir na construção e na implementação de políticas públicas

que ampliem a possibilidade dos jovens permanecerem no meio rural.

O trabalho apresenta o resultado da investigação realizada com alunos do Ensino Médio da Casa Rural Familiar de Manfrinópolis, oriundos dos municípios de Flor da Serra do Sul, Manfrinópolis e Salgado Filho, da microrregião do Sudoeste Paranaense. Entre estes alunos, 82% dos entrevistados são do sexo masculino e 18% do sexo feminino. A escolha destes municípios se deve ao fato de terem como base econômica a agricultura familiar, cuja continuidade depende da permanência dos jovens no meio rural.

Entre os procedimentos metodológicos foram contempladas as leituras a partir da literatura bibliográfica e da literatura documental, fundamentais para definição da temática e na delimitação do estudo. Ainda, foram realizadas 34 entrevistas semiestruturadas com jovens rurais que estudam na Casa Familiar, sendo 12 alunos do 1º ano, 10 alunos do 2º ano e 12 alunos do 3º ano. O roteiro de questões enfatizou aspectos tanto socioculturais quanto econômicos sobre a questão do processo sucessório na agricultura familiar. A idade cronológica dos entrevistados está entre quatorze (14) e vinte e dois (22) anos de idade, sendo que a maioria (57%) possui entre os quinze (15) e dezessete (17) anos de idade.

Foi observado, nas entrevistas, como os fatores área de terra, o acesso ao crédito e aspiração de renda contribuem para o futuro dos jovens; ainda, verificou-se: a estratégia do sistema produtivo da família no que se refere aos produtos comercializados e as práticas tecnológicas predominantes, a

formação e a atividade profissional desejada pelos jovens rurais, bem como, analisou-se a existência de práticas com vista ao processo de sucessão familiar no interior dos estabelecimentos familiares. A amostra do estudo é do tipo não probabilístico, portanto, ela não visa à representatividade da população do estudo. As entrevistas foram realizadas na Casa Familiar Rural e a aplicação do questionário foi acompanhada pelo pesquisador.

A agricultura familiar representa um sistema de produção pertencente à família no qual os membros desta se envolvem no processo produtivo, apoderando-se dos resultados gerados no final do ciclo produtivo, caracterizando uma "unidade de produção agrícola" onde propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família (AHLERT, 2009). Agricultor (a) Familiar é todo (a) aquele (a) que tem na agricultura sua principal fonte de renda e cuja força de trabalho utilizada no estabelecimento venha fundamentalmente de membros da família. É permitido o emprego de terceiros temporariamente quando a atividade agrícola assim necessitar. Em caso de contratação de força externa à família, a mão-de-obra familiar deve ser igual ou superior a 75% do total utilizado no estabelecimento. (FAO/INCRA, 1996).

Segundo o Estatuto da Terra, uma propriedade só é considerada familiar quando ela é explorada somente pelo agricultor e sua família, absorvendo dela toda a sua subsistência e, assim, o progresso social e econômico, com área fixada para cada região e eventualmente trabalhada com ajuda de terceiros (OLIVEIRA, 1992).

"Mãos que alimentam a nação" é o lema utilizado pelos Agricultores Familiares, chamados de camponeses até final da

década de 1960, onde se enquadravam pequenos proprietários, arrendatários e parceiros dos grandes latifundiários. A partir da década de 1970, passam a serem considerados como pequenos produtores, trabalhadores rurais, colonos ou camponeses. A denominação genérica de agricultura familiar no Brasil surge apenas nos anos de 1990 e, a partir deste período, inicia-se um conjunto de políticas públicas direcionadas aos agricultores familiares, com destaque para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.

O meio rural, em várias regiões do planeta, está passando por grandes transformações, que vão desde mudanças nos fluxos migratórios até o surgimento de novas atividades econômicas. Diante deste fato, muito se tem discutido em busca de um novo conceito de mundo rural: a visão de que este está estritamente relacionado às atividades agrárias, enquanto a indústria e os serviços são atividades exclusivas do meio urbano, parece estar ultrapassada, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas (COUTO FILHO, 2007). Essas mudanças, de acordo com o autor, têm como carro-chefe um novo ator social, o agricultor em tempo parcial que surge, basicamente, em razão de dois fenômenos: a queda dos rendimentos médios dos agricultores e a disponibilidade da mão-de-obra agrícola.

Enfim, de um lado, tem-se a questão da renda agrícola, cada vez mais insuficiente para manter a família e, de outro, há uma pressão, dada pela inovação tecnológica, para a liberação da força de trabalho das atividades agrícolas. Estes acontecimentos, entre outros, estão levando os habitantes do mundo rural a implementarem outras atividades não agrícolas objetivando

complementar a renda advinda da agricultura. Ou seja, a agricultura está-se convertendo em uma atividade de tempo parcial. E mais, cada vez menos esta atividade responde pela renda e pelo tempo de ocupação da família que vive no meio rural (COUTO FILHO, 2007).

É importante ressaltar que essa dinâmica não decorre exclusivamente da queda da renda e da flexibilidade ocorrida na produção agrícola, mas, também, de impulsos que vêm das próprias atividades não agrícolas.

A permanência dos jovens no meio rural está imbricada no contexto socioeconômico e cultural em que se inserem os agricultores familiares. O futuro desses jovens não se encontra traçada de antemão, como uma fatalidade, sem outro caminho, "é resultado de uma construção social que se encontra ligada as diferentes estratégias produtivas familiares" (BASSO, 2013, p.158). Segundo Abramovay *et al* (1998), na agricultura familiar a sucessão abrange códigos culturais dirigidos para opções e processos orientados a garantir que, pelo menos, um dos herdeiros de direito possa se tornar o administrador da unidade produtiva, resguardando o patrimônio familiar. Para Carneiro (2001), a organização rural, de legado patriarcal, intensamente hierarquizada e centralizadora das deliberações nas mãos do pai, reduz as possibilidades de autonomia de decisão dos jovens.

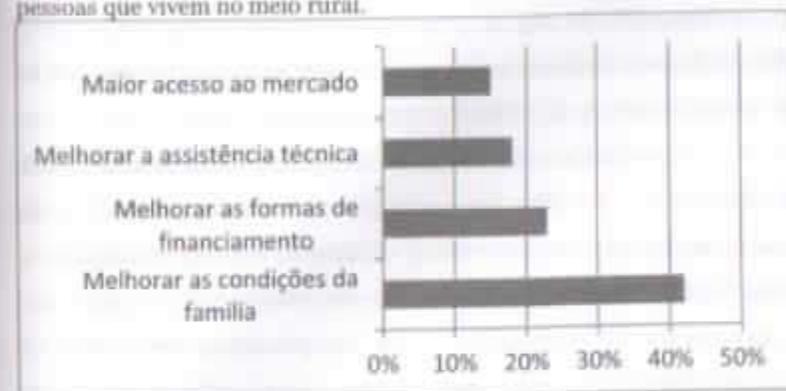
1. Apresentação e Análise dos Resultados

A maioria dos jovens entrevistados (85%) disse gostar de morar no meio rural. Entre as razões por eles destacados estão a

tranquilidade, o sossego proporcionado pelo espaço rural e o fato das pessoas possuírem melhores condições de sobrevivência.

Sobre o que poderia ser instituído no meio rural como fator econômico para obter melhor condição de vida das pessoas que vivem neste local, as respostas são demonstradas no Gráfico 01.

Gráfico 01 – Fatores econômicos para melhorar a condição de vida das pessoas que vivem no meio rural.



Fonte: Pesquisa de campo, setembro 2013.

De acordo com a Gráfico 01, os entrevistados disseram que entre os fatores econômicos para permanecer no meio rural é necessário que os agricultores familiares tenham, por ordem de importância, melhores condições na família, acesso aos serviços de assistência técnica, maior acesso ao mercado e melhorias nas formas de financiamentos das atividades produtivas.

Para manterem-se no interior das dinâmicas produtivas e nos diferentes mecanismos de comercialização, as famílias de agricultores devem necessariamente adequar-se às sempre

renovadas exigências normativas e tecnológicas, o que acarreta redefinições importantes na divisão social do trabalho na família e nas comunidades (STROPASOLAS, 2002).

Entretanto, a proximidade entre o meio urbano e rural - sobrevivência do acesso a bens e serviços por parte dos moradores do meio rural, como o ingresso à malha viária de melhor qualidade, a ampliação dos meios de transporte e dos meios de comunicação, a ampliação do fornecimento de energia elétrica etc. - tem revelado que a disposição de migrar, principalmente, por parte dos jovens e das mulheres, tem outros incentivos, que não os relacionados às questões econômicas (STROPASOLAS, 2002).

Segundo Carneiro (1999), a transmissão dos direitos sobre a propriedade familiar de uma geração a outra é objeto de múltiplas estratégias que variam de acordo com as condições de cada família. Assim, ela decorre de estratégias relacionadas aos instrumentos de negociação ou de compensação disponíveis na família. Além disso, a sucessão na agricultura familiar envolve não apenas a transferência de um patrimônio e de capital imobilizado ao longo das sucessivas gerações, mas revela, também, a existência de um verdadeiro código cultural que orienta as escolhas e os procedimentos dirigidos a garantir que pelo menos um dos herdeiros possa reproduzir a situação original.

Desta forma, segundo Handfield, Jean e Parent (2003) citados por BRUMER (2007), os critérios sucessórios adotados pelos pais são orientados por fatores culturais, mas podem, também, ser decorrentes de fatores conjunturais que, de alguma maneira, impõem-se aos pais.

Para o agricultor familiar, a propriedade da terra tem um significado que extrapola a noção de meio de produção, estando mais relacionada ao caráter patrimonial de reprodução social do grupo familiar (LAMARCHE, 1993). A noção de patrimônio diferencia a terra do meio de produção, pois além de conferir ao agricultor e a sua família a segurança da moradia e de obtenção da sua subsistência, lhe atribui também a identidade como grupo social garantindo o futuro de seus filhos.

É neste contexto que o jovem não vê perspectivas de continuidade na agricultura e, se no período anterior à crise vivenciada a partir dos anos 70, o anseio de permanência e de continuidade mobilizava a todos os membros familiares, fazendo com que muitos jovens deserdados sentissem-se excluídos de sua condição camponesa, o período posterior é de dificuldade para o encontro de sucessores na reprodução social do campesinato (RENK, 2000, p. 45).

Neste contexto, o futuro das unidades produtivas fica comprometido por falta de sucessores. Sem sucessor, a propriedade em muitos casos é vendida e ou muda suas características produtivas. A discussão sobre a sucessão na agricultura familiar surge na literatura de forma indireta ao se tratar da questão da herança da propriedade, das estratégias de casamento e dos fatores que influenciam na saída do meio rural. Segundo Mendonça; Ribeiro; Galizoni (2008), a transferência patrimonial compreende a transferência da terra e dos ativos existentes para a geração subsequente. Comumente não é conseguinte a passagem da gerência e da utilização do patrimônio de uma geração a outra.

Importante destacar que mesmo com as dificuldades referentes ao acesso a terra, à possibilidade de se capitalizar, o acesso à assistência técnica, além de outros entraves, a agricultura familiar ainda produz mais de 60% dos alimentos consumidos pelos brasileiros, ocupando não mais que 30% da área total. O valor bruto da produção da agricultura familiar corresponde a 30% da produção agropecuária (IBGE, 2007). Fato este que tem importância para os processos de desenvolvimento rural e de segurança alimentar, questões que emergiram com força nos últimos anos.

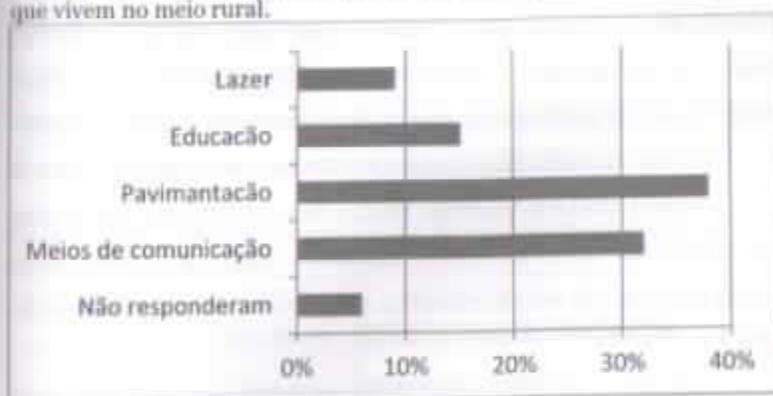
Entretanto, os processos de transformação socioprodutiva praticados pela introdução de máquinas e insumos tem subtraído significativamente a procura pela mão-de-obra para desempenho das atividades nas propriedades, em maior expressão para aquelas famílias que fazem uso da racionalidade convencional (BASSO, 2013). Esses processos, ao lado de outros fatores ligados à atratividade que tem o estilo de vida urbano para o jovem, comprometeram a dinâmica reprodutiva da agricultura familiar, por incitá-lo a buscar novos ofícios rurais e urbanos.

O primeiro fator que interfere na sucessão na agricultura familiar decorre da redução dos preços das principais commodities agrícolas nos últimos anos, que caíram para menos da metade do seu valor real. O segundo pode ser explicado pelo constante avanço tecnológico na agricultura, poupador de trabalho manual. Vale, aqui, ressaltar que o investimento da indústria a montante tem-se dirigido, cada vez mais, para inovações na colheita, no transporte e no processamento dos produtos, operações de cultivo

que, tradicionalmente, mais demandavam mão-de-obra (COUTO FILHO, 2007).

Os dados sobre os fatores sociais que contribuem para melhorar a vida das pessoas no espaço rural podem ser observados no Gráfico 02.

Gráfico 02 – Fatores sociais para melhor condição de vida das pessoas que vivem no meio rural.



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro 2013.

Esses dados evidenciam que os entrevistados deram maior importância para a pavimentação das estradas (38%), demonstrando que valorizam a possibilidade de poder sair e retornar ao estabelecimento a qualquer momento, principalmente nos dias chuvosos. O acesso aos meios de comunicação (32%) aparece em segundo lugar, indicando a importância desse aspecto na melhoria da qualidade de vida no meio rural. Seguidos pela educação e o lazer, respectivamente.

De acordo com Basso (2013), ainda são poucos os agricultores familiares que possuem acesso à internet, embora várias famílias já possuam um computador. Carneiro (2001) tem evidenciado que os jovens, muitas vezes exprimem o propósito de ter acesso ao melhor dos dois mundos, o urbano e o rural, ficando no meio rural.

Entre os motivos para deixar o meio rural os jovens entrevistados destacaram a necessidade de buscar melhores condições de trabalho (32%), a reduzida área de terra para desenvolver os projetos de produção e de vida (20%), a baixa rentabilidade das atividades agropecuárias nos estabelecimentos de produção (17%) e o desejo de mudar de profissão por não gostar das atividades agrícolas (14%). Aspectos esses que contribuem para o processo de envelhecimento e masculinização da população rural.

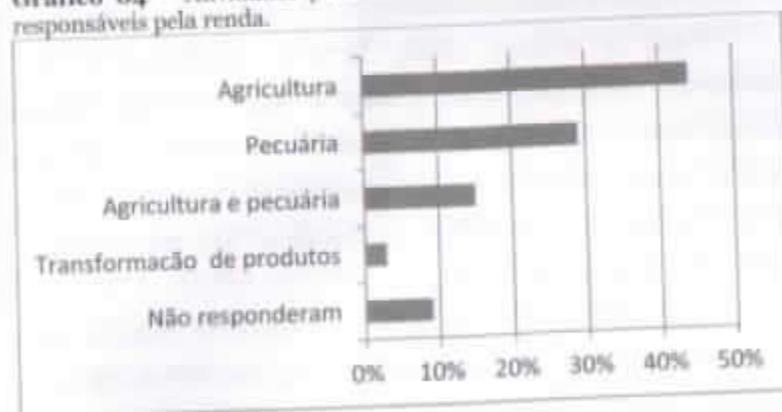
Diante a possibilidade de deixar o campo, os jovens têm dedicado grande importância aos estudos, 47% dos entrevistados (18) disseram que entre os motivos para sair do meio rural está a demanda por estudar. Evidencia-se que os jovens acreditam na educação enquanto um "bilhete/ingresso" para construir seu projeto de vida e de trabalho.

Na percepção dos jovens sobre a posição dos pais quanto à saída dos filhos do meio rural, esse estudo evidenciou que 38% dos entrevistados disseram que os pais não interferem nas decisões dos filhos, 26% não incentivam e, apenas, 14% concordam e dão apoio. Esses dados abrem luz a necessidade de ampliar os estudos no que se refere à situação vivenciada entre pais e filhos. Pois, se constata que os filhos estão desafiados, em sua maioria, a

construir seus projetos de vida e profissional com baixo apoio dos pais, para além da educação.

De acordo com os dados do Gráfico 04, observa-se que a renda das famílias dos entrevistados esta baseada na produção agrícola e produção pecuária, com baixa participação de renda proveniente de processos de agregação de valor das matérias-primas produzidas no interior do estabelecimento produtivo. Assim, conforme os jovens, 88% das famílias possuem rendas derivadas das atividades agropecuárias. Apenas uma família, dentre os alunos entrevistados, possui renda oriunda de atividades de agregação de valor no estabelecimento familiar.

Gráfico 04 – Atividades produtivas do estabelecimento familiar responsáveis pela renda.



Fonte: Pesquisa de Campo, setembro 2013.

No que se refere à existência de políticas públicas voltadas para o jovem do campo, quase a metade dos entrevistados (47%), conforme Gráfico 05, respondeu que não existe qualquer tipo de política pública. Outros 35% citaram o PRONAF e a CRESOL - Cooperativa de Crédito Rural. Menos de 15% dos entrevistados

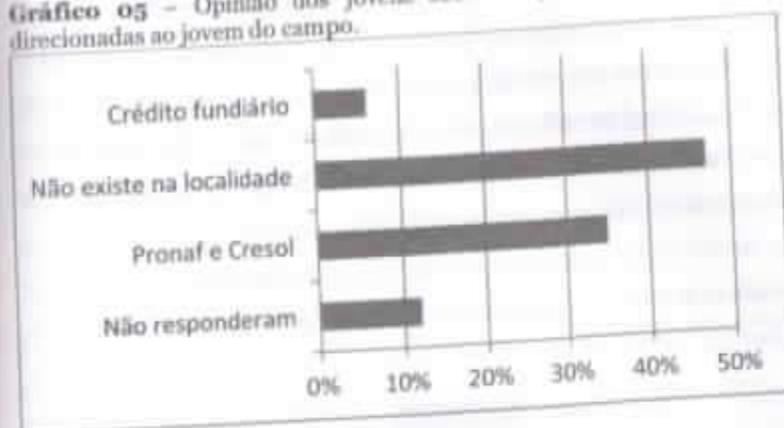
não responderam essa questão, indicando uma falta de conhecimento sobre a existência (ou não) de políticas públicas para o jovem rural.

Entre outros motivos que contribui para o processo migratório dos jovens do meio rural estão os mecanismos de comercialização dos produtos, com maior ênfase para aquelas famílias que estão inseridos nas cadeias longas de produção (BASSO, 2013). De acordo com Basso, o vínculo dos agricultores com as cadeias longas de alimentos diminui a autonomia dos agricultores e gera um distanciamento na relação entre os agricultores e os consumidores, pois os principais atores dessas cadeias agroindustriais controlam todo o processo de produção, transformação e a venda dos alimentos aos consumidores finais.

Para se manter nesses circuitos produtivos e nos respectivos mercados, esses jovens e suas famílias devem necessariamente adequar-se às sempre renovadas exigências normativas e tecnológicas, o que acarreta redefinições importantes na divisão social do trabalho na família e nas comunidades. (STROPASOLAS, 2002, p. 56).

Igualmente, devem-se levar em conta as relações que dizem respeito à sucessão na agricultura familiar. De acordo com Carneiro (2001), diante o legado patriarcal, hierarquizado e centralizador das decisões na mão dos pais, os filhos deslocam-se do meio rural em busca de maior autonomia; saindo da hegemonia familiar e colocando-se como sujeito de seu projeto de vida.

Gráfico 05 - Opinião dos jovens sobre as políticas públicas direcionadas ao jovem do campo.



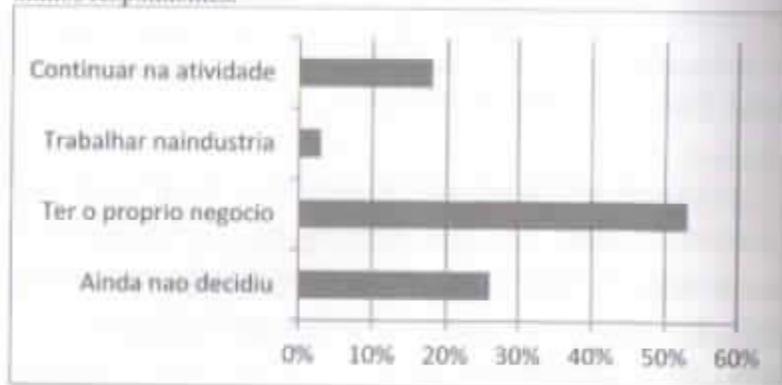
Fonte: Pesquisa de Campo, setembro 2013.

Quando questionados sobre quais as atividades os jovens gostariam trabalhar 47% (16) disseram ser aquelas ligadas à agropecuária e outros 38% (13) nas atividades ligadas ao comércio. Ainda, 85% deles manifestaram o desejo de morar no meio rural. Esses dados contribuem para construir uma hipótese, demandando novos estudos: Os jovens que estudam nas Casas Familiares Rurais desejam permanecer com a identidade socioprofissional de agricultor familiar, tanto exercendo atividades agrícolas e não-agrícolas quanto as atividades mais relacionadas ao comércio. Neste debate ganha importância às atividades produtivas inseridas nas cadeias curtas de produção, tanto para os mercados institucionais ou governamentais quanto para os mercados de proximidade. Bem como as políticas públicas para o fomento das mesmas e o fomento do cooperativismo solidário.

No que se refere às preferências futuras em termos de projetos produtivos, Gráfico 6, 53% dos alunos entrevistados

disseram querer ter seu próprio negócio. Essa tendência pode estar indicando, entre outros aspectos, a existência de conflitos geracionais no interior da família, não existência de um plano de sucessão familiar, a baixa rentabilidade das atividades produtivas e os limites de área de terra. Outros 26 %, (9) mencionaram que ainda estão indecisos quanto ao futuro.

Gráfico 6 – Representação das perspectivas futuras do projeto dos alunos respondentes.



Fonte: pesquisa de campo, setembro 2013.

Importante observar que, a partir dos dados obtidos com os jovens, a ideia de que, na sua grande maioria, os jovens no campo destinavam-se a reproduzir os papéis de seus pais, vai se tornando cada vez menos verdadeira no interior das próprias famílias. Tedesco (2001) constata que ser herdeiro passou a não ser mais objeto de grande satisfação.

De acordo os entrevistados, as condições para viabilizar os jovens no meio rural evidenciam demandas por políticas públicas diversas. Para 55% deles é necessário mudanças nas atividades

produtivas, indicando, como exemplo, uma mudança para processos de verticalização e/ou diversificação da produção e a pluriatividade, articulados a uma atuação em novos mecanismos de mercado das cadeias curtas de produção. Outros 47% disseram ser importante que as famílias tenham um melhor gerenciamento das atividades produtivas e na implementação das tecnologias. Apenas 18% argumentaram que não há condições de viabilizar-se na agricultura. Esses dados quando articulados com os anteriores permitem observar que os jovens desejam permanecer no meio rural. Porém, ressaltam a questão de que é imprescindível a implantação de políticas públicas capazes de atender a diversidade de projetos produtivos dos agricultores familiares.

Pelas respostas destacadas no Gráfico 07, sobre a percepção dos jovens quanto ao seu trabalho na perspectiva dos seus pais, evidencia-se que de acordo com 38%, (13), dos jovens entrevistados seu trabalho tem importância para a família quando é realizado fora da propriedade e possibilita uma entrada de renda financeira. Para outros 32%, (11), dos jovens seu trabalho é percebido pelos seus pais como sendo uma ajuda e para outros 23% (8) o trabalho dos jovens no estabelecimento familiar é uma obrigação. Esses dados revelam que os jovens percebem que em sua família não há um projeto de sucessão familiar em andamento, no qual seu trabalho já esteja sendo parte do mesmo; pelo contrário, suas percepções indicam que seu trabalho está apenas inserido no projeto sob gestão dos pais.

Gráfico 7 – Representação de como os pais veem o trabalho dos filhos, segundo os filhos.



Fonte: pesquisa de campo, setembro 2013.

Nas respostas dos alunos houve unanimidade ao citar que a educação é indispensável para melhorar a vida futura, tanto para dar mais condições de gerenciar as atividades na propriedade quanto para conseguir um emprego no meio urbano. Ficou evidente que os alunos acreditam que os estudos podem garantir um futuro melhor para sua vida, bem como desejam continuar sua vida acadêmica, até mesmo ingressando num curso de graduação. Dentre os cursos superiores citados, os de maiores preferência foram os cursos de agronomia e veterinária.

A educação é um elemento decisivo no horizonte profissional de qualquer jovem: na agricultura familiar, entretanto, a regra constatada em inúmeros estudos da América Latina é que fica no campo o filho ao qual "la cabeza no le dá para más" (DURSTON, 1996 *apud* ABRAMOVAY *et al*, 1998). A geração que hoje mais pode candidatar-se à direção dos trabalhos agropecuários - os filhos que permanecem nas propriedades

paternas e que já saíram da escola - tem formação educacional tão precária que confirma a asserção segundo a qual ou se estuda, ou se fica no campo (ABRAMOVAY *et al*, 1998).

CARNEIRO (2001) tem evidenciado que os jovens, muitas vezes exprimem o propósito de ter acesso ao melhor dos dois mundos, o urbano e o rural, ficando no meio rural. Contudo, a organização rural, de legado patriarcal, intensamente hierarquizada e centralizadora das deliberações nas mãos do pai, reduz as possibilidades de autonomia de decisão dos jovens, constitui-se em um elemento decisivo para a sua vontade de sair do âmbito da família.

A permanência do jovem no meio rural encontra-se determinada por um conjunto diverso de fatores, dos quais os mais relevantes são: suas expectativas de geração de renda na unidade paterna, comparadas com o que imaginam ser possível alcançar inserindo-se em mercados de trabalho não agrícola e no meio urbano; de ter acesso a uma área de terra compatível com seu projeto produtivo; da possibilidade de inserção nos diversos mercados para seus produtos; da formação educacional e profissional; das condições locais para desenvolver a pluriatividade e; da adesão à identidade de agricultor familiar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não obstante à importância da agricultura e da pecuária familiar, base na qual está alicerçada parte considerável da riqueza do Brasil, os dados observados neste estudo evidenciam que não existe de forma concreta uma preocupação com a questão

sucessória, tanto por parte dos pais quanto por parte das políticas públicas.

Foi possível verificar que a possibilidade de sucessão familiar na agricultura está vinculada a um conjunto amplo de fatores econômicos e socioculturais. Bem como, de que o futuro dos jovens agricultores entrevistados não se encontra traçado de antemão, como uma fatalidade, sem outro caminho para os jovens. Portanto, trata-se de uma construção social que está ligada as diferentes estratégias produtivas das famílias e/ou das oportunidades do seu entorno. Nesse estudo não foi observado como seria o processo sucessório dos filhos em diferentes estratégias produtivas, ou seja, em diferentes maneiras de fazer agricultura e de ser agricultor. Portanto, abre-se outra "janela" para outros estudos sobre a sucessão familiar no meio rural considerando a diversidade de agricultores familiares.

Diante do exposto neste estudo, constata-se de que uma política de desenvolvimento rural para a juventude do meio rural não pode limitar-se à agricultura; os projetos de vida e de produção, de acordo com os jovens, incluem a perspectiva da pluriatividade, da agregação do valor às matérias primas, de atividades ligadas as cadeias curtas de produção, entre outras. Desejam eles obter rendas, tanto da agricultura quanto de atividades não agrícolas, buscando, deste modo, obter a realização pessoal e profissional.

Por fim, torna-se necessário a construção de um universo social que possibilite o acesso, dentre outros aspectos, ao conhecimento, favorecendo as inovações para que possam ter a chance de se tornarem empreendedores. Portanto, emergem como

necessárias políticas públicas em educação, (re)profissionalização, em capital para investimentos, de acesso a terra, de incentivo a cooperação, de apoio ao acesso a diferentes mecanismos de comercialização, entre outras, capazes de gerar um ambiente social propício à sucessão familiar nos estabelecimentos familiares. Mesmo aqueles que desejam seguir a profissão dos pais estão percebendo as dificuldades para permanecer no meio rural.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M.; CORTINA, N.; BALDISSERA, I. T.; FERRARI, D. TESTA, V. M. **Juventude e agricultura familiar: desafio dos novos padrões sucessórios**. Brasília: Unesco, 1998. 104 p. Disponível em http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf. Acesso em 25 nov 2013.

BASSO, D. **Racionalidades modernas e identidades socioprofissionais de agricultores familiares**, 2013. p. 238. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdades de Ciências Econômicas, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural.

BRUMER, A. **A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade**. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, Elisa G. de. (orgs) *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

CARNEIRO, M. J. **O ideal urbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais**. In F.C. TEIXEIRA DA SILVA et al (orgs.), *Mundo Rural e Política*. Rio de Janeiro, Ed. Campus/Pronex, 1999.

COUTO FILHO, V. A. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial: um olhar da Bahia sobre o meio rural brasileiro**. Brasília, 2007. Disponível em:

http://www.lica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/Publicacoes/Attachments/89/Agricultura_familiar.pdf. Acesso em 25 nov 2013.

ESCHER, F. NESKE, M. Z. **Agricultores Familiares Fornecendo Produtos para Alimentação Escolar**. Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar Sul - CECANE/ UFRGS Fundo Nacional de Desenvolvimento e Educação, Porto Alegre, 2009. Disponível em http://www.rebrae.com.br/banco_arquivos/arquivos/materiais_c_apacitacao/cartilhas_agricultura.pdf. Acesso em 18 dez 2013.

FAO/INCRA. **Perfil da agricultura familiar no Brasil**. Dossiê estatístico. Brasília, 1996. Disponível em www.incra.gov.br. Acesso em 15 mai 2013.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Contagem da População dos municípios brasileiros**. 2007. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 10 mai 2013.

LAMARCHE, H. **Agricultura familiar**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1993.

MENDONÇA, K.F.C.; RIBEIRO, A.E.M.; GALIZONI, F.M. **Sucessão na agricultura familiar: estudo de caso sobre o destino dos jovens do alto Jequitinhonha**, MG. In: XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado em Caxambu - MG - Brasil, 2008. Disponível em www.abep.org.br/?q=/xvi-encontro-nacional-de-estudos-populacionais. Acesso em 08 mai 2013.

OLIVEIRA, A. U. **O Brasil, a reforma agrária e as terras devolutas**. Disponível em: http://www.radioagenciamp.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2225&Itemid=43. Acesso em 15 mai 2013.

RENK, A. **A reprodução social camponesa e suas representações**. O caso de Palmitos-SC. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman. Acesso em 05 mai 2013.

STROPASOLAS, V. M. **O Mundo Rural no Horizonte dos Jovens: o caso dos filhos de agricultores familiares de Ouro/SC**. Tese de Doutorado em Ciências Humanas na UFSC. 2002.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. 3. ed. Passo Fundo, UPF, 2001.

TOURAINÉ, A. **Crítica a modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

tecnológicas de Educação a Distância, observando os fatores de sua distribuição geográfica e padronização das formações/informações.

Esse terceiro livro, SABERES DA COOPERATIVAÇÃO, faz parte de uma estratégia de edição de livros que sistematizam os conhecimentos produzidos pelos atores cooperativistas que participam das turmas de Pós Graduação organizadas pelo INSTITUTO INFOCOS E SISTEMA CRESOL, em parceria com as Universidades públicas e privadas. O primeiro livro foi publicado em 2010, com o título "Ensaio Sobre o Cooperativismo Solidário" e o segundo livro em 2013, nominado de "Cooperativismo Solidário: Análise das Experiências do Sistema Cresol como Ferramenta da Inclusão Social".

Assim, destacamos as parcerias realizadas com a Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, com a conclusão de três turmas do curso de Pós Graduação Lato Sensu em Gestão do Cooperativismo Solidário. Além disso, a parceria com a Universidade Paranaense - UNIPAR, possibilitou a manutenção permanente de turmas do MBA em Gestão de Cooperativas de Crédito. Mais recentemente construímos com a Universidade Estadual do Centro Oeste - UNICENTRO a primeira turma de Pós Graduação Lato Sensu em Educação a Distância em Cooperativismo Solidário e Crédito Rural.

Além, temos outras parcerias nas áreas de pesquisa e extensão com Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Instituto Federal do Paraná - IFPR, Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR Campus de Dois Vizinhos e Francisco Beltrão e Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS.

Como mais uma forma de agrupar e compartilhar os conhecimentos produzidos sobre as Cooperativas, lançamos a ferramenta do Publicz Cresol, disponível no link <http://www.csb.org.br/publicatvool/> como um depositório de trabalhos científicos, aberto para qualquer pessoa enviar ou buscar trabalhos realizados sobre as Cooperativas CRESOL e também os temas que as envolvem.

Organizadores



A identidade é um conjunto de ações, formatos, procedimentos e formas próprias de ser, únicas em um indivíduo ou organização, que as fazem particular e diferente das demais.

A IDENTIDADE COOPERATIVISTA é uma prática diária alimentada no exercício das ações das organizações cooperativas, na produção, comercialização, acesso a crédito e ao conhecimento, feita através da união dos agricultores por uma vida digna no campo e na cidade, a partir de uma educação cooperativa solidária e participativa, viabilizados por meio de projetos de desenvolvimento local e regional com a participação dos sujeitos em seu processo histórico.



INFOCOS

